

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Daniel Fassa Evangelista

**Polarização e movimentos sociais
contemporâneos no Brasil e na França**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor em Ciências
Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^a. Angela Randolpho Paiva

Rio de Janeiro,
Setembro 2020



Daniel Fassa Evangelista

**Polarização e movimentos sociais
contemporâneos no Brasil e na França**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor em Ciências
Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela
Comissão Examinadora abaixo:

Prof^a. Angela Randolpho Paiva

Orientadora

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Prof^a. Maria da Glória Gohn

Universidade Estadual de Campinas – Unicamp

Prof. Breno Marques Bringel

Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof^a. Maria Alice Rezende de Carvalho

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Prof. Fernando Cardoso Lima Neto

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 2020

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, do autor e do orientador.

Daniel Fassa Evangelista

Bacharel em jornalismo pela USP, pós-graduado em filosofia política pelo Instituto Universitário Sophia (Itália), mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP e doutor em ciências sociais pela PUC-Rio. Docente da Faculdade Católica Salesiana de Macaé (RJ).

Ficha Catalográfica

Evangelista, Daniel Fassa

Polarização e movimentos sociais contemporâneos no Brasil e na França / Daniel Fassa Evangelista ; orientadora: Angela Randolpho Paiva. – 2020.

275 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2020.

Inclui bibliografia

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Movimentos sociais. 3. Polarização. 4. Direita. 5. Esquerda. 6. Tolerância. I. Paiva, Angela Randolpho. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. III. Título.

CDD: 300

Para Maria Lúcia e nossos
amados filhos Fernando e Bruno

Agradecimentos*

Em todos os campos do conhecimento, a ciência é fruto de um apaixonante processo de construção coletiva que pressupõe constante autocrítica e diálogo. Foram muitos os autores com quem “conversei” ao longo dos anos, seja nas horas de estudo solitário, seja nos cursos, seminários e outras oportunidades que a vida acadêmica oferece. Hoje gostaria de agradecer particularmente àqueles autores que aceitaram se tornar meus interlocutores para além de seus artigos e livros.

A Angela Paiva, minha caríssima orientadora, pela paciência, zelo, dedicação e seriedade com que, sem perder a leveza, me acompanhou ao longo desses anos de pesquisa doutoral. Sua leitura atenta e suas inestimáveis indicações bibliográficas foram para mim um verdadeiro farol. Muito obrigado por tudo.

A François Dubet, pela gentileza com que me recebeu no *Centre Émile Durkheim* da *Université de Bordeaux*. Foi um privilégio poder contar, em meu projeto de pesquisa, com a perspicácia e a profundidade que caracterizam suas obras.

A Maria da Glória Gohn e Maria Alice Resende de Carvalho pelo respeito, delicadeza e competência com que fizeram suas críticas e sugestões ao meu trabalho no exame de qualificação. Retornei às preciosas anotações daquele dia inúmeras vezes no processo de construção desta tese.

A Fernando Cardoso Lima Neto e Breno Bringel, por terem aceitado fazer parte da banca examinadora desta tese. Nunca me esqueci das preciosas observações feitas por Lima Neto após uma minha apresentação no Grupo de Estudos Direitos, Reconhecimento e Desigualdade (GEDRED).

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio, em particular a Luiz Werneck Vianna e Roberto DaMatta, cujas disciplinas foram fundamentais para minha formação intelectual.

A Antonio Mendes da Costa Braga, da UNESP, e Maria Sarah da Silva Telles, da PUC-Rio, por sua disponibilidade.

A toda a equipe operacional e administrativa que faz da PUC-Rio esse lugar extraordinário. Em particular, um muito obrigado a Aline Selder, Ana Roxo e Felipe Santos, da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências

Sociais, pela orientação prestativa e competente quanto aos procedimentos acadêmicos.

À equipe do *Centre Émile Durkheim*, em particular a Valérie Falck, pela cordial orientação e acolhida, e a todos colegas doutorandos franceses, em particular Maud Aigle, pela atenção e generosidade.

Aos professores Patrick Zimmerman e Matthieu Trouvé, da *Sciences Po Bordeaux*, pelas oportunidades e pela gentil proximidade.

Aos colegas do doutorado na PUC-Rio, em particular Taísa Sanches, Leonardo Puglia e Jonas Araújo, pelo companheirismo. A habitual correria em que todos vivemos não permitiu que convivêssemos tanto quanto eu gostaria, mas a partilha dos conhecimentos e desafios cotidianos foi fundamental para a travessia.

Um agradecimento especial a todas as pessoas que me concederam entrevistas durante a minha pesquisa. A singularidade e riqueza da experiência de cada um me proporcionaram aprendizados que foram muito além do campo intelectual.

A Ana Luiza Malatesta de Freitas pela prontidão e competência com que realizou a revisão ortográfica e gramatical desta tese.

Minha gratidão também a Cassiano Simões, Ana Cristina Lousada e Carmelita Agrizzi, da direção da Faculdade Católica Salesiana de Macaé, por terem me apoiado e mantido meu vínculo com a instituição durante o estágio de pesquisa na França; e aos meus caros alunos, pela adesão animada às minhas disciplinas, cuja preparação, ao longo desses anos, representou para mim quase uma segunda tese.

A Mônica e Antoine Gonzales, pela calorosa e prestativa acolhida em Bordeaux, e aos amigos Ana Bruel e Marcos Santana, com quem compartilhamos momentos fantásticos na cidade francesa.

A Thiago Borges, José Luís Bomfim, Fernanda Pompermayer, Vitor Reis, Felipe Silva, Charles Nisz e Renato Sanchez pelas conversas profundas e pelo tesouro que são essas amizades que a distância não muda. Aos amigos Ana Carolina Wolfe e Rafael Jó Girão pela parceria e compreensão.

Finalmente, meus amados familiares: a meu sogro e minha sogra Maria do Socorro e Antônio de Pádua, muito obrigado por serem essa família extraordinária, em que encontrei o amor da minha vida e ainda fui presenteado

com novos irmãos: Nana, Manoel, Dudu, João Paulo e Cecília, a vida com vocês é uma aventura muito divertida. Obrigado por todo o apoio à nossa família nos diversos desafios dos últimos tempos.

Aos meus pais, Enio e Meire, e aos meus irmãos, Pati e Pedro: com vocês nem uma tese inteira de agradecimentos seria suficiente. A incondicionalidade do amor de vocês forjou em mim a certeza de que a vida que vale a pena ser vivida tem como norte o outro. Depois de tantos anos, continuo me surpreendendo com a sua capacidade de amar. Obrigado! Rodrigo, João e Rafael, vocês trazem muita alegria à família.

Maria Lúcia, minha gratidão a você também não cabe nessas páginas. Obrigado por todos os sacrifícios feitos para que eu conseguisse concluir esta tese. Obrigado principalmente por escolher caminhar na vida comigo, nesse exercício cotidiano de alteridade que forja gradativamente quem somos. Obrigado por defender comigo, todos os dias, a tese mais importante: a educação dos nossos filhos.

Fernando, você é uma fonte infinita de luz. Obrigado por compreender e apoiar o papai nesta etapa desafiadora da vida. Bruno, você nasceu praticamente junto com esta tese. Espero que você e seu irmão um dia queiram lê-la e nela descubram um aspecto desse pai que vive por vocês.

*O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, Código de Financiamento 001) e do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), da mesma instituição, à qual sou muito grato pelas oportunidades concedidas.

Resumo

EVANGELISTA, Daniel Fassa. PAIVA, Angela Randolpho (Orientadora). **Polarização e movimentos sociais contemporâneos no Brasil e na França**. Rio de Janeiro, 2020. 275 p. Tese de Doutorado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A polarização é um dos principais traços do ciclo de protestos vivido pelo Brasil desde 2013. Nesta tese, de natureza exploratória, busca-se compreender suas raízes, a partir do diálogo com membros do Movimento Passe Livre, desencadeador das manifestações de junho de 2013, e do Movimento Brasil Livre, um dos protagonistas das manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff entre 2015 e 2016. Além deles, são entrevistados integrantes de dois movimentos franceses: assim como no Brasil, trabalha-se com um movimento de esquerda, *Nuit Debout*, e um de direita, *La Manif pour Tous*. As entrevistas articulam-se em torno da interpretação dos ativistas a respeito das categorias liberdade, igualdade e fraternidade, com particular atenção à relação desses conceitos com a tolerância recíproca. A análise é realizada através do aparato teórico-metodológico da “sociologia da experiência”, de François Dubet, partindo-se do pressuposto de que os atores são capazes de reflexividade. Além de proporcionar o conhecimento de quatro identidades políticas diferentes dentro do espectro esquerda-direita, a comparação das entrevistas evidencia que os atores, não obstante divergências claras, têm em comum a insatisfação generalizada com o *establishment* político, mas são ambíguos quanto à legitimidade de seus adversários.

Palavras-chave:

Movimentos Sociais; Polarização; Direita; Esquerda; Liberdade; Igualdade; Fraternidade; Tolerância;

Abstract

EVANGELISTA, Daniel Fassa. PAIVA, Angela Randolpho (Advisor). **Polarization and Contemporary Social Movements in Brazil and France**. Rio de Janeiro, 2020. 275 p. Tese de Doutorado – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Polarization is one of the main features of the cycle of protests experienced by Brazil since 2013. In this exploratory thesis, we seek to understand its roots, through dialogue with members of the Free Pass Movement (Movimento Passe Livre), which triggered the June 2013 demonstrations, and the Free Brazil Movement (Movimento Brasil Livre), one of the protagonists of the demonstrations for the impeachment of Dilma Rousseff between 2015 and 2016. In addition, members of two French movements are interviewed: as in Brazil, there is a leftist movement, *Nuit Debout*, and one on the right, *La Manif pour Tous*. The interviews are articulated around the interpretation of the activists regarding the categories liberty, equality and fraternity, with particular attention to the relationship of these concepts with reciprocal tolerance. The analysis is carried out through the theoretical-methodological apparatus of “sociology of experience”, by François Dubet, based on the assumption that the actors are capable of reflexivity. In addition to providing knowledge of four different political identities within the left-right spectrum, the comparison of the interviews shows that the actors, despite clear differences, have in common the general dissatisfaction with the political establishment, but are ambiguous about the legitimacy of their opponents.

Keywords:

Social Movements; Polarization; Right; Left; Liberty; Equality; Fraternity; Tolerance.

Sumário

1. Introdução	18
2. Polarização e movimentos sociais na modernidade democrática	38
2.1 Modernidade, alteridade e conflito	43
2.2 Individualismo moral, democracia e direitos humanos	45
2.3 Reflexividade, subjetivação e movimentos sociais	49
2.4 Debates em torno de uma definição	58
3. Por uma análise não polarizada da polarização	66
3.1 Sociologia da experiência	67
3.2 Esquerda, direita e os movimentos sociais em tela	77
3.3 Liberdade, igualdade e fraternidade	86
4. Cultura política e raízes históricas da polarização no Brasil	95
4.1 Traços de modernidade à brasileira	98
4.2 Conservadorismo, anticomunismo e golpes militares	103
4.3 Ditadura, redemocratização e movimentos sociais	112
5. O debate acadêmico pós-Junho de 2013	119
5.1 No calor dos acontecimentos	119
5.2 Movimentos de esquerda e direita nas análises de conjuntura	121
5.3 Esquerda e direita na sociologia dos movimentos sociais	134
6. A experiência da polarização: MPL e MBL	143
6.1 A origem do Movimento Brasil Livre (MBL)	144
6.2 As raízes do Movimento Passe Livre (MPL)	149
6.3 A pesquisa de campo: sociologia da experiência	151
6.4 Subjetivação e liberdade	153
6.5 De junho ao impeachment: estratégia e (des)igualdade	161
6.6 Nós e eles: integração social e antagonismos	166
6.7 A polarização severa na experiência social	172

6.8 Liberdade, igualdade e fraternidade na experiência social	177
7. <i>La Manif pour Tous</i> , <i>Nuit Debout</i> e o imponderável na pesquisa	185
7.1 Conjuntura política francesa contemporânea	185
7.2 Reflexões metodológicas	187
7.3 Os <i>Gilets Jaunes</i> (Coletes Amarelos)	190
8. A experiência social em <i>La Manif pour Tous</i> e <i>Nuit Debout</i>	212
8.1 O início de <i>La Manif pour Tous</i> (LMPT)	212
8.2 O movimento de praças <i>Nuit Debout</i> (ND)	217
8.3 <i>La Manif pour Tous</i> e <i>Nuit Debout</i> em Bordeaux	222
8.4 Subjetivação e liberdade entre os militantes franceses	224
8.5 Integração social e antagonismos entre os militantes franceses	231
8.6 A polarização severa na experiência social francesa	235
8.7 Liberdade, igualdade, fraternidade: o tríptico visto por seus filhos	240
9. Considerações finais	246
10. Referências bibliográficas	251

Lista de siglas e abreviaturas

AC	Ação Católica
ADFG	Ação Democrática Feminina Gaúcha
AEP	Análise dos eventos de protesto
AIB	Ação Integralista Brasileira
ALN	Aliança Libertadora Nacional
ATTAC	Associação pela Tributação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos
CBA	Cruzada Brasileira Anticomunista
CDF-PE	Cruzada Democrática Feminina de Pernambuco
CGT	<i>Confédération Générale du Travail</i> (Confederação Geral do Trabalho)
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMI	Centro de Mídia Independente
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EPL	Estudantes pela Liberdade
ESEB	Estudo Eleitoral Brasileiro
EUA	Estados Unidos da América
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FSM	Fórum Social Mundial
G8	Grupo dos 8 países mais ricos do mundo: EUA, Japão, Alemanha, Canadá, França, Itália, Reino Unido e Rússia
GPOPAI	Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IL-SP	Instituto Liberal De São Paulo
IMB	Instituto Mises Brasil
IMIL	Instituto Milênio
IOL	Instituto Ordem Livre
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
JEC	Juventude Estudantil Católica

JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
LDN	Liga da Defesa Nacional
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LIBER	Partido Libertário
LIMDE-MG	Liga da Mulher Democrática de Minas Gerais
LMPT	<i>La Manif pour Tous</i>
LMPT/LS	<i>La Manif pour Tous/Les Sentinelles</i>
LS	<i>Les Sentinelles</i>
MAF-SP	Movimento de Arregimentação Feminina de São Paulo
MAP	Mass Affective Polarization
MBL	Movimento Brasil Livre
MCCE	Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral
MIP	Mass Ideological Polarization
MMC	Movimento Por um Mundo Cristão
MPL	Movimento Passe Livre
MPP	Mass Partisan Polarisation
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
ND	<i>Nuit Debout</i>
OMC	Organização Mundial do Comércio
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCO	Partido da Causa Operária
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
POR	Partido Operário Revolucionário
PRP	Partido Republicano Progressista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores

PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SFL	Students For Liberty
Sud-PTT	Solidaires Unitaires Démocratiques.
TFP	Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade
TICPE	<i>Taxe intérieure de consommation sur les produits énergétiques</i> (Taxa interior de consumo sobre os produtos energéticos)
UCF-SP	União Cívica Feminina de São Paulo
UDN	União Democrática Nacional
UMP	<i>Union pour un mouvement populaire</i> (União por um movimento popular)
UNE	União Nacional dos Estudantes
UPES	União Paulista de Estudantes Secundaristas
VLT	Veículo Leve sobre Trilhos
VPR	Vem pra Rua
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária
CAMDE	Campanha da Mulher pela Democracia da Guanabara
ZAD	<i>Zone à deffendre</i> (região a defender)

Lista de Figuras

Figura 1: Manifestantes concentram-se na Place de la Bourse, centro de Bordeaux, no dia 02/03/2019.	192
Figura 2: Policiamento ostensivo na Praça Pey Berland, na manhã do sábado, 16/02/2019, em preparação para as manifestações do período da tarde.	193
Figura 3: Manifestantes concentram-se no fim da manifestação do dia 19/01/2019, na entrada da praça Pey Berland, onde se localiza a prefeitura (foto inferior direita, ao fundo) e a catedral de Saint-André (foto à esquerda).	194
Figura 4: Coletes personalizados com variados escritos foram um repertório típico dos <i>Gilets Jaunes</i> de Bordeaux. Fotos realizadas no dia 09/02/2019.	195
Figura 5: Cartazes fotografados no dia 02/03/2019 vão da indignação contra o sistema político à reivindicação por acessibilidade aos surdos.	196
Figura 6: Protestos contra autoridades caminharam lado a lado com mensagens de cunho ético ou religioso nas manifestações do dia 02/03/2019.	197
Figura 7: Cartazes fazem referência à Revolução Francesa.	199
Figura 8: Reivindicações de debates públicos verdadeiramente democráticos, de projetos de lei de iniciativa popular e até da saída da França da União Europeia foram vistas em cartazes na manifestação do dia 09/02/2019.	200
Figura 9: Sindicalistas percorrem ruas do centro de Bordeaux, após concentrarem-se na Praça da República, em dia de greve geral (05/02/2020).	205
Figura 10: Na imagem superior, Philip Poutou participa de manifestação dos Coletes Amarelos no dia 26/01/2019. Nas fotos inferiores, participantes portam bandeiras de sindicatos no dia 09/02/2019.	206
Figura 11: A depredação do patrimônio público e privado também fez parte do repertório de alguns dos participantes dos <i>Gilets Jaunes</i> em Bordeaux. Imagens realizadas nos dias 26/01/2019 e 09/02/2019.	207
Figura 12: A fanfarra jovem e os socorristas tiveram atuação fundamental nas manifestações dos Coletes Amarelos. Fotos nos dias 19 e 26/01/2019.	208

Figura 13: Assembleia Geral dos *Gilets Jaunes* no dia 23/02/2019, 209
às 17h, na *Place de La Bourse*. Três horas antes, haviam partido
dali milhares de manifestantes para mais um ato semanal.

*La raison d'être de la démocratie
est la reconnaissance de l'autre.*

Alain Touraine

1 INTRODUÇÃO

Desde que o Movimento Passe Livre (MPL) desencadeou o maior ciclo de protestos¹ da história do país, vivemos um período de intensas crises e severa polarização, em que cidadãos e movimentos sociais se contrapõem a partir da mobilização, não raro maniqueísta, de categorias como esquerda e direita. O ponto culminante dessa dinâmica foi a agressividade da campanha eleitoral de 2018, que resultou na eleição de Jair Bolsonaro.

As manifestações de junho de 2013 foram protagonizadas por atores novos no cenário sociopolítico nacional: enquanto na Campanha pelas Diretas Já (1984) e no Fora Collor (1992) os partidos políticos desempenharam um imprescindível papel de articulação, em 2013 eles não apenas foram coadjuvantes, como também tornaram-se um dos alvos da insatisfação de boa parte dos manifestantes.

Criado oficialmente em janeiro de 2005, durante o Fórum Social Mundial, o MPL é uma organização de movimento social cujos métodos e princípios o distinguem de setores mais tradicionais da esquerda, embora se encontre, ainda assim, fortemente ancorado nesse campo do espectro político. Seu caráter autônomo, independente – não somente em relação a partidos, mas também ONGs, instituições religiosas e financeiras – horizontal e apartidário não implica, no entanto, o antipartidarismo que se fez presente nas ruas.

Tendo agido a partir de uma pequena oportunidade política – o aumento da tarifa do transporte público – o MPL viu seus protestos criarem uma grande oportunidade para que outros atores expusessem suas demandas. A rápida difusão, por meio das redes sociais, de *frames* (SNOW; BENFORD, 1992, TARROW, 1992) de indignação ante a violência policial – contrariando o discurso midiático inicial, que enfatizava o vandalismo – foi fundamental para que ocorresse essa amplificação (GOHN, 2014a; TATAGIBA, 2014, CASTELLS, 2015).

Nas manifestações que se seguiram, viu-se uma nova geração de manifestantes predominantemente jovens (64%), muitos dos quais debutavam em eventos do tipo (46%) e não se sentiam representados pelos partidos políticos

¹ Segundo Sidney Tarrow, um ciclo de protestos pode ser definido como “a phase of heightened conflict across the social system, with rapid diffusion of collective action from more mobilized to

(89%)². Dos hospitais e escolas “padrão FIFA” ao combate à corrupção, da reforma política ao “Fora PT”, os cartazes individuais feitos em cartolina comunicavam mais que as múltiplas demandas neles inscritas pelos manifestantes: eles afirmavam sua autonomia para propor tais demandas nos próprios termos, independentemente das hierárquicas organizações, políticas ou civis, tradicionais.

Em meio a toda essa multiplicidade, não faltaram conflitos. Em particular na última manifestação da qual o MPL participou, no dia 20 de junho de 2013, logo após a conquista da revogação do aumento³. Naquele protesto, pude testemunhar⁴ empurra-empurras e agressões a integrantes do PT, PSTU, PSOL e PCO, cujas bandeiras foram tomadas à força, rasgadas e queimadas. Embora abertamente crítico à postura desses partidos, o MPL tentou formar um cordão humano para garantir seu direito de manifestação. Sem sucesso.

Já havia alguns anos que a corrupção – associada particularmente ao PT – voltara a figurar como um dos temas centrais da ação coletiva no país, impulsionada pelo impacto midiático do escândalo do Mensalão, que veio a público em 2005 e foi julgado pelo STF em 2012. Um sintoma disso é que, em pesquisa realizada pelo instituto Datafolha na manifestação do dia 20, Joaquim Barbosa, presidente do STF durante o julgamento daquele processo, aparecia com 30% das intenções de voto nas próximas eleições presidenciais⁵. Era um prenúncio da popularidade que seria conquistada pelo juiz Sérgio Moro, principal nome da Operação Lava Jato, alguns anos depois.

Na década que precedeu as manifestações de junho de 2013, vieram à tona, por um lado, movimentos como o Endireita Brasil⁶, declaradamente antipetista, e o Cansei⁷, associado à elite paulistana; por outro, destacou-se o

² Dados de pesquisa realizada pelo IBOPE no dia 20 de junho em oito capitais – quando, apesar da revogação do aumento tarifário em São Paulo e outras cidades, as manifestações já tinham se espalhado por todo o país. Cf. G1 (2013).

³ Além de São Paulo, anunciaram a redução da tarifa, no dia 19/06/2013, as cidades de Cuiabá, Recife, João Pessoa, Caxias do Sul, Porto Alegre e Rio de Janeiro.

⁴ O mês de junho de 2013 foi determinante para que eu decidisse dedicar minha dissertação de mestrado ao tema, intitulada “Manifestações de junho de 2013 em São Paulo: um olhar a partir dos paradigmas da mobilização de recursos e dos novos movimentos sociais” (FASSA EVANGELISTA, 2015).

⁵ Cf. FOLHA DE SÃO PAULO (2013a)

⁶ Fundado em 2006 por um grupo de advogados de São Paulo, liderados pelo atual ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles (ROCHA, 2018).

⁷ Criado em 2007 por membros da elite paulistana, como João Dória, atual prefeito da capital paulista, com o apoio da OAB-SP e organizações da sociedade civil como CRIA Brasil,

Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), rede fundada em 2002 por mais de 70 entidades da sociedade civil, inspiradas por um projeto de combate à corrupção desenvolvido pela CNBB entre 1997 e 1998⁸. Além de viabilizar a aprovação do projeto de lei de iniciativa popular que deu origem à Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/2010), o movimento promoveu grandes manifestações anticorrupção em 2011 e 2012 (ROCHA, 2018).

Não foi casual, portanto, a emergência de protestos contra a PEC 37 no seio das manifestações de junho de 2013, por iniciativa de atores alheios ao MPL. Se aprovada, a Proposta de Emenda Constitucional teria tirado o poder de investigação dos Ministérios Públicos federal e estaduais, o que fez com que ela se tornasse alvo frequente de manifestantes a partir de 13 de junho. No dia 22, um protesto específico contra a PEC reuniu cerca de 35 mil pessoas em São Paulo⁹. No dia 24, ela foi derruada pelo Congresso, no embalo da “agenda positiva”¹⁰ adotada pelo Executivo e pelas casas legislativas federais, numa tentativa de responder à “voz das ruas”.

Dentre os líderes dos protestos contra a PEC 37 emergiu Renan Santos, que fundaria, no ano seguinte, uma das organizações mais proeminentes nas manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff: o Movimento Brasil Livre (MBL). Em junho de 2013, o MBL nada mais era que um perfil no Facebook, criado com um nome provocativamente parecido com o do Movimento Passe Livre, para dar visibilidade a ideias ligadas ao liberalismo econômico. Seus criadores eram Fábio Ostermann, Juliano Torres e Anthony Ling, membros-fundadores da filial brasileira *Students for Liberty*, uma organização não governamental financiada por *think tanks* ultraliberais dos Estados Unidos (AMARAL, 2015).

Abandonado no final de 2013, o perfil só voltaria a ser utilizado em 2014, quando Ostermann o colocou à disposição de Renan Santos para que ele e os

Campanha Rir para não Chorar, Casa do Zezinho, Fundação SOS Mata Atlântica, Instituto Brasil Verdade, Instituto Rukha e Movimento Nossa São Paulo Outra Cidade (ROCHA, 2018).

⁸ Informação disponível em: <http://www.mcce.org.br/>. Acesso em 31 ago. 2020.

⁹ Cf. FOLHA DE SÃO PAULO (2013b)

¹⁰ Dilma propôs o investimento de 50 bilhões em mobilidade urbana, a destinação dos recursos do petróleo para a educação, a contratação de médicos estrangeiros para ampliar a cobertura oferecida pelo SUS, a transformação da corrupção em crime hediondo e a realização de um plebiscito para convocação de assembleia constituinte exclusivamente dedicada à reforma política, ideia da qual acabou desistindo em seguida. Entre junho e agosto, Câmara e Senado aprovaram projeto de lei que destinava 75% dos royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde, bem como o Estatuto da Juventude, que tramitava havia 10 anos. Cf. DW (2013).

primeiros integrantes do então chamado Movimento Renovação Liberal organizassem manifestações contra a presidente reeleita.

A emergência de movimentos sociais de direita a partir de 2014 não foi, portanto, um raio em céu azul, como também não o fora o protagonismo do MPL em junho de 2013, como veremos no capítulo 6. Se a luta pelo passe livre nasce no caldo cultural dos movimentos alterglobalização do fim da década de 1990 e faz um longo percurso de mobilizações em diversas cidades brasileiras nos anos 2000 até explodir em 2013, o MBL deita suas raízes em uma “nova direita” que se forma gradativamente no país, mais ou menos no mesmo período.

Como demonstrou recentemente a cientista política Camila Rocha (2018), trata-se de uma direita que busca dissociar-se do estigma da “direita envergonhada” pelo apoio à ditadura, além de defender abertamente, com diferentes graus de intensidade, o livre mercado e/ou posições conservadoras no campo moral. Esse “amalgama ultraliberal-conservador” (ROCHA, 2018, p. 16) vive grandes tensões internas, dada a diversidade de sua composição, mas mantém-se unido pelo anti-esquerdismo e anti-petismo fomentado há anos pelo escritor Olavo de Carvalho.

Fundamentais na gênese dessa nova direita foram as comunidades e os fóruns virtuais que se difundiram por meio do hoje extinto Orkut, desempenhando papel semelhante ao que as páginas do Centro de Mídia Independente tiveram para o MPL.

A primeira manifestação pelo impeachment de Dilma Rousseff foi convocada pelo MBL – que àquela altura ainda não havia assumido esse nome – minutos depois da confirmação de sua reeleição, no dia 26 de outubro de 2014, após o acirrado segundo turno disputado contra Aécio Neves. Mais de 200 mil pessoas confirmaram presença pelo Facebook, mas apenas 3 mil compareceram (MARTÍN, 2014), entre as quais integrantes do #VemPraRua, que havia apoiado Aécio, e do Revoltados Online, defensor da intervenção militar. A partir de então, o MBL dividiria e disputaria o comando das manifestações pró-impeachment com esses grupos.

Naquele ano, outras duas manifestações contra Dilma ainda seriam convocadas pelo MBL, mas seria a partir de 2015 que elas se tornariam um fenômeno de massa. No dia 15 de março de 2015, cerca de um milhão de pessoas foram às ruas de 152 municípios brasileiros, incluindo todas as capitais, para

protestar contra a corrupção, o governo federal e o PT. Bandeiras do Brasil e cantos nacionalistas faziam parte do repertório¹¹.

O verde-amarelo predominava, em contraponto ao vermelho dos partidos e movimentos de esquerda e ao preto do MPL. O dia de manifestação – um domingo – também era um traço distintivo, uma vez que movimentos de esquerda protestam geralmente durante a semana. Naquele dia comemoravam-se os 30 anos do encerramento oficial da ditadura militar, com a posse de José Sarney como presidente da República. Paradoxalmente, parte dos manifestantes pedia o retorno dos militares.

Dois dias antes, uma sexta-feira, 13 de março, atos convocados pela CUT (Central Única dos Trabalhadores), pelo MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) e pela UNE (União Nacional dos Estudantes), entre outros movimentos sociais, pintaram de vermelho as ruas de 23 capitais do país. Menos numerosos, os manifestantes protestavam contra o ajuste fiscal proposto pelo governo e em defesa dos direitos trabalhistas. Apesar do tom crítico ao governo petista, muitos cartazes e discursos contrários ao impeachment foram vistos e ouvidos¹².

Um ano depois, no dia 13 de março de 2016, um domingo, as manifestações pelo impeachment chegaram a 6,9 milhões de pessoas nas ruas de todos os estados do país, de acordo com os organizadores, e 3,6 milhões de pessoas, de acordo com a Polícia Militar. Foram as maiores manifestações da história do país¹³. Segundo pesquisa do Instituto Datafolha, em São Paulo, 95% eram favoráveis ao impeachment¹⁴.

A maioria dos 500 mil manifestantes presentes na Avenida Paulista era do sexo masculino (57%), e a idade média registrada foi de 45,5 anos. 77% dos manifestantes tinham ensino superior. Em relação à renda mensal familiar, 14% disseram obter um ganho de até 3 salários mínimos por mês, 17%, de 3 a 5 salários, 26%, de 5 a 10 salários, e 37%, mais de 10 salários. 68% disseram não ter preferência por nenhum partido¹⁵.

¹¹ Cf. FOLHA DE SÃO PAULO (2015a).

¹² Cf. FOLHA DE SÃO PAULO (2015b).

¹³ Cf. G1 (2016a).

¹⁴ Cf. DATAFOLHA (2016a).

¹⁵ Ibid.

Quatro dias depois, numa sexta-feira, 18 de março, 1,3 milhão de pessoas se manifestaram em todo país em defesa de Dilma Rousseff (275 mil, segundo a PM)¹⁶. Segundo o Instituto Datafolha, 85% dos participantes disseram não pertencer aos grupos organizadores da manifestação em São Paulo (CUT, MST, PT entre outros). Seu perfil socioeconômico não apresentava grandes disparidades em relação ao dos manifestantes pró-impeachment: a idade média era de 39 anos e 78% tinham ensino superior. 21% tinham ganho de até 3 salários mínimos; 23%, de 5 a 10 salários; 28%, de 5 a 10 salários; e 24%, de mais de 10 salários mínimos por mês¹⁷.

Dilma foi afastada provisoriamente do cargo no dia 12 de maio de 2016 e destituída definitivamente no dia 31 de agosto do mesmo ano. As polêmicas em torno da justificação ou refutação do impeachment de Dilma Rousseff com base nas chamadas pedaladas fiscais – que dividiram a opinião pública, juristas, economistas, cientistas sociais e políticos – fogem ao escopo desta tese.

O ponto a ressaltar é que a ideia reverberou em uma esfera pública dividida e prosperou no Congresso, devido a uma correlação de forças desfavorável ao governo petista¹⁸. Seu substituto, o vice-presidente Michel Temer, foi três vezes denunciado pelo Ministério Público no exercício de seu mandato, mas conseguiu frear os diversos pedidos de impeachment abertos contra ele, dessa vez sem a pressão das ruas. Embora enfraquecido, conseguiu aprovar uma emenda constitucional que congelou por 20 anos os gastos públicos, incluindo saúde e educação, e uma reforma que reduziu direitos trabalhistas.

O emedebista terminou o mandato como presidente mais impopular desde a redemocratização. O processo eleitoral que elegeu seu sucessor ocorreu num contexto de descrença generalizada em relação ao *establishment* político e severa polarização.

Um estudo realizado pelos pesquisadores Pablo Ortellado e Márcio Moretto, do Monitor do Debate Público no Meio Digital da Universidade de São Paulo, serve para ilustrar esse fenômeno. Ao analisar o padrão de interação de 12

¹⁶ Cf. G1 (2016b).

¹⁷ Cf. DATAFOLHA (2016b).

¹⁸ Símbolo desse processo foi a ruptura pública do vice-presidente Michel Temer e do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, com a gestão Dilma, corroendo definitivamente a coalização que garantira a governabilidade desde o primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, na qual o MDB sempre desempenhou um papel preponderante.

milhões de brasileiros que curtiam as 500 páginas políticas mais relevantes no Facebook em 2016, os pesquisadores observaram que os usuários se fecharam em dois circuitos mutuamente excludentes, com poucas conexões entre si:

de um lado, todas as páginas dos partidos e políticos de esquerda, amalgamadas com as do feminismo, do movimento negro e do movimento LGBT, além das páginas das ONGs de direitos humanos; do outro lado, as páginas dos partidos e dos políticos de direita, amalgamadas com as do liberalismo econômico e do conservadorismo moral (ORTELLADO; MORETTO, 2018, p. 74).

Cada um desses dois polos representa a contraposição de duas narrativas antagônicas: a ideia de que o impeachment teria sido um golpe promovido por uma elite incomodada com a ascensão social de milhões de brasileiros, contraposta à tese de que o PT seria um partido essencialmente corrupto e populista que deveria ser extirpado da política nacional para que o Brasil pudesse superar a profunda crise político-econômica em que se encontrava¹⁹.

Nas eleições 2018, essa clivagem se manifestou, por um lado, na derradeira demonstração de força do PT, que chegou ao segundo turno com uma campanha centrada no mote “Haddad é Lula”. De outro, o antipetismo expresso nas ruas nos anos anteriores viu no “outsider” Bolsonaro sua única chance de vencer, fazendo vista grossa ao seu passado de declarações autoritárias, violentas, misóginas e homofóbicas.

Nessa disputa, mais uma vez as ruas e redes sociais digitais foram palco de grandes manifestações antagônicas. Lançado por mulheres indignadas com o discurso misógino de Bolsonaro, o movimento #EleNão teve sua hashtag compartilhada milhões de vezes e levou milhares às ruas contra sua candidatura. A reação veio com o #EleSim, que também mobilizou milhares de pessoas a favor do candidato (RAMOS, 2018).

Toda essa efervescência social suscitou, nos últimos anos, vasta produção no campo das ciências sociais brasileiras, como veremos no quinto capítulo. Por um lado, autores como Leonardo Avritzer, Luiz Eduardo Soares e Jessé de Souza, entre outros, tomaram as manifestações de junho de 2013 e seus desdobramentos como ponto de partida para uma reflexão mais ampla sobre o Brasil

¹⁹ Nesse sentido, as novas tecnologias de comunicação têm se mostrado bem mais ambíguas do que poderiam inicialmente supor abordagens otimistas como as de Manuel Castells (2015) e Pierre Levy (2002) a respeito de seu potencial democratizante. Hoje, as redes sociais digitais figuram como espaço de fortes embates ideológicos.

contemporâneo. Por outro, no campo da sociologia dos movimentos sociais, pesquisadores como Maria da Glória Gohn, Breno Bringel, Geoffrey Pleyers, Angela Alonso, Luciana Tatagiba e Andreia Galvão têm investigado os atores, valores, repertórios e conflitos que emergiram desde então.

Em geral, esses estudos tem sido fundamentais para o gradativo acúmulo de conhecimento sobre essa nova direita que vai às ruas, mas são raras as análises que estabelecem comparações entre ela e os movimentos sociais de esquerda, tendo em vista a compreensão do atual acirramento da polarização. Uma relevante exceção nesse sentido é o já mencionado trabalho de Pablo Ortellado e Márcio Moretto Ribeiro, do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação (GPOPAI) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP.

Esta tese busca somar-se a esses esforços, mas de uma outra perspectiva, com vistas a dar uma contribuição tão modesta quanto singular. Seu objeto não são as publicações de indivíduos e movimentos de esquerda e direita nas redes sociais, como no caso do grupo uspiano, mas movimentos sociais que tiveram grande protagonismo no ciclo de protestos iniciado em 2013: o MPL e o MBL. Evidentemente, sua representatividade não é exaustiva, dada a complexidade dos campos contrapostos. Ainda assim, são movimentos relevantes para a compreensão do problema de pesquisa aqui proposto.

O foco não são os recursos mobilizados e a estrutura de oportunidades político-econômicas relacionadas à ação coletiva, mas as raízes ideológicas e culturais da polarização severa, aqui entendida como o processo por meio do qual a diversidade político-ideológica passa a ser compreendida exclusivamente em termos de nós contra eles, num suposto jogo de soma zero. No Brasil, foi em meio a essa dinâmica relacional que um presidente com claras inclinações autoritárias e golpistas chegou ao poder. Não se trata, porém, de atribuir aos movimentos escolhidos a responsabilidade pela polarização, mas de tratá-los como casos exemplares que ajudam a compreendê-la.

Nesse sentido, é preciso ir além das úteis perspectivas analíticas propostas pela Teoria da Mobilização de Recursos (MCCARTHY e ZALD, 1977), e pela Teoria do Processo Político (TILLY, 1978; TARROW, 1992; SNOW; BENFORD, 1992), hoje agrupadas na chamada *Contentious Politics* (TARROW, 2011), bem como pelo paradigma dos Novos Movimentos Sociais (TOURAINE, 1973, 1985, 1989; MELUCCI, 1985, 1988, 1989; OFFE, 1985).

Os movimentos sociais latino-americanos em geral e brasileiros em particular (ALMEIDA, 2017), assim como os diversos movimentos sociais que emergiram em várias partes do globo a partir de 2008²⁰, demonstram que a ação coletiva posterior à década de 1960 não se organiza em torno de um princípio central, seja ele ligado a questões materiais, culturais ou identitárias.

Se, como afirma Alain Touraine, os movimentos sociais produzem a sociedade (TOURAINÉ, 1973), eles não são produtores que interpretam de maneira unívoca a normatividade intrínseca às democracias modernas. Assim como os atores que lhes dão vida, os movimentos mobilizam distintas lógicas de ação (DUBET, 1994), que não raro entram em conflito, na medida em que geram ações coletivas divergentes. Tais lógicas de ação são constitutivas da visão de mundo dos indivíduos e dos grupos sociais dos quais fazem parte. Elas exprimem suas interpretações sobre as condições materiais, a cultura, os valores e a estrutura de oportunidades políticas em que se inserem.

Por isso, adoto nesta tese a perspectiva da *sociologia da experiência* (DUBET 1994, 2017), na medida em que ela permite colocar em evidência as lógicas de ação operadas por atores e movimentos sociais, partindo do pressuposto de que eles são “intelectuais” capazes de “reflexividade” (DUBET, 2017, p. 74). Esse arcabouço teórico-metodológico foi desenvolvido pelo sociólogo francês François Dubet de maneira intrinsecamente ligada à intervenção sociológica de Alain Touraine. No cerne dessa prática de pesquisa encontra-se, como veremos no capítulo 3, o pressuposto de que o diálogo com os entrevistados é fundamental para a validação da análise sociológica.

²⁰ Desde a crise econômica internacional de 2008, a mais grave depois 1929, manifestações e protestos aconteceram em dezenas de países de todo o mundo: na Islândia, em 2009, um série de protestos culminou com a antecipação das eleições parlamentares, a ampliação dos espaços de participação social no sistema representativo e a responsabilização judicial da elite financeira especulativa pela crise; na Tunísia, em 2010, a autoimolação de Mohamed Bouazizi desencadeou uma onda de manifestações que colocou fim a uma ditadura de mais de 20 anos, levou à realização de eleições livres e desencadeou o fenômeno genericamente denominado Primavera Árabe. Na Espanha, em 2011, o Movimento dos Indignados levou milhares de pessoas às praças de Madrid e outras cem cidades do país, protestando contra o predomínio do sistema financeiro sobre o sistema político espanhol e experimentando formas inovadoras de organização democrática; nos Estados Unidos, também em 2011, o Movimento Occupy Wall Street reuniu grande número de ativistas no Zuccotti Park, enquanto outras manifestações aconteciam em outras 21 cidades norte-americanas. No Chile, entre 2011 e 2012, estudantes universitários e secundaristas protestaram contra a mercantilização do ensino; no México, em 2012, estudantes universitários de todo o país organizaram o movimento #YoSoy132, protestando contra a falta de transparência do processo eleitoral e reivindicando a democratização da comunicação do país; na Turquia, em 2013, centenas de milhares de pessoas protestaram contra as políticas autoritárias de Erdogan.

Ainda que não tenha sido possível aplicar a intervenção sociológica ao longo da pesquisa, uma vez que demandaria a realização de entrevistas em grupo para as quais eu não dispunha de tempo e recursos, foi a partir dessa aposta na reflexividade dos atores e na discussão de meus pressupostos teóricos com eles que as entrevistas individuais foram conduzidas e sistematizadas.

Essa escolha teórico-metodológica, certamente parcial e não exaustiva, é fruto de um processo de pesquisa iniciado em 2013, na trajetória que resultou em minha dissertação de mestrado, já mencionada anteriormente. Naquele momento, meu objetivo era simplesmente fazer um registro histórico das manifestações de junho na cidade de São Paulo, interpretar os acontecimentos à luz de uma revisão bibliográfica das teorias dos movimentos sociais, com particular atenção ao papel das redes sociais digitais, e analisar as entrevistas em profundidade que realizei com integrantes do Conselho Nacional de Juventude originários da capital paulista.

No projeto que deu origem a esta tese, meu intuito era dar um passo além e tentar compreender a polarização que só fez se aprofundar desde junho de 2013. Se, como afirma Hannah Arendt, viver é “estar entre os homens” (*inter homines esse*) e se somos “todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (ARENDT, 2007, p. 16), então relações sociais e políticas abertas à pluralidade e ao diálogo são aspectos fundantes da condição humana. Diante disso, como entender a radicalização da polarização?

Minha hipótese inicial, fortemente influenciada pela filosofia política de Antonio Maria Baggio, era a seguinte: a atual polarização estaria relacionada ao enfraquecimento e/ou distorção da fraternidade como princípio normativo fundante das sociedades democráticas, o que tornaria insuperável o antagonismo entre os defensores da liberdade, encarnados pelo Movimento Brasil Livre, e os defensores da igualdade, representados pelo Movimento Passe Livre.

À base dessa hipótese estava o argumento central de “O princípio esquecido” (BAGGIO, 2008): dos princípios proclamados no clássico tríptico da Revolução Francesa, somente liberdade e igualdade se manifestaram tanto como normas constitucionais quanto como ideias-força de movimentos sociais e políticos dos Estados-nação modernos.

A fraternidade, por sua vez, embora tenha desempenhado um papel unificador nos primeiros anos da Revolução – fundamentando a inédita horizontalidade das relações entre os cidadãos franceses, agora vistos como irmãos, sem exclusão – acabou restrita àqueles que aderissem aos ideais *sans-culottes* e jacobinos, dando origem ao terror revolucionário.

Igualmente sintomática da quase imediata redução do potencial universalizante do conceito de fraternidade foi sua negação aos colonos haitianos. Em nome dos mesmos princípios declarados no tríptico, eles proclamaram a primeira República negra do mundo, mas foram massacrados pelos franceses (BAGGIO, 2008).

Reduzida a uma seita, classe, nação ou etnia, a ideia de fraternidade levaria à desumanização dos adversários internos ou externos, um traço típico de contextos fortemente polarizados, como veremos no capítulo 3. Para o filósofo italiano, é por essa a razão que liberdade e igualdade tornam-se “sínteses extremas de duas visões de mundo, de dois sistemas econômicos e políticos que disputarão o poder nos dois séculos seguintes” (BAGGIO, 2008, p. 8).

O cientista político Norberto Bobbio é outro intelectual italiano que aponta a fraternidade como categoria imprescindível de sistemas políticos democráticos. Em *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*, o autor faz uma análise desencantada e, ao mesmo tempo, apaixonada desse regime e suas “promessas não cumpridas”. Embora privilegie a análise da dimensão formal da democracia – as regras do jogo que garantem a solução pacífica de conflitos – Bobbio afirma, na conclusão do primeiro capítulo da referida obra, que a sobrevivência da democracia também passa por ideais e costumes a ela afins.

“Em nenhum país do mundo o método democrático pode perdurar sem tornar-se costume. Mas pode tornar-se um costume sem o reconhecimento da irmandade que une todos os homens num destino comum?” (BOBBIO, 1997, p. 41). Trata-se de uma pergunta retórica, introduzida após a constatação de que, nos momentos históricos em que o ideal de tolerância, intrínseco às regras do jogo democrático, se ausentou, a inevitável conflitualidade social degenerou em violência fratricida.

Essa busca pelas bases de uma convivência social e política em que os adversários não são vistos como inimigos a serem destruídos – visão típica de contextos de polarização severa – mas como interlocutores legítimos no debate

democrático tem estimulado diversos autores, além dos já mencionados, a recorrerem ao conceito de fraternidade em suas reflexões filosóficas ou sociológicas²¹. É o caso de John Rawls, que, em seu clássico *Uma teoria da justiça*, faz coincidir o princípio esquecido do tríptico francês com o seu “princípio da diferença”, como veremos no terceiro capítulo.

Na sociologia, François Dubet foi um dos autores que se voltaram para o tema. Em obra recente, ele define a fraternidade como uma forma de *solidariedade* que vai além daquelas geradas pela interdependência econômica, pelo pertencimento a uma nação ou pelo estabelecimento de um contrato social (embora não as exclua). “Somos solidários porque aderimos a mitos, relatos e símbolos que nos constituem como ‘irmãos’”²² (DUBET, 2015, p. 45, tradução nossa).

Como adverte Dubet, embora constitua uma empreitada arriscada – pelo tom restritivo ou reacionário que pode adquirir – não se deve abrir mão dessa reflexão: “o fato de que os adversários da democracia e da modernidade se apoderem de uma questão não significa que essa questão não exista”²³, justifica-se o sociólogo. “Se deixarmos nas mãos dos adversários das sociedades abertas e plurais a questão de saber o que nos faz semelhantes o bastante para querer a igualdade, mal poderemos queixar-nos das respostas que lhe deem os populismos”²⁴ (ibid., p. 16, tradução nossa).

Em suma, a concepção de fraternidade, em sua acepção universalista, como princípio de tolerância e como pressuposto para a realização da liberdade que “não se torna arbítrio do mais forte” e da igualdade que “não degenera em igualitarismo opressor” (BAGGIO, 2008, p. 54), permaneceu presente em todo o processo de construção desta tese e foi um dos temas das entrevistas em profundidade realizadas.

Mas minha hipótese inicial se transformou. Na medida em que avancei com as investigações teóricas e empíricas, liberdade, igualdade e fraternidade

²¹ Outros tratam da mesma questão a partir de referenciais diferentes, como Chantall Mouffe e seu modelo agonístico, como veremos no terceiro capítulo.

²² “Somos solidários porque aderimos a mitos, relatos y símbolos que nos constituyen como ‘hermanos’”.

²³ “[...] el hecho de que los adversários de la democracia y la modernidade se apoderen de una cuestión no significa que esta cuestión no exista.”

²⁴ “Si dejamos en manos de los adversarios de las sociedades abiertas y plurales la cuestión de saber qué es lo que nos hace lo bastante semejantes para querer la igualdad, mal podremos quejarnos de las respuestas que le den los populismos.”

passaram a operar não como fatores explicativos, atribuídos de cima para abaixo aos movimentos sociais analisados, mas como princípios desencadeadores de reflexão crítica à luz do diálogo com os atores envolvidos com meu problema de pesquisa, a polarização.

Trabalhar com esses conceitos revelou-se um recurso de grande potencial heurístico para esta tese, porque ajudou a lançar luz sobre convergências e divergências entre movimentos sociais ideologicamente distintos e, sobretudo, a compreender seu nível de tolerância e disponibilidade para reconhecer a legitimidade de seus adversários.

Pode-se legitimamente objetar que a carga normativa dessa empreitada é estranha a um trabalho que se pretenda efetivamente sociológico. No entanto, como já observava Max Weber (1997), a “objetividade” do conhecimento no campo das ciências sociais não implica a ausência de pressupostos, o que seria impossível, mas seu autocontrole por meio de pesquisa metodologicamente orientada, a partir da qual se torne possível estabelecer relações – e não juízos de valor – entre a realidade empírica observada e a teoria a partir da qual se busca compreendê-la.

Além disso, como demonstra Josué Pereira da Silva (2017), toda sociologia que se pretenda crítica, como é o caso da presente tese, traz implícita certa normatividade, que opera tanto na definição dos problemas de pesquisa considerados relevantes quanto na sua análise e interpretação, com maior ou menor lastro empírico a depender do autor em questão.

Trata-se de uma “tradição” que opera “no limite entre sociologia e teoria social” (SILVA, 2017, p, 1), composta por diversas teorias e sociologias críticas que têm em comum o fato de lançarem luz sobre os mecanismos de dominação que impedem a realização do ideal emancipatório intrínseco às democracias modernas. Entre elas pode-se mencionar autores tão distintos quanto Theodor Adorno, Max Horkheimer, Jürgen Habermas e Axel Honneth, da Escola de Frankfurt, além de Pierre Bourdieu, Nancy Fraser e Boaventura de Sousa Santos, provenientes de outras tradições.

A crítica da polarização que procuro modestamente empreender nesta tese leva em conta o caráter ainda precário da implementação dos direitos de cidadania no Brasil, cuja marca é a desigualdade estrutural, além de incluir na análise o conceito de fraternidade, por considerá-lo, como evidenciado acima, diretamente

ligado às condições de possibilidade da convivência democrática. Essa crítica não se pretende, porém, portadora de uma visão de totalidade capaz de tudo explicar. O objetivo, pelo contrário, é colocar as hipóteses de trabalho em jogo, submetendo-as ao escrutínio dos atores e movimentos estudados, estabelecendo com eles um processo dialógico que proporcione uma retroalimentação constante entre teoria e empiria (uma empiria não objetificada, porque composta por seres humanos capazes de reflexividade).

Os fundamentos metodológicos dessa empreitada encontram-se, como já foi dito, na sociologia da experiência de François Dubet e na intervenção sociológica de Alain Touraine, além de dialogarem com a “sociologia pragmática da crítica” de Luc Boltanski (2011), outro sociólogo francês que aposta na capacidade crítica dos atores.

Pode-se igualmente objetar que tal abordagem ignora os condicionamentos sociais, políticos e econômicos que, se não eliminam, criam obstáculos a esse exercício de reflexividade. No entanto, ao lançar luz sobre as distintas lógicas de ação da vida social, a sociologia da experiência busca justamente evidenciar a relação intrínseca entre o individual e o coletivo, que se condicionam reciprocamente.

Como outrora afirmou José de Souza Martins (2013) ao defender abordagens qualitativas como esta, trata-se do exercício de “artesanato intelectual” sobre o qual falava C. W. Mills (2000), que “pede mais respeito do que o habitual pelas pessoas com as quais conversamos para obter os dados necessários a nossas análises e interpretações” (MARTINS, 2013, p. 26).

Foi a partir do encontro com a obra de Dubet que surgiu a possibilidade de ampliar o escopo comparativo da presente tese, que passou a contemplar não apenas MPL e MBL, mas também dois movimentos sociais franceses. O primeiro contato com o sociólogo francês ocorreu em setembro de 2017, via e-mail, quando lhe apresentei meu projeto de pesquisa. Convencido da relevância da proposta, Dubet solicitou à diretoria do Centro Émile Durkheim, da Universidade de Bordeaux, a formalização de um contrato de estágio de pesquisa por meio do qual eu pudesse ser recebido.

A demanda foi aceita, condicionada à obtenção dos recursos financeiros necessários. Eles foram obtidos graças a uma bolsa de seis meses a mim concedida pelo Programa de Doutorado-Sanduíche no Exterior (PDSE-CAPES),

via processo seletivo interno do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio.

Quando cheguei a Bordeaux, em setembro de 2018, não poderia imaginar que dali a dois meses eclodiria um ciclo de protestos que pegaria de surpresa um país acostumado com o povo nas ruas: eram os chamados *Gilets Jaunes* (Coletes Amarelos)²⁵. Minha intenção inicial era entrevistar membros de dois movimentos sociais franceses, um de esquerda, outro de direita, a fim de realizar uma comparação com os movimentos estudados no Brasil. No entanto, dada a intensidade e relevância do fenômeno, antes mesmo que eu começasse a contatar meus entrevistados, decidi acompanhar de perto as manifestações, particularmente fortes na capital da Aquitânia²⁶.

Entre 8 de dezembro de 2018 e 3 de março de 2019, testemunhei, em oito ocasiões diferentes, o ritual que se repetiria semanalmente, todos os sábados à tarde, por mais de um ano²⁷: concentração em um espaço público conhecido, seguida de trajetos definidos no calor dos acontecimentos (sem negociação prévia com as autoridades municipais) e, finalmente, confronto com a polícia, com direito a bombas de gás lacrimogênio, balas de borracha e depredações do patrimônio público e privado por parte de uma minoria de manifestantes.

Como veremos no capítulo 7, em que faço um breve relato fotográfico da observação participante realizada no período, a comunicação personalizada – expressa nos próprios coletes ou nos cartazes de cartolina –, a ausência de lideranças claras, o caráter apartidário, a grande presença de “debutantes” (não necessariamente jovens) em atos do tipo, tudo tornava inevitável comparar aquele momento com junho de 2013 no Brasil.

Quando finalmente comecei a entrar em contato com meus potenciais entrevistados em janeiro de 2019, após três meses de pesquisa teórica e necessária ambientação (sobretudo para alcançar uma maior naturalidade na comunicação em francês), outra semelhança com o levante brasileiro veio à tona: a despeito de

²⁵ As primeiras manifestações ocorreram no dia 17 de novembro de 2018, em cidades de todo o território francês.

²⁶ Região administrativa francesa do sudoeste da França e que tem em Bordeaux sua capital. Desde 2016 recebeu o nome de Nova Aquitânia, incorporando outras duas regiões: Limousin e Poitou-Charentes, reunindo os seguintes departamentos: Charente, Charente-Maritime, Corrèze, Creuse, Dordogne, Gironde, Landes, Lot-et-Garonne, Pyrénées-Atlantiques, Deux-Sèvres, Vienne et Haute-Vienne.

²⁷ Até o início de 2020, embora muito menores, ainda havia manifestações.

suas diferenças ideológicas, a maior parte dos entrevistados de ambos os movimentos participavam dos *Gilets Jaunes* ou, ao menos, simpatizavam com as manifestações.

Os movimentos previamente escolhidos haviam sido o *Nuit Debout* (ND) e o *Génération Identitaire*. O primeiro, como veremos no capítulo 8, não é exatamente uma organização de movimento social como o MPL e o MBL. O *Nuit Debout* consistiu em grandes ocupações de praças de diversas cidades francesas no ano de 2016, empregando repertório semelhante ao dos Indignados da Espanha e do *Occupy Wall Street* e reunindo um conjunto de movimentos sociais e/ou indivíduos majoritariamente alinhados com pautas de esquerda. Tratava-se, portanto, de um movimento ideologicamente próximo do Movimento Passe Livre, o que justificava sua escolha como objeto de estudo.

O segundo grupo pré-selecionado era uma organização de extrema-direita formada por jovens franceses contrários à entrada de imigrantes no país. Ele havia sido escolhido porque, na pesquisa exploratória feita antes da viagem, eu não conseguira localizar um movimento de direita que se assemelhasse ideologicamente ao Movimento Brasil Livre.

A facilidade encontrada para falar com membros do *Nuit Debout* foi proporcional à dificuldade no acesso ao *Génération Identitaire*. Poucos dias após fazer um primeiro contato através da página oficial do *Nuit Debout Bordeaux*, recebi repostas de três pessoas se disponibilizando para entrevistas. Através de indicações delas, formou-se, gradativamente, uma amostra não probabilística autogerada (técnica também conhecida como bola de neve), mesmo procedimento que havia sido adotado no Brasil. No caso do *Génération Identitaire*, quando finalmente obtive uma resposta, através do e-mail institucional do grupo, descobri que não havia representantes dele em Bordeaux.

Parti então em busca de outro movimento social francês que, de algum modo, representasse ideais ligados a algum aspecto da direita do espectro político. Após fracassar mais uma vez na tentativa de encontrar movimentos liberais nos moldes do MBL, descobri o movimento conservador *La Manif pour Tous*.

Formado em 2012 por um conjunto de associações católicas, o movimento se opõe ao casamento de homossexuais (aprovado por lei sancionada em maio de 2013), bem como à adoção de crianças por essas pessoas. Desde então, promoveu

grandes manifestações em diversas cidades francesas, além de seminários no campo da bioética.

Também nesse caso, o contato não foi fácil. Através da página oficial do movimento no Facebook, solicitei indicação de membros que residissem em Bordeaux. Inicialmente, a equipe parisiense que administra a página solicitou informações adicionais sobre a pesquisa, ao que prontamente respondi.

Após mais alguns dias de espera, fui informado de que ninguém do movimento me concederia entrevistas, entre outras razões, porque eles “não são uma população a ser estudada [...], mas apenas cidadãos normais”, além de não terem tempo disponível para pesquisas “científicas ou pseudo-científicas” e não desejarem expor nem sua vida pessoal nem o funcionamento interno do movimento. Num segundo momento, a equipe se desculpou pela negativa, mas justificou-se afirmando que, com base em experiências prévias, constataram que as pesquisas sociológicas costumam ser “partidárias e odiosas”.

Tentei argumentar que meu objetivo era justamente o oposto, mas não obtive mais respostas. Restava-me ainda uma alternativa: tentar contatar diretamente os membros do movimento que residissem em Bordeaux, sem passar pela mediação da sede nacional. Enviei então uma mensagem ao perfil do *La Manif pour Tous Gironde* (departamento francês em que se encontra Bordeaux)²⁸. No site oficial do movimento, descobri uma sua ramificação: o grupo *Les Sentinelles*, formado por pessoas que, em nome das mesmas causas, realizam vigílias semanais diante de prédios da administração pública²⁹.

Foi dessa forma que consegui entrevistar oito membros do *La Manif pour Tous/Les Sentinelles* (LMPT/LS). Quanto aos participantes do *Nuit Debout*, foram 14 os que se disponibilizaram, totalizando 22 entrevistas na França, realizadas entre janeiro e fevereiro de 2019. Com exceção de algumas entrevistas que tiveram que ser realizadas na praça em que os participantes do LMPT/LS realizavam sua ação semanal, todas as demais ocorreram em cafés/bares ou na sede do Centre Émile Durkheim, que gentilmente me disponibilizou um espaço de trabalho durante meu estágio de pesquisa. Em apenas uma ocasião a entrevista foi realizada na casa do entrevistado, que assim preferiu.

²⁸ <http://lamanifpourtous33.blogspot.com/>

²⁹ Esse movimento é, por sua vez, uma derivação do *Les Veilleurs*, que emprega o mesmo repertório de ação em nome das mesmas causas.

No Brasil, foram realizadas 15 entrevistas com membros do Movimento Passe Livre (MPL) e do Movimento Brasil Livre (MBL) de São Paulo e do Rio de Janeiro. A escolha das duas cidades foi ao mesmo tempo intencional e contingente. Intencional porque, inicialmente, tentei contato, via e-mail e página oficial do Facebook, apenas com ativistas paulistanos, uma vez que a sede nacional do MBL fica na capital paulista e o MPL de São Paulo tem um histórico mais longo e constante de militância (o MPL carioca nasceu durante as manifestações de junho de 2013 e não teve nelas o mesmo protagonismo de seu homólogo paulistano).

Contingente porque apenas o MPL de São Paulo respondeu positivamente às minhas solicitações, o que me obrigou a buscar potenciais entrevistados do MBL no Rio de Janeiro e região metropolitana, onde diversos núcleos vinham se estabelecendo nos últimos anos. A única exceção foi o vereador Fernando Holiday, eleito à câmara municipal de São Paulo no embalo de sua militância no movimento. O contato com ele foi relativamente fácil, graças à sua assessoria de imprensa.

Por ter se tornado uma pessoa pública, ele optou, diferentemente dos demais entrevistados, por abrir mão do anonimato, fato documentado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado. Holiday também foi uma exceção porque, de maneira geral, priorizei entrevistar membros anônimos dos movimentos, uma vez que, sobretudo no caso do MBL, é possível encontrar na internet grande quantidade de materiais produzidos por suas principais lideranças.

As entrevistas foram realizadas em duas etapas. Na primeira, entre agosto e setembro de 2018 (portanto durante o período de campanha eleitoral anterior ao pleito que levaria Bolsonaro à presidência)³⁰, foram entrevistadas, através de videochamadas, nove pessoas. Cinco são membros do Movimento Passe Livre (MPL), quatro de São Paulo e um do Rio de Janeiro. Os outros quatro integram o Movimento Brasil Livre (MBL), três da região metropolitana do Rio de Janeiro e um de São Paulo (Holiday, cuja entrevista ocorreu pessoalmente na sede de seu gabinete em São Paulo).

A segunda etapa foi realizada após meu retorno do estágio de pesquisa em Bordeaux. Meu intuito foi tentar obter, no Brasil, um número mais próximo das

³⁰ Com exceção de um entrevistado do MPL-RJ, com quem só consegui conversar em novembro daquele ano, por videochamada.

22 entrevistas que havia conseguido na França. Ao buscar estabelecer novo contato com os movimentos, tomei conhecimento do V Congresso Nacional do MBL, que seria realizado em São Paulo nos dias 15 e 16 de novembro de 2019 (momento em que Bolsonaro estava próximo de completar um ano na presidência). Tendo conseguido autorização para participar do evento como observador, parti para São Paulo, onde entrevistei mais seis membros da capital e região metropolitana. Por outro lado, no contato com o Movimento Passe Livre paulistano, fui informado de que novas entrevistas não seriam concedidas, porque eles consideravam que as anteriores eram suficientemente representativas do movimento.

Do total de 15 entrevistas realizadas no Brasil, três foram descartadas: uma por não ter sido concluída (a entrevistada precisou interrompê-la por conta de compromissos no congresso) e outras duas em decorrência do desligamento de dois membros do MBL fluminense. Todos os demais entrevistados mantiveram o compromisso firmado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sob condição de anonimato. A assinatura do termo traduzido também ocorreu por parte dos entrevistados franceses, com exceção dos casos em que as entrevistas ocorreram durante a vigília realizada pelo LMPT/LS, ocasiões em que registrei o consentimento nas gravações em áudio.

Em ambos os países, as entrevistas em profundidade foram articuladas em torno de eixos temáticos relacionados ao meu problema de pesquisa e minhas hipóteses iniciais: informações básicas/biográficas (idade, gênero, profissão etc.); narrativa e interpretação pessoal sobre as próprias ações coletivas e aquelas promovidas por seus adversários; descrição dos valores e causas que motivam o entrevistado e o movimento do qual faz parte a se mobilizarem; reflexão sobre o atual cenário de polarização; avaliação sobre a contribuição de seus adversários à democracia em seu país; reflexão sobre a possibilidade de diálogo e convivência democrática com adversários, em particular aqueles que se encontram no lado oposto do espectro político; explicitação da própria compreensão sobre os conceitos de liberdade, igualdade e fraternidade e sua relação (ou não) com o projeto político defendido pelo movimento.

Evidentemente, houve variações no curso das 37 entrevistas realizadas no total, uma vez que se trata de técnica qualitativa que privilegia a flexibilidade com vistas ao aprofundamento. Mas, de modo geral, foi possível abordar a maior parte

dos temas com todos os entrevistados, no Brasil e na França. A discussão dos resultados dessas entrevistas encontra-se nos capítulos 6 (Brasil), 7 e 8 (França).

Nos capítulos 2 e 3, procuro definir os diversos conceitos utilizados nesta tese, tais como polarização, movimentos sociais, esquerda, direita, ideologia, cultura política, liberalismo, socialismo e conservadorismo, além de detalhar os fundamentos epistemológicos da intervenção sociológica e da sociologia da experiência. No quarto capítulo, proponho uma reflexão sobre as possíveis raízes históricas da polarização no Brasil enquanto no quinto faço uma revisão da literatura contemporânea a respeito das manifestações de junho de 2013 e seus desdobramentos, sempre tendo em vista o problema de pesquisa aqui tratado.

Estudar atores e movimentos portadores de identidades e ideologias políticas opostas parecia a estratégia mais adequada à busca por uma análise não polarizada da polarização. A posterior ampliação dessa perspectiva para um contexto sociocultural diferente proporcionou uma visão ainda mais rica e nuançada. Nos capítulos a seguir, sem pretender ser exaustivo, procuro apresentar os resultados desse percurso.

2 Polarização e movimentos sociais na modernidade democrática

“O enfraquecimento de nossas normas democráticas está enraizado na polarização sectária extrema – uma polarização que se estende além das diferenças políticas e adentra conflitos de raça e cultura” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 20). Esse é um dos principais diagnósticos do livro *Como as democracias morrem*, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt.

Nele, os cientistas políticos da universidade de Harvard sustentam que, ao longo do século XX, sistemas políticos autoritários emergiram de duas maneiras: com tanques na rua – como ocorreu em boa parte da América Latina entre as décadas de 1960 e 1970 – ou pelas mãos de líderes democraticamente eleitos que subvertem as normas e instituições que os levaram ao poder (caso mais comum desde o fim da Guerra Fria), em países como Venezuela, Hungria, Polônia, Filipinas, Rússia, Turquia, entre outros³¹.

“O retrocesso democrático hoje começa nas urnas” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 16), afirmam os autores, preocupados com a erosão do sistema democrático norte-americano, atestada pela eleição de Donald Trump. Para eles, o que está em questão não é tanto a vigência das instituições republicanas projetadas pelos pais fundadores – que permanecem em vigor, preservando, dessa forma, o verniz democrático – mas o reiterado desrespeito das “normas democráticas não escritas” que lhes dão sustentação. Tolerância mútua e uso comedido das prerrogativas institucionais são, para os politólogos, condição *sine qua non* para a preservação do sistema de freios e contrapesos concebido nos Artigos Federalistas (MADISON, 1993).

A polarização não é um tema novo na ciência política. Em 1976, Giovanni Sartori já publicava o clássico *Parties and Party Systems: a Framework for Analysis*, em que a polarização figura como um indicador da distância ideológica entre os componentes de diferentes sistemas partidários. O trabalho estimulou vasta produção acadêmica, que se dividiu entre os pesquisadores interessados no comportamento de políticos eleitos e seus partidos na esfera legislativa (“*elite*

³¹ Quando a primeira edição do livro foi publicada, Jair Bolsonaro ainda não havia sido eleito no Brasil.

polarization”) e aqueles que buscavam observar o comportamento dos eleitores e seu posicionamento ideológico (“*mass polarization*”).

Outro marco importante no estudo da temática, da perspectiva da *mass polarization*, foi o artigo “Have American's Social Attitudes Become More Polarized?”, publicado em 1996 por Paul DiMaggio, John Evans e Bethany Bryson. Nele, os autores polemizam com a ideia, cada vez mais difundida nos círculos acadêmicos e midiáticos, de que a sociedade americana estaria polarizada. Entre os principais alvos de suas críticas estava James Hunter (1991), autor de *Culture Wars: the struggle to define America*, para quem a principal clivagem dos EUA de seu tempo seria aquela entre conservadorismo e progressismo moral, com fortes embates em torno de temas como aborto, direitos dos homossexuais, entre outros.

Baseando-se na análise de dados compilados durante 20 anos de pesquisa de opinião (National Election Survey), DiMaggio, Evans e Bryson respondem negativamente à pergunta que intitula o paper (posicionamento reafirmado em artigo publicado pelos mesmos autores em 2001).

Desde então, como observou Ortellado (2018), os estudos nesse campo dividiram-se entre aqueles que, como DiMaggio, negam que haja fundamentos empíricos para a tese de que a sociedade norte-americana está polarizada (FIORINA; ABRAMS, 2008), e aqueles que sustentam, com base nas mesmas *surveys*, mas a partir de critérios analíticos diferentes, que a polarização aumentou consideravelmente nos Estados Unidos desde a década de 1970 ³² (ABRAMOWITZ; SAUNDERS, 2008).

Mais recentemente, com base em extensa revisão bibliográfica, Jennifer McCoy, Tahmina Rahman e Murat Somer (2018) procuraram sintetizar esse debate, argumentando que a polarização existe e não se restringe aos Estados Unidos. Mais do que isso: ela assume cada vez mais a forma de “polarização severa” (eles usam as expressões “*severe polarization*” e “*pernicious polarization*”). A adjetivação do termo relaciona-se à ideia, muito presente na

³² Nos dois casos, trata-se daquilo que os autores denominam “*mass polarization*”, termo utilizado para se referir à polarização da sociedade, aplicado para se referir à população como um todo (Fiorina) ou aos seus segmentos mais engajados politicamente (Abramowitz). A expressão se distingue da “*elite polarization*”, em torno da qual há mais consenso e se refere à polarização entre atores políticos formais, como partidos e políticos eleitos. Alguns autores, como David Karol (2015), também incluem aqui grupos de lobby político.

literatura especializada, de que certo grau de polarização é saudável na medida em que estimula a mobilização social e ajuda a esclarecer os eleitores quanto às diferenças programáticas entre partidos e candidatos em disputa.

A polarização “severa” ou “perniciosa”, por outro lado, pode ser definida como o processo por meio do qual a “multiplicidade de diferenças em uma sociedade alinha-se cada vez mais ao longo de uma única dimensão, diferenças transversais reforçam-se mutuamente e as pessoas cada vez mais percebem e descrevem a política e a sociedade em termos de 'nós' versus 'eles’”³³ (MCCOY; RAHMAN; SOMER, 2018, p. 18, tradução nossa). Desse modo, identidades políticas – esquerda/direita, progressista/conservador, secular/religioso, globalista/nacionalista etc. – essencializam-se, ou seja, assumem a forma de identidades sociais antagônicas e mutuamente excludentes.

A polarização severa teria portanto uma dimensão política, contrapondo atores institucionais de modo irreconciliável, e outra social, invadindo outros campos relacionais – como as famílias, escolas, igrejas e comunidades – fenômeno que, dialogando com Lozada (2014), eles denominam “societal polarization”³⁴.

Partindo dessa conceituação, os autores analisam quatro países diferentes – Estados Unidos e Hungria, que viveriam um momento de “erosão democrática”, e Venezuela e Turquia, submetidas a um “autoritarismo crescente” – para evidenciar que, não obstante a peculiaridade de cada caso, a polarização severa enfraquece sistemas democráticos, porque corrói a confiança nas instituições públicas e “torna o compromisso, o consenso, a interação e a tolerância cada vez mais custosos e tênues para indivíduos e atores políticos de ambos os lados da polarização”³⁵ (ibid., p. 18, tradução nossa).

McCoy e Somer (2019) dão andamento a essa reflexão no artigo conclusivo de um dossiê temático publicado pela *American Academy of Political and Social Science*, composto por onze estudos de caso, escritos por cientistas

³³ “The normal multiplicity of differences in a society increasingly align along a single dimension, cross-cutting differences become instead reinforcing, and people increasingly perceive and describe politics and society in terms of ‘Us’ versus ‘Them.’”

³⁴ Os autores usam o termo “polarização societária” porque, na ciência política, a expressão “polarização social” é usada para designar a segregação social gerada por grandes desigualdades de renda.

³⁵ “[...] make compromise, consensus, interaction, and tolerance increasingly costly and tenuous for individuals and political actors across the opposite sides of the polarization.”

políticos locais, sobre a polarização nos seguintes países: Tailândia, Turquia, Venezuela, Hungria, Polônia, Filipinas, Estados Unidos, Grécia, Bangladesh, África do Sul e Zimbábue.

Não obstante a heterogeneidade dos contextos analisados, McCoy e Somer sublinham o fato de que, em todos eles, a “polarização política e societária severa” (2019, p. 235, tradução nossa) distingue-se pelo “caráter maniqueísta e moralizador do discurso político” (ibid., p. 244), em que líderes políticos e apoiadores de ambos os polos constroem narrativas estereotipadas e desumanizadoras sobre seus adversários, vistos como inimigos a serem derrotados a qualquer custo, num jogo de soma zero.

No livro “Democracies divided: the global challenge of political polarization”, Thomas Carothers e Andrew O’Donohue (2019) buscam operacionalizar o conceito proposto por McCoy e Somer, a fim de que ele seja aplicado a nove países diferentes, dentre os quais o Brasil. De sua perspectiva, um país pode ser considerado severamente polarizado quando: 1- há uma fusão entre polarização de elite e polarização de massa (ou societária), com forte componente afetivo (sentimento de que é impossível coexistir com adeptos do polo oposto); 2- quando essa divisão binária se sobrepõe a todas as outras divisões políticas e sociais; 3- quando não se restringe a episódios específicos e se sustenta ao longo do tempo.

A tarefa de analisar o caso brasileiro à luz desses critérios coube a Umberto Mignozzetti e Matias Spektor, que, no capítulo 9 da referida obra, argumentam que a polarização ideológica e partidária no país permanece baixa, mas pode vir a aprofundar-se em decorrência do governo sectário de Jair Bolsonaro. Os cientistas políticos fundamentam sua afirmação no cruzamento de dados fornecidos por diferentes fontes: pesquisas eleitorais dos institutos Datafolha e Ibope; dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), *survey* nacional pós-eleitoral realizado desde 2002 pelo Centro de Estudos de Opinião Pública da Unicamp; e informações da Brazilian Legislative Survey (1990-2013), realizada por Timothy Power and Cesar Zucco.

Ao aplicar sobre esses dados três medidas estatísticas de polarização – Mass Affective Polarization (MAP), Mass Partisan Polarisation (MPP) e Mass Ideological Polarization (MIP) –, os autores concluem:

os níveis de polarização ideológica e partidária no Brasil têm sido baixos quando comparados com a polarização tanto em outros países quanto no passado recente do Brasil. Nem o público nem os representantes no Congresso e seus partidos estão divididos nos campos tradicionais de esquerda e direita. A eleição de 2018 fez que os níveis de polarização afetiva de massa – a extensão em que as pessoas de um lado de uma divisão política não gostam das do outro – disparassem, mas essa raiva societária não se traduziu em aumento do partidarismo em grau acentuado. Não é a polarização partidária, mas sim o aumento do sentimento anti-*establishment* que impulsionou a recente turbulência política no Brasil³⁶ (MIGNOZZETTI; SPEKTOR, 2019, p. 230, tradução nossa).

Em que pese seu valor heurístico, análises como essa, baseadas em dados quantitativos e com enfoque majoritariamente institucional/eleitoral, não dão conta de explicar plenamente a polarização política/societária, sobretudo porque, ao menos no Brasil contemporâneo, como será defendido aqui, ela está relacionada com o intenso ciclo de protestos iniciado com as manifestações de junho de 2013. Foi a partir daquelas manifestações que a pluralidade de atores que foram às ruas gradativamente dividiu-se em polos antagônicos, como vimos na introdução.

Os limites dessa abordagem ficam evidentes também na passagem a seguir, de McCoy e Somer. Embora procurem, ao longo de seu artigo, articular as dimensões agência/estrutura – levando em conta tanto as clivagens e queixas sociais quanto as estratégias discursivas da elite – atribuem o protagonismo aos atores políticos, cujo comportamento se espalharia sobre a sociedade.

Descobrimos que o surgimento da polarização perniciosa (quando uma sociedade é dividida em campos mutuamente desconfiados de “nós contra eles”) não é atribuível a qualquer clivagem social ou política subjacente específica, nem a qualquer composição institucional particular. Em vez disso, a polarização perniciosa surge quando os empreendedores políticos perseguem seus objetivos políticos usando estratégias de polarização, como mobilizar eleitores com discursos divisivos e demonizantes e explorar as queixas existentes, enquanto as elites políticas opostas retribuem com táticas polarizadoras semelhantes ou deixam de desenvolver respostas não polarizantes eficazes³⁷ (MCCOY, SOMER,

³⁶ “Levels of ideological and partisan polarization in Brazil have been low when compared to polarization both in other countries and in Brazil’s recent past. Neither the public nor representatives in Congress and their parties are divided into traditional left-right camps. The 2018 election caused levels of mass affective polarization – the extent to which people on one side of a political divide dislike people on the other – to skyrocket, yet this societal anger has not translated into rising partisanship to any great degree. It is not partisan polarization but rather rising anti-establishment sentiment that has driven Brazil’s recent political upheaval”.

³⁷ “We find that the emergence of pernicious polarization (when a society is split into mutually distrustful “us vs. Them” camps) is not attributable to any specific underlying social or political cleavage nor any particular institutional make-up. Instead, pernicious polarization arises when political entrepreneurs pursue their political objectives by using polarizing strategies, such as

2019, p. 234, tradução nossa).

O que se propõe aqui não é a negação de tal abordagem, mais comum na ciência política, mas uma aproximação sociológica do problema, no sentido de contribuir para uma compreensão complementar. Para isso, tomarei emprestado o conceito de polarização severa acima definido, articulando-o com o referencial teórico-metodológico da sociologia da experiência de François Dubet, em diálogo com autores de outros paradigmas cujos conceitos sejam pertinentes à análise.

2.1

Modernidade, alteridade e conflito

Falar em polarização e suas consequências para a democracia implica levar em consideração o novo tipo de relações intersubjetivas que emergem gradativamente nesse novo tempo histórico que se convencionou chamar modernidade: baseadas não mais no status, mas no direito; fundamentadas não mais na tradição, mas na autonomia individual.

Se na inovadora periodização histórica proposta por Hegel a filosofia moderna “consolida-se apenas ao tempo da Guerra dos Trinta Anos, com Bacon, Jacob Boehme e com Descartes” (HEGEL, 1974, p. 393), tendo, portanto, como fundamentos a Renascença, a Reforma Protestante e a Revolução Científica, na sociologia a modernidade é vista da perspectiva das duas grandes revoluções do século XVIII, a política e a econômica.

Desde então, a disciplina busca explicar o impacto das grandes transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ligadas ao antropocentrismo, ao individualismo, ao desenvolvimento tecnocientífico, à burocratização e ao avanço do capitalismo nas sociedades ocidentais.

Evidentemente, o conceito de modernidade está longe de ser unívoco. Tanto que cada um dos canônicos pais fundadores da sociologia realça um aspecto desse processo histórico. Marx recorre à inversão materialista da dialética hegeliana para identificar na luta de classes o conflito central e o motor da história, que caminharia inexoravelmente rumo à superação da alienação dos

mobilizing voters with divisive, demonizing discourse and exploiting existing grievances, and opposing political elites then reciprocate with similarly polarizing tactics or fail to develop effective nonpolarizing responses”

trabalhadores pela mais-valia, numa futura síntese comunista. Durkheim lança luz sobre o desafio da integração social nas sociedades industriais, agora baseada na solidariedade orgânica de indivíduos interdependentes devido à divisão social do trabalho. Weber evidencia que o poder legítimo se exerce, na modernidade, por meio da racionalização burocrática de um mundo desencantado, em que a ética protestante exerce um papel fundamental tanto na acumulação primitiva do capital quanto no individualismo democrático. Tocqueville aponta o irrefreável processo de democratização política e social como traço distintivo da modernidade.

Em todos esses pensadores, a alteridade – etimologicamente definida como condição do que é outro, do que é distinto – tem um papel central, uma vez que, de diferentes perspectivas, busca-se analisar o modo como indivíduos ou grupos sociais se relacionam em um novo contexto marcado pelo estabelecimento das relações contratuais típicas das sociedades modernas.

Nesse sentido, embora no mínimo desde Aristóteles se fale do homem como animal político – ou social, na tradução latina do grego *zoon politikon* canonizada por Sêneca³⁸ – a própria ideia de sociedade é uma criação moderna. “A sociedade é a modernidade arrancada e contraposta ao universo tradicional, aquela de ‘antes’ do Renascimento e da Reforma, aquela de ‘antes’ da revolução científica, democrática e industrial”³⁹, afirmam François Dubet e Danilo Martucelli (1998, p. 23, tradução nossa, grifo dos autores), com base na clássica distinção de Ferdinand Tönnies (2001) entre comunidade e sociedade.

Bauman também recorre a Tönnies para explicar que a diferença entre as comunidades antigas e as sociedades modernas reside no fato de que as primeiras se baseiam no “entendimento compartilhado por todos os seus membros” (BAUMAN, 2003, p. 15). Não se trata de consenso – que pressuporia divergências e negociações – mas sim de uma uniformidade de pensamento que existiria *a priori* e constituiria o fundamento da união comunitária. Tal entendimento compartilhado “não pode sobreviver ao momento em que o entendimento se torna autoconsciente, estridente e vociferante” (ibid., p. 17), um

³⁸ Para um aprofundamento dessa distinção, cf. Hannah Arendt (2007).

³⁹ “La société est la modernité arrachée et opposée à l’univers traditionnel, celui d’ “avant” la Renaissance et la Réforme, celui d’ “avant” les révolution scientifique, démocratique et industrielle”

fenômeno que se origina justamente a partir do momento em que a comunidade – antes pequena e autossuficiente – passa a ter contato com o mundo exterior.

A relação com o outro, o diferente, gera ambiguidades cognitivas e ambivalências comportamentais, rompe a realidade monolítica e, por isso, desestabiliza. De agora em diante, observa Bauman referindo-se às sociedades modernas, toda unidade social deve ser trabalhosamente construída por meio de “longa e tortuosa argumentação e persuasão, e em competição com um número indefinido de outras potencialidades” (ibid., p. 19).

Para compreender como se estabelecem essas relações na modernidade é imprescindível compreender o individualismo moral que se afirma nesse novo tempo histórico e a emergência da democracia como via de regulação dos conflitos que nele emergem. “A identidade, a diversidade, a hierarquia, o conflito, a transformação estão no cerne da alteridade e se refletirão na forma como ela se expressa socialmente”⁴⁰, explica a socióloga francesa Denise Jodelet (2004, p. 28, tradução nossa).

Ainda nos termos da autora, “é justamente a constatação da pluralidade social e cultural que levará a sociologia a refletir sobre o vínculo social, suas formas e suas rupturas [...], assim como vemos a alteridade se insinuar também no seio da identidade individual”⁴¹ (JODELET, 2004, p. 29, tradução nossa).

Nesse sentido, os movimentos sociais são um objeto de análise privilegiado, porque expressam os conflitos decorrentes da diversidade de identidades, demandas e interpretações individuais e coletivas que emergem na modernidade. Mas antes de entrar no debate acadêmico sobre a conceituação de movimentos sociais, cabe refletirmos sobre a articulação entre individualismo moral e democracia na modernidade.

2.2

Individualismo moral, democracia e direitos humanos

Foi em busca de compreender como conciliar a liberdade individual e o inexorável processo de equalização social de seu tempo que o aristocrata liberal

⁴⁰ “L’identité, la diversité, la hiérarchie, le conflit, la transformation sont au cœur de l’altérité et vont se retrouver dans la façon dont elle se décline socialement.”

⁴¹ “C’est précisément le constat de la pluralité sociale et culturelle qui va conduire la sociologie à réfléchir sur le lien social, ses formes et ses ruptures [...], de même que l’on voit l’altérité s’insinuer aussi au cœur de l’identité individuelle.”

Alexis de Tocqueville partiu de sua conturbada França revolucionária para entender como e por que funcionava pacificamente a democracia na América.

Mais que uma forma de governo, a democracia é, para Tocqueville, um “estado social” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 55) igualitário que, não obstante tenha encontrado nas peculiares condições históricas norte-americanas sua expressão por excelência, foi se consolidando lentamente também na França, num processo que explodiu na Revolução de 1789. “Desde que os cidadãos começaram a possuir a terra de outra forma que segundo a posse feudal [...] não se fizeram descobertas nas artes, não se introduziram mais aperfeiçoamentos no comércio e na indústria sem criar à mesma medida [...] novos elementos de igualdade entre os homens” (TOCQUEVILLE, 2005, p. 8).

Para o autor, a democracia se distingue de todas as formas de organização social e política que a precederam, inclusive as repúblicas e democracias antigas, cujo caráter era eminentemente aristocrático, porque nela prevalece a “igualdade das condições”, entendida num sentido relacional e não material: desigualdades de renda são toleradas somente na medida em que prevaleça a igualdade de direitos e dignidade. Prepondera entre os homens modernos, prossegue o autor, “um amor mais ardente e mais duradouro pela igualdade do que pela liberdade” (TOCQUEVILLE, 2004, p. 113), ainda que também tenham “um gosto natural pela liberdade” (ibid. p. 117).

É para compreender como preservar a liberdade nesse cenário de preferência pela igualdade que Tocqueville publica em 1835 e 1840 os dois clássicos volumes sobre a democracia na América. Para ele, igualdade e liberdade são condições humanas pré-políticas, embora só passem a ser assim percebidas nas modernas sociedades contratuais: “Os homens serão perfeitamente livres, porque serão todos inteiramente iguais; e serão todos perfeitamente iguais porque serão inteiramente livres. É para esse ideal que tendem os povos democráticos” (TOCQUEVILLE, 2004, p. 113).

Se com tal concepção Tocqueville pode parecer se aproximar do homem natural de Rousseau, não há em seu pensamento adesão à ideia de que o Estado democrático possa ser expressão de uma suposta vontade geral, como evidenciam seus alertas sobre os perigos da tirania da maioria, considerada tão degradante quanto qualquer outra forma de despotismo.

A democracia toquevilliana tem afinidade eletiva com a “liberdade dos modernos”, caracterizada, na célebre distinção de Benjamin Constant (1985), pelo primado do indivíduo que exerce suas liberdades civis e políticas, e não pela sua submissão a uma vontade geral totalizante, como pressupõe a “liberdade dos antigos”, que inspira o contrato social de Rousseau (1999).

A ênfase de Tocqueville na importância da descentralização do poder, do aparato institucional de *checks and balances* e da intensa vida associativa norte-americana, que educa à democracia, é o “remédio eficaz” para o problema do isolamento individual na vida privada. A liberdade política experimentada e exercida por meio dessas instituições recorda “a cada cidadão, que ele vive em sociedade” (TOCQUEVILLE, 2004, p. 129) e combate “os males que a igualdade pode produzir”. Mas o indivíduo permanece sempre como fonte e meta última do sistema político democrático.

A modernidade democrática é, idealmente, o mundo dos direitos do homem e do cidadão, afirmados não só na célebre declaração da Revolução Francesa, mas também na declaração de independência norte-americana de 1776 e, em termos menos explícitos, embora influenciados pelo contratualista John Locke (1994), na *Bill of Right* inglesa de 1689. Fortemente ancoradas na tradição jusnaturalista, elas visam, sobretudo, proteger os indivíduos, tidos como originariamente livres e iguais, de toda forma de arbítrio, a começar por aquela perpetrada pelo Estado, que não pode mais ser absoluto.

É esse o sentido do artigo segundo da *Déclaration des droits de l’Homme et du Citoyen*, que, como observa Dumont (1983), contradiz a ideia de que a sociedade pressuponha “a alienação total de cada associado com todos os seus direitos a favor de toda a comunidade” (ROUSSEAU, 1999, p. 35), cerne do Contrato Social de Rousseau. Pelo contrário, como se lê no referido artigo, “a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem” – dentre os quais a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão – é a finalidade de toda associação política.

Esse individualismo moral é abordado por Durkheim, que, lembra-nos Giddens (1998), o distingue tanto do egoísmo postulado pela teoria econômica clássica e pela filosofia utilitarista quanto do estado anômico, visto por ele como condição transitória derivada da insuficiente regulação da divisão social do trabalho nas sociedades industriais. Essa regulação se caracteriza por uma

plasticidade antes inexistente, porque agora não é mais possível enquadrar as múltiplas individualidades que compõem Estados-nação vastos e populosos.

Movemo-nos, assim, gradualmente, em direção a um estado, que é quase alcançado desde já, em que os membros de um mesmo grupo social nada terão em comum entre si além de sua qualidade de homem, dos atributos constituintes da pessoa humana em geral. Essa ideia da pessoa humana [...] é, portanto, a única que se mantém, imutável e impessoal, acima da maré mutante das opiniões particulares; e os sentimentos que desperta são os únicos que se encontram em quase todos os corações⁴² (DURKHEIM, 2010, p. 12).

Para Durkheim, o individualismo moderno é, portanto, o fundamento da solidariedade orgânica de sociedades profundamente diferenciadas. Elas são formadas por homens que internalizam, gradativamente, a consciência coletiva de sua interdependência e igual dignidade. Em seu holismo metodológico, ele vê esse individualismo como um fato social.

A nova divisão do trabalho gera uma consciência coletiva que a todos se impõe, ainda que experienciada como liberdade, constituindo a sociedade como um todo moralmente integrado. Os indivíduos distinguem-se cada vez mais, mas mantêm-se unidos pela internalização da normatividade social.

Essa relação inextricável entre indivíduo e sociedade também transparece, de modo mais nuançado, na sociologia de Norbert Elias. Em *A sociedade dos indivíduos*, Elias (2001) procura fazer uma leitura original da relação agência-estrutura. Indivíduo e sociedade, anuncia ele, não podem ser concebidos como duas entidades ontologicamente diferentes como faz crer a contraposição entre holismo e individualismo metodológicos.

À luz da pesquisa que gerou seu clássico *O processo civilizador*, junto do qual o primeiro capítulo de *A sociedade dos indivíduos* foi concebido, Elias argumenta que o processo de socialização é condição necessária para a formação da personalidade individual, que se constitui de maneira relacional, em um contexto civilizacional que clama, ao mesmo tempo, por distinção, na medida em

⁴² On s'achemine ainsi peu à peu vers un état, qui est presque atteint dès maintenant, et où les membres d'un même groupe social n'auront plus rien de commun entre eux que leur qualité d'homme, que les attributs constitutifs de la personne humaine en général. Cette idée de la personne humaine [...] est donc la seule qui se maintienne, immuable et impersonnelle, par-dessus le flot changeant des opinions particulières ; et les sentiments qu'elle éveille sont les seuls qui se retrouvent à peu près dans tous les cœurs

que os indivíduos desempenham funções diferentes, e autocontrole, na medida em que fazem parte de uma coletividade.

Nessa conjugação entre individualismo moral e interiorização do social, como explica Dubet ao comentar a obra de Elias, “o processo de individuação resulta [...] da civilização, da divisão do trabalho social, porque a complexidade reforça o autocontrole, à custa do controle comunitário, no qual cada um é permanentemente vigiado por todos” (DUBET, 1994, p. 39). É o perene exercício de autodomínio que permite ao indivíduo moderno ser autor da própria vida, ao mesmo tempo em que adere a uma normatividade exterior, que o precede.

Dubet considera “monista” (DUBET, 1994, p. 38) essa concepção – como também a de outros autores clássicos – na medida em que compartilham da convicção de que há uma forte correspondência entre a objetividade do social e a subjetividade dos atores, vistos como reprodutores, em maior ou menor medida, da lógica sistêmica. Essa perspectiva se transformará consideravelmente ao longo do século XX, para dar conta de explicar sociedades cada vez mais fragmentadas e conflituais, nas quais torna-se impossível reduzir o indivíduo à plena internalização do social.

Como evidencia Anthony Giddens (1991), a modernidade desencadeia um progressivo processo de distanciamento espaço-temporal e desencadeia dos sistemas sociais – exemplificado pelas fichas simbólicas⁴³ e pelos sistemas peritos⁴⁴ – que culmina com a globalização. Mas é a ordenação reflexiva das relações sociais o principal traço distintivo desse tempo histórico.

2.3

Reflexividade, subjetivação e movimentos sociais

Embora a reflexividade – entendida como reflexão contínua sobre os próprios atos à luz da tradição – seja uma característica de toda ação humana, na modernidade “ela é introduzida na própria base da reprodução do sistema, de forma que o pensamento e a ação estão constantemente refratados entre si” (GIDDENS, 1991, p. 39).

⁴³ “Meios de intercâmbio que podem ser ‘circulados’ sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular” (GIDDENS, 1991, p. 25).

⁴⁴ “Sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (GIDDENS, 1991, p. 30).

Isso quer dizer que as práticas sociais deixam de ser avaliadas com base no passado e passam a submeter-se ao escrutínio do conhecimento continuamente renovado sobre essas práticas e sobre a própria natureza da reflexão. A tradição não deixa de desempenhar o seu papel, mas agora sob um ponto de vista crítico.

Alain Touraine foi um dos principais sociólogos franceses a estudar esse processo, evidenciando sua relação com os movimentos sociais. Em “*Défense de la modernité*”, sua obra mais recente, Touraine reitera uma tese sustentada ao longo de toda a sua trajetória acadêmica: a de que as sociedades modernas caracterizam-se pela *historicidade*, ou seja, pela capacidade de autoproduzir-se reflexivamente. “Defino a modernidade pela vontade e pela capacidade de certas sociedades de se criar, de se transformar e também de se autodestruir, tanto para o bem como para o mal”⁴⁵ (TOURAINÉ, 2018, p. 34, tradução nossa).

Com essa definição, o autor tem em vista as ambiguidades do século XX, em que, por um lado, alcançou-se um elevado desenvolvimento tecnocientífico, mas, por outro, experimentaram-se duas grandes guerras, genocídios e totalitarismos. Além disso, leva em conta o aprofundamento da ruptura entre capitalismo financeiro, atividade econômica produtiva e vida social, que culminou na crise econômica de 2008. Diante desse processo, Touraine decretou, em outras obras recentes, o fim da sociedade no sentido clássico (TOURAINÉ, 2013, 2015).

Embora inserida numa fase de sua obra que, como afirma Peralva (2019), se caracteriza muita mais pela construção de uma história das ideias do que pela pesquisa empírica, *Défense de la Modernité* articula e reafirma todo o quadro conceitual contruído com base em seu vasto trabalho sociológico.

Na primeira fase de sua trajetória acadêmica, iniciada no fim da década de 1940, Touraine se interessa pelo trabalho industrial. Jovem militante de classe média, decide passar um ano trabalhando em minas de carvão na região de Valenciennes, norte da França, experiência que seria decisiva em sua sociologia da ação (PERALVA, 2019). Mas é nas fábricas da Renault que Touraine vai além do ativismo, construindo uma pesquisa empírica importante para a teoria sociológica que elaborará na década seguinte. Iluminado por essa e outras investigações, ele argumentará, em *Sociologie de l'action* (1965) e *La conscience*

⁴⁵ “Je définis donc la modernité par la volonté et la capacité de certaines sociétés de se créer, de se transformer et aussi de se détruire, à la fois pour le meilleur et pour le pire.”

ouvrière (1966), que a busca de autonomia desempenha um papel determinante na formação da consciência de classe (DUBET, 2019).

Maio de 1968 tem um papel fundamental nesse percurso, porque Touraine verá no protagonismo estudantil e na diversidade de pautas comportamentais levantadas naquelas manifestações a emergência de um novo tipo de luta de classes, em que “novos movimentos sociais” assumem o protagonismo.

As sociedades pós-industriais, também chamadas “sociedades programadas” são, para ele, definidas por formas de dominação que vão além do âmbito laboral e que, por isso, geram um novo tipo de conflito (e não contradição no sentido marxista). Como procurará evidenciar em *La société post-industrielle* (1969)⁴⁶ e *Production de la société* (1973)⁴⁷, agora a oposição se dá não mais, ou não apenas, entre capitalistas e operários, mas entre uma tecnocracia cada vez mais poderosa e uma diversidade de atores sociais, o que não exclui os trabalhadores, mas inclui estudantes, feministas, ambientalistas, regionalistas, entre outros.

O ator nem sempre atua dentro da organização social puramente como membro de uma classe. [...] Um movimento social é uma ação coletiva orientada para o controle ou a transformação do sistema de ação histórica. Não se preocupa com o lugar de qualquer indivíduo – ou categoria de indivíduos – na organização social, ou mesmo com sua influência no processo de tomada de decisões que o afetam; é um ataque direto ao modelo de desenvolvimento da sociedade e sua estrutura de poder⁴⁸ (TOURAINÉ, 1977, p. 139, tradução nossa).

Essa passagem evidencia importantes elementos da definição de Touraine sobre os movimentos sociais, que se prolongarão ao longo de sua obra: a irredutibilidade do ator a condicionamentos sociais e econômicos e, principalmente, sua relação intrínseca com a historicidade. É por essa razão que, para Touraine, nem toda ação coletiva pode ser considerada um movimento social. Só há movimento social quando o alvo não se encontra no nível do sistema institucional ou da organização social, mas na historicidade, isto é, na maneira

⁴⁶ Versão consultada em inglês: *The post-industrial society* (TOURAINÉ, 1971).

⁴⁷ Versão consultada em inglês: *The self production of society* (TOURAINÉ, 1977).

⁴⁸ “The actor does not always act within the social organization purely as a member of a class. [...] A social movement is a collective action oriented toward the control or the transformation of the system of historical action. It is not concerned with the place of any individual – or category of individuals – within the social organization, or even his influence over the process of making the decisions that affect him; it is a direct attack on the society's model of development and its power structure.”

como a sociedade age sobre si mesma, com uma perspectiva global. Daí a tríade Identidade, Oposição e Totalidade com que o sociólogo procura caracterizar os movimentos sociais.

A fim de colocar à prova essas ideias, Alain Touraine funda, na década de 1970, o *Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques*, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, em que, ao lado de François Dubet, Zsuzsa Hegedus e Michel Wieviorka, começa a aplicar uma inovadora metodologia, criada por ele com o objetivo de “fazer aparecer as relações sociais e fazer delas o principal objeto de análise”⁴⁹ (TOURAINÉ, 1978, p. 182, tradução nossa).

Por meio da intervenção sociológica, cujos traços delinearemos na próxima seção, Touraine e sua equipe estudam diversos “novos movimentos sociais”: estudantes, lutas anti-nucleares, lutas regionalistas, o polonês Solidariedade – mistura de sindicato, movimento democrático e de libertação nacional – além do movimento sindical francês. Dubet resume a conclusão geral a que se chegou ao fim dessa empreitada, que representou uma primeira inflexão na obra de Touraine (a segunda, mais radical, consiste na afirmação do fim da sociedade, como vimos acima):

O cenário segundo o qual um novo movimento social, mesmo dividido em várias lutas, sucederia o movimento operário como movimento central da sociedade pós-industrial não era sustentável. Quanto maior era a certeza de que assistíamos ao Retorno do Ator (1984), mais isso não poderia significar que esse ator seria personificado por um movimento social homogêneo. Por um lado, estamos engajados em um longo processo de declínio da sociedade industrial: ascensão do populismo, fim da hegemonia ocidental, multiplicação dos caminhos da modernidade, crise das social-democracias, reinado das identidades, triunfo do neoliberalismo... Por outro lado, é a própria ideia de sociedade que se desfaz perante os nossos olhos e é nessa direção que a reflexão de Touraine se empenha desde finais dos anos oitenta⁵⁰ (DUBET, 2019, p. 26, tradução nossa).

A obra mais representativa desse novo período é *Critique de la modernité* (1992), em que Touraine argumenta que a modernidade se caracteriza, ao mesmo

⁴⁹ “Faire apparaître les rapports sociaux et en faire l’objet principal de l’analyse”.

⁵⁰ “Le scénario selon lequel un nouveau mouvement social, fut-il diffracté en plusieurs luttes, devait succéder au mouvement ouvrier comme le mouvement central de la société post-industrielle n’était pas tenable. Autant il était sûr que nous assistions au *Le retour de l’acteur* (1984), autant cela ne pouvait pas signifier que cet acteur serait incarné par un mouvement social homogène. D’une part, nous sommes engagés dans un long processus de déclin de la société industrielle: montée des populismes, fin de l’hégémonie occidentale, multiplication des voies de la modernité, crise des social-démocraties, règne des identités, triomphe du néolibéralisme... D’autre part, c’est l’idée même de société qui se défait sous nos yeux et c’est dans cette voie que s’engage la réflexion de Touraine depuis la fin des années 1980.”

tempo, pelo triunfo da racionalidade instrumental, como evidenciara Max Weber, mas também pelo processo de subjetivação, ou seja, pela afirmação do indivíduo portador de direitos humanos, que assim pode se tornar sujeito autônomo em busca de autorrealização.

A subjetivação é a penetração do Sujeito no indivíduo e, portanto, a transformação – parcial – do indivíduo em Sujeito. O que era ordem do mundo passa a ser um princípio de orientação de conduta. A subjetivação é o oposto da submissão do indivíduo aos valores transcendentais: o homem se projetou em Deus; doravante, no mundo moderno, é ele quem se torna o fundamento dos valores, uma vez que o princípio central da moralidade se torna a liberdade, uma criatividade que é seu próprio fim e se opõe a todas as formas de dependência⁵¹ (TOURAINÉ, 1992, p. 241, tradução nossa).

Ao referir-se ao Sujeito com inicial maiúscula, Touraine faz alusão a uma espécie de consciência coletiva. É ele mesmo quem o esclarece logo no primeiro capítulo de *“Défense de la modernité”*:

O que faz da modernidade um fator explicativo em si mesmo é que ela comanda antes de tudo a consciência de si [...]. Temos consciência da influência que a nossa situação exerce sobre nós, seja econômica, profissional, nacional ou religiosa e linguística, mas temos ainda mais consciência de não sermos passivos, de não sermos inteiramente determinados por forças exteriores à nossa vontade, pelo dinheiro ou pelo poder em particular. Estamos cada vez mais conscientes de ser determinados por nós mesmos, de viver em um mundo criado por nós⁵² (TOURAINÉ, 2018, p. 37-38, tradução nossa).

Eis a solução que Touraine encontra para conciliar o imperativo durkheimiano de não explicar o social senão pelo social com o seu foco cada vez maior no indivíduo. Tendo-se tornado consciente de seu ser potencialmente Sujeito, o indivíduo moderno torna-se ator/construtor de si e da sociedade. Dialogando com Dumont, Touraine afirma que “a sociedade moderna não é nem

⁵¹ “La subjectivation est la pénétration du Sujet dans l'individu et donc la transformation – partielle – de l'individu en Sujet. Ce qui était ordre du monde devient principe d'orientation des conduites. La subjectivation est le contraire de la soumission de l'individu à des valeurs transcendentes : l'homme se projetait en Dieu ; désormais dans le monde moderne, c'est lui qui devient le fondement des valeurs, puisque le principe central de la moralité devient la liberté, une créativité qui est sa propre fin et s'oppose à toutes les formes de dépendance.”

⁵² “Ce qui fait de la modernité un facteur explicatif par lui-même, est qu'elle commande avant tout la conscience de soi [...]. Nous sommes conscientes de l'influence qu'exerce sur nous notre situation, qu'elle soit économique, professionnelle, nationale ou religieuse et linguistique, mais nous sommes encore plus conscientes de ne pas être passifs, de ne pas être entièrement déterminés par des forces extérieures à notre volonté, par l'argent ou par le pouvoir en particulier. Nous sommes de plus en plus conscientes d'être déterminés par nous-mêmes, de vivre dans un monde créé par nous”

individualista nem holista; ela é uma rede de relacionamentos de produção e de poder [...], o lugar onde o sujeito aparece [...] para reivindicar seu direito de ser ator”⁵³ (TOURAINÉ, 1992, p. 301-302, tradução nossa). Por essa razão, o conceito de sujeito está intimamente ligado ao de conflito e movimento social.

Numa reflexão que faz lembrar aquela em que Mead (1972) distingue o *self* – constituído pela interiorização do outro generalizado – do Eu, que expressa a singularidade de cada pessoa, Touraine afirma que o indivíduo só se torna efetivamente autônomo quando se constitui enquanto sujeito, ator que luta contra toda forma de dominação que impede a livre definição de si. Daí a emergência dos movimentos sociais.

É a rejeição de uma imagem artificial da vida social como máquina ou organismo, crítica feita não em nome de princípios transcendentais – Deus, razão ou história –, mas em nome da livre produção de si, que conduz a afirmar o sujeito e seus direitos em um mundo onde o ser humano é transformado em objeto⁵⁴ (TOURAINÉ, 1992, p. 269, tradução nossa).

Aqui o conceito de movimento social – definido como um conflito social e ao mesmo tempo um projeto cultural – “deve substituir o de classe social” (TOURAINÉ, 1992, p. 279, tradução nossa), porque este último “correspondeu a um pensamento historicista” (ibid.)⁵⁵, ao passo que se faz necessário analisar, como vimos, a historicidade, que se desenvolve não como lei do desenvolvimento histórico, mas como processo dinâmico de construção da sociedade por ela mesma.

Os movimentos sociais figuram, na análise de Touraine, como espaço de realização da liberdade positiva, espécie de antídoto para a redução atomista do indivíduo que vive apenas para o consumo. No entanto, ao discorrer sobre a

⁵³ “La société moderne n'est ni holiste ni individualiste ; elle est un réseau de rapports de production et de pouvoir. Elle est aussi le lieu où le sujet apparaît, non pas pour fuir les contraintes de la technique et de l'organisation, mais pour revendiquer son droit d'être acteur”.

⁵⁴ “C'est le refus d'une image artificielle de la vie sociale comme machine ou organisme, critique menée non pas au nom de principes transcendants – Dieu, la raison ou l'histoire –, mais au nom de la libre production de soi qui conduit à affirmer le sujet et ses droits dans un monde où l'être humain est transformé en objet”.

⁵⁵ “La notion de classe sociale **a bien correspondu à une pensée historiciste**. Elle faisait reposer l'opposition des dominants et des dominés sur celle de la société et de la nature ou sur celle du passé et de l'avenir. Aujourd'hui, au contraire, aux notions qui ont défini les acteurs par une situation non sociale, nous devons substituer d'autres notions qui analysent les situations en termes d'acteurs et de rapports sociaux. **C'est pourquoi la notion de mouvement social doit remplacer celle de classe sociale**, comme l'analyse de l'action doit prendre la place de l'analyse des situations.”

democracia – único sistema político em que a subjetivação se torna possível – é a liberdade negativa que o autor defende, empregando explicitamente a clássica distinção de Isaiah Berlin.

Não é só a vontade coletiva que deve ser respeitada, mas a criatividade pessoal e, portanto, a capacidade de cada indivíduo de ser sujeito da própria vida, se necessário contra os instrumentos do trabalho, da organização e da potência da coletividade. A concepção negativa de liberdade, que Isaiah Berlin formulou com mais vigor, é o fundamento indispensável da democracia, porque é mais importante limitar o poder do que dar poder absoluto a uma soberania popular que nunca se estabelece apenas na forma de um contrato social e de uma livre deliberação, porque ela é também administração e exército, poder e garantias jurídicas desse poder. Hoje é impossível falar de democracia direta, poder popular e até autogestão sem ver surgir de imediato a figura muito real do partido totalitário, de seus militantes autoritários, a mediocridade arrogante de seus pequenos dirigentes, o peso sufocante dos apelos à unidade do povo e da nação. A democracia, ou seja, a livre escolha dos governantes dos governados, só pode existir se a liberdade tiver um espaço indestrutível, se o campo do poder for mais limitado que o da organização social e o das escolhas individuais⁵⁶ (TOURAINÉ, 1992, p. 378, tradução nossa).

Em *Defense de la modernité*, Touraine retoma essa linha argumentativa. O ser humano moderno é um construtor criativo de si mesmo e do mundo que gradativamente tomou consciência dessa sua condição. A existência histórica desse sujeito/ator é mais importante que qualquer aparato burocrático-administrativo, seja ele nacional ou transnacional. “A afirmação mais importante da modernidade é a prioridade dada aos direitos humanos fundamentais sobre todas as leis, regulamentos e obrigações [...] incluindo as leis aprovadas pela maioria dos cidadãos”⁵⁷ (TOURAINÉ, 2018, p. 177, tradução nossa).

⁵⁶ “Ce n'est pas seulement la volonté collective qui doit être respectée, mais la créativité personnelle et donc la capacité de chaque individu d'être le sujet de sa propre vie, au besoin contre les instruments du travail, de l'organisation et de la puissance de la collectivité. La conception négative de la liberté, qu'Isaiah Berlin a formulé avec le plus de force, est le fondement indispensable de la démocratie, car il est plus important de limiter le pouvoir que de donner un pouvoir absolu à une souveraineté populaire qui ne prend jamais seulement la forme d'un contrat social et d'une libre délibération, car elle est aussi administration et armée, pouvoir et garanties juridiques de ce pouvoir. Il est impossible aujourd'hui de parler de démocratie directe, de pouvoir populaire et même d'autogestion sans voir aussitôt surgir de ces mots fantomatiques la figure bien réelle du parti totalitaire, de ses militants autoritaires, la médiocrité arrogante de ses petits chefs, la lourdeur étouffante des appels à l'unité du peuple et de la nation. La démocratie, c'est-à-dire le libre choix des gouvernants par les gouvernés, ne peut exister que si la liberté dispose d'un espace indestructible, si le champ du pouvoir est plus limité que celui de l'organisation sociale et celui des choix individuels”

⁵⁷ “L'affirmation la plus importante de la modernité est la priorité accordée aux droits humains fondamentaux sur toutes les lois et tous les règlements et obligations [...] y compris des lois votées par la majorité des citoyens”.

A essa afirmação inegociável dos direitos humanos fundamentais se contrapõem, segundo ele, novos poderes totais de caráter transnacional, encarnados em particular pelo capital financeiro-especulativo, que constituem verdadeiros obstáculos à sua realização. Por isso, as sociedades hipermodernas demandam “movimentos sociais totais, isto é, ao mesmo tempo éticos e democráticos”⁵⁸ (TOURAINÉ, 2018, p. 65, tradução nossa).

Nesse sentido, se a hipermodernidade se caracteriza por essa conflitualidade central, Touraine reafirma a existência de um movimento social central, aquele que busca realizar a historicidade e a subjetivação moderna, assim como o movimento operário foi o movimento central das sociedades industriais. Portanto, permanece, para Touraine, a distinção entre movimentos sociais e outras formas de ação coletiva, reivindicações e protestos, o que ensejou a criação, pela Associação Internacional de Sociologia, a pedido do autor, de um comitê de pesquisa exclusivamente dedicado ao estudo dos movimentos sociais na acepção proposta por ele (TOURAINÉ, 2018, p. 179).

Evidentemente, Touraine não elimina com essa conceituação a possibilidade de falar de movimentos sociais no plural. Pelo contrário, sua definição do movimento social (hiper)moderno pressupõe relações adversariais que emergem a partir das distintas interpretações sobre o modo de realização do processo de subjetivação democrática. “Os adversários em conflito, ao mesmo tempo que lutam entre si, devem referir-se, para que o seu conflito assuma formas sociais organizadas e reconhecidas, à mesma interpretação cultural da criatividade humana”⁵⁹ (TOURAINÉ, 2018, p. 179, tradução nossa). Além disso, prossegue Touraine,

é indispensável reconhecer que os movimentos sociais, tanto os das classes dominantes como os dos trabalhadores dominados, têm componentes semelhantes: em ambos os lados se afirma uma cultura da modernidade, mas também se faz oposição a interesses particulares; do lado dos trabalhadores, faz-se oposição ao lucro dos empregadores e se defende o Iluminismo; do lado patronal, a defesa da indústria concebida no espírito dos saint-simonianos se opõe ao domínio do rentismo. [...] **Cessemos de crer que existem duas formas**

⁵⁸ “[...] une autre civilisation qui en appelle à la mobilisation de mouvements sociaux totaux, c’est à dire à la foi éthiques et démocratiques, pour lutter contre des pouvoirs eux-mêmes devenus totaux.”

⁵⁹ “Les adversaires en conflit, en même temps qu’ils se combattent entre eux, doivent se référer, pour que leur conflit puisse prendre des formes sociales organisées et reconnues, à la même interprétation culturelle de la créativité humaine”.

inteiramente opostas de dirigir uma sociedade, como se um programa de direita e um programa de esquerda não tivessem nada em comum. Evidentemente, essa concepção ainda é muito difundida, mas ela só pode levar à vitória prolongada dos interesses dominantes, já que eles se baseiam no domínio internacional da gestão financeira capitalista da economia ou, o que é mais realista, sobre a dominação negociada de duas potências totais, a dos Estados Unidos e do sistema financeiro americano-britânico de um lado, e a do Partido Comunista Chinês, firmemente controlada por Xi Jinping, de outro ⁶⁰ (TOURAINÉ, 2018, p. 180-181, tradução e grifo nossos).

Os únicos excluídos dessa definição parecem ser, portanto, os atores do capitalismo financeiro-especulativo, que, para Touraine, fala uma outra linguagem e não compartilha dos valores da modernidade democrática, além dos chamados anti-movimentos sociais, ou seja, ações coletivas cujo objetivo é destruir essa normatividade fundamentada nos direitos humanos, transformando adversários em inimigos a serem eliminados⁶¹ (como é, para ele, o caso do fundamentalismo islâmico).

Um movimento social – em virtude de uma análise que mantenho e desenvolvo há muito tempo – não é apenas o ator de um conflito entre grupos cujos interesses se opõem; **ele só pode existir se os adversários em questão pertencerem à mesma civilização, ou seja, pensam e agem segundo as mesmas categorias**⁶² (TOURAINÉ, 2018, p. 203, tradução e grifo nossos).

A modernidade é para Touraine um processo nunca plenamente realizado. Caracteriza-se por uma conflitualidade contínua e geradora de historicidade, ao mesmo tempo que busca resistir a tentativas de transformá-la em seu contrário.

⁶⁰ “Il est indispensable de reconnaître que les mouvements sociaux, aussi bien ceux des classes dominantes que ceux des salariés dominés, ont des composantes semblables: des deux côtés on se réclame d’une culture de la modernité, mais on s’oppose aussi à des intérêts particuliers; du côté ouvrier on s’oppose au profit patronal et on défend les Lumières; du côté patronal, la défense de l’industrie conçue dans l’esprit des saint-simoniens s’oppose à la domination de la rente. [...] Cessons de croire qu’il existe deux manières entièrement opposées de gérer une société, comme si un programme de droite et un programme de gauche ne devaient rien avoir en commun. Cette conception est, certes, encore répandue, mais elle ne peut mener qu’à la victoire prolongée des intérêts dominants, puisque celle-ci s’appuie sur la domination internationale de la gestion capitaliste financière de l’économie ou, ce qui est plus réaliste, sur la domination négociée de deux pouvoirs totaux, celui des États-Unis et du système financier américano-britannique d’un côté, et celui du Parti communiste chinois, solidement tenu en main par Xi Jinping, de l’autre.”

⁶¹ A definição é semelhante à proposta por Tarrow (2011) e Paiva (2014) ao se referirem aos “movimentos feios”.

⁶² “Un mouvement social – en vertu d’une analyse que je maintiens et développe depuis très longtemps – n’est pas seulement l’acteur d’un conflit entre groupes dont les intérêts sont opposés; il ne peut exister que si les adversaires en question appartiennent à la même civilisation, c’est-à-dire pensent et agissent à l’aide des mêmes catégories.”

Isso implica “renunciar a todo princípio social ou político de unificação do pensamento e da ação”⁶³ (TOURAINÉ, 2018, p. 207, tradução nossa).

Ao teorizar os movimentos sociais como relações adversariais fundamentadas no compartilhamento de valores democráticos de fundo – que ele identifica nos direitos humanos universais – o sociólogo dá uma importante contribuição para analisarmos em que medida os atores relacionam-se com a alteridade de modo severamente polarizado, ou seja, na chave do nós contra eles.

2.4

Debates em torno de uma definição

É bem conhecido o debate em torno da definição de movimentos sociais que emergiu a partir da década de 1960, momento de grande efervescência social e profundas mudanças culturais no norte ocidental do globo. O movimento negro pelos direitos civis nos Estados Unidos, as manifestações estudantis de maio de 1968 na França, o fortalecimento do feminismo, bem como a difusão do ambientalismo, do pacifismo e da contracultura, sobretudo entre os jovens provenientes do chamado *baby boom* pós-guerra, colocaram em cena atores que reivindicavam o alargamento da esfera pública, a ampliação dos direitos de cidadania e o reconhecimento de outros valores e estilos de vida.

É esse o contexto em que emerge, como vimos, a teoria dos novos movimentos sociais de Touraine, bem como a de outros autores europeus como Alberto Melucci (1985) e Klaus Offe (1985). Dentro da tradição norte-americana, a Teoria da Mobilização dos Recursos (McCARTHY e ZALD, 1977), voltou-se ao estudo da dimensão micro-organizacional e estratégica da ação coletiva, enquanto a Teoria do Processo Político (TILLY, 1978; TARROW, 1992) focalizou o ambiente macropolítico e as oportunidades por ele proporcionadas, bem como a difusão de novos quadros interpretativos ou *frames* (SNOW; BENFORD, 1992, TARROW, 1992) a respeito da realidade.

Desde então, diversos autores buscaram articular essa diversidade de contribuições, com vistas a propor uma definição ao mesmo tempo precisa e flexível, capaz de contemplar a complexidade de seu objeto de estudo: os movimentos sociais. O sociólogo italiano Mario Diani (1992) foi um dos que

⁶³ “[...] renoncer à tout principe social ou politique d’unification de la pensée et de l’action.”

tentaram fazer isso. Para ele, um movimento social pode ser definido como “uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos e organizações, engajados em um conflito político e cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada”⁶⁴ (DIANI, 1992, p. 13, tradução nossa).

Em 2003, Diani retoma essa discussão para afirmar que nem sempre todas as dimensões da definição proposta por ele estarão presentes nos movimentos sociais, o que não os desqualifica enquanto tais. Por exemplo, ações desenvolvidas por redes informais de atores que compartilham uma identidade coletiva nem sempre implicam um conflito, como é o caso de organizações ambientais que realizam trabalho voluntário. Também pode haver casos em que, não obstante a presença de conflito e identidade coletiva, a ação não se dá por meio de redes informais, mas por organizações que eventualmente operam inclusive na esfera política (como os partidos). Finalmente, quando se formam coalizões de composição muito heterogênea, há redes informais e conflito, mas não há uma identidade coletiva. Em todos esses casos, para Diani (2003), pode-se falar de movimento social.

No célebre artigo “*New social movements of the early nineteenth century*”, Craig Calhoun (1993) também procura superar a aparente dicotomia entre os paradigmas europeu e norte-americano ao afirmar que o caráter culturalista e identitário atribuído aos movimentos pós-1960 na verdade já estava presente em ações coletivas desde o fim do século XVIII e início do século XIX, quando o movimento da classe operária era apenas mais um entre diversos movimentos que vinham à tona, como o feminismo, o comunitarismo, o abolicionismo etc.

“Nunca houve o movimento social da modernidade. Ao invés, a modernidade estava dividida e contestada internamente desde o início”⁶⁵, afirma Calhoun (1993, p. 418, tradução nossa, grifo do autor). Embora polemize com o paradigma dos novos movimentos sociais, sua tese não está, entretanto, em plena contradição com ele. Como vimos, o que define os movimentos sociais, para Touraine, não é tanto o tipo de demanda (material ou cultural) em torno da qual se dá o conflito, mas o fato de que eles são fruto da mobilização de atores que, em

⁶⁴ “A social movement is a network of informal interactions between a plurality of individuals, groups and/or organizations, engaged in a political or cultural conflict, on the basis of a shared collective identity.”

⁶⁵ There was never *the* social movement of modernity. Rather, modernity was internally split and contested from the beginning.”

seu processo de subjetivação, divergem sobre a melhor maneira de colocar em prática os principais valores de uma sociedade (TOURAINÉ, 2015).

Como afirmam Andrew Arato e Jean Cohen (1992), que também tentam uma conciliação dessas duas perspectivas, “embora Touraine sustente que a orientação cultural não pode ser separada do conflito social, ele insiste na objetividade de um campo cultural comum compartilhado pelos oponentes. Os vários potenciais institucionais do campo cultural compartilhado [...] compreendem as questões em disputa”⁶⁶ (ARATO; COHEN, 1992, p. 511, tradução nossa).

Com uma abordagem bastante influenciada pelo pensamento habermasiano, Arato e Cohen sustentam que, para compreender os movimentos sociais, deve-se ter como base uma concepção de sociedade civil como esfera distinta do Estado e da economia. Para eles, o objetivo primordial dos atores da sociedade civil, dentre os quais os movimentos sociais, não é conquistar o poder nem dominar a economia (o que implicaria desdiferenciação), mas influenciar essas duas esferas, por meio de associações democráticas e da livre discussão na esfera pública.

Habermas constrói seu retrato ideal-típico da esfera pública com base no processo histórico por meio do qual, nos albos da modernidade, a burguesia deixa de ser apenas o destinatário das determinações de um poder absoluto para se constituir enquanto público pensante que debate livremente e questiona o exercício do poder político, com vistas a influenciá-lo. O auge desse processo ocorre no século XVIII, quando os cafés e os salões da cidade – antítese política e cultural da corte – tornam-se centros de crítica literária e política. Igualdade de condições e argumentação racional em busca de consenso são os traços distintivos desse espaço emergente.

Aquele público, que pode ser sujeito do Estado de Direito burguês, entende então também a sua esfera como sendo pública neste sentido estrito: antecipa, em suas considerações, a pertença, por princípio, de todos os homens a ela. Simplesmente ser humano, ou melhor, pessoa moral, também é o homem privado individual (HABERMAS, 1984, p. 105).

⁶⁶ “Although Touraine maintains that cultural orientation cannot be separated from social conflict, he nevertheless insists on the objectivity of a common cultural field shared by opponents. The various *institutional potentials* of the shared cultural field [...] comprise the stakes of struggle.”

A força dessa tipificação reside no fato de que ela implica uma concepção de sociedade civil como espaço de autonomia que implica “instituições de sociabilidade e discurso apenas levemente relacionadas à economia” ⁶⁷ (CALHOUN, 1992, p. 8, tradução nossa). Ao criticar a mudança estrutural da esfera pública – subvertida, a partir da segunda metade do século XIX, com o advento dos *welfare states* e das sociedades de massa, aos imperativos do poder e do dinheiro – Habermas aposta no resgate do caráter racional, autônomo e universalizante do tipo-ideal construído por ele, independentemente do fato de ele não ter se realizado historicamente de modo pleno.

Para Nancy Fraser, no entanto, tal concepção é inadequada como ideal normativo a partir do qual se poderia avaliar a qualidade da democracia nos países de capitalismo avançado, a começar pelo fato de que se trata de uma concepção “burguesa, machista e supremacista branca” (1997, p. 92, tradução nossa).

No artigo “*Rethinking the Public Sphere*”, a autora questiona quatro pressupostos habermasianos: 1- a ideia de que é possível que os interlocutores “coloquem entre parênteses” suas desigualdades de status em nome de uma deliberação pelo bem comum (para ela, as desigualdades devem ser eliminadas); 2- a ideia de que uma esfera pública única seja melhor que a existência de múltiplas esferas públicas (que ela prefere); 3- o pressuposto de que o discurso nas esferas públicas deveria limitar-se a questões relacionadas ao bem comum, sendo vetadas questões de foro íntimo/privado (essas questões devem ser, segundo ela, incluídas e não excluídas); 4- o pressuposto de que uma esfera pública democrática requer uma clara separação entre Estado e sociedade civil (não necessariamente, do ponto de vista da autora).

Em 1992, no artigo “*Further reflections on Public Sphere*” (1992), publicado em livro composto por análises críticas de diversos autores, dentre as quais a de Fraser, Habermas responde a esses e outros questionamentos, ainda que não cite diretamente a autora. Inicialmente, ele reconhece que seu modelo “excessivamente estilizado” (1992, p. 424) negligencia a exclusão, historicamente documentada, de camponeses, proletários e mulheres da esfera pública.

No entanto, reafirma que o caráter igualitário e universalista que a esfera pública burguesa atribui a si mesma (sua “auto-interpretação”, para usar expressão

⁶⁷ “[...] institutions of sociability and discourse only loosely related to the economy.”

do autor), mantém sempre aberta a possibilidade de inclusão desses grupos. “As tensões que vêm à tona na esfera pública liberal devem ser retratadas mais claramente como *potenciais para uma autotransformação*”⁶⁸ (HABERMAS, 1992, p. 430, tradução e grifo nossos).

Por isso, revendo o pessimismo de “Mudança estrutural”, Habermas reconhece que a progressiva conquista dos direitos civis, políticos e sociais é um pré-requisito importante para que isso aconteça. Para ele, esse potencial de transformação se aplica, inclusive, no caso da exclusão feminina, que teria um significado mais estruturante que a exclusão dos trabalhadores, por exemplo, por fincar raízes em uma esfera privada forjada de modo machista e patriarcal.

Habermas também revisa sua avaliação negativa a respeito do comportamento do público nas sociedades de massa e distingue entre, por um lado, as funções críticas de um processo comunicativo autorregulado, ligado horizontalmente, inclusivo, mantido por instituições “fracas”, e, por outro, aquelas funções que visam influenciar consumidores, eleitores e clientes.

À luz de sua teoria do agir comunicativo, desenvolvida anos depois da publicação de “Mudança Estrutural”, Habermas desenvolve uma abordagem centrada no discurso e ancora a validade das normas na possibilidade de um acordo racional entre todos os afetados, com vistas ao consenso. Deve haver uma institucionalização das práticas de debates públicos. Para isso, dois pressupostos devem ser cumpridos: imparcialidade e a expectativa de que os participantes questionem e transcendam suas preferências iniciais. É nesse sentido que a esfera pública burguesa permanece, para ele, como um modelo.

O objetivo é erigir uma barreira contra a invasão do mundo da vida por imperativos sistêmicos. Uma mudança democrática radical no processo de legitimação clama por uma nova distribuição das forças de integração social, de forma que o poder da solidariedade possa prevalecer sobre os poderes do dinheiro e da administração. Para que isso aconteça, afirma Habermas (1992, p. 453), “mais que as garantias institucionais de um Estado constitucional”, é necessário o apoio de uma sociedade civil baseada em “tradições culturais e padrões de

⁶⁸ “The tensions that come to the fore in the liberal public sphere must be depicted more clearly as potentials for a self-transformation.”

socialização, da cultura política, de uma população acostumada à liberdade” (ibid)⁶⁹.

Partindo do modelo tripartite habermasiano, Arato e Cohen afirmam que, numa sociedade civil institucionalizada por meio de direitos morais, as dimensões negativa e positiva da liberdade se encontram, viabilizando o debate coletivo de questões de interesse comum e o exercício de influência sobre as esferas política e econômica. Dessa perspectiva, os movimentos sociais são vistos como expressão política por excelência de uma sociedade civil supostamente movida por uma racionalidade universalista e capaz de transcender interesses individuais em nome do bem comum.

Nancy Fraser não foi a única a criticar o modelo habermasiano por não contemplar plenamente o caráter intrinsecamente conflituoso da ação coletiva. Axel Honneth, sucessor de Habermas na Escola de Frankfurt, propõe outras ferramentas analíticas para isso. Como explica Emil Sobottka, Habermas e Honneth compartilham do grande princípio-guia da teoria crítica – a emancipação como “parte essencial da autocompreensão da modernidade ocidental” (SOBOTTKA, 2013, p. 143) –, cujas raízes remontam a Kant, Hegel e Marx. No entanto, tomam caminhos diferentes ao desenvolverem suas respectivas teorias sociais. Para Honneth, Habermas ignora o processo de alienação e as conflituosas relações de poder que permeiam o conjunto da vida social.

Em “Luta por reconhecimento – a gramática moral dos conflitos sociais”, Honneth debruça-se sobre o processo de formação de identidade dos indivíduos. Partindo dos chamados escritos de Jena do jovem Hegel, e da psicologia social de George Herbert Mead, Honneth afirma que a identidade individual se constitui por meio das relações intersubjetivas de reconhecimento recíproco.

“Um sujeito só pode adquirir uma consciência de si mesmo na medida em que ele aprende a perceber sua própria ação da perspectiva, simbolicamente representada, de uma segunda pessoa”, afirma Honneth (2003, p. 131), recorrendo a Mead para dar uma “fundamentação naturalista da teoria do reconhecimento de Hegel” (ibid.), baseada no “mecanismo psíquico que torna o desenvolvimento da autoconsciência dependente da existência de um segundo sujeito” (ibid.).

⁶⁹ “A public sphere that functions politically requires more than the institutional guarantees of the constitutional state; it also needs the supportive spirit of cultural traditions and patterns of socialization, of the political culture, of a populace accustomed to freedom.”

Desde a infância, por meio das diversas interações sociais, o indivíduo internaliza as expectativas de comportamento que os membros da sociedade têm a seu respeito, construindo, dentro de si, uma relação com um “outro generalizado” que baliza suas ações. Esse processo de internalização pressupõe, por outro lado, que o indivíduo sinta-se reconhecido em um contexto social cooperativo.

Com a adoção das normas sociais que regulam as relações de cooperação da coletividade, o indivíduo em crescimento não aprende só quais obrigações ele tem que cumprir em relação aos membros da sociedade, ele adquire, além disso, um saber sobre os direitos que lhe pertencem, de modo que ele pode contar legitimamente com o respeito de algumas de suas exigências: direitos são de certa maneira as pretensões individuais das quais posso estar seguro que o outro generalizado as satisfará. Nesse sentido, pela concessão social desses direitos, é possível medir se um sujeito pode conceber-se como membro completamente aceito de sua coletividade [...] (HONNETH, 2003, pp. 136-137).

Partindo da concepção hegeliana de que a integração e reprodução social se dão nas esferas da família, da sociedade civil e do Estado, Honneth afirma que o processo de reconhecimento intersubjetivo ocorre, respectivamente, por meio do amor (relacionamentos parentais e esponsais), do direito e da solidariedade. Na esfera do amor, o reconhecimento possibilita o desenvolvimento da autoconfiança; na esfera do direito, por meio dos direitos civis, políticos e sociais, garante o auto-respeito; por fim, na esfera da solidariedade, o reconhecimento da contribuição de cada um à coletividade proporciona a autoestima.

Para Honneth, o pleno reconhecimento nessas três esferas é condição indispensável para o processo de individuação típico da modernidade, sobre o qual também aprofundou-se Touraine. “O processo de individuação, discorrendo no plano da história da espécie, está ligado ao pressuposto de uma ampliação simultânea das relações de reconhecimento mútuo” (HONNETH, 2003, p. 156). Quando tal reconhecimento não se efetiva, o indivíduo pode legitimamente rebelar-se, porque se vê privado de condições imprescindíveis para a formação de sua própria identidade, intrinsecamente conectada, como vimos, com o outro generalizado.

A partir dessa constatação, o autor alemão proporá a luta por reconhecimento como o verdadeiro motor das transformações sociais nas sociedades modernas: “são as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de

reconhecimento recíproco aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades” (HONNETH, 2003, p. 156).

Dessa luta pode resultar tanto a ampliação dos atores reconhecidos na esfera pública, com a inclusão social de pessoas previamente privadas de direitos elementares (pensemos nos imigrantes, por exemplo), quanto o incremento dos direitos de pessoas que, não obstante já incluídas nessa esfera, percebiam-se inadequadamente contempladas (como o movimento LGBT, no momento em que constrói novas subjetividades).

Uma das principais contribuições de Honneth para o estudo dos movimentos sociais é a tentativa de superar o racionalismo implícito no modelo habermasiano de sociedade civil, de inspiração kantiana, e lançar as bases para o papel desempenhado pela afetividade, fundamentando-se nos conceitos de amor e liberdade que emergem da filosofia hegeliana. Para ele, é com base nessas dimensões que o indivíduo pode tomar consciência de si enquanto portador de direitos inalienáveis, articular-se com outros e partir para a luta por reconhecimento.

Em suma, em todas as definições estudadas até aqui, os movimentos sociais – velhos ou novos, materialistas ou pós-materialistas – figuram como atores centrais das sociedades modernas, porque, na medida em que resultam do processo de subjetivação, constituem um de seus principais motores de autotransformação. No próximo capítulo, articularemos essas reflexões com a sociologia da experiência de François Dubet, a fim de viabilizar a compreensão das distintas lógicas de ação e interpretações que movimentos sociais de esquerda e de direita operam sobre um pano de fundo democrático compartilhado.

3

Por uma análise não polarizada da polarização

Como vimos anteriormente, na década de 1970, Alain Touraine propôs um novo método para a análise dos movimentos sociais: a intervenção sociológica. “Em vez de descrever mobilizações e registrar opiniões, queríamos desencadear significados e testar sua consistência junto aos atores envolvidos”, relata François Dubet (2019, p. 18-19, tradução nossa), que participou do projeto desde o início.

A intervenção sociológica consiste na realização de sucessivas entrevistas em grupo, rodas de diálogo conduzidas por uma equipe de pesquisadores, envolvendo integrantes de movimentos sociais e seus adversários. A ideia é captar os significados que emergem dessa relação e fazer vir à tona as reflexões dos atores sobre si mesmos e suas ações. Mais do que isso, a intervenção sociológica busca colocar em discussão as hipóteses dos próprios pesquisadores, de modo a testar sua ressonância junto aos atores. Nas palavras de Dubet:

O pesquisador se engaja em uma longa relação com os atores e faz dessa relação o objeto central de sua análise. Claro, essa relação em si deve ser objetivada, o que não implica que objetivemos aquele que estamos estudando. Isso implica multiplicar o número de grupos de pesquisa, a fim de garantir que a estabilidade das observações ultrapasse a singularidade de indivíduos e grupos. Também é importante reagrupar as equipes de pesquisadores para que suas ideias ou sua personalidade também sejam colocadas sob controle. Quando se obtém os mesmos “fatos” a partir de diferentes grupos e pesquisadores, pode-se imaginar que esses “fatos” são suficientemente consistentes para resistir às hipóteses dos pesquisadores. Nesse sentido, não nos decepcionaremos, pois, embora tenhamos observado traços de novos movimentos nas lutas estudadas, não encontramos o novo movimento que esperávamos. Embora se possa suspeitar que a intervenção sociológica seja uma espécie de predição criativa mais ou menos manipuladora, ou mesmo uma espécie de terapia de grupo, a experiência provou o contrário. O planeta que procurávamos exibia apenas, na melhor das hipóteses, vestígios de alguns asteróides.⁷⁰ (DUBET, 2019, p. 20, tradução nossa).

⁷⁰ “Le chercheur s’engage dans une longue relation avec les acteurs et fait de cette relation l’objet central de son analyse. Bien sûr, cette relation elle-même doit être objectivée, ce qui n’implique pas que l’on objective celui que l’on étudie. Ceci suppose de multiplier les groupes de recherche afin de s’assurer que la stabilité des observations dépasse la singularité des individus et des groupes. Il importe aussi de recomposer les équipes de chercheurs afin que leurs idées ou leur personnalité soient, elles aussi, placées sous contrôle. Quand on obtient les mêmes «faits» à partir de groupes et de chercheurs différents, on peut imaginer que ces «faits» sont suffisamment consistants pour résister aux hypothèses des chercheurs. Sur ce plan, nous ne serons pas déçus car, si nous avons observé des traces de nouveaux mouvements dans les luttes étudiées, nous n’avons pas trouvé le nouveau mouvement que nous espérions. Alors que l’on aurait pu soupçonner l’intervention sociologique d’être une sorte de prédiction créatrice plus ou moins manipulatrice, voire une espèce de thérapie de groupe, l’expérience a plutôt prouvé le contraire. La planète que nous cherchions ne laissait voir au mieux que les traces de quelques astéroïdes.”

Inspirado pela participação nessa iniciativa pioneira, François Dubet constituirá a sua sociologia da experiência, que nasce no seio da sociologia da ação de Touraine e mantém um profundo diálogo com ela, mas dá seus próprios passos na proposição de um novo arcabouço teórico-metodológico para a análise do social. É com base no ferremantal disponibilizado por ele que busco empreender, nesta tese, uma análise crítica, mas não polarizada, da polarização.

3.1 Sociologia da experiência

Para Dubet, graças aos desdobramentos da reflexividade típica da modernidade e ao consequente processo de subjetivação, discutidos anteriormente, a sociologia clássica foi gradativamente dando espaço a uma diversidade de teorias que, não obstante suas divergências, compartilham a “recusa da concepção clássica de ação, na medida em que ela identifica totalmente o actor com o sistema e em que ela concebe a sociedade como um organismo natural” (DUBET, 1994, p. 14).

Ao fazer isso, algumas dessas teorias acabaram caindo em um novo “monismo”. Esse seria o caso de Bourdieu que, na interpretação de Dubet, reduz os indivíduos a agentes reprodutores da lógica sistêmica. Embora opressiva, ela seria cegamente experimentada por eles como espaço de liberdade, porque tornada própria pelo *habitus*. “O ator está tão firmemente identificado com o sistema e o monismo do sociólogo é tão radical que o *habitus* surge ao mesmo tempo como uma causa e como uma consequência” (DUBET, 1994, p. 77).

Nesse quadro, o sociólogo emerge como “único sujeito possível” (ibid. p. 78), dada a sua capacidade única de afastar-se criticamente do *habitus*, assumindo desse modo uma posição análoga ao rei-filósofo platônico, como afirma Boltanski (2011), outro dissidente da sociologia crítica de Bourdieu⁷¹.

⁷¹ Na obra “On critique: a sociology of emancipation” (2011), fruto do ciclo de conferências “Adorno Lectures”, ministradas por ele a convite de Honneth na Escola de Frankfurt em 2008, Boltanski explica que distanciou-se de Bourdieu por considerar que a noção de dominação desenvolvida por ele é ao mesmo tempo muito poderosa e muito vaga, concebendo todas as relações de modo sempre verticalizado e ignorando as especificidades dos atores. Outro problema apontado por Boltanski é que a sociologia crítica dá muita ênfase à ideia de ilusão, cegueira dos atores, subestimando sua capacidade crítica, além de enfatizar demais a internalização de normas sociais, por meio da educação e do hábito. Para ele, essa abordagem superestima o poder da sociologia enquanto ciência, como se ela fosse capaz de saber muito mais sobre as pessoas do que elas mesmas. Com sua sociologia pragmática da crítica, Boltanski procura direcionar-se a uma análise mais horizontal das relações sociais, observar, descrever e interpretar as controvérsias nas

É buscando evitar esse problema que Dubet propõe a sua sociologia da experiência social, definindo-a como o estudo das “condutas individuais e colectivas dominadas pela heterogeneidade dos seus princípios constitutivos, e pela atividade dos indivíduos que devem construir o sentido das suas práticas no próprio seio desta heterogeneidade” (ibid., p. 15). Como vimos, ele chega a essa concepção por meio da intervenção sociológica, para ele uma espécie de laboratório em que se torna possível observar o trabalho que caracteriza toda experiência social.

A pesquisa dos anos anteriores me havia convencido de que todos podem ser tratados como atores, como sujeitos, e que ninguém, por mais jovem e marginalizado que seja, é redutível às pressões, constrangimentos e estigmas que se exercem sobre ele. Essa afirmação não é apenas um princípio ético, é também um postulado metodológico⁷² (DUBET, 2017, p. 29, tradução nossa).

Os atores e suas identidades – entendidas não como um “ser”, mas como um “trabalho” – assumem um lugar central tanto do ponto de vista empírico, privilegiando assim as análises qualitativas, quanto teórico, partindo do pressuposto de que os atores sempre guardarão, em algum grau, uma distância subjetiva em relação ao sistema. Desse modo, a noção de alienação dá lugar à de “construção da experiência coletiva” (DUBET, 2017, p. 17), em que os atores lutam, principalmente, pela possibilidade de definir autonomamente seus projetos de vida e sua própria identidade sobre um pano de fundo marcado pela multiplicidade de afiliações.

Apesar da postura crítica em relação à sociologia clássica, Dubet não propõe o total abandono do pensamento dos pais fundadores, cujas reflexões ele considera fundamentais: ele afirma ser necessário manter um diálogo com eles, não para propor grandes quadros explicativos totalizantes, mas para resolver enigmas sociais práticos, sem perder de vista a sempre problemática relação entre ator e sistema. Nesse sentido, o principal “pai fundador” a ser resgatado é Max

quais as pessoas se engajam, tomando emprestados os métodos de observação etnológica. Assim, o foco passa a ser a análise das disputas/controvérsias entre atores que argumentam criticamente a respeito da justiça ou injustiça de determinadas situações.

⁷² “Les recherches des années précédentes m’avaient convaincu du fait que chacun peut être traité comme un acteur, comme un sujet, et que personne, fût-il jeune et marginalisé, n’est réductible aux pressions, aux contraintes et aux stigmates qui s’exercent sur lui. Cette affirmation n’est pas seulement un principe éthique, elle est aussi un postulat méthodologique.”

Weber e suas lógicas de ação, devido à sua resistência à ideia de uma “unidade da vida social”.

Se minha análise for crível, a posição mais razoável torna-se aquela que compartilho com alguns outros: a teoria sociológica deve trabalhar a partir do princípio duplo de ação heterogênea e sistema heterogêneo. Este é um modo de ser leal ao programa clássico da sociologia enquanto se defende teorias de médio alcance – com o que não quero dizer regionais. [...] Se aceitarmos que a vida social e a sociedade não têm mais um centro, enquanto continuamos a insistir que a vida social requer relativa ordem e unidade local, então claramente o espaço da teoria sociológica só pode ser dialógico e deve ser capaz de combinar de forma coerente diferentes concepções de ações. Nem toda ciência é Física; a maioria delas descobre e demonstra “mecanismos” em vez de leis, e isso já é muito⁷³ (DUBET, 2007, p. 256, tradução nossa).

Como vimos, o processo de globalização e aprofundamento da modernidade desfez a ideia de uma sociedade identificada com o Estado-nação ou regida por um princípio unificador (a racionalização, no caso de Weber). Dubet afirma que o comportamento segundo os “role-models” deve ser entendido como *habitus* não no sentido de Bourdieu (comportamento cegamente internalizado), mas como rotina.

Os atores são autoconscientes porque são movidos por estratégias nos mercados de oportunidades em que transitam, mas também por sua cultura, seus valores, sua ética. Pertencimento, interesse e cultura são então dimensões igualmente importantes da ação do sujeito que, como afirma Taylor (2005), busca preservar seu direito à autenticidade. O processo de subjetivação caracteriza-se por distintas lógicas de ação.

Enquanto a teoria dos papéis postula que os vários tipos de lógica de ação se encaixam em uma relação de continuidade, a noção de experiência assume, ao contrário, que nas sociedades modernas as lógicas de ação estão cada vez mais separadas. A noção de experiência social reúne (1) mecanismos objetivos que funcionam para separar os vários tipos de lógica de ação; (2) tipos de lógica que não estão sob “controle” dos atores; e (3) o trabalho subjetivo dos indivíduos, que consiste na tentativa de dar uma certa unidade à sua experiência, uma vez que tal

⁷³ “If my analysis is credible, the most reasonable position becomes that which I share with a few others: sociological theory should work from the twofold principle of heterogeneous action and heterogeneous system. This is a means of being loyal to the classical sociology program while defending middle-range theories – by which I do not mean regional ones. [...] If we accept that social life and society no longer have a center while continuing to insist that social life requires relative order and local unity, then clearly the space of sociological theory can only be dialogic and should be able to coherently combine different conceptions of actions. All sciences are not physics; most of them discover and demonstrate ‘mechanisms’ rather than laws, and that is already a great deal.”

unidade já não é ela própria dada socialmente. O verdadeiro sujeito da experiência não é uma identidade já existente, mas o trabalho contínuo por meio do qual os atores se constroem. Eles não podem ser reduzidos a nenhum dos vários tipos de lógica de ação, mas devem aprender a gerenciar e combinar diferentes tipos de lógica para forjar uma experiência contínua e estável ⁷⁴ (DUBET, 2004, p. 707, tradução nossa).

Por isso, assim como Boltanski, Dubet propõe que o sociólogo dê especial atenção à maneira com que os atores procuram justificar suas práticas, mas não apenas em situações tensas, de disputa, como propõe o primeiro, mas em quaisquer situações cotidianas que demandem posicionamento crítico.

Nesta prática elementar de justificação, os indivíduos põem a sua própria experiência à distância, julgam-na, apelam para normas mais ou menos latentes mobilizadas para o caso. Basta levantar a questão, ou que a questão se ponha no decurso da conversa, para que os indivíduos se sintam obrigados a explicar-se e a argumentar, a apelar para critérios de justiça, de autenticidade e de verdade, a fim de darem sentido à sua experiência (DUBET, 1994 p. 106).

Para Dubet é necessário fazer um processo indutivo, ou seja, partir da experiência dos atores e demonstrar sua relação com o social, sem colocá-los numa posição de marionete que apenas reproduz a lógica sistêmica. Sua proposta é debater as ideias dos sociólogos com os atores, apostar na sua reflexividade, tratá-los como “intelectuais”, discutindo com eles a perspectiva sociológica.

Eu propus a noção de experiência social para reagir a observações relativamente simples: os atores que observo parecem inscrever-se em diversas racionalidades, em várias lógicas; eles jamais são totalmente redutíveis ao paradigma de uma teoria pura [...]; atores são atores. Eles pensam, agem, nunca são totalmente adequados aos seus papéis ou aos seus interesses e a teoria deve ser capaz de explicar a sua atividade, a sua reflexividade, a sua crítica quando são chamados a resolver problemas ⁷⁵ (DUBET, 2017, p. 100, tradução nossa).

⁷⁴ “Whereas role theory postulates that the various types of action logic fit together in a relation of continuity, the notion of experience assumes, on the contrary, that in modern societies action logics are increasingly separate. The notion of social experience brings together (1) objective mechanisms that work to separate the various types of action logic; (2) types of logic that are not in actors’ ‘control’; and (3) the subjective work of individuals, which consists in an attempt to give a certain unity to their experience, given that such unity is no longer itself socially given. The true subject of experience is not an already existing identity, but the ongoing work through which actors construct themselves. They cannot be reduced to any of the various types of action logic but must learn to manage and combine different types of logic in order to forge continuous, stable experience”

⁷⁵ “J’ai proposé la notion d’expérience sociale pour réagir à des observations relativement simples: les acteurs que j’observe me semblent s’inscrire dans plusieurs rationalités, dans plusieurs logiques; ils ne sont jamais totalement réductibles au paradigme d’une théorie pure [...]; les acteurs sont des acteurs. Ils réfléchissent, ils agissent, ils ne sont jamais totalement adéquats à leurs rôles

Na esteira de C. W. Mills (2000), Dubet afirma que, somente dessa forma, torna-se possível articular as provas individuais (*épreuves*) individuais e as questões coletivas (*enjeux*). Seu objetivo é unir a perspectiva de Durkheim, que tentou explicar uma escolha individual como o suicídio a partir de um fato social, e a de Weber, que vincula as transformações econômicas a partir de mudanças na sensibilidade religiosa dos indivíduos.

Nesse sentido, Dubet define o conceito de “experiência social” como “a cristalização, mais ou menos estável, em indivíduos e grupos, de diferentes lógicas de ação, por vezes opostas, que os atores são obrigados a combinar e hierarquizar para se constituírem como sujeitos”⁷⁶ (DUBET, 2017, p. 100-101, tradução nossa).

Partindo dessa definição, Dubet afirma ser possível distinguir três tipos puros de lógicas de ação, que funcionam tanto como definição de si e dos outros quanto como modos de articulação entre ator e sistema: integração social, estratégia e subjetivação.

A sociologia da experiência não implica no total abandono da ideia de que nossas condutas e pensamentos procedem da interiorização de modelos culturais, normas, papéis e identidades que nos precedem. Com efeito, podemos afirmar que muitas de nossas ações refletem a lógica da integração social, sem no entanto serem completamente determinadas por elas. “A integração é mais que um estado, ela é também uma atividade pela qual cada um reconstrói constantemente essa integração objetiva que é também uma subjetividade pessoal”⁷⁷ (DUBET, 2017, pp. 101-102, tradução nossa), afirma o autor, identificando essa lógica àquilo que Weber denominou ação tradicional.

Mas há também, como evidenciou Weber, ações racionais, as quais Dubet classifica como “estratégicas”. “As organizações sociais não são apenas sistemas de papéis e status, mas também sistemas de competição mais ou menos

ou à leurs intérêts et la théorie doit être en mesure d’expliquer leur activité, leur réflexivité, leur critique quand ils sont amenés à résoudre des problèmes”

⁷⁶ “la cristallisation, plus ou moins stable, chez les individus et les groupes, de logiques d’actions différentes, parfois opposées, que les acteurs sont tenus de combiner et de hiérarchiser afin de se constituer comme des sujets.”

⁷⁷ “L’intégration est plus qu’un état, elle est aussi une activité par laquelle chacun reconstruit sans cesse cette intégration objective qui est aussi une subjectivité personnelle.”

regulamentados nos quais os atores se esforçam para otimizar seus recursos”⁷⁸ (ibid., p. 102). Aqui estão em jogo os interesses, as oportunidades e a mobilização de recursos para alcançá-los.

Dessa perspectiva, a sociedade é vista como um mercado em que se disputam não apenas recursos materiais, mas também poder, legitimidade, influência. Não se trata, alerta o autor, de reduzir essa dimensão a um utilitarismo que nega a possibilidade de ações racionais com base em valores, por exemplo, mas de reconhecer que as ações individuais também obedecem a esse tipo de lógica estratégica e interessada. Há que se observar, ainda, que as escolhas feitas segundo essa lógica se dão em condições predeterminadas e desiguais, segundo a posição ocupada pelos atores nos diversos “mercados”.

Por fim, a lógica da subjetivação entra no quadro proposto por Dubet para dar conta das inúmeras situações em que nem a integração nem a estratégia explicam as ações individuais, mas sim a reflexividade, a distância de si, a atividade crítica, o desejo de autodeterminação.

Deste ponto de vista, a cultura não é apenas um conjunto de códigos e valores, ela é também uma definição de si mesmo como sujeito e toda atividade crítica só pode apelar a ela e aos princípios que ela estabelece como não sociais: a liberdade, a autonomia, a liberdade de consciência. Quando assumimos este ponto de vista, a sociedade não se reduz nem a um sistema de integração nem a um sistema de competição mais ou menos apaziguado através de contratos, ela é percebida como um sistema de dominação que se opõe à autorrealização dos atores: falamos então de alienação, de reificação, de ausência de reconhecimento, assim como de cortes entre o ator e o sistema [...] Mas não é porque as coisas são vividas como absolutamente singulares que eles realmente são, mesmo que, hoje, a aspiração a um reconhecimento de minha singularidade e minha autonomia esteja na base de uma lógica de subjetivação que geralmente só é vista de forma negativa no sofrimento, no sentimento de desprezo, no desprendimento ou na revolta. O ator social nunca é um sujeito “real”, mas é definido por seu desejo de ser o sujeito de sua vida, embora nunca tenha sucesso total. [...] É por isso que é mais razoável falar de subjetivação do que de sujeito, porque se evoca uma tensão mais do que um ser já aí⁷⁹ (DUBET, 2017, p. 105).

⁷⁸ “Les organisations sociales ne sont pas seulement des systèmes de concurrence plus ou moins réglés dans lesquels les acteurs s’efforcent d’optimiser leurs ressources.”

⁷⁹ “De ce point de vue, la culture n’est pas seulement un ensemble de codes et de valeurs, elle est aussi une définition de soi comme sujet et toute activité critique ne peut qu’en appeler à elle et aux principes qu’elle énonce comme non sociaux: la liberté, l’autonomie, la liberté de conscience. Quand on se place de ce point de vue, la société ne se réduit ni à un système d’intégration ni à un système de concurrences plus ou moins apaisées par des contrats, elle est perçue comme un système de domination s’opposant à l’autorealisation des acteurs : on parle alors d’aliénation, de réification, d’absence de reconnaissance comme autant de coupures entre l’acteur et le système [...] Mais ce n’est pas parce que les choses sont vécues comme absolument singulières qu’elles le sont vraiment, même si, aujourd’hui, l’aspiration à une reconnaissance de mon caractère unique et de mon autonomie est au fondement d’une logique de subjectivation qui ne se donne généralement

Ao conceituar a experiência social como um processo dinâmico e ininterrupto de articulação entre ator e estrutura, regido por lógicas de ação distintas e complementares, Dubet adota uma abordagem eminentemente weberiana: “a separação das diversas lógicas da ação não é diferente da separação dos elementos do conjunto de uma formação social” (DUBET, 1994, p. 155).

Tal perspectiva tem implicações sobre o modo como o sociólogo conceitua os movimentos sociais. A fragmentação da ação coletiva e a consequente impossibilidade de identificar um novo movimento social total – atestada por meio da intervenção sociológica – revelou-se, com o passar das décadas, um estado de permanente transformação. Ainda assim, em *Sociologia da Experiência* (1994), Dubet sustenta, como Touraine, que nem toda ação coletiva pode ser considerada um movimento social, uma vez que muitas delas reduzem-se aos aspectos reivindicativos e “não põem em causa nenhuma relação social global e nenhum modelo cultural” (DUBET, 1994, p. 221).

Entretanto, em “*Le travail des sociétés*” (2009), publicado mais recentemente, essa distinção não aparece de modo tão claro, dando lugar à afirmação de que “essa atividade desordenada e desprovida de centro é uma das modalidades de construção contínua das sociedades por elas mesmas”⁸⁰ (DUBET, 2009, p. 315, tradução nossa). Ela se realiza por uma diversidade de “movimentos (ou contramovimentos)”, tais como os nacional-populistas cujas pautas transbordam a sensibilidade da extrema-direita, “movimentos étnicos”, “movimentos de diáspora”, “grupos de imigrantes” e “grupos religiosos” em busca de reconhecimento de suas especificidades culturais, “movimentos de mulheres”, “movimentos de diversas minorias”, “tumultos em bairros periféricos”, “movimentos regionalistas”, “lutas estudantis”, “cruzadas morais dos cidadãos”, entre outros (ibid.).

à voir que de manière négative dans la souffrance, le sentiment de mépris, le détachement ou la révolte. L'acteur social n'est jamais un sujet « réel », mais il est défini par son désir d'être le sujet de sa vie bien qu'il n'y parvienne jamais totalement. [...] C'est pour cette raison qu'il est plus raisonnable de parler de subjectivation que de sujet, car on évoque une tension plus qu'un être déjà là.”

⁸⁰ “cette activité désordonnée et dépourvue de centre est une des modalités de la construction continue des sociétés par elles-mêmes.”

Diante disso, Dubet parece menos preocupado em distinguir movimentos sociais de outras formas de ação coletiva do que evidenciar a fragmentação e diversidade que a caracterizam.

A disjunção do ator e do sistema, da integração social e da economia, a fragmentação das estruturas e identidades, provocam o desenvolvimento de uma nova sensibilidade nos movimentos sociais, que poderíamos caracterizar como a justaposição de um hipercorporativismo, de reivindicações culturais e morais e de um radicalismo anti-sistema. Por um lado, esses movimentos defendem sistematicamente todas as “conquistas” sociais e todas as instituições que lhes dão fundamento, às vezes à custa de manter as desigualdades que geram. Por outro lado, esses movimentos defendem os direitos dos excluídos, das minorias, dos mais frágeis, dos “sem”, em nome de uma solidariedade moral. Finalmente, eles às vezes desenvolvem uma crítica radical da globalização concebida como a causa externa de todos os infortúnios do mundo⁸¹ (DUBET, 2009, p. 319).

Para compreender esse cenário, deve-se considerar os movimentos sociais como uma atividade e um trabalho, realizado pela articulação das dimensões da integração, da estratégia e da subjetivação da experiência social. Portanto, se, por um lado, assume-se nesta tese que os movimentos sociais produzem a sociedade, pondera-se, por outro, que eles não interpretam de maneira unívoca o projeto normativo liberal, democrático e individualista típico da modernidade, como já observava Calhoun (1993) e mais recentemente Pleyers (2018, 2019).

Na medida em que operam com distintas lógicas de ação (DUBET, 2017), num conjunto de relações sociais cujos limites escapam às fronteiras do Estado-nação, os movimentos sociais estabelecem um processo dinâmico e ininterrupto de reconfiguração da vida social, em âmbito ao mesmo tempo local e global (CASTELLS, 2015).

Vale ressaltar que o processo de subjetivação envolve todos os membros das sociedades modernas, inclusive os adeptos do conservadorismo moral e do liberalismo econômico, como evidencia a emergência de diversos movimentos de “direita” no Brasil e no mundo. É recorrendo aos mesmos princípios empregados

⁸¹ “La disjonction de l’acteur et du système, de l’intégration sociale et de l’économie, le fractionnement des structures et des identités, provoquent le développement d’une sensibilité nouvelle dans les mouvements sociaux, que l’on pourrait caractériser comme la juxtaposition d’un hypercorporatisme, de revendications culturelles et morales, et d’un radicalisme antisystème. D’un côté, ces mouvements défendent systématiquement tous les ‘acquis’ sociaux et toutes les institutions qui les fondent, parfois au prix du maintien des inégalités qu’ils engendrent. D’un autre côté, ces mouvements défendent les droits des exclus, des minorités, des plus fragiles, des ‘sans’, au nom d’une solidarité morale. Enfin, ils développent parfois une critique radicale de la globalisation conçue comme la cause extérieure de tous les malheurs du monde.”

por movimentos de esquerda – ou ao menos a uma interpretação distinta desses princípios – que boa parte deles levanta suas bandeiras, como procurarei evidenciar com a pesquisa empírica.

Por essa razão, emprego aqui o conceito de “movimentos sociais” em sentido lato, de modo a incluir nessa categoria tanto as ações coletivas de direita quanto as de esquerda⁸². Tal concepção ampliada parece-me coerente não só com os fundamentos epistemológicos estabelecidos por Touraine e Dubet, que ocupam lugar central nesta tese, mas também com as demais teorias dos movimentos sociais apresentadas. Nenhum dos movimentos em tela – Movimento Passe Livre, Movimento Brasil Livre, *Nuit Debout* e *La Manif pour Tous* – pode ser considerado um contramovimento, porque todos operam tendo a democracia como ponto de referência inequívoco, ainda que a interpretem de maneiras distintas. Trata-se, portanto, de movimentos sociais adversários que disputam a condução dos rumos da produção da sociedade por ela mesma.

Da mesma forma, nos termos de Diani, pode-se dizer que os quatro movimentos são portadores de identidades compartilhadas, engajam-se em conflitos e compõem complexas redes de interações mais ou menos informais. Finalmente, parece-me possível afirmar que os movimentos sociais estudados emergem na sociedade civil – no sentido a ela atribuído por Arato e Cohen, na esteira de Habermas – e, ampliando o alcance da teoria de Honneth, lutam pelo reconhecimento de diversas demandas e formas de vida na esfera pública.

Diante disso, procuro evidenciar, por meio do arcabouço teórico-metodológico da sociologia da experiência, de que maneira seus integrantes interpretam criticamente a normatividade democrática no contexto em que estão inseridos. Inspirado na intervenção sociológica, mas contentando-me com entrevistas individuais (pela impossibilidade prática de empreender as diversas entrevistas em grupo pressupostas nessa metodologia), estabeleço com eles um

⁸² Esforço semelhante, mas com nuances e literatura diferentes, foi realizado recentemente pela pesquisadora belga Fanny Vrydagh (2020), cuja tese versa sobre o movimento pelo impeachment de Dilma Rousseff, que ela denomina “movimento social de direita” (VRYDAGH, 2020, p. 2). Baseando-se em uma profunda pesquisa etnográfica com membros do Movimento Brasil Livre, do Vem pra Rua e do Revoltados Online, a pesquisadora afirma “considérer le mouvement comme un objet en soi, et non pas comme le pendant négatif d’un mouvement progressiste. Ce sont donc plutôt les idées et les valeurs défendues par un mouvement social de droite qui pourraient nous indiquer quelles en sont les caractéristiques substantielles et les limites” (VRYDAGH, 2020, p. 7).

diálogo sobre os conceitos de liberdade, igualdade e fraternidade, que assumo como síntese dos fundamentos democráticos da vida social na modernidade.

O que se propõe aqui, guardadas as devidas proporções, é algo semelhante à pesquisa empreendida por Dubet e uma equipe de pesquisadores entre 2003 e 2005 sobre a experiência social de injustiça no mundo do trabalho. A questão central era: que desigualdades profissionais os cidadãos franceses percebem como injustas? A aposta, mais uma vez, foi na reflexividade dos atores.

Se os princípios de justiça não são ideologias, se não são simples racionalizações nem truques finais de dominação, a sociologia da crítica deve substituir a sociologia crítica. Ao invés de julgar o conjunto de uma situação social considerada injusta, é melhor perguntar o que os atores pensam sobre a justiça de sua situação e do mundo em que vivem. Afinal, a capacidade crítica dos indivíduos é mais do que suficiente para que não a substituamos pela nossa, declarando que os trabalhadores são cegos e alienados quando não atendem às nossas expectativas. Não tendo acesso ao sentido da história ou aos segredos das almas, devemos observar o que os indivíduos pensam sobre seu destino e a sociedade em que vivem⁸³ [...] (DUBET, 2006, p. 41-42) .

Pode-se objetar que tal abordagem, ao buscar afastar-se do determinismo sociológico que tudo atribui a estruturas sociais que se reproduziriam cegamente a despeito dos atores, acaba caindo no extremo oposto, ou seja, ignora os condicionamentos socioeconômicos que, se não eliminam, criam obstáculos ao exercício da crítica por parte dos atores. A solução para esse dilema seria, segundo Robin Celikates, autor de vasto estudo sobre a sociologia crítica e seus desdobramentos pragmáticos, adotar uma abordagem de médio alcance, de modo a evitar “atribuir uma autoridade epistêmica à perspectiva dos participantes que seja imune a ser colocada em questão de um ponto de vista informado em termos teóricos” (CELIKATES, 2012, p. 31)

Com o conceito de experiência social, Dubet busca fazer exatamente isso. Ao lançar luz sobre as distintas lógicas de ação da vida social, ele evidencia o constante processo de retroalimentação que se estabelece entre o individual e o

⁸³ “Si les principes de justice ne sont pas des idéologies, s’ils ne sont ni de simples rationalisations ni des ruses ultimes de la domination, la sociologie de la critique doit se substituer à la sociologie critique. Plutôt que juger de la globalité d’une situation sociale considérée comme injuste, mieux vaut se demander ce que les acteurs pensent de la justice de leur situation et du monde dans lequel ils vivent. Après tout, la capacité critique des individus est largement suffisante pour que nous ne lui substituions pas la nôtre en déclarant que les travailleurs sont aveugles et aliénés quand ils ne comblent pas nos attentes. N’ayant accès ni au sens de l’histoire ni au secret des âmes, il faut observer ce que les individus pensent de leur sort et de la société dans laquelle ils vivent.”

coletivo, que se condicionam reciprocamente. “A análise da experiência social é útil, não para descrever a “experiência vivida” de indivíduos, mas para compreender como ocorrem as nossas formas de viver juntos”⁸⁴ (DUBET, 2017, p. 113, tradução nossa).

Antes de partirmos finalmente para a análise dos movimentos sociais de esquerda e direita, objeto desta tese, faz-se necessário definir essas categorias e fundamentar sua relação com os conceitos de liberdade, igualdade e fraternidade, a partir dos quais foi construída a pesquisa empírica.

3.2

Esquerda, direita e os movimentos sociais em tela

Nestes últimos anos, entre analistas políticos e entre os próprios atores da política, boa parte do discurso político tem girado em torno da pergunta: “Para onde vai a esquerda?”. São cada vez mais frequentes, a ponto mesmo de se tornarem repetitivos e enfadonhos, os debates sobre o tema “o futuro da esquerda” ou “o renascimento da direita” (BOBBIO, 1995, p. 63).

O trecho acima poderia ter sido escrito hoje, mas está no clássico *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*, publicado por Norberto Bobbio pela primeira vez em 1994. Apenas alguns anos haviam se passado desde a queda do muro de Berlim, da dissolução da União Soviética e do fim da bipolaridade que marcou a Guerra Fria. O triunfo do capitalismo levou autores como Francis Fukuyama (1989) a decretarem “o fim da história”. A dicotomia esquerda/direita parecia, para muitos, não fazer mais sentido. Mas essas clássicas categorias permaneciam vivas.

Para o cientista político italiano, a díade permanece no centro do debate porque, na conflitualidade inerente à política, opera como claro critério de identificação ideológica. “Todos os que as empregam não dão nenhuma impressão de usar palavras irrefletidas, pois se entendem muito bem entre si” (BOBBIO, 1995, p. 63).

Não deve surpreender que, em um universo como o da política, constituído de modo eminente por relações de antagonismo entre partes contrapostas (partidos, grupos de interesse, facções e, nas relações internacionais, povos, pessoas,

⁸⁴ “L’analyse de l’expérience sociale est utile, non pour décrire le ‘vécu’ des individus, mais pour comprendre comment se produisent nos façons de vivre ensemble.”

nações), o modo mais natural, simples e mesmo comum de representar aquelas relações seja uma díade ou uma dicotomia. Nossa mente corre imediatamente para célebres exemplos históricos, como patrícios-plebeus, guelfos-guibelinos, Whigs-Tories (BOBBIO, 1995, p. 66)

A distinção esquerda/direita é uma metáfora espacial que nasce durante a Revolução Francesa e, como observa Gauchet (1992), assume, desde então, conotações políticas universais, guardadas as peculiaridades e nuances de cada contexto. A díade tem um precedente em 1672, quando a assembleia inglesa dos comuns dividia-se entre aqueles que ficavam à mão direita e à mão esquerda do rei. Mas é a partir de seu emprego na Assembleia Nacional Constituinte de 1789, em que os defensores do Antigo Regime se posicionam espacialmente à direita e o chamado Terceiro Estado à esquerda, que esses termos progressivamente se generalizam enquanto identidade política.

Para Bobbio, direita e esquerda são antitéticos: reciprocamente excludentes e conjuntamente exaustivos. Reciprocamente excludentes no sentido de que ideologias e movimentos não podem ser de direita e esquerda ao mesmo tempo; conjuntamente exaustivos porque, para ele, essas categorias dariam conta de explicar todas as ideologias e movimentos constatáveis empiricamente.

Com Michael Freedden, entendo ideologia não como falsa consciência no sentido marxista, mas como:

um conjunto de ideias, crenças, opiniões e valores que (1) exibem um padrão recorrente; (2) são sustentados por grupos significativos; (3) competem pelo fornecimento e controle de planos de políticas públicas; (4) fazem isso com o objetivo de justificar, contestar ou alterar os arranjos e processos sociais e políticos de uma comunidade política⁸⁵ (FREEDEN, 2003, p. 32, tradução nossa).

Mas o que dizer de ideologias e movimentos que não são nem de direita nem de esquerda, apresentando-se como de centro, por exemplo? A eles Bobbio denomina “terceiro incluído”.

O fato de que, em muitos sistemas democráticos com acentuado pluralismo, o Terceiro Incluído tenda a se tornar tão exorbitante que passa a ocupar a parte mais ampla do sistema político, relegando a direita e a esquerda às margens, não

⁸⁵ “a set of ideas, beliefs, opinions, and values that (1) exhibit a recurring pattern; (2) are held by significant groups; (3) compete over providing and controlling plans for public policy; (4) do so with the aim of justifying, contesting or changing the social and political arrangements and processes of a political community.”

elimina nada da antítese originária; o próprio centro, ao se definir nem como direita nem como esquerda e não podendo se definir de outro modo, pressupõe a antítese e extrai da existência dela a sua própria razão de existir (BOBBIO, 1995, p. 36).

Bobbio apresenta, além do “terceiro incluído”, que repele tanto esquerda quanto direita, o “terceiro inclusivo”, que tenta realizar uma síntese de ambos, mesclando seus valores. Esse “terceiro inclusivo” seria a chamada “terceira via” (ibid. p. 39), cujo exemplo mais evidente, embora não mencionado por Bobbio, seria a abordagem adotada pelo Partido Trabalhista britânico e teorizada por Giddens⁸⁶, como enfatiza Allan Cameron na introdução à primeira edição inglesa do livro do cientista político italiano.

Para Bobbio, direita e esquerda não são apenas ideologias, mas programas opostos para solucionar problemas sociais. Nesse sentido, as distintas concepções a respeito da igualdade seriam o principal fator distintivo entre elas. Quanto à liberdade, ela teria mais a ver com o método de ambas as correntes do que com seus conteúdos. Desse modo, enquanto a esquerda seria mais igualitarista, a direita tenderia a respeitar as hierarquias e desigualdades, consideradas naturais e inevitáveis.

As desigualdades naturais existem e, se algumas delas podem ser corrigidas, a maior parte não pode ser eliminada. As desigualdades sociais também existem e, se algumas delas podem ser corrigidas e mesmo eliminadas, muitas – sobretudo aquelas pelas quais os próprios indivíduos são responsáveis – podem ser apenas desencorajadas. [...] É preciso no entanto admitir que o *status* de uma desigualdade natural ou de uma desigualdade social derivada do nascimento em uma família e não em outra, em uma região do mundo e não em outra, é diferente do *status* de uma desigualdade que depende de capacidades diversas, da diversidade dos fins a serem alcançados, da diferença de empenho empreendido para alcançá-los. E a diversidade do *status* não pode deixar de ter uma influência sobre o tratamento dado a uns e a outros por parte dos poderes públicos. Disso decorre que, quando se atribui à esquerda uma maior sensibilidade para diminuir as desigualdades, não se deseja dizer que ela pretende eliminar todas as desigualdades ou que a direita pretende conservá-las todas, mas no máximo que a primeira é mais igualitária e a segunda é mais inigualitária (BOBBIO, 1995, p. 103).

⁸⁶ Para Giddens (2007), é necessário articular valores socialistas capazes de democratizar a democracia com princípios filosóficos do conservadorismo, com vistas a fazer frente às instabilidades e desenraizamentos causados pela globalização neoliberal.

Os igualitários seriam “artificialistas” que acreditam na possibilidade de eliminar as desigualdades, ao passo que os inigualitários as atribuem à natureza ou à tradição (segunda natureza) e, portanto, consideram impossível eliminá-las. Enquanto essas divergências quanto à igualdade distinguiriam esquerda e direita, a posição quanto à liberdade seria um fator distintivo no interior de cada um desses campos, uma vez que implicaria sua predisposição à tolerância e à mediação típicas da política. Tanto na esquerda quanto na direita, as alas extremistas tendem a sobrepular a liberdade em nome da imposição de seus projetos igualitaristas ou inigualitaristas, enquanto as alas moderadas buscariam seus objetivos respeitando a liberdade.

Se me for concedido que o critério para distinguir a direita da esquerda é a diversa apreciação [apprezzamento] da ideia de igualdade, e que o critério para distinguir a ala moderada da ala extremista, tanto na direita quanto na esquerda, é a diversa postura [atteggiamento] diante da liberdade, pode-se então repartir esquematicamente o espectro em que se colocam doutrinas e movimentos políticos nas quatro seguintes partes: a) na extrema esquerda estão os movimentos simultaneamente igualitários e autoritários, dos quais o jacobinismo é o exemplo histórico mais importante, a ponto de se ter tornado uma abstrata categoria aplicável, e efetivamente aplicada, a períodos e situações históricas diversas; b) no centro-esquerda, doutrinas e movimentos simultaneamente igualitários e libertários, para os quais podemos empregar hoje a expressão “socialismo liberal”, nela compreendendo todos os partidos social-democratas, em que pesem suas diferentes práxis-políticas; c) no centro-direita, doutrinas e movimentos simultaneamente libertários e inigualitários, entre os quais se inserem os partidos conservadores, que se distinguem das direitas reacionárias por sua fidelidade ao método democrático, mas que, com respeito ao ideal da igualdade, se prendem à igualdade diante da lei, que implica unicamente o dever por parte do juiz de aplicar imparcialmente as leis, e à liberdade idêntica, que caracteriza aquilo que chamei de igualitarismo mínimo; d) na extrema direita, doutrinas e movimentos antiliberais e antiigualitários, dos quais creio ser supérfluo indicar exemplos históricos bem conhecidos como o fascismo e o nazismo (BOBBIO, 1995, p. 118-119).

A distinção proposta por Bobbio é fundamental para esta tese porque permite classificar os movimentos sociais estudados tanto do ponto de vista dos conteúdos – igualitários ou inigualitários – quanto da forma – democráticos ou autoritários. Dessa perspectiva, pode-se afirmar, como veremos nos capítulos seguintes, que o Movimento Passe Livre e o Movimento Brasil Livre se assemelham quanto à forma – na medida em que compartilham, cada um à sua maneira, de uma adesão tácita à democracia – e se distinguem quanto ao

conteúdo, porque a igualdade é um princípio prioritário para o primeiro e secundário para o último.

Pode-se, no entanto, dar um passo além, uma vez que a compreensão da liberdade também distingue o conteúdo de suas lutas. O MPL herda dos movimentos antiglobalização⁸⁷ as raízes anarco-comunistas e anarco-coletivistas⁸⁸, tradições libertárias que enfatizam a liberdade em sua dimensão social (BRAVO, 1998).

Como evidencia Maria da Glória Gohn (2013a), esses movimentos têm origem no Primeiro Encontro pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, promovido pelos zapatistas em Chiapas, no México, em 1996. Entre suas ações coletivas mais relevantes estão os protestos contra as reuniões da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle, EUA, 1999, e do G8, em Gênova, Itália, em 2001. A partir daquele ano, com a primeira edição do Fórum Social Mundial, esse movimento global passa a se autodenominar alter-globalização, procurando enfatizar seu caráter não apenas combativo, mas também propositivo, como evidencia Geoffrey Pleyers (2010).

Na sociedade almejada pelo MPL, como veremos, a igualdade substantiva é pressuposto de uma vida individual e coletiva efetivamente livre de toda forma de arbítrio e opressão, sejam eles impostos pelo leviatã moderno ou pelas condições materiais de existência.

Como em seus predecessores, que resistiram, entre as décadas de 1990 e 2000, a uma globalização neoliberal que privilegiava a liberdade mercantil em detrimento da individual, o MPL tem na autonomia não apenas um fim, mas um meio. A horizontalidade de sua organização interna é uma prefiguração da sociedade que o movimento deseja construir (ORTELLADO, 2013).

A atuação do Movimento Brasil Livre, por sua vez, pode ser inserida nas tradições do neoliberalismo e do libertarianismo, herdadas, como veremos, de *think tanks* pró-mercado que influenciaram a formação de seus principais líderes. Neoliberalismo e libertarianismo constituem aquilo que Michael Freeden (2003)

⁸⁷ Para uma síntese sobre a diversidade de pautas e ideologias presentes nesses movimentos, que não se resumem, portanto, à influência anarquista, ver também Breno Bringel (2010).

⁸⁸ Não é possível entrar aqui na complexa discussão sobre as diferentes correntes do anarquismo, como o mutualismo inspirado em Pierre-Joseph Proudhon, o coletivismo de Mikhail Bakunin, o anarco-comunismo de Priot Kropotkin, o anarquismo cristão de Leon Tolstói, o anarcoindividualismo de Max Stirner, entre outros. Para uma reflexão sintética sobre esses autores, cf. Gian Mario Bravo (1998) e Caio Túlio Costa (2004).

denomina micro-ideologias que emergem no interior da macro-ideologia (ou família ideológica) liberal, à qual se contrapõem as macro-ideologias socialista e conservadora. O vasto e disputado campo semântico daquilo que denominamos liberalismo se caracterizaria pelo seguinte conjunto de valores centrais:

A suposição de que os seres humanos são **racionais**; uma insistência na **liberdade** de pensamento e, dentro de alguns limites, de ação; uma crença no **progresso** humano e social; a suposição de que o **indivíduo** é a unidade social primária e o único tomador de decisões; a postulação da sociabilidade e da benevolência humana como normais; um apelo ao **interesse geral** e não a lealdades particulares; e **reservas sobre o poder**, a menos que seja restringido e responsabilizado – tudo isso é o kit liberal mínimo. Sobreposto a esse kit está uma disposição crucial: um **questionamento crítico** dos próprios motivos e ações que introduz uma prontidão para repensar os próprios arranjos e práticas conceituais e tolerar os dos outros⁸⁹ (FREEDEN, 2003, p. 81, tradução nossa, grifos do autor).

Em obra mais recente, Freedden (2015) afirma que, dada a diversidade de ênfases e interpretações desses princípios, faz mais sentido falar de “liberalismos”, no plural. Eles seriam expressão de cinco camadas que se desenvolveram historicamente no interior da tradição liberal: 1- a teorização de sistemas políticos em que o exercício do poder é “*accountable*” e limitado por leis garantidoras dos direitos individuais; 2- a concepção de relações econômicas desimpedidas, em que os indivíduos se beneficiariam da troca de bens, interagindo no livre-mercado; 3- a visão do progresso humano como maximização do desenvolvimento dos potenciais e capacidades individuais; 4- a ideia de que o Estado tem um papel a desempenhar na geração de bem-estar social, de modo que os indivíduos possam ser livres e florescer; 5- a postulação da tolerância à diversidade de crenças e modos de vida como princípio fundamental.

Para Freedden, os diversos arranjos possíveis entre essas camadas resultam em combinações sempre “sub-ótimas”, no sentido de que jamais realizam plenamente todas as suas dimensões, privilegiando algumas em detrimento de outras. No Brasil, por exemplo, como observou Camila Rocha (2018) na esteira

⁸⁹ “The supposition that human beings are **rational**; an insistence on **liberty** of thought and, within some limits, of action; a belief in human and social **progress**; the assumption that the **individual** is the prime social unit and a unique choice maker; the postulation of **sociability** and human benevolence as normal; an appeal to the **general interest** rather than to particular loyalties; and **reservations about power** unless it is constrained and made accountable – all these are the minimum liberal kit. Superimposed on that kit is a crucial disposition: a **critical questioning** of motives and actions that introduces a readiness to rethink one’s own conceptual arrangements and practices, and to tolerate those of others.”

de Christian Cyril Lynch (2007), o liberalismo econômico precedeu historicamente o liberalismo político, assunto que aprofundaremos no próximo capítulo.

Em alguns casos, a ênfase torna-se tão unilateral que surgem controvérsias quanto à adesão efetiva de determinadas micro-ideologias à tradição liberal. É o que acontece no caso do neoliberalismo e do libertarianismo. O libertarianismo tem origem no pensamento do economista austríaco Ludwig von Mises (1881-1973), para quem o verdadeiro liberalismo consiste na defesa da propriedade e da liberdade irrestrita do sistema capitalista. Medidas estatais destinadas a reduzir desigualdades – como a implementação do salário mínimo – são vistas por ele como autoritárias, na medida em que reduzem essa liberdade (FREEDEN, 2015).

Friedrich August von Hayek (1889-1992), da mesma escola, leva esse argumento adiante, afirmando que políticas de welfare não podem ser consideradas efetivamente liberais, mas socialistas. Prêmio Nobel de economia em 1974, Hayek postula que a única forma de preservar a essência do liberalismo – a liberdade – é eliminar a influência do Estado sobre os indivíduos, cuja racionalidade e criatividade têm no campo econômico sua expressão por excelência. Nesse sentido, a liberdade econômica seria pressuposto e fundamento das demais liberdades (FREEDEN, 2015).

O neoliberalismo, por sua vez, costuma ser associado ao declínio das políticas de bem-estar social em diversas partes do mundo, como o Chile do ditador Augusto Pinochet e seus *Chicago Boys*⁹⁰ na década de 1970, o Reino Unido de Margareth Thatcher e os Estados Unidos de Ronald Reagan, na década de 1980. Em comum, as políticas de desregulamentação da economia e diminuição do papel do Estado. A expressão por excelência desse processo é o chamado Consenso de Washington, receituário adotado pelo Fundo Monetário Internacional e outras instituições financeiras a partir de 1989, preconizando medidas como desregulamentação do mercado, privatização de empresas estatais, disciplina fiscal e redução dos gastos públicos, entre outras.

Segundo Freedden, o neoliberalismo é influenciado pelo pensamento libertariano de Hayek e consiste na subordinação das esferas social, política e

⁹⁰ Como ficaram conhecidos os economistas chilenos formados na Escola de Chicago, onde também se formou o ministro da economia de Jair Bolsonaro, Paulo Guedes. Influenciada por Hayek, a escola tem entre seus principais nomes Milton Friedman e Frank Knight.

cultural à lógica econômica, com vistas a maximizar a produção e o consumo capitalistas. Para ele, essa perspectiva se afasta do núcleo ideológico liberal na medida em que reduz a racionalidade ao cálculo econômico e o indivíduo ao consumidor. Além disso, ao converter o Estado em mero fiador de um mercado excessivamente desregulamentado, rompe com o princípio liberal de que todo poder deve ser *accountable* e de que o livre mercado deve servir à inventividade e ao desenvolvimento de todos os indivíduos.

Por fim, afirma o cientista político, na medida em que apresenta o mercado capitalista como uma entidade naturalmente autorregulada, o neoliberalismo se aproxima do conservadorismo, em cujo núcleo se encontra uma concepção “extra-humana” da ordem social. Por outro lado, a excessiva ênfase na dimensão *laissez-faire* da globalização neoliberal tem colocado em cheque essa aproximação, como observa Marcel Gauchet (2016), retomando tema desenvolvido em seu já mencionado capítulo clássico sobre os conceitos de esquerda e direita.

As raízes do conservadorismo encontram-se na postura crítica de Edmund Burke quanto à Revolução Francesa. Para o pensador e político irlandês, não se pode fazer terra arrasada das instituições sociais e políticas seculares em nome de um suposto progresso: transformações podem ocorrer, desde que de maneira gradual e respeitosa da tradição. Isso explica por que o conservadorismo resistiu ao liberalismo em alguns momentos e se aliou a ele em outros:

Porque a direita não é mais homogênea que a esquerda. É atravessada por profundas divisões que as circunstâncias conseguiram mascarar, mas que a globalização neoliberal vai despertar. Ela se constituiu em torno da conjunção política de duas famílias ideológicas bem distintas: a família conservadora e a família liberal. Digamos, para simplificar uma história acidentada e complexa, que os liberais se aliaram ora com os progressistas e ora com os conservadores, conforme a situação e as relações de forças. Eles puderam assim ficar do lado dos socialistas quando se tratou de arrancar da hegemonia conservadora a garantia das liberdades públicas (são as necessidades dessa aliança que produziram, no lado socialista, a identidade social-democrata, lá onde era necessário obter o sufrágio universal). No século XX, a hegemonia das soluções socialistas dentro da esquerda geralmente empurrou os liberais para a direita, em aliança com os conservadores, por repugnância a qualquer coisa que lembrasse, de perto ou de longe, o coletivismo.⁹¹ (GAUCHET, 2016, p. 38, tradução nossa).

⁹¹ “Car la droite n’est pas plus homogène que la gauche. Elle est traversée par des divisions profondes que les circonstances avaient pu masquer, mais que la globalisation néolibérale va réveiller. Elle s’est constituée autour de la conjonction politique de deux familles idéologiques bien distinctes: la famille conservatrice et la famille libérale. Disons, pour simplifier une histoire accidentée et complexe, que les libéraux se sont alliés tantôt avec les progressistes et tantôt avec les conservateurs selon les situations et les rapports de force. Ils ont pu se ranger ainsi aux côtés

Para o historiador e sociólogo francês, uma das consequências da globalização na França dos últimos anos é a emergência de um conservadorismo de novo tipo – do qual não raro se apropriam políticos populistas – que mistura pautas historicamente ligadas à direita e à esquerda do espectro político. Tem-se, por um lado, a afirmação da identidade nacional frente às migrações massivas e, por outro, a defesa da soberania do Estado-nação na determinação dos rumos da economia, percebida como refém de uma tecnocracia alheia às necessidades do país.

É nesse campo conceitual (neo)conservador que se enquadra o movimento *La Manif pour Tous*, cujos participantes exprimem, como veremos, uma forte resistência às transformações comportamentais e bioéticas em curso e, ao mesmo tempo, uma indignação com o distanciamento do sistema político em relação à situação socioeconômica dos cidadãos.

Nesse aspecto, eles se assemelham aos participantes do movimento *Nuit Debout*, cuja crítica à reforma trabalhista implica uma resistência a um sistema que privatiza lucros e socializa perdas, como ficou particularmente evidente com a crise econômica global de 2008. No heterogêneo coletivo de organizações que buscaram com esse movimento de praças uma convergência de lutas, a macro-ideologia predominante foi a socialista (no interior da qual se exprimiram também nuances anarquistas). Ela se revelou sobretudo na postura anti-capitalista, na afirmação do trabalho como dimensão essencial da natureza humana e na prioridade dada à construção de uma sociedade igualitária, não apenas no sentido econômico mas também político, cultural e identitário (FREEDEN, 2003).

Em suma, nesta tese, direita e esquerda são dois grandes guarda-chuvas no interior dos quais procuro classificar os movimentos sociais socialistas, liberais e conservadores escolhidos como objeto de análise. Não obstante sua não exaustividade, essa classificação é uma ferramenta útil na compreensão dos

des socialistes quand il s'agissait d'arracher à l'hégémonie conservatrice la garantie des libertés publiques (ce sont les nécessités de cette alliance qui ont produit, du côté socialiste, l'identité sociale-démocrate, là où il fallait conquérir le suffrage universel). Au XXe siècle, l'hégémonie des solutions socialistes au sein de la gauche a repoussé en général les libéraux à droite, dans l'alliance avec les conservateurs, par répugnance envers tout ce qui pouvait rappeler le collectivisme de près ou de loin.”

conflitos ideológicos que, como afirma Bobbio, marcaram o século XX e hoje se manifestam na polarização severa da esfera pública.

A história recente nos ofereceu o dramático testemunho de um sistema social em que o objetivo da igualdade não só formal, mas sob muitos aspectos também substancial, foi alcançado (mas apenas em parte e de modo muito inferior às promessas) em detrimento da liberdade em todos os seus significados (exceção feita, talvez, apenas à liberdade diante da necessidade). Ao mesmo tempo, continuamos a ter sempre presente sob os olhos a sociedade em que vivemos, na qual são exaltadas todas as liberdades, e com particular relevo a liberdade econômica, sem que nos preocupem, ou só nos preocupem marginalmente, as desigualdades dela derivadas e presentes em nosso próprio mundo e, com visibilidade ainda maior, nos mundos mais distantes (BOBBIO, 1995, p. 112).

3.3 Liberdade, igualdade e fraternidade

Com vimos, a dicotomia esquerda/direita emergiu em um momento histórico específico e se transformou em um princípio básico de identificação ideológica na inevitável conflitualidade política. A distinção entre esses dois polos está ligada, entre outros fatores, às diferentes ênfases e interpretações de conceitos como liberdade e igualdade. Mas se esquerda e direita são categorias relacionais que não podem ser consideradas ontologicamente boas ou más (BOBBIO, 1995, p. 91), como determinar os limites do antagonismo entre elas estabelecido, de modo a não reduzir a política a uma guerra em que o adversário é um inimigo a ser destruído (SCHMITT, 2007)?

Em “Por um modelo agonístico de democracia”, Chantal Mouffe (2005) propõe uma solução, polemizando com o excessivo racionalismo que, segundo ela, fundamenta os modelos democrático-deliberativos de autores como Jürgen Habermas e John Rawls.

Habermas lida com a pluralidade de perspectivas e interesses das democracias contemporâneas apostando numa espécie de solidariedade racionalizada ou, mais precisamente, numa ética do discurso em que os interlocutores apresentem livremente seus valores e necessidades, mas sejam capazes de transcender suas preferências iniciais, com vistas ao consenso.

John Rawls, por sua vez, propõe, em *Uma Teoria da Justiça* (1971), um exercício de reflexão neocontratualista: numa hipotética condição pré-social, quais regras de convivência seriam adotadas por indivíduos livres e racionais, reunidos em assembleia sob um “véu de ignorância” que não lhes permitisse

conhecer suas futuras posições na sociedade que estão prestes a constituir por meio desse pacto originário?

É conhecida a resposta do filósofo norte-americano: todos deliberariam por uma sociedade em que: 1- cada um tivesse o máximo de liberdade para seguir seu próprio projeto de vida, desde que respeitada a liberdade dos demais; 2- só seriam toleradas desigualdades socioeconômicas na medida em que elas beneficiassem os membros menos favorecidos da sociedade (trata-se do que Rawls chama de “princípio da diferença”).

Para Mouffe, em que pesem as diferenças entre as duas abordagens – Habermas é procedimentalista, Rawls vincula-se a princípios de justiça –, ambas procuram conciliar liberalismo e democracia, liberdade e igualdade, preservação dos direitos individuais e exercício da soberania popular, em suma, a liberdade dos antigos e dos modernos. Mas, para isso, eles pressupõem, em maior ou menor medida, uma capacidade individual de colocar os próprios interesses entre parênteses, de modo a superar racionalmente os inevitáveis desacordos decorrentes de interesses irreconciliáveis. Ao fazer isso, ignoram a dimensão das paixões e dos afetos, igualmente imprescindíveis para a fidelidade à normatividade democrática.

O que [Habermas e Rawls] querem negar é o caráter paradoxal da democracia moderna e a tensão fundamental entre a lógica da democracia e a lógica do liberalismo. São incapazes de reconhecer que, ao passo que realmente direitos individuais e autogoverno democrático são constitutivos da democracia liberal – cuja novidade reside precisamente na articulação dessas tais duas tradições – também existe uma tensão entre suas “gramáticas” respectivas que nunca poderá ser eliminada. Certamente, ao contrário do que alguns de seus adversários, como Carl Schmitt, argumentaram, isso não significa que a democracia liberal é um regime fadado ao insucesso. Tal tensão, apesar de inerradicável, pode ser negociada de diferentes maneiras (MOUFFE, 2005, p. 17).

Partindo do pressuposto de que os sistemas democráticos caracterizam-se pela luta pelo poder hegemônico, a autora propõe então seu modelo “agonístico”:

Considero que é apenas quando reconhecermos a dimensão do “político” [antagonismo inerente às relações humanas] e entendemos que a “política” [conjunto de práticas, discursos e instituições] consiste em domesticar a hostilidade e em tentar conter o potencial antagonismo que existe nas relações humanas que seremos capazes de formular o que considero ser a questão central para a política democrática. Essa questão, vênha aos racionalistas, não é a de como tentar chegar a um consenso sem exclusão, dado que isso acarretaria a erradicação do político. A política busca a criação da unidade em um contexto de

conflitos e diversidade; está sempre ligada à criação de um “nós” em oposição a um “eles”. A novidade da política democrática não é a superação dessa oposição nós-eles – que é uma impossibilidade –, mas o caminho diferente em que ela é estabelecida. O ponto crucial é estabelecer essa discriminação nós-eles de um modo compatível com a democracia. [...]Vislumbrada a partir da óptica do “pluralismo agonístico”, o propósito da política democrática é construir o “eles” de tal modo que não sejam percebidos como inimigos a serem destruídos, mas como adversários, ou seja, pessoas cujas ideias são combatidas, mas cujo direito de defender tais ideias não é colocado em questão (MOUFFE, 2005, p. 20).

Portanto, para Mouffe, a tolerância liberal-democrática não requer consenso, tampouco condescendência com ideias de que discordamos, mas o reconhecimento da legitimidade dos adversários e de seus pontos de vista. Ela prossegue:

Um adversário é um inimigo, mas um inimigo legítimo, com quem temos alguma base comum, em virtude de termos uma adesão compartilhada aos princípios ético-políticos da democracia liberal: liberdade e igualdade. Discordamos, porém, em relação ao sentido e à implementação dos princípios e não se pode resolver tal desacordo por meio de deliberação ou de discussão racional. De fato, dado o pluralismo inerradicável de valores, não há solução racional para o conflito – daí a sua dimensão antagonística. Isso não significa, obviamente, que adversários não possam cessar de discordar, mas isso não prova que o antagonismo foi erradicado. Aceitar a visão do adversário significa passar por uma mudança radical de identidades políticas. É mais uma espécie de conversão do que um processo de persuasão racional (do mesmo modo que Thomas Kuhn argumentou que a adesão a um novo paradigma científico é uma conversão). Pactos [compromises] certamente são também possíveis; eles são parte integrante do cotidiano da política, mas deveriam ser vistos como interrupções temporárias de uma confrontação contínua (MOUFFE, 2005, p. 20).

A solução proposta por Mouffe permite vislumbrar uma convivência pacífica entre indivíduos, políticos e movimentos sociais adversários. No entanto, seus fundamentos não se limitam à dimensão das paixões e afetos. Ao aludir, como vimos, a “uma adesão compartilhada aos princípios ético-políticos da democracia liberal”, a filósofa também pressupõe, inevitavelmente, que os atores tenham, em algum nível, a racionalidade e/ou a moralidade universalista que ela considera irrealizável.

Além disso, ao conceber seu “agonismo” num quadro mais amplo de luta pela hegemonia⁹², Mouffe reduz o potencial de seu modelo. Parece improvável

⁹² É com base nessa concepção, desenvolvida em conjunto com Ernesto Laclau e influenciada por Antonio Gramsci, que a autora tem proposto em publicações e entrevistas recentes, um “populismo de esquerda” como contraponto ao “populismo de direita”. Cf.: *La razón populista*

que a adesão à normatividade democrática se sustente quando adversários, embora tolerados, têm suas ideias submetidas a um poder dominante até quase desaparecerem (caso não consigam se estabelecer enquanto poder contra-hegemônico capaz de virar o jogo).

O conceito de fraternidade, por outro lado, implica uma política concebida como espaço de mediação entre projetos que, embora divergentes, estabelecem um equilíbrio frágil e dinâmico entre adversários, com base no reconhecimento recíproco de suas respectivas contribuições.

Parece ser esse o motivo pelo qual autores como Rawls, Baggio e Dubet propõem o conceito de fraternidade – que Mouffe descarta, por considerar que ele implica “parentesco e masculinidade” (2013, p. 198) – como uma possível via para expressar as atitudes mentais ou predisposições necessárias para a convivência democrática.

Como afirma Rawls, embora tenha recebido menos atenção da teoria democrática, por não dar origem a direitos concretos, a fraternidade é uma categoria tão importante quanto liberdade e igualdade, porque sugere “certas atitudes mentais e formas de conduta sem as quais perderíamos de vista os valores expressos por esses direitos”⁹³ (Rawls, 1999, p. 90, tradução nossa). Para Rawls, o seu princípio da diferença é justamente uma operacionalização da fraternidade enquanto categoria política e, sobretudo, princípio de justiça.

Considera-se que a fraternidade representa uma certa igualdade de estima social manifestada em várias convenções públicas e na ausência de maneiras de deferência e servilismo. Sem dúvida, a fraternidade implica essas coisas, assim como um senso de amizade cívica e solidariedade social, mas assim entendida não expressa nenhuma exigência definida. Ainda precisamos encontrar um princípio de justiça que corresponda à ideia subjacente. O princípio da diferença, porém, parece de fato corresponder a um sentido natural da fraternidade: a saber, à ideia de não querer ter maiores vantagens a menos que isso seja para o benefício de outros menos abastados. [...] Às vezes considera-se que o ideal de fraternidade envolve laços emocionais e sentimentos que é irrealista esperar entre membros da sociedade mais ampla. E essa é certamente mais uma razão para sua relativa negligência na teoria democrática. Muitos acham que ela não tem lugar adequado nos assuntos políticos. Mas se a fraternidade for interpretada como incorporando os requisitos do princípio da diferença, ela não é uma concepção impraticável. [...] Os outros aspectos da fraternidade não devem ser esquecidos,

(LACLAU, 2005); *Hegemonia y estrategia socialista* (LACLAU; MOUFFE, 1987); *For a left populism* (MOUFFE, 2018). Como veremos no sétimo capítulo, o partido francês *La France Insoumise* é influenciado por essas ideias.

⁹³ “certain attitudes of mind and forms of conduct without which we would lose sight of the values expressed by these rights.”

mas o princípio da diferença expressa seu sentido fundamental do ponto de vista da justiça social.⁹⁴ (RAWLS, 1999, p. 90-91, tradução nossa).

Na França, berço do clássico trítico, embora não ocupe lugar central nas reflexões de filósofos e sociólogos, a fraternidade não raro também foi objeto de análise. Um dos precursores dessa reflexão é Étienne de la Boétie e o seu “Discurso sobre a servidão voluntária”. Publicado por volta de 1550, o texto, que se tornou um clássico para todos os opositores da tirania, traz implícita a ideia de que a fraternidade universal, vivida como laço natural estabelecido por Deus, é o pressuposto da liberdade e da igualdade (LABOÉTIE, 1995).

Já no século XX, Henri Bergson lança luz sobre as raízes cristãs da aceção universalista de fraternidade e afirma que, tendo-se laicizado por meio do Iluminismo, ela se tornou elemento imprescindível da democracia moderna.

De todas as concepções políticas, [a democracia] é de fato a mais afastada da natureza, a única que transcende, pelo menos na intenção, as condições da “sociedade fechada”. Ela atribui direitos invioláveis ao homem. Esses direitos, para serem invioláveis, exigem de todos uma fidelidade inalterável ao dever. Ela pressupõe, portanto, um homem ideal, respeitador dos outros e de si mesmo, enquadrando-se em obrigações que assume como absolutas, coincidindo tão bem com esse absoluto que não podemos mais dizer se é o dever que confere o direito ou o direito que impõe o dever. O cidadão assim definido é ao mesmo tempo “legislador e sujeito”, para falar como Kant. [...] Esta é a democracia teórica. Ela proclama liberdade, exige igualdade e reconcilia essas duas irmãs inimigas, lembrando-as de que estão morrendo, colocando a fraternidade acima de tudo. Se tomarmos o lema republicano por esse ângulo, veremos que o terceiro termo remove a contradição tantas vezes apontada entre os dois outros, e que a fraternidade é o essencial (BERGSON, 1948, p. 151, tradução nossa).

Influenciado por Bergson, Emanuel Levinas, um filósofo da alteridade, vê a fraternidade como “fato originário” (2006, p. 235), uma espécie de imperativo moral, horizonte normativo para as relações humanas, como explica Bruno Mattéi

⁹⁴ “Fraternity is held to represent a certain equality of social esteem manifest in various public conventions and in the absence of manners of deference and servility. No doubt fraternity does imply these things, as well as a sense of civic friendship and social solidarity, but so understood it expresses no definite requirement. We have yet to find a principle of justice that matches the underlying idea. The difference principle, however, does seem to correspond to a natural meaning of fraternity: namely, to the idea of not wanting to have greater advantages unless this is to the benefit of others who are less well off. [...] The ideal of fraternity is sometimes thought to involve ties of sentiment and feeling which it is unrealistic to expect between members of the wider society. And this is surely a further reason for its relative neglect in democratic theory. Many have felt that it has no proper place in political affairs. But if it is interpreted as incorporating the requirements of the difference principle, it is not an impracticable conception. [...] The other aspects of fraternity should not be forgotten, but the difference principle expresses its fundamental meaning from the standpoint of social justice.”

(2012). Para Levinas a fraternidade está intrinsecamente relacionada à responsabilidade na relação com os outros, o que o leva a uma interpretação original da ideia de direitos humanos, reconhecidos também “como direitos dos outros e pelos quais devo responder”⁹⁵ (LEVINAS, 1997, p. 170).

Em *Défense de la Modernité*, Alain Touraine propõe uma adaptação do tríptico revolucionário, substituindo fraternidade por dignidade, princípio considerado por ele mais adequado para o contexto da hipermodernidade, ao passo que fraternidade e solidariedade corresponderiam, respectivamente, às sociedades jurídico-políticas do século XVIII e às sociedades industriais (TOURAINÉ, 2018, p. 149).

No entanto, num trecho mais à frente, nessa mesma obra, faz uma associação semelhante à proposta por Levinas entre fraternidade e responsabilidade:

A única influência que pode nos encorajar a nos tornarmos responsáveis novamente, não por nós mesmos, mas por nossa subjetivação, isto é, pelos direitos do sujeito humano presentes em nós como em todos os seres humanos, é o encontro tão direto quanto possível com o perigo, a infelicidade, o desespero, mas também o apelo à solidariedade e ao que eu gostaria de poder chamar de fraternidade⁹⁶ (TOURAINÉ, 2018, p. 188).

François Dubet, por sua vez, também dedicou recentemente um pequeno livro ao tema. Em “*La préférence pour l’inegalité: comprendre la crise des solidarités*”⁹⁷, Dubet (2015) define a fraternidade, como uma forma de solidariedade que vai além daquelas geradas pela interdependência econômica ou pelo estabelecimento de um contrato social (embora não as exclua). “Somos solidários porque aderimos a mitos, relatos e símbolos que nos constituem como irmãos”⁹⁸ (DUBET, 2015, p. 45, tradução nossa).

Para ele, a declaração abstrata de que “todos os homens nascem livre e iguais” só pode se concretizar plenamente na medida em que se fortaleçam os

⁹⁵ “comme droit d’autrui et dont je dois répondre.”

⁹⁶ “La seule influence qui peut nous inciter à redevenir responsables non pas de nous-mêmes, mais de notre subjectivation, c’est-à-dire des droits du sujet humain présent en nous comme en tous les êtres humains, c’est la reencontre aussi directe que possible avec le danger, le malheur, le désespoir, mais aussi l’appel à la solidarité et à ce que je voudrais pouvoir appeler la fraternité”

⁹⁷ Utilizo aqui a tradução para o espanhol dessa obra, intitulada: “Por qué preferimos la desigualdad? (aunque digamos lo contrario)” (DUBET, 2015).

⁹⁸ “Somos solidários porque aderimos a mitos, relatos y símbolos que nos constituyen como ‘hermanos’”.

“laços práticos e imaginários” (DUBET, 2015, p. 43, tradução nossa) implícitos na ideia de fraternidade.

Entre os autores brasileiros, Maria da Glória Gohn estabeleceu, no contexto imediatamente anterior às manifestações de junho de 2013, uma relação entre o trítico e os novos movimentos sociais:

Há neles [movimentos sociais], na atualidade, uma ressignificação dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade. A igualdade é ressignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em solidariedade; e a liberdade associa-se ao princípio da autonomia – da constituição do sujeito, não individual, mas coletivo. Autonomia entendida como inserção e inclusão social na sociedade, com autodeterminação, com soberania (GOHN, 2013b, p. 16).

Remetendo a Gohn, Angela Paiva complementa:

É na justiça social que a igualdade formal se radicaliza para cobrar sua realização. No tocante à solidariedade, esta assume uma nova dimensão, não mais significando sentimentos de filantropia produzidos verticalmente, mas a solidariedade social, cujo sentimento fundamental é a paridade na participação e o pertencimento ao grupo na horizontalidade de seu engajamento. E a autonomia é a liberdade que se realiza quando o movimento consegue produzir uma ação sustentada que se relaciona com as instituições a partir de um lugar em que a identidade coletiva passa a estar legitimada e preservada para que se realize (PAIVA, 2014, p. 136-137).

Em todos esses autores, o recurso à fraternidade não é ingênuo nem idealizado. Ele emerge diante da constatação empírica de que as relações sociais podem assumir contornos injustos e/ou radicalmente antagônicos. Desse modo, o conceito opera tanto como princípio de justiça quanto de reconhecimento e tolerância à alteridade, com ênfase maior ou menor em um desses dois aspectos, a depender do autor.

Na modernidade, o processo de “fraternização” desvinculou-se do relato teológico cristão para atrelar-se a uma “religião sem deuses”, encarnada pelo Estado-nação. Mas esse processo de laicização da fraternidade não foi capaz de superar a tensão, já presente na esfera religiosa, entre as acepções congregacional e universalista dessa categoria. Isso porque a contraposição entre crentes e infiéis dá lugar a uma série de outros antagonismos, a começar pelo par cidadão x estrangeiro, com dramáticas consequências para a universalidade da ideia de direitos humanos.

Como observa o historiador da revolução francesa Marcel David (1987) essa limitação do potencial universalista do conceito de fraternidade ocorre simultaneamente à sua paradigmática proclamação enquanto categoria política no trítico revolucionário: embora tenha sido um elemento universalizador nos primeiros anos da Revolução – fundamentando a inédita horizontalidade das relações entre os cidadãos franceses, agora vistos como irmãos, sem exclusão – os desdobramentos totalitários subsequentes restringiram a aplicação do conceito àqueles que aderissem aos ideais *sans-culottes* e jacobinos.

Antonio Maria Baggio evidencia isso citando discurso feito por Barère em 1794: “a fraternidade deve ser concentrada, durante a Revolução, entre os patriotas, unidos por um objetivo comum. Os aristocratas não têm aqui absolutamente uma pátria, e nossos inimigos não podem ser nossos irmãos” (BAGGIO, 2008, p. 35).

Ao reduzir a fraternidade a uma seita, classe, nação ou raça, os revolucionários negam seu potencial de estabelecer novas formas de “agrupamento associativo” (DAVID, 1987, p. 100, tradução nossa), ligadas à sua acepção universalista. Com isso, gera-se “um curto-circuito ideológico – a má universalidade – que pode produzir algum tipo de desumanização dos adversários, dos que não se enquadram no próprio esquema de salvação” (BAGGIO, 2008, p. 20).

A fraternidade em sua acepção universalista surge, portanto, como ideal normativo que, como evidencia a historiadora Mona Ozouf, opera na esfera “dos vínculos e não do status, da harmonia e não do contrato, da comunidade e não da individualidade”⁹⁹ (OZOUF, 1997, p. 594), enquanto liberdade e igualdade se enquadram na esfera dos direitos. Evidentemente, cada um desses princípios permanece historicamente distante de sua plena realização, o que torna possível a análise sociológica de sua cristalização nas práticas sociais e instituições democráticas. Analisar a polarização é uma forma de fazer isso.

Basta olharmos retrospectivamente para o “terror” imediatamente posterior à proclamação de “liberdade, igualdade e fraternidade” como lema da Revolução Francesa para constataremos a tensão a que está sempre submetido o projeto democrático. Exemplos mais recentes são a bipolaridade que caracterizou a guerra

⁹⁹ “Des liens et non des status, de l’harmonie et non du contrat, de la communauté et non de l’individualité”.

fria e alimentou, no Brasil, como veremos no próximo capítulo, o medo do comunismo, usado como subterfúgio para golpes militares. Daí a importância de recorrermos a essas categorias para fazer uma sociologia da experiência dos atores e movimentos sociais contemporâneos.

Como afirma Touraine, “a democracia não é apenas um conjunto de instituições, por mais indispensáveis que sejam; é antes de tudo uma reivindicação e uma esperança”¹⁰⁰ (1994, p. 314, tradução nossa). Hoje, completa Touraine, “a razão de ser da democracia é o reconhecimento do outro”¹⁰¹ (ibid.).

¹⁰⁰ “La démocratie n’est pas seulement un ensemble d’institutions, si indispensables soient-elles. Elle est d’abord une revendication et un espoir.”

¹⁰¹ “La raison d’être de la démocratie est la reconnaissance de l’autre”.

4

Cultura política e raízes históricas da polarização no Brasil

Cultura política é outro conceito fundamental para abordar o problema da polarização e sua relação com os movimentos sociais, a democracia e seus princípios fundantes. Não era outro o foco de Tocqueville na expedição que lhe permitiu escrever *A Democracia na América*. Também era esse o objeto do seminal *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations* (ALMOND; VERBA, [1963] 1989), cujas reflexões são motivadas pela desestabilização da fé iluminista na inevitabilidade democrática, suscitada pelos totalitarismos fascistas e comunistas e pelas duas grandes guerras mundiais.

A sobrevivência das instituições democráticas em um determinado país, argumentam, depende de sua cultura política, definida como um conjunto de orientações e atitudes “em relação ao sistema político e suas várias partes, e atitudes em relação ao papel do *self* no sistema”¹⁰² (ALMOND; VERBA, 1989, p. 12, tradução nossa).

Os autores propõem três tipos-ideais de cultura política: “paroquial”, em que prevaleceria uma mentalidade clânica e não haveria distinção entre papéis políticos, econômicos e religiosos, típica de sociedades tribais; “de sujeição”, em que, não obstante a diferenciação política, os indivíduos adotam uma postura passiva frente às instituições, o que é mais comum em sociedades autoritárias; e “de participação”, em que os indivíduos participam ativamente da vida política, mais comum em sociedades democráticas.

Aquilo que Almond e Verba denominam cultura cívica é uma mistura dos três elementos dessa tipologia, uma vez que, para eles, a estabilidade democrática depende de um equilíbrio entre participação, que garante responsividade do poder político, e submissão, que viabiliza sua efetividade.

Um intenso debate se seguiu no campo da ciência política desde a publicação da obra pioneira de Almond e Verba. Sua concepção foi alvo de diversas críticas, em particular pelo fato de adotar como parâmetro de cultura cívica os sistemas políticos inglês e norte-americano. Alegou-se também haver certo determinismo em seu modelo, que seria incapaz de explicar o nascimento de

¹⁰² “toward the political system and its various parts, and attitudes towards the role of the self in the system”

regimes democráticos em sociedades com raízes culturais autoritárias. Outro questionamento diz respeito à falta de clareza quanto à relação de causalidade existente entre cultura política e instituições democráticas.

Em *The Civic Culture Revisited*, Almond e Verba (1981) tentam responder a essas questões, afirmando que cultura e instituições políticas estão em um constante processo de polinização cruzada, de modo que os valores podem ser analisados como variáveis dependentes ou independentes.

No Brasil, José Alvaro Moisés (2008) é um dos cientistas políticos que trabalham com essa concepção: a estrutura institucional vista como causa e efeito da cultura política. A partir de dados de pesquisa por amostragem do Latinobarômetro, ele afirma que a cultura política nacional caracteriza-se pelo contraste entre a majoritária adesão normativa ao regime e a avaliação negativa de sua implementação, com forte desconfiança em relação aos governos e instituições.

Embora essa abordagem forneça um útil quadro geral do nível de adesão à democracia no Brasil, iluminando inclusive a compreensão do contexto que precedeu o ciclo de protestos iniciado em 2013, não é a ela que recorro nesta tese. Procuro compreender a polarização de uma perspectiva sociológica¹⁰³. Como afirma Maria Alice Rezende de Carvalho, dialogando com O'Donnell (1999), “o argumento sociológico sobre a institucionalização democrática não se esgota na consideração do funcionamento do *regime*, ele prevê *condições adicionais* que extrapolam a definição restrita de democracia” (REZENDE DE CARVALHO, 2002, p. 307, grifos da autora).

Nas sociedades cada vez mais complexas e plurais que emergem na modernidade, essas “condições adicionais” não podem ser associadas a uma

¹⁰³ Para uma crítica sociológica do conceito de Almond e Verba, ver Klaus Eder (1992). Para ele, “participation, like reciprocity, is a basic element of any form of socialization” (ibid., p. 98), cabendo, portanto, à sociologia tentar descrever as diferentes formas em que ela pode ocorrer, bem como as condições em que determinadas orientações normativas são socialmente construídas. A partir de um diálogo crítico com o modelo de esfera pública habermasiano à luz de Bourdieu, Eder afirma não fazer sentido falar de cultura política, mas de culturas políticas concorrentes entre si, levando em consideração as diferentes condições sociais em que são produzidas. Em que pese a importância da reflexão de Eder sobre a diversidade de culturas políticas e das dinâmicas de dominação que elas implicam, a análise da polarização não pode prescindir de um pressuposto inevitavelmente normativo: a de que a concorrência das diversas culturas políticas teorizadas por ele implica uma cultura política de fundo, aberta justamente a essa pluralidade.

cultura entendida como “comunalidade de valores, padrões ético-culturais capazes de unificar as vontades e consciências e possibilitar ações automáticas e irrefletidas por parte de todos os agentes envolvidos” (ibid., p. 307). Nas democracias, prossegue a socióloga, “a identidade pública perde seus marcadores de certeza e é capaz de experimentar a comunidade como indeterminação, como formação permanente da vontade, apoiada na intersubjetividade [...]” (ibid. 318).

A reflexão de Carvalho, fundamentada em vasta literatura que não é possível reproduzir aqui, centra-se na análise das possibilidades de consolidação democrática em sociedades periféricas “não originárias” (ibid. p. 310), como é o caso do Brasil.

Antes de nos debruçarmos sobre o tema, cumpre ressaltar que o estudo sociológico da polarização severa diz respeito justamente às condições de possibilidade da formação intersubjetiva da vontade a que Carvalho se refere. Longe de sugerir uma unidade impossível, o recurso aos conceitos de liberdade, igualdade e fraternidade, justifica-se aqui enquanto recurso teórico-metodológico para aprofundar a análise crítica dessa questão, tendo em vista sobretudo as profundas desigualdades sociais que marcam a nossa sociedade.

Uma cultura democrática, afirma Touraine, pressupõe “a ação pessoal livre e o reconhecimento do outro”¹⁰⁴ (1994, p. 246, tradução nossa). Seu fundamento é “a concepção do ser humano que opõe a mais sólida resistência a qualquer tentativa de poder absoluto – ainda que legitimado por via eleitoral – e ao mesmo tempo desperta a vontade de criar e preservar as condições institucionais de liberdade pessoal” (ibid., p. 186).

Mas, voltando à indagação de Carvalho, poderíamos legitimamente questionar: qual o sentido de analisar um problema de pesquisa brasileiro à luz de um arcabouço teórico-metodológico fortemente ancorado em autores estrangeiros? Sem a devida contextualização, de fato, seria inviável. Mas se pensarmos no Brasil como parte do “extremo-ocidente” – expressão utilizada por Alain Rouquié (1987) para se referir às ambiguidades de uma América Latina que é e não é ocidental – esse diálogo mostra-se imprescindível.

Em “A formação das almas”, José Murilo de Carvalho evidencia como o republicanismo brasileiro recebeu influências externas, em particular do

¹⁰⁴ “l’action personnelle libre et la reconnaissance de l’autre”

positivismo e do jacobinismo franceses e do liberalismo norte-americano. Ele afirma:

Ideias e instituições norte-americanas e europeias já tinham sido adaptadas por políticos imperiais. Antes mesmo da independência do país, rebeliões tinham se inspirado seja na Revolução Americana, seja na Francesa. Importar modelos, ou inspirar-se em exemplos externos, não era, assim, exclusividade dos republicanos brasileiros. Os próprios *founding fathers* americanos buscaram inspiração em ideias e instituições da Antiguidade, da Renascença, da Inglaterra e da França contemporâneas. A Revolução Francesa, por sua vez, tivera nos clássicos e no exemplo americano pontos de referência. O fenômeno de buscar modelos externos é universal. Isso não significa, no entanto, que ele não possa ser útil para entender uma sociedade particular. Que ideias adotar, como adotá-las, que adaptações fazer, tudo isso pode ser revelador das forças políticas e dos valores que predominam na sociedade importadora (CARVALHO, 2005, p. 22).

Como afirma Angela Paiva (2018), o valor heurístico dessas ideias e conceitos é inegável, desde que sejamos capazes de perceber “a latência dos vários conflitos subjacentes à construção da nossa desigualdade estrutural republicana” (PAIVA, 2018, p. 260).

4.1

Traços de modernidade à brasileira

As ciências sociais brasileiras sempre se debruçaram, em diálogo com os modelos europeus e norte-americano, sobre os principais traços da modernidade brasileira. E a noção de cultura, em sua relação com o exercício do poder, ocupa um lugar central nessa análise. Trata-se de um traço que a sociologia brasileira compartilha com a francesa, como explica Fernando Cardoso Lima Neto:

Na França, a contribuição pioneira de autores como de Tocqueville e Durkheim consolidou a cultura como ponto de partida para a compreensão das novas relações de poder que emergiam no mundo moderno. Não por acaso, a sociologia francesa foi institucionalizada em estreito diálogo com a antropologia, em que o conceito de cultura é incontornável. No Brasil, por sua vez, desde o início do século passado, as noções de cultura e poder também estiveram no centro das abordagens que se dedicaram a analisar criticamente o desenvolvimento da modernidade na periferia do capitalismo.¹⁰⁵ (LIMA NETO, 2020, p. 2).

¹⁰⁵ “In France, the pioneer contribution of authors such as de Tocqueville and Durkheim consolidated culture as a starting point for understanding the new power relations that were emerging in the modern world. Not by chance, French sociology was institutionalised in a close dialogue with anthropology, where the concept of culture is inescapable. In turn, in Brazil, since the beginning of the last century, the notions of culture and power were also at the core of the

Partindo de uma perspectiva weberiana, o sociólogo afirma que a cultura pode ser entendida como um *ethos* – modos de ser, pensar e agir – ou como sinônimo de valores sociais. O conceito de poder, também inspirado em Weber, é tomado por ele como sinônimo de política num sentido amplo, na medida em que implica relações de dominação.

A análise dessa relação tem sido feita de duas perspectivas principais: uma culturalista e outra institucionalista (LIMA NETO, 2020). Na primeira, que tem como representantes clássicos Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Hollanda, afirma-se a precedência dos valores culturais sobre as relações de poder; na segunda, em que se enquadram Vitor Nunes Leal e Raymundo Faoro, são as relações de poder cristalizadas nas instituições que determinam os valores predominantes na cultura política nacional.

“Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Hollanda, ([1936] 2016) está entre as obras que tratam dos dilemas da modernização brasileira de uma perspectiva cultural. Escrita sob o impacto de Casa Grande e Senzala ([1933] 2003), em que, três anos antes, Freyre destacara os “antagonismos em equilíbrio” de nossa população miscigenada, o livro evidencia como o legado ibérico da cordialidade – no sentido de agir segundo o coração, guiado pela afetividade – contrasta com a do racionalismo da burocracia democrática, em que as leis deveriam ser aplicadas objetivamente para todos.

Em “Os Donos do Poder” ([1958] 2012), Faoro também analisa o Brasil à luz da herança colonial portuguesa, mas de uma outra perspectiva. Na história da nossa antiga metrópole, a ausência de uma aristocracia agrária autônoma faz com que a monarquia concentre os poderes político e econômico, função que será mantida durante o mercantilismo. Esse capitalismo de Estado gera o que Faoro denomina, em constante diálogo com Weber, patrimonialismo, traço típico da política brasileira. Na falta de distinção entre Estado e sociedade civil, esfera pública e esfera privada, o poder e a riqueza concentram-se na administração pública e não no livre empreendimento econômico.

Evidentemente, como ressalta Lima Neto, essas abordagens são complementares, não obstante suas ênfases diferentes. “Elas analisam diferentes dimensões desse processo, cultura e instituições, embora também reconheçam,

approaches dedicated to critically analyse the development of modernity in the periphery of capitalism.”

respectivamente, a influência da cultura nas instituições e das instituições na cultura”¹⁰⁶ (LIMA NETO, 2020, p. 8).

Mais recentemente, na linha culturalista, Roberto DaMatta (1991) argumenta que o ideal liberal de cidadania democrática, que pressupõe o individualismo moral estudado no segundo capítulo, se realizou historicamente de maneira diferente em nosso país. Para ele, enquanto em nações como Inglaterra e Estados Unidos o individualismo é criador de leis universalizantes e niveladoras, aqui, o centralismo político, legal e religioso gera um personalismo que visa delas escapar. Daí ser tão comum o recurso às relações sociais para a agilização do gozo de serviços públicos e o corriqueiro apelo “você sabe com quem está falando?” para escapar das próprias obrigações legais.

Fundamentais na abordagem institucionalista, Luiz Werneck Vianna e Elisa Reis analisam o caráter conservador da modernização brasileira de uma outra perspectiva. Vianna o faz a partir do conceito gramsciano de “revolução passiva” e da “via prussiana” descrita por Lênin. Reis baseia-se nas noções de “revolução pelo alto” e “modernização conservadora” que emergem na obra de Barrington Moore, e também dialoga com a via prussiana.

Em “A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil” ([1997] 2004), Vianna retoma um tema que já havia começado a discutir em livro publicado 20 anos antes¹⁰⁷: as contradições da formação do capitalismo no Brasil, que ocorre de modo dissociado da existência de uma burguesia politicamente forte e, conseqüentemente, prescinde da realização de um efetivo liberalismo político no país. Não há aqui uma revolução burguesa nos moldes da que ocorreu na França. Os processos são conduzidos por uma elite agrária que maneja as instituições para conservar seu poder¹⁰⁸.

A tradição de “conservar-mudando” (VIANNA, [1997] 2004, p. 43) se inaugura com a vinda da família real portuguesa para o Brasil no início do século XIX e se propaga no tempo. É sob essa lógica que se viabilizaria a coexistência

¹⁰⁶ “They analyse different dimensions of this process, culture and institutions, although they also recognise, respectively, the influence of culture on institutions and of institutions on culture”.

¹⁰⁷ “Liberalismo e sindicato no Brasil” (VIANNA, [1976] 1999) analisa, com base na história da legislação trabalhista brasileira desde a abolição da escravidão, as relações entre a classe operária nascente e o Estado, com particular interesse na Era Vargas.

¹⁰⁸ O argumento é construído em claro diálogo com o clássico *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes ([1975] 2006) e o conceito de “revolução encapuçada” (p. 50), em particular a primeira parte da obra, como observa Maria Alice Rezende de Carvalho no prefácio ao livro de Vianna.

das doses de liberalismo presentes na Constituição monarquista de 1824 – a primeira das sete que teríamos – e a preservação da ordem senhorial-escravocrata que se prolongaria até 1888, com a abolição.

A radical ambigüidade do Estado entre o liberalismo e a escravidão devia se resolver nele mesmo, instituição tensa, arquiteto de uma obra a reclamar a cumplicidade do tempo, delegando-se ao futuro a tarefa de vencer a barbárie de uma sociedade fragmentária e invertebrada [...]. Com a decapitação política do nativismo revolucionário, em quem havia a vocação do empreendimento econômico, como entre os homens da Inconfidência [...], o Estado-nação, inspirado no liberalismo, nascia sem uma economia que se apresentasse em homologia a ele. Se, na sociedade civil, o liberalismo atuava como "fermento revolucionário", induzindo rupturas moleculares na ordem senhorial-escravocrata, ele não poderia se comportar como o princípio da sua organização, sem acarretar com isso o desmonte da estrutura econômica, fundada no trabalho escravo e no exclusivo agrário e que assegurava ao Estado uma forma de inscrição no mercado mundial e presença internacional. [...] O liberalismo devia consistir em uma teoria confinada nas elites políticas, que saberiam administrá-lo com conta-gotas, sob o registro de um tempo de longa duração, a uma sociedade que ainda não estaria preparada para ele, sob pena da balcanização do território, da exposição ao caudilhismo e à barbárie (VIANNA, 2004, p. 44-45).

A Proclamação da República no Brasil não muda essa lógica. Como afirma José Murilo de Carvalho:

Além de ter surgido de uma sociedade profundamente desigual e hierarquizada, a República brasileira foi proclamada em um momento de intensa especulação financeira, causada pelas grandes emissões de dinheiro feitas pelo governo para atender às necessidades geradas pela abolição da escravidão. A febre especulativa atingiu de modo especial a capital do país, centro dos acontecimentos que levaram à República. Em vez da agitação do Terceiro Estado, a República brasileira nasceu no meio da agitação dos especuladores, agitação que ela só fez aumentar pela continuação da política emissionista. O espírito de especulação, de enriquecimento pessoal a todo custo, denunciado amplamente na imprensa, na tribuna, nos romances, dava ao novo regime uma marca incompatível com a virtude republicana. Em tais circunstâncias, não se podia nem mesmo falar na definição utilitarista do interesse público como a soma dos interesses individuais. Simplesmente não havia preocupação com o público. Predominava a mentalidade predatória, o espírito do capitalismo sem a ética protestante (CARVALHO, 2005, p. 30).

A análise de Reis vai no mesmo sentido. Com suas peculiaridades, o caso brasileiro corresponde, para ela, a uma das três variantes históricas de modernização apontadas por Moore ([1967] 1973): aquela em que os *junkers* (classe proprietária rural tradicional) alemães ocuparam lugar central no processo de modernização.

Não assistimos, no caso brasileiro, a uma ruptura radical com o passado, na medida mesmo em que a abolição aqui não implicou um confronto entre formas autoritárias e liberais de capitalismo. Apesar das interpretações do fim da escravidão como vitória dos cafeicultores liberais-burgueses sobre os latifundiários conservadores do Nordeste, a evidência disponível corrobora perfeitamente uma interpretação alternativa: a transição para o trabalho livre se deu graças a uma coalizão entre latifundiários “velhos” e “novos”. [...] A negociação política da questão do trabalho permitiu aos cafeicultores paulistas evitar a competição com a elite rural nordestina pela mão de obra nacional. A demanda crescente de trabalho nas áreas cafeeiras seria suprida pela importação de trabalhadores europeus, assistida pelo poder público. [...] O poder político do proprietário foi preservado, já que a massa da população do campo não contava com a possibilidade de lealdades políticas alternativas (REIS, 1982, p. 338).

Assim como na Alemanha, em que os *junkers* criaram obstáculos à superação das relações paternalistas pelas de igualdade jurídica, no Brasil os Latifundiários se utilizaram do aparato estatal para atrair a mão de obra estrangeira e intervir na economia, mantendo os preços da produção artificialmente altos pela manipulação dos estoques, por exemplo. “O fato de que em ambos os casos o crescimento do Estado tenha precedido a incorporação de interesses sociais múltiplos ao sistema tornou possível a ação paternalista do Estado enquanto estratégia de cooptação política” (REIS, 1982, p. 345-346).

Símbolo desse sistema é o coronelismo, um fenômeno que, como evidenciou Victor Nunes Leal ([1948] 2012), funciona como correia de transmissão de uma lógica de subcidadania entre municípios, estados e União. Na política estabelecida no país a partir da Proclamação de 1889, direitos civis, políticos e sociais são experimentados como favores de aristocratas rurais decadentes. Em contrapartida, exigem da população a lealdade política que manterá intocadas as relações de poder numa República apenas formal.

Segundo Tereza Sales, esse arranjo perpetua uma “cultura política do mando e da subserviência” (SALES, 1992, p. 17) que naturaliza as desigualdades sociais e mantém sua solução na esfera privada da dádiva. Aí se encontra, para a autora, a raiz da persistente pobreza nacional.

Com o passar dos anos, a economia agrária que fundamenta o sistema de mútuas dependências, brilhantemente evidenciado por Leal, entra em crise e convive com um incipiente processo de industrialização. A ruptura da Política dos Governadores na chamada Revolução de 1930, através de mais um golpe militar (como já havia acontecido na Proclamação da República e se tornaria tradição nos

anos vindouros) se dá não apenas pela erosão do acordo hegemônico entre elites agrárias debilitadas economicamente e um Estado-nação que lhes garantia a sobrevivência em troca de apoio político.

Ela ocorre no contexto da dinamização econômica proporcionada pela formação de centros urbano-industriais no sudeste do país, enquanto o restante do território nacional permanece eminentemente agrário e subdesenvolvido. Assim, na década de 1930, a revolução passiva brasileira adquire um novo sentido, como ressalta Werneck Vianna:

Com o movimento político-militar de 1930, a Ibéria¹⁰⁹ se reconstrói, sem se desprender, contudo, das suas bases agrárias, de onde as elites tradicionais extraem recursos políticos e sociais para a sua conversão ao papel de elites modernas, vindo a dirigir o processo de industrialização. Porque em sua história brasileira, o liberalismo não encontrou quem assumisse com radicalidade a sua representação, a sociedade de massas emergente com a urbanização e a industrialização seria indiferente a ele. Em sua nova configuração, a revolução passiva terá como “fermento revolucionário” a questão social, a incorporação das massas urbanas ao mundo dos direitos e a modernização econômica como estratégia de criar novas oportunidades de vida para a grande maioria ainda retida, e sob relações de dependência pessoal, nos latifúndios (VIANNA, 2004, p. 48).

Nesse contexto, a polarização severa torna-se um ingrediente do nosso processo de modernização, mas sempre sob uma chave conservadora e de maneira assimétrica, uma vez que o poder permanece concentrado nas mãos de poucos. Ainda que represente uma força desproporcionalmente menor, o comunismo passa a ser representado como perigo a ser combatido a qualquer custo.

4.2

Conservadorismo, anticomunismo e golpes militares

Criado em 1922, o Partido Comunista Brasileiro assume o protagonismo que fora do anarcossindicalismo trazido pelos imigrantes europeus (SKIDMORE, 2003). Não se deve conceber, no entanto, o PCB como um partido de massas, uma vez que a população brasileira permanecia majoritariamente rural. Além disso, como evidenciou Juarez Brandão Lopes (2008 [1964]), foi lento o processo de

¹⁰⁹ O termo aqui remete ao conceito de “iberismo”, que Vianna usa para designar o caráter territorialista de um Estado autoritário e burocrático legado por nossos colonizadores, um Estado que conduz, de cima para baixo, a modernização conservadora brasileira.

transição das relações tradicionais baseadas em status (típicas da economia agrária de onde provinha boa parte do operariado nascente) para as impessoais disputas classistas, regidas por interesses divergentes num sistema racional-capitalista.

A Intentona Comunista de 1935, por exemplo, não foi conduzida por uma massa de operários revolucionários, mas por militares de baixa patente oriundos do tenentismo (SKIDMORE, 2003). Na raiz desse movimento está um descontentamento difuso com a enorme distância existente entre o programa político liberal cristalizado na Constituição republicana de 1891 e sua realização na República Velha, a começar pela descentralização federativa de inspiração norte-americana que, na época, só fez fortalecer as oligarquias e facilitar a manipulação eleitoral.

Tais insatisfações já haviam transbordado na rebelião dos 18 do Forte de Copacabana, em 1922, e nas revoltas de 1924 em São Paulo e no Rio Grande do Sul, esta última dando origem à Coluna Prestes. A ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930 coroa esse processo, que articula interesses bastante heterogêneos, como evidencia o historiador Rodrigo Patto Sá Motta:

As mudanças trazidas pelo movimento “revolucionário” liderado por Getúlio Vargas contribuíram para que o comunismo passasse a ser visto cada vez mais como um perigo interno, digno da atenção cuidadosa das autoridades responsáveis pela manutenção da ordem. A derrubada da “República Velha” trouxe em seu bojo instabilidade, indefinições e, conseqüentemente, insegurança. [...]. No interior da ampla coalizão havia civis e militares, radicais e conservadores, liberais e antiliberais, este último grupo dividido entre esquerdistas e simpatizantes do fascismo. A orientação a ser tomada pelo novo governo não era clara e o espaço conquistado pelos defensores de propostas antiliberais gerava ansiedade nos setores conservadores da sociedade, notadamente em parcelas do clero, da imprensa e dos grandes proprietários. Muitos temiam que a facção esquerdista do governo tomasse as rédeas na condução dos negócios públicos (MOTTA, 2000, p. 24-25).

O governo provisório de Vargas caracteriza-se pelo intervencionismo político (dissolução do Congresso, interventores nos estados) e econômico (preço do café e política cambial), o que gera insegurança quanto às suas reais intenções. Apesar disso, após debelar a Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo, o presidente convoca eleições para a Assembleia Nacional Constituinte.

Promulgada em 1934, a terceira constituição do país consolida avanços obtidos com o Código Eleitoral de 1932, cria a Justiça Eleitoral e expande direitos políticos e sociais, como o voto feminino e um sistema de proteção ao

trabalhador. Ao mesmo tempo, cria prerrogativas para a limitação de direitos civis em nome da segurança nacional, em um contexto internacional marcado por uma onda antiliberal, com a ascensão do fascismo na Alemanha e na Itália e do bolchevismo na Rússia (SKIDMORE, 2003).

Reconduzido ao cargo pelo voto dos constituintes, Vargas tem diante de si um cenário de radicalização ideológica. No início do governo provisório, o prestigiado líder tenentista Luiz Carlos Prestes, que já havia recusado seu convite para assumir o comando militar da revolução de 1930, declara sua adesão ao marxismo-leninismo. Cinco anos mais tarde, Prestes se tornaria líder da Aliança Nacional Libertadora, controlada pelo PCB sob a supervisão da Internacional Comunista (SKIDMORE, 2003). Quase ao mesmo tempo, em 1932, Plínio Salgado funda a Ação Integralista Brasileira (AIB), tendo como seus principais motes o anticomunismo e o lema “Deus, Pátria e Família” (MOTTA, 2000).

Quando em novembro de 1935 a Intentona irrompe nas bases militares de Natal, Recife e Rio de Janeiro, os temores da ameaça comunista, que já estavam bastante difundidos na imprensa e na literatura conservadora desde o início da década, parecem se confirmar. E embora tenha conseguido reprimi-la com relativa facilidade, o governo soube explorar politicamente a tentativa de golpe para fortalecer ainda mais o seu poder.

O governo Vargas teve vasto campo para propaganda no dia seguinte ao esmagamento da revolta, fazendo circular histórias bastante exageradas (posteriormente desmentidas pelos registros militares) sobre oficiais legalistas, desarmados, sendo baleados em sua cama. Getúlio imediatamente convenceu o Congresso a declarar estado de emergência, permitindo à polícia suspender os direitos civis na caça de suspeitos. Getúlio tinha agora a atmosfera de que necessitava para intimidar oponentes de qualquer matiz ideológica. Era o perfeito pano de fundo para o crescente poder presidencial e a ulterior centralização que tal aumento de poder implicava (SKIDMORE, 2003, p. 331).

A análise de Motta segue na mesma toada:

A cobertura jornalística, para dizer o mínimo, carregou nas tintas. As ações dos revolucionários foram tratadas de forma superlativa, apresentando um quadro grotesco de violência, destruição e barbárie. Os comunistas teriam cometido atos hediondos, que os tornavam indivíduos alienados da comunidade nacional brasileira. Assaltaram, estupraram, mataram gente dormindo e etc. [...] A dimensão evidentemente manipulatória desta campanha, no entanto, não implica em considerar o “perigo comunista” como mera invenção. As informações sofreram deturpação, os revolucionários foram caricaturados com traços exagerados e muitas representações anticomunistas fantasiosas foram construídas.

Entretanto, os dirigentes jornalísticos, como de resto toda a elite social do país, temiam verdadeiramente a ação dos revolucionários. Se eles estruturaram uma campanha visando aterrorizar o público e ajudaram a fortalecer o poder discricionário do Estado, fizeram-no justamente para criar melhores condições de repressão aos comunistas (MOTTA, 2000, p. 246-248).

Estava preparado o terreno para o golpe de Estado que seria perpetrado por Vargas em novembro de 1937, sob pretexto do fictício Plano Cohen, inventado pelos seus aliados militares, mas acreditado por uma sociedade sobressaltada pelo “perigo vermelho”. No Estado Novo que se instaurou, nem mesmo os integralistas, que o haviam inicialmente saudado, escapariam da repressão.

A nova constituição monocrática representou grande retrocesso no incipiente processo de implementação das liberdades democráticas no país. Era o reflexo do “autoritarismo instrumental” (SANTOS, 1978) do pensamento de Oliveira Vianna ([1920] 2005; [1949] 1999), que integrou comissões técnicas do Ministério do Trabalho em boa parte da Era Vargas. Como evidencia Wanderley Guilherme dos Santos, autor da expressão acima mencionada:

Em 1920, Oliveira Vianna expressou pela primeira vez, tão clara e completamente quanto possível, o dilema do liberalismo no Brasil. Não existe sistema político liberal, dizia ele, sem uma sociedade liberal. O Brasil, continua, não possui uma sociedade liberal mas, ao contrário, parental, clânica e autoritária. Em consequência, um sistema político liberal não apresentará desempenho apropriado, produzindo resultados sempre opostos aos pretendidos pela doutrina. [...] Assim, conclui Oliveira Vianna, o Brasil precisa de um sistema político autoritário cujo programa econômico e político seja capaz de demolir as condições que impedem o sistema social de se transformar em liberal (SANTOS, 1978, p. 93).

Assim, como explica José Murilo de Carvalho (2002), em diálogo com a clássica tipificação dos direitos de cidadania elaborada por Marshall (1967), no Brasil, os direitos sociais precedem os civis e políticos, num processo conduzido de cima para baixo. Isso produz aquilo que ele denomina “estadania”, de que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943 seria um exemplo. A cidadania que emerge nesse contexto não é universal, porque restrita aos trabalhadores urbanos, abandonando à própria sorte vastos contingentes populacionais rurais, além de ser controlada, uma vez que os direitos só eram reconhecidos aos trabalhadores filiados a sindicatos dominados pelo Estado.

Trata-se daquilo que, em conceito análogo, Wanderley Guilherme dos Santos (1979) denomina “cidadania regulada”.

Segundo o sociólogo Emir Sader (1995), entre as décadas de 1930 e 1960, predominou no Partido Comunista a visão de que seria necessário, antes de tudo, remover os entraves ao desenvolvimento do capitalismo, identificados no latifúndio e no imperialismo. Somente assim se criariam as condições para uma futura revolução socialista. A industrialização conduzida por uma burguesia democrática era vista como fundamental nesse processo, porque levaria à superação da monocultura de exportação, à reforma agrária, à substituição de importações, à criação de um mercado de trabalho e ao consumo dinâmico, o que por sua vez promoveria o bem-estar populacional e a democratização política.

Foi por essas razões que o Partido Comunista, que havia organizado a rebelião de 1935 contra Getúlio Vargas e tinha sido a principal vítima de repressão a esse movimento, como resultado da instauração do Estado Novo – uma ditadura com traços fascistas – em 1937, foi mudando paralelamente de posição, até apoiar Getúlio. [...] Essa virada foi o correspondente brasileiro da mudança de linha da Internacional Comunista – que congregava todos os partidos comunistas –, da luta pelo poder para os trabalhadores para a de aliança com todos os setores considerados democráticos na resistência ao fascismo e ao nazismo (SADER, 1995, p. 82-83).

Como evidencia Francisco Weffort ([1978] 2003), o populismo varguista emerge num contexto em que nenhum dos grupos dominantes – classes médias, cafeicultores e outros setores agrários tradicionais – monopoliza o poder político. Isso possibilita a constituição do Estado enquanto “órgão (político) que tende a se afastar dos interesses imediatos e a sobrepor-se ao conjunto da sociedade como soberano” (WEFFORT, 2003, p. 53).

Assim, as massas populares urbanas passam a constituir fonte de legitimidade do poder estatal, que com elas se relaciona diretamente na figura do líder carismático. Isso não implica reduzir o populismo a um atestado da falta de consciência política populacional. Como observam Daniela Mussi e André Kaysel Velasco e Cruz (2020), o populismo é, para Weffort, um fenômeno plenamente

político, fruto da inadequação das estruturas de poder às transformações socioeconômicas do país¹¹⁰.

Quando o regime democrático se reestabelece em 1945, mais uma vez através de um arranjo pelo alto, o Brasil é uma sociedade politicamente mais complexa que aquela de 1930, passando por acelerado crescimento demográfico. No campo, a incipiente mecanização agropecuária estabelece novas relações de trabalho, gera conflitos pela posse da terra e estimula o êxodo rural. A violência também se faz presente nos centros urbanos, cujos parques industriais não dão conta de absorver toda a mão de obra disponível, ao mesmo tempo que se forma uma classe média ligada ao funcionalismo público e às profissões liberais (SCHWARTZMAN, [1982] 2007).

De 1945 a 1964 o país experimenta “um sistema de participação política de massas”, que desperta “um gosto pela liberdade política e a abertura de alternativas de participação, coisas que não poderiam e não deveriam ser esquecidas com facilidade” (SCHWARTZMAN, 2007, p. 214). Por outro lado, o sistema político-partidário reproduz nesse período a lógica da cooptação: o Partido Social Democrático (PSD) forma-se pela união dos interventores da Era Vargas e seus prefeitos, enquanto sindicalistas oficiais compõem o Partido Trabalhista Brasileiro. Ambos têm, portanto, o dedo do ex-ditador. A eles se opõem a classe média urbana e os intelectuais liberais, os operários insatisfeitos com a atuação de suas lideranças e os militares nacionalistas. É também nessa época que nasce o Partido Socialista Brasileiro (PSB), uma dissidência da ala esquerda da União Democrática Nacional (UDN).

Tanto governo quanto oposição pareciam se alinhar ao longo de um contínuo de maior ou menor abertura e participação (e, neste sentido, um contínuo de tipo esquerda-direita), mas mantinham em comum o que estamos denominando, por falta de melhor termo, a política de cooptação: a busca do controle de agências governamentais como fonte para o exercício do clientelismo, tanto para os que já possuíam poder, como para a incorporação de novos grupos, e também para a expulsão dos antigos. A intensidade dos processos de urbanização, educação etc. (o que se denomina, em uma palavra, modernização) acrescenta uma nova dimensão ao quadro político, consubstanciada em aumento das demandas de participação, crescente consciência de objetos políticos e busca de representação de interesses. É sobre este processo que se exerce, mais caracteristicamente, a política de cooptação, que é, essencialmente, uma política de controle e

¹¹⁰ No referido artigo, os autores fazem uma esclarecedora análise filológica das publicações de Weffort a respeito do populismo entre 1963 e 1978, evidenciando as nuances e transformações da visão do autor sobre o conceito.

manipulação das formas emergentes de participação. (SCHWARTZMAN, 2007, p. 225).

A ampliação da classe trabalhadora fortalece o Partido Comunista, que, no pleito de 1945, elege um senador, Luís Carlos Prestes, 12 deputados, entre eles Jorge Amado e Carlos Marighela (SADER, 1995), além de obter cerca de 10% dos votos para o seu candidato à presidência, conquistada por Eurico Gaspar Dutra (SKIDMORE, 2003).

O forte movimento grevista que se segue à crise econômica nacional nos anos 1946-1947 ressuscita o fantasma da ameaça comunista, com a consequente repressão estatal. A guerra fria já se delineia no horizonte do segundo pós-guerra, o que leva o governo Dutra, pressionado pelos Estados Unidos, a romper relações com a União Soviética e colocar o PCB na ilegalidade.

A Confederação dos Trabalhadores Brasileiros também foi declarada ilegal, bem como os 143 sindicatos sob sua influência. “Uma onda anticomunista, paralela ao macarthismo nos EUA, varreu o Brasil, deixando o PCB reduzido aos espaços de ilegalidade” (SADER, 1995, p. 87). O partido reage pregando o voto nulo e a luta armada.

Após o trágico fim do governo democrático de Vargas (1951-1954), o PCB apoia as candidaturas de Juscelino Kubitschek e João Goulart (este último havia sido Ministro do Trabalho do governo recém-terminado). Eleitos, eles só conseguiriam tomar posse por conta do chamado “contragolpe preventivo” do Marechal Henrique Lott, que evitou o golpe planejado por setores militares e udenistas insatisfeitos com a eleição da chapa PSD-PTB.

A partir de 1961, com a eleição e renúncia do presidente Jânio Quadros e a ascensão do vice João Goulart, o anticomunismo volta a desempenhar um papel decisivo. Para além do medo causado pela revolução cubana de 1959, expandiam-se em solo nacional, no início da década de 1960, novas organizações de esquerda, como o PC do B e a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP), dissidências do PCB que pregavam a luta armada.

Ao mesmo tempo, no seio da Igreja Católica, que fora um dos principais opositores do comunismo nas décadas precedentes, emergem setores progressistas, como a Ação Católica (AC) e seus braços estudantil (JEC), universitário (JUC) e operário (JOC). Isso gera resistência de setores eclesiais

tradicionalistas, como demonstra Angela Paiva (2010 [2003]). Diferentemente do que ocorrera com o movimento pelos direitos civis norte-americano, que encontrou no *ethos* protestante o combustível para a ação democratizante, a luta por justiça social das “minorias abramônicas” brasileiras – para usar expressão de Dom Helder Câmara citada por Paiva – despertou reações negativas de setores conservadores do clero e do laicato, que se sentiam assombrados pelo comunismo (PAIVA, 2010).

“Naquele momento anterior ao golpe era cada vez maior a tensão entre os grupos conservadores e progressistas” (ibid., p. 188). Assim, os anos de maior ativismo da Ação Católica, através do Movimento de Educação de Base e do sindicalismo rural, coincidiram com o crescimento da polarização e o agravamento da crise institucional que antecederam o golpe.

O não-alinhamento de Jânio Quadros aos Estados Unidos e a condecoração de Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul fazem soar os alarmes anticomunistas na política nacional. Incapaz de negociar seu programa de governo com o Congresso, Quadros renuncia em favor do vice João Goulart, um político historicamente identificado com a esquerda. A improvisação parlamentarista criada então para acalmar os ânimos conservadores foi paliativa. Jango reata relações diplomáticas com a União Soviética e se opõe à proposta norte-americana de excluir Cuba da Organização dos Estados Americanos, desagradando seus opositores.

Naquele momento, a UDN era a principal voz da direita, a que se somavam, como evidencia Motta (2000), organizações da sociedade civil como a Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA), a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), a Liga da Defesa Nacional (LDN) e o Movimento Por um Mundo Cristão (MMC).

Diversas entidades femininas criadas entre 1962 e 1964 também tinham o anticomunismo como seu principal propósito, entre as quais a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE/Guanabara), a União Cívica Feminina (UCF/São Paulo), o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF/São Paulo), a Liga da Mulher Democrática (LIMDE/Minas Gerais), a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG/Rio Grande do Sul) e a Cruzada Democrática Feminina (CDF/Pernambuco) (MOTTA, 2000).

Por fim, *think tanks* como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) foram fundamentais no suporte ideológico e financeiro para o surgimento de grupos anticomunistas (MOTTA, 2000).

Não obstante suas peculiaridades, esses grupos tinham em comum uma representação do comunismo como essencialmente violento, antirreligioso e antidemocrático. Nesse cenário de polarização exacerbada – encarnada pela retórica radicalizada de Leonel Brizola, de um lado, e Carlos Lacerda de outro – a grave crise econômica ajudou a precipitar mais uma ruptura institucional na história do Brasil. A gota d’água foi o anúncio das reformas de base pretendidas por Jango em um grande comício realizado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964.

Para a esquerda foi uma apoteose: o evento serviu para selar o comprometimento público de Jango com as reformas. Por outro lado, fortaleceu a convicção de que o povo apoiava as transformações sociais, pois o comparecimento foi massivo (aproximadamente 200 mil pessoas). Os defensores do projeto reformista se cobriram de entusiasmo. No campo conservador, o comício da “sexta-feira 13” foi recebido com alarme. O simples fato de o evento ter sido organizado, em grande parte, pela liderança sindical comunista, já era motivo suficiente para causar temor. A presença de numerosas bandeiras ostentando a “foice e martelo”, somada ao tom violento de muitos dos discursos, deu aos conservadores a certeza de que a revolução estava sendo preparada celeremente. Entre as diversas personalidades a fazer uso do microfone, um dos mais radicais foi Brizola. O deputado gaúcho fez ameaças ao Congresso, instituição conservadora que ele desejava ver substituída por uma Assembléia Constituinte de caráter popular. O discurso de Goulart foi bem mais ameno; ainda assim, ele continha críticas ao “arcaísmo da Constituição” e pressionava o Congresso a ir “ao encontro das reivindicações populares” (MOTTA, 2000, p. 324).

A resposta veio com a Marcha com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo no dia 19 do mesmo mês¹¹¹. No relato de Emir Sader:

À esquerda se lutava pela reforma agrária e pela reforma urbana, pelo controle das remessas de lucros ao exterior, enquanto à direita se pregava que a democracia e a liberdade estavam em perigo, pela ação de um Estado controlado pelos nacionalistas, mero disfarce dos comunistas, de Cuba e da União Soviética. Enquanto as mobilizações sociais dos trabalhadores da cidade e do campo, dos estudantes, dos artistas apoiavam as reformas, a direita, incentivada política e financeiramente pelos grandes empresários e pelo próprio governo dos Estados Unidos, promovia um processo de desestabilização do país. As “marchas com

¹¹¹ Segundo Daniel Aarão Reis (2019), as Marchas com Deus pela liberdade se estenderam até setembro daquele ano.

Deus pela família” colocavam em ação amplos setores de classe média, acentuando a polarização social. [...] A grande burguesia brasileira participou passivamente do golpe, tanto sua fração industrial como as outras, terminando com as ilusões de seus supostos interesses divergentes em relação ao imperialismo e ao latifúndio (SADER, 1995, p. 99-100).

A essa altura, boa parte da imprensa estava novamente convencida do perigo vermelho. Até o ex-presidente Juscelino Kubitschek manifestou sua preocupação. Entre 31 de março e 1º de abril, os militares entram em cena com um novo golpe de Estado na história do Brasil, apoiados por grande parte do empresariado, da imprensa e da Igreja, além dos governadores Carlos Lacerda, do Rio de Janeiro, e Ademar de Barros, de São Paulo.

4.3

Ditadura, redemocratização e movimentos sociais

A primeira década do regime militar foi particularmente violenta e ficou marcada por perseguição política, suspensão de direitos, cassação de mandatos, prisões arbitrárias, torturas, censura. Organizações de esquerda foram duramente reprimidas. Algumas delas optaram pela luta armada, como a Aliança Libertadora Nacional (ALN), criada por Carlos Marighella e outros dissidentes do PCB, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Entre os militares nasceu a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), liderada pelo capitão Carlos Lamarca.

Entre 1966 e 1968, as crescentes manifestações estudantis foram duramente reprimidas. Em março daquele ano, um protesto contra o aumento dos preços no restaurante universitário do Calabouço, no Rio de Janeiro, acabou com a morte do estudante Edson Luís. A reação foi a passeata dos 100 mil contra a ditadura.

Entre os dias 2 e 3 de outubro daquele mesmo ano, houve um violento confronto entre alunos da USP, que compunham a resistência de esquerda à ditadura, e da Universidade Presbiteriana Mackenzie, entre os quais se encontravam integrantes do chamado Comando de Caça aos Comunistas. Naquela que ficou conhecida como Batalha da rua Maria Antônia, onde se localizavam os dois campi, mais uma morte: o secundarista José Guimarães.

O ano de 1968 ficou marcado ainda pelo assassinato do militar norte-americano Charles Rodney Chandler, em ação atribuída a integrantes da VPR e da ALN.

Quando a ditadura percebeu que começava a perder o controle da situação, prevaleceram os setores ligados à chamada linha-dura, de extrema-direita, que impuseram um fechamento ainda maior do sistema político, mediante o decreto de um novo Ato Institucional, este de número 5 – que ficou conhecido como AI-5, em dezembro de 1968, numa resposta a resistências dentro do Congresso a medidas da ditadura. [...] O AI-5 representou a passagem ao período de maior repressão da ditadura, com a intensificação das prisões, o uso sistemático da tortura e do assassinato, estabelecendo um verdadeiro regime de terror no país (SADER, 1995, p. 123).

Guerrilhas de esquerda também recorreram a assaltos a bancos e sequestros de autoridades, como ocorreu com o embaixador dos Estados Unidos Charles Burke Elbrick no Rio de Janeiro, por meio do qual o MR-8 reivindicou e conseguiu a libertação de 15 presos políticos. A repressão foi igualmente violenta. As imagens de Marighela morto pelos militares em 1969 foram exibidas em rede nacional de televisão, durante o intervalo de um jogo entre Santos e Corinthians. Dois anos depois, Lamarca também foi capturado e morto.

Com a vitória sobre a resistência armada e a melhora da situação econômica, começa uma fase de transição, que culmina com a eleição de Geisel em 1974. Com ele, a ala mais liberal dos militares assume o poder e dá início à abertura “lenta, gradual, porém segura”.

A ditadura que se estendeu até 1985 teve em comum com o populismo varguista não apenas a auto-justificação com base no pretexto de refrear uma suposta ameaça comunista, mas também a supressão dos poucos direitos civis e políticos até então exercidos pelos cidadãos brasileiros e a expansão paternalista de direitos sociais. Outro ponto comum entre as duas ditaduras foi o grande crescimento das desigualdades sociais e da concentração de renda durante os anos de sua vigência, como demonstrou recentemente o sociólogo Pedro Ferreira de Souza (2017)¹¹².

¹¹² Aplicando a metodologia de Thomas Piketty, com foco na diferença entre as rendas superiores (aquelas obtidas pela população situada entre 0,1% e 10% mais ricos) e o restante das rendas nacionais, o sociólogo analisa registros tributários do recolhimento do imposto de renda entre 1926 e 2015 no Brasil. A renda dos brasileiros mais ricos (0,1% da população) cresceu 6% durante o Estado Novo. Da mesma forma, no período do chamado “milagre econômico”, nos primeiros anos da ditadura militar (1964-1974), a renda dos 1% mais ricos cresceu 8 pontos percentuais. Por

Partindo da perspectiva processual de Norbert Elias sobre o processo civilizatório, Rezende de Carvalho evidencia como a modernização conservadora brasileira acabou constituindo, não obstante a condução elitista que a caracterizou desde a Proclamação da República, “um elo [republicano] a ser resgatado”, uma “densidade jurídico-política” que seria decisiva para a “tradicionalização” da normatividade democrática no país. (REZENDE DE CARVALHO, 2002, p. 316).

Com isso, a sociedade civil brasileira se complexificou gradativamente, num processo de “americanização tardia, por baixo, que se realiza em um movimento de rupturas moleculares com o que importa constrangimentos à sua autonomia e em suas ações em defesa dos interesses e direitos” (VIANNA, 2004, p. 54).

Além disso, como observa Maria da Glória Gohn ([1995] 2013c), o século XX foi marcado por inúmeras lutas sociais em torno de questões como eleições limpas, ampliação do direito ao voto para contemplar as mulheres e outras categorias excluídas, e pelos direitos dos trabalhadores.

A despeito de inúmeras interpretações que atribuem as conquistas realizadas às elites, por serem esclarecidas ou maquiavélicas, antecipando-se aos conflitos e decretando regras de controle social por meio dos políticos, foram as lutas dos trabalhadores, pertencentes às camadas populares ou médias da população, que conquistaram as leis surgidas. Foram lutas de várias décadas, originárias de movimentos das inúmeras organizações, de diferentes matizes ideológicos, incluindo até as marchas e as quarteladas dos militares, que levaram às transformações do Estado brasileiro e à construção de um novo arcabouço jurídico institucional, que objetivava dar conta das transformações que estavam se operando no âmbito das estruturas de produção (GOHN, 2013c, p. 200-201).

A partir do final da década de 1970, vê-se a emergência de diversos movimentos sociais, como o novo sindicalismo do ABC paulista e as Comunidades Eclesiais de Base. São os “novos personagens que entram em cena”, como evidencia Eder Sader (1988), irmão de Emir, autor mencionado anteriormente.

Com uma abordagem bastante próxima da adotada nesta tese – baseada na sociologia da ação de Touraine e focada em novos “sujeitos coletivos” – Eder Sader estuda quatro movimentos sociais: o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, a Oposição Metalúrgica de São Paulo, o Clube de Mães da

outro lado, o período entre as duas ditaduras (1945-1964) caracterizou-se por uma queda na concentração de renda.

Periferia Sul de São Paulo e as Comissões de Saúde da periferia Leste da capital paulista. O que interessa ao sociólogo nessa pesquisa não são as estruturas econômicas, sociais e políticas, mas as experiências populares.

Ao observarmos as práticas desses movimentos, nos damos conta de que eles efetuaram uma espécie de alargamento do espaço da política. Rechaçando a política tradicionalmente instituída e politizando questões do cotidiano dos lugares de trabalho e de moradia, eles ‘inventaram’ novas formas de política (SADER, 1988, p. 20).

Sader parece encontrar no Brasil a vitalidade com que havia se deparado na França, durante seu exílio na Paris pós-maio de 1968, onde viveu entre 1973 e 1979. A desconfiança em relação às instituições tradicionais, submetidas a forte controle repressivo, e a valorização da autonomia são os traços que ele identifica nos novos movimentos sociais brasileiros, formados por indivíduos em busca de “serem sujeitos da sua própria história” (SADER, 1988, p. 311).

Os movimentos sociais foram um dos elementos de transição política ocorrida entre 1978 e 1985. Eles expressaram tendências profundas na sociedade que assinalavam a perda de sustentação do sistema político instituído. Expressavam a enorme distância existente entre os mecanismos políticos instituídos e as formas da vida social. Mas foram mais do que isso: foram fatores que aceleraram essa crise e que apontaram um sentido para a transformação social. Havia neles a promessa de uma radical renovação da vida política (SADER, 1988, p. 313).

Em suma, os novos personagens que entraram em cena no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980 deram um novo sentido à cidadania e foram fundamentais para a redemocratização do país. “Os movimentos sociais, populares ou não, expressaram a construção de um novo paradigma de ação social, fundado no desejo de se ter uma sociedade diferente, sem discriminações, exclusões ou segmentações” (GOHN, 2013c, p. 203).

A efervescência da ação coletiva no período afirmou novos valores e ressignificou outros, “resgatados de ideários de diferentes matrizes epistemológicas, e de visões de mundo até conflitantes no passado, como a autonomia dos anarquistas e a liberdade e a cidadania dos liberais” (ibid., p. 204).

Em 1984, a maior manifestação popular da história do país até então, a campanha pelas “Diretas Já”, não obtém o resultado esperado – Tancredo Neves seria eleito pelo voto indireto em 1985 – mas inaugura uma nova etapa da

cidadania nacional. Esse processo culminou com a Constituição de 1988, cuja promulgação Eder Sader não viu, morto precocemente naquele ano.

A Carta Magna é um divisor de águas na história do país, na medida em que estabelece um novo contrato social, voltado à consolidação dos direitos civis, políticos e sociais, à redução das desigualdades socioeconômicas e ao exercício do controle social, com base na transparência estatal e na criação de espaços participativos.

Reconhecer isso não implica ignorar seus limites. Como afirma o historiador Daniel Aarão Reis (2019), apesar dos inegáveis avanços, a nova Constituição manteve intocadas, entre outras questões, a centralização excessiva de poder nas mãos do Governo Federal, de que são exemplos claros as Medidas Provisórias, além da prerrogativa das Forças Armadas como garantidoras da lei e da ordem, deixando margem para ameaças autoritárias como as que têm sido feitas por integrantes do governo Bolsonaro, quando não pelo próprio presidente (MORI, 2020).

Além disso, Vera Telles alerta para o fato de que, no Brasil, a modernização “não cria o emprego e a cidadania prometidos, mas [...] engendra o seu avesso na lógica devastadora de um mercado que desqualifica – e descarta – povos e populações que não têm como se adaptar à velocidade das mudanças e às atuais exigências da competitividade econômica” (TELLES, 1999, p. 86).

Para ela, dez anos depois, as promessas da Constituição de 1988 permaneciam irrealizadas, na medida em que vastos contingentes populacionais permaneciam excluídos do acesso a direitos sociais fundamentais. Embora reconheça a importância dos diversos movimentos sociais emergentes no Brasil das décadas anteriores, ela critica a “refilantropização da pobreza, em um cenário de redução de investimentos públicos na área social, de obstrução dos instrumentos de intervenção social previstos na Constituição de 1988” (TELLES, 1999, p. 101).

A crítica de Telles à transferência de responsabilidades do Estado ao Terceiro Setor no contexto de implementação de políticas neoliberais se assemelha ao alerta feito por Elisa Reis (1995) sobre as reminiscências de um certo “familismo amoral”, termo que ela toma emprestado de Edward Banfield, na sociedade civil brasileira. Para Reis, a modernização conservadora, conduzida de cima para baixo, deslegitimou o individualismo gerador de solidariedade cívica,

na medida em que atribuiu aos direitos fundamentais um caráter de dádiva de uma elite benevolente – uma análise muito próxima daquela proposta pela já mencionada Tereza Sales (1992).

Para mencionar apenas um exemplo da maneira como a definição de identidades coletivas na América Latina carrega a marca de uma comunhão orgânica e histórica, de inclinação corporativista, basta lembrar que, por toda a região, boa parte do discurso referente à sociedade civil associa esse conceito ao altruísmo e à boa vontade, relegando a defesa de interesses próprios a uma forma de egoísmo ilegítimo. Ou seja, o discurso sobre a sociedade civil, sintonizado com o *ethos* predominante, valoriza sobremaneira um ideal comunitário de forte inspiração cristã. Por si só, tal característica não constituiria um obstáculo à formação de identidades coletivas mais gerais e mais fortes, não fosse o fato de que ela tem resultado na perpetuação de um elitismo cujo corolário é o populismo. As grandes massas da população que precisam lutar desesperadamente para assegurar sua sobrevivência imediata não encontram incentivo algum para a associação porque elas não podem se dar ao luxo de adiar a satisfação de necessidades, ao passo que o *ethos* dominante confia às elites esclarecidas a responsabilidade de zelar pelos pobres (REIS, 1995, p. 6)

Em suma, para Reis, a persistência das profundas desigualdades sociais corrói as bases da construção de uma solidariedade social moderna, estimulando a busca de soluções privadas para problemas que deveriam ter tratamento público. Embora pondere seu argumento com a constatação da emergência de “práticas comunitárias de inspiração religiosa ou leiga, como movimentos de igrejas, associações de moradores e movimentos de mulheres” (ibid., p. 9), Reis afirma que “muitas outras questões precisam ainda ser respondidas antes de se chegar à conclusão de que uma sociedade civil forte está emergindo na América Latina” (ibid.).

As reflexões de Telles e Reis se inserem no contexto da década de 1990 e precedem, portanto, o desenvolvimento econômico, a redistribuição de renda e a inclusão social pelo consumo que caracterizaram os anos 2000, quando também se ampliaram os espaços de participação da sociedade civil, como veremos no próximo capítulo.

Os problemas levantados pelas pesquisadoras são fundamentais para compreendermos os dilemas da modernização brasileira, mas também deve-se levar em conta a importância de momentos históricos como as manifestações pelas eleições diretas em 1984 e a campanha Fora Collor. Em ambas as ocasiões, movimentos sociais e partidos recém-criados, como o PT e o PSDB, tiveram que

colocar em prática justamente a solidariedade social de que fala Reis, de modo a articular uma diversidade de interesses e perspectivas em nome de uma causa comum (as Diretas Já, luta em que fracassaram, e o impeachment, em que saíram vitoriosos).

Além disso, a década de 1990 no Brasil foi pródiga de “lutas cívicas pela cidadania” (GOHN, 2013c, p. 205), conduzidas por atores pluriclassistas, “com apoio e participação das camadas médias da população” (ibid.). As críticas à corrupção, à burocracia e à ineficiência estatal começam a ocupar lugar central nesses movimentos, acompanhadas da descrença em relação à política e ao Estado. Há preferência pela ação direta tendo em vista “tanto os direitos sociais elementares, como o direito à vida (comida, abrigo e roupa), como os direitos sociais modernos, relativos às questões de gênero, raça, etnia” (ibid., p. 207).

Como já observava José Maurício Domingues em 2002, em consonância com as mencionadas reflexões de Vianna e Carvalho, o processo de modernização brasileiro, ainda que conduzido por uma elite conservadora, acabou minando algumas de suas bases, na medida em que proporcionou a emergência de “indivíduos e subjetividades coletivas mais livres, menos propensos a serem manipulados” (DOMINGUES, 2002, p. 462).

Ainda que a concentração da propriedade agrária permaneça em grande medida, as instituições brasileiras são muito semelhantes às dos países do centro do sistema global, com os quais compartilha a civilização moderna. Sua dinâmica é em muitos aspectos aproximada à deles, seja em termos de processos econômicos, tendências à juridificação, limites burocráticos do sistema político, mudança, na direção de um distanciamento, das identidades coletivas calcadas na pertença à classe operária, e daí por diante (DOMINGUES, 2002, p. 469).

A conturbada história da modernização brasileira, cujos aspectos mais importantes procurei abordar, sem pretender ser exaustivo, revela que a exacerbação da polarização ideológica não é uma novidade do século XXI, nem surgiu a reboque das redes sociais digitais. Suas raízes encontram-se na já secular tradição de desqualificação *a priori* de adversários políticos, geralmente representados, de parte a parte, como ontologicamente maus. No próximo capítulo, veremos como a polarização contemporânea tem sido abordada em nossas ciências sociais.

5

O debate acadêmico pós-Junho de 2013

A efervescência política que marcou o pós-2013 tem estimulado uma vasta produção em nossas ciências sociais. Nesse cenário, como evidenciam Perlatto e Souza (2018) surgiram nos últimos anos obras destinadas à análise: I. do petismo no poder e suas consequências¹¹³; II. das manifestações de junho de 2013 e seus desdobramentos (literatura que analisaremos mais detalhadamente a seguir); III. da crise política que levou ao impeachment de Dilma Rousseff¹¹⁴. Outra linha de pesquisa muito prolífica nos últimos anos diz respeito às direitas e conservadorismos emergentes no Brasil contemporâneo¹¹⁵.

Quanto à literatura produzida especificamente sobre as manifestações de junho de 2013 e seus desdobramentos, vou apresentá-la neste capítulo em três etapas: na primeira, farei uma breve síntese das publicações produzidas no calor dos acontecimentos; na segunda, estarão em foco as análises de conjuntura que as tomam como ponto de partida para uma reflexão mais ampla sobre o Brasil contemporâneo; na terceira, me debruçarei sobre a literatura especializada, em particular no campo da sociologia dos movimentos sociais, que tem investigado os atores, valores, repertórios e conflitos que emergiram desde então. O objetivo dessa revisão da literatura contemporânea é identificar os argumentos relacionados ao tema desta tese: a polarização.

5.1

No calor dos acontecimentos

Nas primeiras análises sobre as manifestações de junho de 2013, tentou-se compreender os sentidos das manifestações, que pegaram todos de surpresa¹¹⁶. A leitura que se fazia era predominantemente positiva, embora já se advertisse para os riscos de desdobramentos autoritários, ensejados pelo antipartidarismo radical

¹¹³ Exemplos dessa linha encontram-se em Singer (2018); Nobre (2013a); e Domingues (2013).

¹¹⁴ Entre as quais estão Jinkings *et al.* (2016), Proner *et al.* (2016), Souza (2016), Santos (2017); Fausto (2017), Domingues (2017), Safatle (2017).

¹¹⁵ Vale lembrar a já mencionada Camila Rocha (2018) além de Jorge Chaloub, Pedro Lima e Fernando Perlatto (2018), entre outros pesquisadores que têm participado dos seminários de pesquisa pós-graduada da Anpocs.

¹¹⁶ Para uma possível distinção entre as “interpretações sociais e políticas” e os textos “propriamente sociológicos” publicados nesse período, cf. Breno Bringel e Geoffrey Pleyers (2015).

que se fez presente nas ruas (ROLNIK, 2013; CHALOUB, 2013; PERLATTO, 2013; SANTOS, 2013, SOUSA, 2013).

Nessa fase, André Singer (2013) e Maria da Glória Gohn (2014a) dividem as manifestações de junho em três etapas: a primeira, caracterizada pelo protagonismo do MPL na luta contra o aumento, mas com atores como os Black Blocs e o coletivo Anonymous desempenhando papel relevante; a segunda, marcada pela ampla difusão, pelos meios de comunicação tradicionais e pelas redes sociais, de imagens e relatos da dura repressão policial, com a consequente explosão do número de participantes e diversificação das pautas; e a terceira, definida pela manutenção dos protestos não obstante a conquista da revogação do aumento nos preços do transporte público em diversas cidades do país, com tentativas de resposta do Governo Federal e do Congresso, como a criação de um espaço virtual de participação política juvenil (Participatório), a aprovação do Estatuto da Juventude e da destinação de 75% dos royalties do petróleo para a educação e 25% para a saúde, bem como a derrubada da Proposta de Emenda Constitucional 37, que teria retirado o poder de investigação dos Ministérios Públicos federais e estaduais das apurações penais¹¹⁷.

Para Singer (2013) as manifestações teriam sido, simultaneamente, expressão de uma classe média tradicional insatisfeita com os problemas nacionais e de uma juventude submetida a condições de trabalho precárias. Moseley e Layton (2013) vinculam o ativismo visto nas manifestações de junho de 2013 ao desenvolvimento socioeconômico registrado no país nos últimos anos, à ampliação do acesso à internet e à baixa qualidade de instituições políticas e serviços públicos.

Ruediger *et al* (2014) afirmam que as manifestações de junho representam um ponto de inflexão no cenário político brasileiro das últimas três décadas, devido ao uso intensivo das redes sociais digitais como instrumento de mobilização num cenário de crise de representação e insatisfação com os serviços públicos. Barreira (2014) contesta a ideia de que carências econômicas, crises políticas ou até mesmo a disponibilidade das redes sociais digitais leva

¹¹⁷ Este e os demais parágrafos desta breve seção retomam a discussão que realizei, de modo mais detalhado, em minha dissertação de mestrado, intitulada “Manifestações de junho de 2013 em São Paulo: um olhar a partir do paradigma da mobilização de recursos e dos novos movimentos sociais” (FASSA EVANGELISTA, 2015).

necessariamente às manifestações, sugerindo que se busque aprofundar a compreensão do ponto de vista dos atores.

Tatagiba (2014) compara as manifestações de junho de 2013 com a Campanha pelas Diretas Já (1984) e a Campanha pela Ética na Política (ou Fora Collor – 1992). Segundo a autora, o MPL atuou como um movimento “madrugador” – conceito empregado também na análise de Bringel (2013) –, ou seja, estimulou atores previamente desmobilizados a entrarem em cena. Cardoso e Di Fatima (2013) inserem as manifestações de junho no contexto global, em linha com movimentos como Primavera Árabe, Occupy Wall Street e Indignados.

Ainda que partam de perspectivas diferentes, essas abordagens têm em comum o fato de fazerem uma primeira aproximação dos acontecimentos, identificando seus principais atores e relacionando-os (mas não reduzindo-os) à insatisfação generalizada com o sistema representativo e a baixa qualidade dos serviços públicos, bem como ao papel fundamental das redes sociais digitais como instrumento de mobilização¹¹⁸.

5.2

Movimentos de esquerda e direita nas análises de conjuntura

A partir de 2015, as análises passam a vincular junho de 2013 ao aprofundamento da crise política no país, à emergência de uma “nova direita”, à eclosão de grandes manifestações pró e contra o impeachment e à subsequente destituição de Dilma Rousseff em 2016.

Nesse contexto, como afirmam Pedro Luiz Lima e Matheus Hajime Fiori Sawamura (2016)¹¹⁹, aos ensaios e/ou análises esperançosos com o suposto despertar de uma nova geração para o exercício da cidadania e a luta por mais democracia, logo contrapuseram-se análises de conjuntura que identificaram em junho de 2013 o ovo da serpente – para usar expressão de Jessé Souza (2016) – do

¹¹⁸ Há uma série de outras publicações interessantes nesse período, sobre as quais não é possível nos debruçarmos neste momento. Dentre elas, vale mencionar: Peruzzo (2013), Recuero (2014), Saad-Filho (2013), Santos (2014), Sorj (2014), Winters e Weitz-Shapiro (2014), Antunes e Braga (2014), Perruso (2014), Rezende de Carvalho (2013, 2015), Burgos (2013), Sousa (2013), Nogueira (2013), Perlatto (2013, 2014), Nobre (2013b), Cocco; Cava, 2013.

¹¹⁹ Embora seja oficialmente datado de 2016, o referido artigo foi publicado apenas em novembro de 2018, quando o número 13 da revista “Leviathan | Cadernos de Pesquisa Política”, da USP, foi efetivamente publicado, retrospectivamente. A data de submissão informada é 15/06/2018, enquanto a data de aceitação definitiva é 24/09/2018, o que justifica a presença de referências bibliográficas posteriores ao ano de 2016 ao longo do texto.

reacionarismo conservador, neoliberal e, para alguns, fascista, que gradativamente ascenderia ao poder no Brasil. Exemplos dessas abordagens em “chave negativa” (LIMA; SAWAMURA, 2016, p. 93) seriam Jessé Souza e Marilena Chauí¹²⁰.

Souza (2015, 2016, 2017) argumenta que junho de 2013 constitui o germe de uma reação conservadora no país. Dando continuidade à sua empreitada de desconstrução da tese do patrimonialismo, ele se contrapõe à ideia, atribuída a autores como Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro e Roberto DaMatta, de que o atraso brasileiro se deve à negatividade de nossa cultura ibérica, marcada pelo personalismo e por uma modernização incompleta, em que o poder público está a serviço de interesses privados de uma elite corrupta que se apoderou do Estado. Para ele, essa abordagem reduz o poder público à fonte de todos os problemas e legítima, desse modo, o neoliberalismo.

O sociólogo afirma que, após um início promissor, com a tomada das ruas por estudantes e “batalhadores” (SOUZA, 2009, 2010) da classe trabalhadora precária¹²¹, as manifestações de junho de 2013 foram distorcidas pela manipulação midiática, que atraiu a classe média¹²² e multiplicou as pautas, introduzindo entre elas uma luta seletiva contra a corrupção, com vistas a enfraquecer o PT.

Para Souza, o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 nada mais foi do que o prosseguimento dessa reação conservadora, conduzida por uma elite financeira e midiática que cooptou uma classe média incomodada com a ascensão social dos pobres. Não obstante a sólida fundamentação teórica à qual recorre, o

¹²⁰ Aqui nos debruçaremos brevemente sobre a obra de Souza e de outros sociólogos e cientistas políticos. Para conhecer a argumentação da filósofa, com suas semelhanças e diferenças em relação ao sociólogo, ver CHAUI (2013a, 2013b, 2013c, 2013d, 2016), além dos já citados (LIMA; SAWAMURA, 2016), que sintetizam a argumentação da autora.

¹²¹ Souza criou o conceito como contraponto à noção de “nova classe média” (NERI, 2012; LAMOUNIER e SOUZA, 2010), que para ele apenas mascara a perversidade do capitalismo financeiro. Os batalhadores são trabalhadores que, graças à inserção no mercado produtivo como assalariados ou pequenos empreendedores, conseguiram deixar a ralé (SOUZA, 2009b), mas vivem sob o constante risco de a ela retornarem, ao mesmo tempo que carecem do capital social e cultural de que goza a verdadeira classe média.

¹²² Numa leitura inspirada em Bourdieu, Souza afirma que a renda é apenas um dos traços distintivos da verdadeira classe média brasileira, que se define muito mais por um *habitus* e um conjunto de capitais que vão muito além do econômico e a colocam com larga vantagem nos diversos campos concorrenciais. “Essa classe social, ao contrário da classe alta, se reproduz pela transmissão afetiva, invisível, imperceptível porque cotidiana e dentro do universo privado da casa, das condições que irão permitir aos filhos dessa classe competir, com chances de sucesso, na aquisição e reprodução de capital cultural” (SOUZA, 2010, p. 24).

argumento do autor não se detém nas nuances e complexidades da efervescência social vivida no Brasil desde junho de 2013.

Não fica claro se, para ele, o protagonismo da classe média brasileira deve-se ao seu histórico conservadorismo e ressentimento anti-pobre (como sustenta em alguns momentos), ou ao fato de constituir uma massa facilmente manipulável pela elite endinheirada (como também dá a entender). E se a tese da manipulação de fato se mostrasse verossímil, como explicar a insatisfação de uma elite que, não obstante as políticas redistributivas dos anos petistas, manteve a concentração de renda no mesmo patamar?¹²³

Apesar dessas contradições, argumentos muito semelhantes podem ser encontrados em outras análises de conjuntura (OLIVEIRA, 2018; CAMINHAS; LELO, 2018; MARTUSCELLI, 2016; COMIN, 2017; CARDOSO, 2017; CAVALCANTE, 2015, 2018). Não se trata, aqui, de questionar a qualidade de sua fundamentação teórica. Sérgio Costa (2018), por exemplo, constrói uma robusta análise da estrutura de classe/status adaptada ao Brasil com base em Marx, Weber e Elias, trabalhando sobretudo com a ideia de estabelecidos e outsiders (ELIAS, 2010). No entanto, apesar da solidez teórico-metodológica de seu artigo, o autor atribui a crise política a um descontentamento dos estabelecidos (a classe média) com a ascensão dos outsiders (os pobres). Curiosamente, na conclusão, afirma que os “milionários”, tipo ideal proposto por ele para se referir à elite financeira, foram decisivos para a destituição de Dilma, reproduzindo a mesma contradição de Jessé de Souza.

Alguns cientistas sociais, como o próprio Souza em “A elite do atraso” (2017), vão além, definindo como fascistas ou protofascistas alguns dos atores que emergiram a partir de junho de 2013. Se Souza tem o cuidado de diferenciar a “fração protofascista”¹²⁴ da classe média dos demais estratos populacionais, outros autores alargam o conceito. No contexto imediatamente posterior às manifestações de junho de 2013, Raquel Rolnik (2013) e Fabiano Santos já definiam como fascista o antipartidarismo expresso por parte dos manifestantes.

¹²³ Como demonstrou Pedro Ferreira de Souza (2017).

¹²⁴ É esse o termo utilizado por Souza para denominar uma das quatro “frações” identificadas por ele na classe média (as demais são a “fração liberal”, a “fração expressivista” e a “fração crítica”). A fração protofascista representaria, segundo ele, 30% da classe média e teria como característica o ódio às classes populares e a intolerância à diferença e à crítica.

Santos reconhece utilizar o termo “de maneira assumidamente pouco rigorosa” (2013, p. 18), justificando-se da seguinte maneira:

Com eles, quero designar uma atitude política autoritária cuja essência consiste em não reconhecer a pluralidade de interesses e opiniões existentes na sociedade como algo legítimo. [...] A apologia da democracia direta e da imposição da vontade via manifestações violentas e depredações é o corolário comportamental dessa atitude. Depredações, ataques ao comércio e prédios públicos são as formas mais patológicas de tal comportamento (SANTOS, 2013, p. 18).

Aqui, a aplicação do termo fascismo é ambígua. Se em junho de 2013 manifestantes intolerantes queimaram bandeiras de partidos e movimentos de esquerda, a depredação do patrimônio público e privado ficou por conta dos chamados Black Blocs, um expediente criticado pelos manifestantes “de classe média” a quem se atribui a pecha de fascistas.

Se tomarmos a definição do termo fascismo proposta por Edda Saccomani (1998), seu emprego para analisar a conjuntura política brasileira revela-se inadequado, uma vez que lhe falta respaldo empírico.

Em geral, se entende por Fascismo um sistema autoritário de dominação que é caracterizado: pela monopolização da representação política por parte de um partido único de massa, hierarquicamente organizado; por uma ideologia fundada no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração de classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo, dentro de um sistema de tipo corporativo; por objetivos de expansão imperialista, a alcançar em nome da luta das nações pobres contra as potências plutocráticas; pela mobilização das massas e pelo seu enquadramento em organizações tendentes a uma socialização política planejada, funcional ao regime; pelo aniquilamento das oposições, mediante o uso da violência e do terror; por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e dos meios de comunicação de massa; por um crescente dirigismo estatal no âmbito de uma economia que continua a ser, fundamentalmente, de tipo privado; pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, de acordo com uma lógica totalitária, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais (SACCOMANI, 1998, p. 466).

Como fica evidente, ainda que vivamos a conjuntura política mais autoritária desde a redemocratização – atestada pela ascensão de Bolsonaro ao poder, pela disseminação de discursos intolerantes nas redes e até pela formação de grupelhos autodenominados integralistas – o Brasil ainda está longe de reproduzir todas as características atribuídas a regimes fascistas.

A Constituição, ainda que desrespeitada nos últimos anos, segue em vigor; a imprensa, ainda que diuturnamente atacada – por atores de todas as colorações políticas e ideológicas – continua fazendo seu trabalho livremente; os três Poderes, bem como o Ministério Público, ainda que de maneira imperfeita e não raro extrapolando suas atribuições, continuam funcionando.

Além disso, dada a amplitude da definição conceitual do fascismo, Saccomani afirma ser “difícil sua utilização com propósitos científicos” (ibid., p. 466), o que tem levado estudiosos a “restringir seu uso apenas ao Fascismo histórico [...] e que está essencial e especificamente representado no Fascismo italiano e no nacional-socialismo alemão” (ibid. p. 466).

Apesar disso, outros autores recorrem ao termo para designar os movimentos de direita que emergiram desde junho de 2013 e contribuíram decisivamente para o impeachment de Dilma Rousseff, considerado por eles um golpe “jurídico-parlamentar-midiático” (SZWAKO, 2016). Em artigo publicado em conjunto, Santos e Szwako (2016) justificam o recurso à generalização¹²⁵:

Por que denominar de fascista uma multidão tão vasta e heterogênea? Designamos-lhe como tal devido à sua incapacidade de reconhecer como legítima uma pluralidade de interesses e visões de mundo que é constitutiva e, sobretudo, distintiva da democracia em sociedades complexas. Negar tal pluralidade corresponde [...] a negar a legitimidade do conflito e da necessária institucionalização dos conflitos – sem a qual não há convivência democrática e civilizada entre diversos e divergentes interesses e visões de mundo (SANTOS, SZWAKO, 2016, p. 119).

A preocupação dos autores com a radicalização dos discursos e a polarização simplificadora da realidade é legítima e constitui o mote desta tese. No entanto, parece impreciso generalizá-la, sem distinguir toda a pluralidade presente à direita e à esquerda do espectro político. Como vimos no capítulo anterior, a polarização já se fez presente em outros momentos históricos. Além disso, o discurso do nós contra eles, embora tenha sido levado a níveis extremos por Bolsonaro e seus apoiadores mais radicais, também se manifesta entre pessoas, partidos e movimentos de perfil ideológico distinto, como evidencia o cientista político Sérgio Abranches.

¹²⁵ Apesar disso, em artigo mais recente em parceria com Talita Tanscheit (SANTOS, TANSCHUIT, 2019), Fabiano Santos faz uma análise mais pormenorizada e argumenta, sem recorrer ao termo fascismo, que, na eleição de Bolsonaro, houve uma substituição da direita moderada por uma direita radical.

No caso brasileiro, esse tipo de polarização já era observado no comportamento mais agressivo de militantes e de certas lideranças do PT, buscando demarcar um território de confronto, definido pelo “nós” cá, “eles” lá, e pelo uso indiscriminado de rótulos pintados com carga negativa, como “fascista”, “direitista” ou “neoliberal”. Estes dois últimos rótulos eram disparados como se fossem pecados imperdoáveis, e não escolhas ideológicas legítimas, e miravam indiscriminadamente qualquer crítico, fosse keynesiano, liberal ou socialista. Agora, no discurso de Bolsonaro, ser “petista”, “socialista” ou “de esquerda” é considerado crime e ato impatriótico, não uma escolha ideológica legítima. Ao convocar seus seguidores, que beiram o fanatismo, a “metralhar a esquadra”, a frase “metafórica” de Bolsonaro é interpretada literalmente: a disputa política objetiva a exclusão absoluta do “inimigo”. Essa visão bélica da política acaba se generalizando. Talvez intuindo isso Bolsonaro já esperasse que a violência se voltasse também contra ele, como acabou acontecendo¹²⁶ (ABRANCHES, 2019, p. 25).

Diante do avanço do autoritarismo, Santos e Szwako (2016) afirmam ser necessário que a esquerda, em que se incluem enquanto intelectuais, supere “purismos ideológicos”, com vistas à construção de “consensos abrangentes”, envolvendo

todos os matizes de vozes democráticas comprometidas com valores minimamente civilizados e igualitários: de um ‘centrão’ ampliado, esteio da redemocratização brasileira, até vozes radicais, passando necessariamente por liberais, comunistas e socialdemocratas. Um arco de alianças policlassistas de corte também democrático, alinhando periferias, classes médias e empresariado liberal não conservador, é fundamental nesse projeto. Contra esse conjunto necessariamente heterogêneo de vozes, a emergência de uma onda conservadora autoritária ou de uma nova direita cripto-militarista manterá sua empreitada de vencer a luta política pela truculência e intimidação – é preciso enfrentar o medo. Uma das boas estratégias para enfrentar o medo é a de se buscar elementos e pistas de convivência democrática mesmo no seio do reacionarismo (SANTOS, SZWAKO, 2016, p. 120).

O que os autores propõem, portanto, é uma tentativa de superação da polarização severa que culminou na eleição de Jair Bolsonaro à presidência, através de um diálogo inclusivo com atores democráticos. No entanto, o uso generalizado do termo fascismo soa como uma nota dissonante em relação a esse propósito.

¹²⁶ Referência à facada recebida por Bolsonaro durante a campanha eleitoral de 2018. Cf.: “Bolsonaro leva facada durante ato de campanha em Juiz de Fora”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/bolsonaro-leva-facada-durante-ato-de-campanha-em-juiz-de-fora.shtml>. Acesso em: 04 ago 2020.

Outro autor a se debruçar sobre junho de 2013 e seus desdobramentos é Leonardo Avritzer. Inicialmente (2016a, 2016b, 2017a), o cientista político argumenta que aquelas manifestações foram fruto de alguns impasses da democracia brasileira. O primeiro deles seria o desgaste do presidencialismo de coalizão, associado pela sociedade civil à corrupção endêmica. Dialogando com o clássico artigo de Abranches (1988) sobre o tema, além das complementares reflexões de Nobre (2013a) e Limongi (2006, 2008), Avritzer procura evidenciar como a busca por governabilidade nesse sistema de alianças incentivou as práticas nada republicanas que viriam à tona com o Mensalão e a Lava Jato, além de afastar o PT de suas bases.

Para isso, o autor lança luz sobre os limites dos mecanismos de participação social institucionalizados no Brasil desde a Constituição de 1988. Se, por um lado, as conferências e conselhos de políticas públicas e iniciativas como o orçamento participativo criaram uma importante interface entre Estado e sociedade civil (do âmbito municipal ao nacional), por outro, a participação nesses espaços não raro restringiu-se a movimentos sociais ligados ao PT¹²⁷. Além disso, a participação institucionalizada limitou-se a alguns setores como saúde, educação e infância, enquanto outros passaram a ter agendas paralelas. É o caso da infraestrutura, em que se concentraram os principais escândalos de corrupção dos governos petistas.

Todos esses conflitos não constituíram apenas antecedentes das manifestações de junho de 2013: eles passaram a formar um novo campo da participação social, que acabou indo além do Partido dos Trabalhadores e dos seus governos. Desse modo, foi deixando de existir aquilo que podemos denominar de monopólio “de fato” da participação, vinculado a certo campo político. Esse campo abrangeu, desde a democratização até junho de 2013, um conjunto de movimentos sociais e atores sociais intimamente ligados ao PT. A partir de 2013, ocorre a fragmentação e a pluralização do marco participativo. De um lado, reforçam-se atores de esquerda que já não pertencem ao campo petista, como é o caso do Movimento Passe Livre, que inaugurou as manifestações de junho. De outro, essa

¹²⁷ Rebecca Abers também aborda esse assunto. Para ela, “essa geração revigorada de ativistas mais jovens [que foram às ruas em junho de 2013] tem poucos compromissos com o projeto que dominou a esquerda brasileira nos anos 1990. Por várias décadas, uma boa parte da construção institucional desse país foi feita com a ajuda de ativistas comprometidos com um ideal de democracia participativa que eles acreditavam poder ser realizado através da construção de novos tipos de instituições governamentais. Não está claro se uma nova geração vai levar esse projeto adiante. Certamente os grupos organizados envolvidos nos protestos de junho são muito menos otimistas que seus predecessores a respeito da possibilidade de construir uma democracia mais radical partindo do interior do sistema político” (ABERS, 2013, online, tradução nossa).

desinterdição do campo participativo leva às ruas atores conservadores, pela primeira vez desde 1964 (AVRITZER, 2016a, p. 62-63).

Junho de 2013 representa, portanto, para Avritzer, uma “ruptura do consenso participativo” (AVRITZER, 2016a, p. 65), com a entrada em cena, como vimos, de novos atores, em novos espaços. Um dos fundamentos que o autor utiliza para atestar essa ruptura é a comparação dos perfis socioeconômicos dos espaços participativos e das ruas em 2013. Enquanto os participantes do Orçamento Participativo de Porto Alegre (dados de 1998) e das Conferências Nacionais (dados de 2010) eram majoritariamente da faixa de renda que vai de um a cinco salários mínimos, com até oito anos de escolaridade, entre os manifestantes de junho de 2013 predominavam aqueles com renda superior a dez salários mínimos e ensino superior completo.

A partir dessa constatação, Avritzer identifica a ruptura de um outro consenso: o da classe média em torno do apoio a “soluções progressistas para o problema da desigualdade no país” (AVRITZER, 2016a, p. 105), que marcou a política nacional desde a redemocratização. Ainda que critique a seletividade da Justiça e da mídia (que, para ele, responsabilizam quase exclusivamente o PT), Avritzer aponta a inegável incidência de corrupção no governo como um dos motivos que levaram ao afastamento da classe média em relação ao projeto político do partido. Significará isso um afastamento também em relação ao próprio projeto democrático da Carta de 1988?

Em sua obra mais recente, o *O Pêndulo da Democracia*, Avritzer (2019) responde que sim, sem descartar a possibilidade de que essa mesma classe média se mova novamente para o campo democrático (como deixa implícita a ideia expressa no título). À luz da chegada ao poder de Jair Bolsonaro, o autor faz uma análise retrospectiva da crise pós-2013, apontando o impeachment como um golpe parlamentar que representou o primeiro passo da implementação de um projeto político regressivo desejado pelas elites financeiras e apoiado pela classe média.

Para Avritzer, a manutenção de Temer no poder após denúncias muito mais graves do que aquelas que justificaram a deposição de Dilma, bem como a celeridade e heterodoxia incomuns com que a Justiça condenou Lula em segunda instância (interferindo, assim, nas eleições de 2018) estão entre as evidências de

que a indignação da classe média com a corrupção fez com que ela se alinhasse aos interesses dessa elite.

Aqui, como fica evidente, o diagnóstico se aproxima daquele feito por Jessé de Souza. No entanto, ao enfatizar o movimento pendular realizado pela classe média, Avritzer questiona abertamente uma tese central do autor: a de que há “um ódio secular às classes populares”, ligado ao nosso passado escravocrata.

Em diversos momentos, como ocorreu na democratização e nos anos iniciais do governo Lula, essa mesma classe se posicionou a favor de políticas de inclusão social, por exemplo. Os níveis de apoio ao programa Bolsa Família, na década passada, chegaram a quase 60% da população [...]. Assim, não faz muito sentido falar em ódio da classe média aos setores mais pobres antes de junho de 2013. Seria mais adequado articulá-la a uma mudança de posicionamento conjuntural para entender esse fenômeno que denominarei, neste livro, de pêndulo democrático (AVRITZER, 2019, p. 14-15).

Nesse sentido, a argumentação de Luiz Eduardo Soares (2019) também é fundamental. Para o autor, assim como para Avritzer, não há em junho de 2013 um ovo da serpente protofascista que emergiria a partir de 2015. Assim como Jessé de Souza, o autor baseia sua argumentação em uma sólida e inovadora articulação de autores da sociologia nacional e internacional. Diferentemente dele, no entanto, adota a perspectiva do patrimonialismo para discutir a cultura política nacional, que teria, entre seus principais traços, o uso recorrente da categoria “eles” para referir-se “à fonte de responsabilidade por ações e decisões que escapam a seu controle e ao de seus interlocutores” (SOARES, 2019, p. 19). Vale a pena citar mais pormenorizadamente a original definição do autor:

Em geral, ainda que não necessariamente, o pronome [eles] empregado como categoria comporta uma carga de juízo negativo ou, no mínimo, ambíguo. Há também, associado ao vago e genérico “eles”, uma alusão indireta ao poder ou à superioridade dos agentes evocados pelo pronome na terceira pessoa do plural. “Eles” são poderosos, decidem, omitem-se, fazem e desfazem, afetando a vida coletiva, inclusive e especialmente (pois é este o foco) a experiência imediata dos interlocutores, para o bem e para o mal. Com mais frequência para o mal, é o que parecem sussurrar as vozes do cotidiano. “Eles” costumam ser vistos como os que roubam, desrespeitam o patrimônio público e o “povo”. “Eles” são as elites em um sentido bastante amplo: sobretudo governantes e políticos, mas também, em alguns momentos, líderes sindicais ou de certos movimentos sociais cujas manifestações ruidosas atrapalham a fluência do cotidiano (SOARES, 2019, p. 19-20).

Em suma, assim concebido, o “eles” não pressupõe um eu nem um nós que se responsabilize individual e coletivamente pelos destinos da comunidade/sociedade, o que gera aquele “familismo amoral” sobre o qual falava Elisa Reis. Muito propícia a teorias da conspiração intransponíveis, a categoria “eles” apassiva os atores e sua possível articulação, porque culpa um “outro” genérico e inalcançável. Produz-se, desse modo, “um discurso cínico, cheio de ódio e escárnio, tão negativo e cáustico que termina por se voltar contra si mesmo, inclusive contra o próprio locutor, que se desqualifica como sujeito moral, cidadão responsável ou ator político” (SOARES, 2019, p. 22).

Eis, para o autor, uma das expressões da modernidade à brasileira, em que princípios pretensamente universalistas, como a individualidade, são experimentados de maneira ambígua¹²⁸, “uma vez que na gramática regida por ‘eles’ reina a desigualdade, afirma-se a impotência, aliena-se o protagonismo, neutraliza-se a cidadania, inviabiliza-se a cultura cívica democrática e o regime dialógico de relacionamento com o Outro” (ibid., p. 22-23)¹²⁹.

O sentido da argumentação é o oposto ao de Souza. Recorrendo a Sérgio Buarque de Holanda, Roberto DaMatta, Raimundo Faoro e Werneck Vianna, entre outros autores, Soares argumenta que, por um lado, a introdução do capitalismo no Brasil, não obstante seu caráter autoritário, trouxe consigo o individualismo moderno/liberal (com o consequente aprofundamento e pluralização dos processos de subjetivação). Por outro, o longo passado escravista e suas reminiscências pós-abolição – expressas sobretudo no racismo estrutural intrínseco à sociedade brasileira até os dias de hoje – manteve presente em nossa cultura política a hierarquia que afronta a igualdade perante à lei, explicitado no tradicional “você sabe com quem está falando”, o que fortalece o conservadorismo iliberal. Para Soares, portanto, teses como a do patrimonialismo e da modernização conservadora não são embustes liberais com vistas a legitimar a “estadofobia” neoliberal, e sim instrumentos para criticar seu caráter autoritário e excludente.

¹²⁸ Mas o autor faz questão de esclarecer que seu argumento tem um caráter “puramente impressionista”, “hipotético-especulativo” e que não ignora o fato de que os mesmos indivíduos envolvidos pela descrença implicada na categoria “eles” não raro participam de instituições religiosas ou laicas que visam ao bem comum. Também pondera que a cultura política brasileira não pode ser resumida à despolitização implícita na categoria “eles”.

¹²⁹ Trata-se, prossegue Soares, de uma cultura política propícia à emergência de salvadores da pátria, seres supostamente excepcionais, capazes de lutar heroicamente contra “eles”.

Junho de 2013 representaria, nesse contexto, um ponto de inflexão, porque naquelas manifestações

o “nós” substitui o “eles” na cultura política brasileira, na experiência da sociabilidade e na construção dos nexos entre o público e o privado, o individual e o coletivo, a consciência e o valor, a intimidade e a política. Abriu-se aí um portal para outra dimensão da vida cidadã e republicana, mesmo que a fenda tenha em seguida se fechado antes que dela o país se beneficiasse consistentemente. O fato é que chegamos a tocar o avesso de nossa tradição de impotência e alienação do protagonismo (SOARES, 2019, p. 30-31).

Os cartazes individuais, a linguagem personalista neles utilizada e a mensagem endereçada mais aos concidadãos que ao Estado são, para Soares, indícios claros de que junho de 2013 foi um experimento autenticamente moderno, porque baseado num individualismo dialógico, “que só se sustenta se os sujeitos supõem-se iguais, enquanto [...] partícipes de um conjunto mais abrangente que [...] os inclui. [...] Não é mais o Estado que forma a sociedade no Brasil. A partir de junho, somos nós, cidadãos” (SOARES, 2019, p. 34).

A análise de Soares soa excessivamente otimista, como ele mesmo reconhece (ibid.), além de não levar em conta outros momentos de constituição do nós, como a campanha pelas Diretas Já e o movimento Fora Collor. A partir desse passo, porém, sua interpretação aproxima-se das analisadas anteriormente: setores conservadores se apropriaram do repertório de junho de 2013 para, com o apoio da mídia tradicional, levar às ruas demandas reacionárias, ocultando, sob o manto da luta contra a corrupção, o intuito de criminalizar o PT e, dessa forma, adotar políticas regressivas¹³⁰.

Sua base argumentativa é, no entanto, um pouco diferente e merece um aprofundamento, uma vez que se relaciona com o problema da polarização, central nesta tese. Soares evidencia que 2013 não ficou marcado somente pelas manifestações de junho. Entre o fim daquele ano e o início de 2014, os chamados “rolezinhos” chamaram a atenção e provocaram fortes reações em São Paulo e, posteriormente, no Rio de Janeiro.

¹³⁰ Boa parte dos derradeiros capítulos da obra dedicam-se a evidenciar as conspirações e contradições que levaram à destituição de Dilma em 2016 – fruto, segundo o autor, de uma conveniente indignação seletiva contra a corrupção petista, encarnada pela Lava Jato – e à posterior eleição de Jair Bolsonaro em 2018, resultado de uma articulação entre o reacionarismo político brasileiro e o neoliberalismo econômico internacional. Embora aponte para o que considera erros do PT, entre eles a própria corrupção, Soares declara-se “antiantipetista”, ou seja, considera o antipetismo uma visão reducionista da realidade e, por isso, se propõe a combatê-lo.

Os rolezinhos nada mais foram do que grandes encontros de jovens das periferias, majoritariamente negros, em shopping centers dessas capitais. No dia 8 de dezembro de 2013, por exemplo, segundo o autor, cerca de 6 mil jovens reuniram-se no Shopping Metrô Itaquera, em São Paulo.

Houve tumulto, o shopping fechou uma hora e meia mais cedo, clientes e lojistas temeram violência, alguns relataram furtos, mas a administração negou que tivesse havido delitos, muito menos o alegado arrastão. O medo atrapalhou o passeio das famílias e a rotina do estabelecimento, mas nada relevante foi reportado à autoridade policial. A situação era esdrúxula, porque, a rigor, não havia nada de errado e, portanto, nada a fazer para impedir que jovens pobres ocupassem espaços na cidade que também lhes pertenciam, ainda que não costumassem frequentá-los. [...] Os dois lados percebiam a sutileza do que estava acontecendo. Sim, os eventos eram grandiosos, faziam muito barulho, mas o gesto que mudava as peças no tabuleiro era sutil e tocava cordas delicadas da sensibilidade nacional. Os meninos compreenderam que as ocupações se tornariam atos políticos: era como se reafirmassem seus direitos sobre os espaços públicos, dos quais os pobres e negros sempre estiveram excluídos no Brasil, a menos que pela riqueza suplantassem as fronteiras da cor (SOARES, 2019, p. 36-37).

Soares parte desse caso para evidenciar a “dualidade ontológica” (SOARES, 2019, p. 72-74) constitutiva, segundo ele, da cultura política nacional, marcada por um passado escravocrata que se reproduz no racismo estrutural. A origem de tal dualidade encontra-se na desumanização do ser humano escravizado. Nesse contexto, não há relação ou diálogo possível. Ao negro, só resta a resistência, uma vez que qualquer forma de reconhecimento destinada a quem o aniquila (o senhor) constituiria uma legitimação do sistema, uma negação de si mesmo, uma negação da própria humanidade.

O sociólogo argumenta que essa dualidade ontológica se prolonga no Brasil pós-abolição, seja por meio do racismo explícito ou implícito, de que não faltam provas na atualidade, tanto por meio das ambiguidades relacionais experimentadas no cotidiano, quanto “na instituição da empregada doméstica” ou no “você sabe com quem está falando” (ibid.).

Ao propor que o Brasil seja analisado pela ótica desse racismo estrutural, que para ele precede o problema da pobreza e das desigualdades, Soares apresenta vigorosos argumentos contra o mito da democracia racial. Mais: propõe que “se entendam os preconceitos de classe de que são vítimas os mais pobres e vulneráveis como um desdobramento ou uma projeção do preconceito racial”, porque, através da persistência das desigualdades que colocam em condição de

marginalidade e subcidadania grandes contingentes populacionais, os pobres ocupam “a posição que historicamente correspondia à dos escravos” e “tornaram-se objeto de desprezo social e estigmatização” (SOARES, 2019, p. 74).

A argumentação é bastante sólida. O que não fica claro é se a impossibilidade de relação e diálogo, apontada por ele ao falar da escravidão, se estenderia, do seu ponto de vista, a todos os debates políticos da contemporaneidade. De fato, como já argumentava Karl Popper (1947), a tolerância ilimitada leva ao desaparecimento da tolerância¹³¹, ou seja, em sociedades que se queiram democráticas, não se pode tolerar práticas nem discursos que pressuponham a aniquilação da alteridade, como é o caso do nazismo (cuja repetição o epistemólogo austríaco queria evitar) e da escravidão (cujos resquícios Soares denuncia).

Na análise da polarização severa, a grande questão é saber distinguir ideologias de fato totalitárias daquelas que simplesmente divergem em relação à concepção de boa vida, algumas sendo mais ou menos progressistas, outras mais ou menos conservadoras. Parece ser essa, afinal, a postura de Soares no debate sobre as políticas de ação afirmativa. Embora as defenda firmemente, o sociólogo busca desfazer reducionismos e reconhecer a legitimidade de quem argumenta contrariamente a elas:

[...] mesmo os que se opõem a cotas ou a outras políticas afirmativas, mas reconhecem a existência do racismo no Brasil e criticam essas medidas porque temem agravá-lo, mesmo esses participam positivamente da expansão da consciência sobre essa vergonhosa tragédia nacional e contribuem para a reflexão coletiva sobre as melhores vias para reduzir danos e promover transformações em direção ao fim de preconceitos e desigualdades. As discussões com frequência são acaloradas, passionais, acirram tensões, criam polaridades, politizam-se, ambos os lados acusando-se mutuamente de contribuir para o que dizem querer

¹³¹ Afirma Popper em “The open society and its enemies”: “If we extend unlimited tolerance even to those who are intolerant, if we are not prepared to defend a tolerant society against the onslaught of the intolerant, then the tolerant will be destroyed, and tolerance with them. In this formulation, I do not imply, for instance, that we should always suppress the utterance of intolerant philosophies; as long as we can counter them by rational argument and keep them in check by public opinion, suppression would certainly be most unwise. But we should claim the right to suppress them if necessary even by force; for it may easily turn out that they are not prepared to meet us on the level of rational argument, but begin by denouncing all argument; they may forbid their followers to listen to rational argument, because it is deceptive, and teach them to answer arguments by the use of their fists or pistols. We should therefore claim, in the name of tolerance, the right not to tolerate the intolerant. We should claim that any movement preaching intolerance places itself outside the law, and we should consider incitement to intolerance and persecution as criminal, in the same way as we should consider incitement to murder, or to kidnapping, or to the revival of the slave trade, as criminal” (POPPER, 1947, p. 226).

evitar: o racismo. [...] De nossa parte, nós, defensores das cotas, sublinhamos o fato de que os fossos existem e só serão superados depois de serem enfaticamente reconhecidos, o que só poderá acontecer quando se fizer algo para edificar pontes, reduzindo desigualdades (SOARES, 2019, p. 80-81).

Embora na conclusão de sua obra deixe dúvidas quanto aos limites dessa abertura – uma vez que reúne numa indistinta geleia antipetista neoliberais, conservadores, armamentistas, moralistas, militaristas, agroexportadores entre outros atores bastante heterogêneos – Soares dá uma importante contribuição ao lançar luz sobre a perversidade da polarização: “sob o império do ódio e da bipolaridade, em cujos termos o Outro é o inimigo, a cultura política se empobrece e retrai, embotando a imaginação e o diálogo” (SOARES, 2019, p. 240).

5.3 Esquerda e direita na sociologia dos movimentos sociais

A revisão da literatura empreendida até aqui proporcionou reflexões sobre alguns pressupostos comuns às análises de conjuntura realizadas desde junho de 2013, evidenciando como elas se utilizam do ferramental acadêmico para se inserirem politicamente nas disputas narrativas que marcam a esfera pública brasileira desde então. A seguir, estarão em foco os textos produzidos por sociólogos e cientistas políticos que se dedicam especificamente à pesquisa sobre os movimentos sociais contemporâneos (alguns dos quais já foram mencionados anteriormente). Dentre eles, destacam-se Breno Bringel, Luciana Tagagiba, Angela Alonso e Maria da Glória Gohn.

Em artigo na edição de julho/setembro de 2013, da revista acadêmica *Insight Inteligência*, Bringel afirma, no calor dos acontecimentos, que as manifestações são um “período instituinte, de adaptações e reconfigurações de práticas sociais e formas de canalização do descontentamento individual e coletivo” (BRINGEL, 2013, p. 44), que leva a um “desbordamento societário”, fenômeno pelo qual “os grupos iniciadores acabam absolutamente ultrapassados”.

Para ele, a multiplicidade de atores e reivindicações nas ruas evidencia a insuficiência e/ou esgotamento dos mecanismos participativos estabelecidos nas décadas anteriores e um ato de resistência “à organização desde cima da sociedade civil” (BRINGEL, 2013, p. 48). Essa linha argumentativa aprofunda-se em dois

artigos publicados em 2015, em parceria com Geoffrey Pleyers. No primeiro lê-se:

Grandes mobilizações como a que ocorreu no Brasil em junho de 2013 mostram profundas transformações sociais e, até então, subterrâneas. Ao mesmo tempo, contribuem para a transformação da sociedade. Eles abrem um período que pode carregar as sementes de mudanças futuras: reconfigurações da sociedade civil, das subjetividades individuais e coletivas, do sentido de cidadania e de democracia. Nesses movimentos, os cidadãos carregam os ideais de uma democracia mais profunda e direta. Exigem, principalmente do Estado, o respeito a todos, sejam eles de classe média ou favelados. Essas demandas não podem ser cristalizadas em uma agenda política e social claramente estruturada e é muito cedo para avaliar seu alcance. Nesse ponto, não pode haver interpretação definitiva e análise causal excessivamente simples. As próximas décadas dirão se o legado desses eventos se traduzirá em uma transformação da cultura e da concepção de cidadania de uma minoria influente ou se também afetará a política institucional e as várias esferas da sociedade, ao mesmo tempo, para além das clivagens que continuam a marcar seu caráter profundamente desigual¹³² (BRINGEL, PLEYERS, 2015a, p. 16, tradução nossa).

No segundo, os autores substituem o termo “desbordamento societário” por “abertura societária”, mas mantêm o cerne da argumentação anterior: junho de 2013 proporcionou a emergência de “novos espaços e atores que levaram a um aumento da conflitualidade no espaço público e a um questionamento dos códigos, sujeitos e ações tradicionais que primaram no país durante as últimas décadas” (BRINGEL, PLEYERS, 2015b, p. 6). A novidade, neste último artigo, está no uso das categorias esquerda e direita, à luz das grandes manifestações contra o governo Dilma que marcaram o ano de 2015. Ainda que alertem para os riscos dos “interesses golpistas e midiáticos” (ibid., p. 14), os autores tomam o cuidado de afirmar que nem toda a direita nas ruas é autoritária e reacionária, louvando estudos sociológicos que escapem à polarização “coxinhas e bolivarianos” (ibid. p. 13).

¹³² “Les grandes mobilisations comme celles qui eurent lieu au Brésil en juin 2013 donnent à voir des mutations sociales profondes et, jusque-là, souterraines. En même temps, elles contribuent à la transformation de la société. Elles ouvrent une période qui peut porter les germes de changements à venir : reconfigurations de la société civile, des subjectivités individuelles et collectives, du sens de la citoyenneté et de la démocratie. Dans ces mouvements, des citoyens portent les idéaux d’une démocratie plus profonde et plus directe. Ils demandent, en particulier à l’État, le respect de chacun qu’il appartienne aux classes moyennes ou qu’il vive dans une favela. Ces exigences ne sauraient se cristalliser dans un agenda politique et social clairement structuré et il est trop tôt pour en évaluer la portée. À ce stade, il ne peut y avoir d’interprétation définitive et d’analyse de causalité trop simples. Les prochaines décennies diront si l’héritage de ces événements se traduira plutôt par une transformation de la culture et de la conception de la citoyenneté d’une minorité influente ou s’il affectera également la politique institutionnelle et les différentes sphères de la société, au-delà des clivages qui continuent de marquer son caractère profondément inégalitaire.”

A partir desses pressupostos, Bringel e Pleyers identificam pontos comuns entre as mobilizações de esquerda e direita no Brasil pós-2013, inserindo-as em uma “geopolítica da indignação global”. Um dos principais pontos comuns seria “um maior descentramento dos sujeitos e das organizações” (ibid., p. 14), com a atuação de indivíduos independentes de organizações tradicionais, como sindicatos, partidos e até movimentos sociais, expressa na negação de bandeiras pré-definidas e do uso de carros de som (aspecto compartilhado por outros movimentos como o Occupy e os Indignados). Outro ponto fundamental seria o uso das novas tecnologias de informação e comunicação, com a consequente aproximação do ativismo social ao “mundo da vida e das experiências vividas pelas pessoas” (ibid., p. 15).

Os sociólogos também evidenciam o nascimento de diferentes matrizes discursivas, dentre as quais se destacaria a da “urgência da ação”, a partir da qual emergiriam duas abordagens: uma centrada na prática cotidiana dos valores que se espera sejam generalizados no mundo vindouro; a outra baseada na simples realização de eventos políticos desvinculados de efetivas mudanças comportamentais e acúmulo social. Essa linha analítica é retomada sem grandes alterações em capítulo publicado em 2019 (BRINGEL; PLEYERS, 2019).

Por outro lado, em artigos e capítulos publicados a partir de 2016, à luz do impeachment de Dilma Rousseff, Bringel adota um tom mais crítico às manifestações e aos movimentos sociais de direita, que passam a ser vistos como consequência do esgotamento da política pluriclassista ganha-ganha adotada pelo PT nos anos em que esteve no poder, com o consequente “realinhamento do empresariado e das elites econômicas” (BRINGEL, 2017, p. 147, tradução nossa).

Os despolitizantes programas de inclusão pelo consumo, a ausência de uma política governamental para limitar o poder dos grandes conglomerados de comunicação de massa, o impacto dos megaprojetos esportivos, mineradores e hidroelétricos (que enfraqueceu a relação com as bases sociais dos partidos), além da crescente influência de determinados setores evangélicos nas periferias urbanas estariam entre os fatores que fortaleceram o movimento, que ele considera golpista.

Na análise da polarização política exacerbada desde 2013, Bringel e Pleyers propõem o seguinte retrato ideal-típico:

Por enquanto, duas posições radicalmente opostas têm dominado o cenário político e social, com uma ampla variedade de posições intermediárias. Por um lado, a postura progressista clama pela radicalização da democracia e promove valores como igualdade, justiça, pluralidade, diferença e boa vida. Os atores desse polo denunciaram ativamente (e tentam eliminar) hierarquias, opressão e abusos do Estado, especialmente a violência nas “favelas” e periferias urbanas, o racismo institucionalizado e a criminalização do protesto e da juventude. Eles demandam acesso a serviços públicos de qualidade para toda a população e a vida “com dignidade” e estão engajados em lutas territoriais e/ou culturais e entendem a democracia em seu sentido mais amplo, não se limitando a instituições, representação e eleições, mas como uma criação sociopolítica e uma experiência subjetiva. No fronte oposto, atores conservadores e reacionários são movidos por uma agenda libertária que promove uma redução massiva da intervenção do Estado na economia e na sociedade e uma defesa estrita da propriedade privada. Essa segunda postura perpetua a estrutura histórica de dominação e formas de opressão no discurso e nas práticas cotidianas. Eles consideram o alto nível de desigualdades no país como inevitável e baseado na meritocracia. Vários atores proeminentes combinam esses discursos com tendências autoritárias e até, em alguns casos, posturas abertamente fascistas e antidemocráticas. Alguns até pedem uma intervenção militar e referem-se ao retorno de um passado áureo, a ditadura militar dos anos 1970. Esses atores geralmente contam com o apoio das elites econômicas e da grande mídia. Eles combinam o lobby eficiente nos bastidores da política com mobilizações de rua e ações diretas, gerando algumas semelhanças de repertórios de ação e formas de organização com os ativistas de esquerda¹³³ (BRINGEL, PLEYERS, 2019, p. 246-247, tradução nossa).

Igualmente pioneira na análise sociológica das manifestações de junho de 2013 e seus desdobramentos, Maria da Glória Gohn produziu considerável bibliografia desde então. Após algumas abordagens iniciais de caráter mais descritivo (GOHN, 2014a, 2014b), em que a pluralidade das ruas é vista como um despertar de novos atores para a luta por uma “cidadania social” (GOHN, 2014b,

¹³³ “For now, two radically opposing positions have dominated the political and social scenario, with a wide variety of intermediary stances. On the one front, the progressive stance calls for radicalization of democracy and promotes values such as equality, justice, plurality, difference, and the good life. The actors of this pole actively denounced (and trying to eliminate) hierarchies, oppression, and State abuse, especially violence in the “favelas” and urban peripheries, institutionalized racism, and criminalization of protest and youth. They demand access to quality public services for all the population and life “with dignity” and are engaged in territorial and/or cultural struggles and understand democracy in its broadest sense, not limited to institutions, representation, and elections, but as a sociopolitical creation and a subjective experience. On the opposite front, conservative and reactionary actors are moved by a libertarian agenda that promotes a massive reduction of State intervention in economy and society and a strict defense of private property. This second stance perpetuates the historical structure of domination and forms of oppression in discourse and everyday practices. They consider the high level of inequalities in the country as inevitable and based on meritocracy. Various prominent actors combine these discourses with authoritarian trends and even, in some cases, openly fascist and antidemocratic stances. Some even call for military intervention and refer to the return of a golden past, the military dictatorship of the 1970s. These actors generally count on the support of economic elites and mainstream media. They combine efficient lobby behind the scenes of politics with street mobilizations and direct actions, generating some similarities between repertoires of action and forms of organizing with the left-wing activists.”

p. 439), a autora avança em duas frentes: por um lado, procura categorizar de maneira mais nuançada esses novos atores e movimentos sociais (GOHN, 2016, 2017, 2018a); por outro, busca sistematizar e atualizar os referenciais teóricos disponíveis para a interpretação dessa realidade (GOHN, 2018b, 2019).

Em trabalho apresentado na ANPOCS 2017, Gohn aprofunda a reflexão proposta em artigo publicado no ano anterior (GOHN, 2016) e propõe três categorias distintas de movimentos sociais: clássicos, novos e novíssimos. Ela explica:

Os *clássicos* abarcam os sindicatos, sem-terra, estudantes, movimentos populares/comunitários de bairros, sem teto, etc. Os *novos* abrangem os movimentos de luta por direitos, identidades etc. criados a partir do final da década de 1970 (gênero, geracionais, étnicos, ambientalistas etc.); e os *novíssimos* abrangem movimentos da atualidade, a maioria criados ou ‘afirmados’ na cena pública na década corrente, de 2010, a exemplo do Movimento Passe Livre (MPL) e do Movimento dos secundaristas, de um lado; e de outro, o Vem Pra Rua (VPR) e Movimento Brasil Livre (MBL) (GOHN, 2017, p. 3).

Há, no entanto, segundo Gohn, diferenças qualitativas dentre os chamados novíssimos movimentos sociais. Por um lado, movimentos como o Passe Livre e os secundaristas exprimiriam um ideal “autonomista, anarquista, anticapitalista de âmbito internacional, opondo-se a todas as formas burocráticas, hierarquizadas e centralizadas” (ibid., p. 5), ao passo que movimentos como o MBL e o VPR recorreriam ao “repertório da não política, contra a corrupção [...], reforçando teses liberais antiestatais na economia, preconizando a atuação conservadora do estado no plano da moral” (ibid., p. 5).

Por essa razão, a autora prefere a expressão “organizações movimentalistas” para denominar esses últimos movimentos, uma vez que se estruturariam como empresas, a partir de uma ideologia neoliberal e sem amplas bases militantes organizadas. Nesse sentido, Gohn considera que, nas manifestações e movimentos emergentes desde junho de 2013, o que está em pauta são os direitos, “quer seja para obtê-los, no caso da mobilidade urbana e da educação, quer seja para alterá-los, ou até suprimi-los (caso do MBL)” (GOHN, 2018a, p. 118).

Essa abordagem mantém-se nos artigos em que procura sistematizar o debate teórico sobre participação política e movimentos sociais:

Os conservadores e neoliberais são novidades após 2013, porque passaram a atuar também nas ruas, criaram organizações movimentalistas que se aproximam mais de movimentos políticos do que movimentos sociais. Defendem a desregulamentação de direitos sociais conquistados e a menor presença do estado na economia. Mas, de fato, miram o acesso ao poder político estatal. Na realidade, fazem parte de uma onda mais geral no capitalismo ocidental, de retorno de grupos conservadores ao poder, de desmonte de direitos e políticas sociais progressistas das últimas décadas, num momento de crise econômica, desemprego e grandes fluxos migratórios populacionais fugindo de regimes autoritários de toda natureza. [...] No seu conjunto, esses grupos defendem propostas liberais para o papel do mercado e atuação do estado na economia, privatizações, estado mínimo e fim do financiamento de políticas públicas distributivas. Entretanto, alguns deles também defendem posições consideradas avançadas em relação aos liberais clássicos, ou aos conservadores tradicionalistas, como em questões da moral e costumes, a exemplo de suas posições em questões de gênero, gays etc. Por isso, confundem as pessoas. Mas continuam conservadores, porque são contra vários direitos sociais e culturais modernos (GOHN, 2018b, p. 23-24).

O trecho é importante porque evidencia que a autora, assim como Bringel e Pleyers, insere os novíssimos movimentos sociais no contexto de indignação global que tem quebrado a predominância dos movimentos progressistas nas ruas. Além disso, ela também atribui uma carga negativa aos liberais e conservadores no que se refere à sua relação com a democracia, compreendida por ela em sua valência substantiva e não apenas formal.

É por isso que, em um de seus mais recentes artigos sobre o tema (GOHN, 2019), a socióloga critica a insuficiente atenção destinada à questão das desigualdades socioeconômicas nos diversos paradigmas de análise dos movimentos sociais. A construção de um sistema socialmente justo é o norte de sua análise, o que explica sua abordagem crítica aos movimentos de direita, que ela considera, como vimos, redutores de direitos.

Não se questiona nesta tese a justiça enquanto pressuposto de uma sociologia dos movimentos sociais. O que se procura demonstrar é que há, ao menos na experiência social de diferentes atores e movimentos, concepções diferentes quanto ao caminho para alcançá-la. É fundamental, portanto, aprofundar a compreensão de tais concepções, em particular as advindas da direita do espectro político. Como afirma Tatagiba:

Os estudiosos de movimentos sociais temos nos dedicado a compreender os movimentos sociais de esquerda que são escolhidos, no geral, a partir de nossa empatia com a causa que defendem. Quando nos debruçamos na análise das

direitas em movimento, tendemos a nos mostrar menos comprometidos a explicar e muito mais interessados em denunciar, “procurando financiamentos secretos de empresas e/ou partidos”, no geral negligenciando os fundamentos morais que os participantes apresentam para explicar suas ações [...] Essa é uma postura que bloqueia o acesso ao nosso objeto em sua complexidade e deveria ser evitada (TATAGIBA, 2017, p. 78).

Partindo dessa premissa, a pesquisadora se propõe inicialmente a empreender uma análise dos eventos de protesto (AEP) da direita. Baseando-se na definição de Mario Diani¹³⁴, Tatagiba delega a futuras pesquisas a função de verificar se estamos diante de movimentos sociais de direita. Seu foco são as “direitas em movimento”. Seu objetivo é inventariar e descrever, com vistas a melhor compreender, os protestos convocados pela direita¹³⁵ (e posteriormente também pela esquerda) entre 2011 e 2016, a partir da compilação de milhares de matérias jornalísticas, pesquisas por amostragem de institutos como o Datafolha, registros policiais e informações das redes sociais digitais.

Esse trabalho, desenvolvido em parceria com Andréia Galvão, a leva a questionar a ideia de que há descontinuidade entre as manifestações de junho de 2013 e os protestos posteriores, tese que ela atribui a Angela Alonso e Ann Mische (2015). Essas últimas identificam, ao longo do ciclo de protestos inaugurado em 2013, três repertórios de confronto bastante distintos – o autonomista, encarnado pelo Movimento Passe Livre, o patriota, representado, entre outros, pelo MBL, e o socialista, encampado pelos movimentos sociais tradicionais (ALONSO; MISCHÉ, 2016; ALONSO, 2017).

De fato, embora útil do ponto de vista heurístico, tal categorização pode deixar a impressão de que os atores envolvidos em cada um dos repertórios elencados são completamente diferentes. No entanto, como procura evidenciar Tatagiba, há intersecções entre eles: nas manifestações entre 2011 e 2016, tomadas de um modo geral, há uma predominância de trabalhadores (principalmente da educação, indústria, comércio e serviços), “populares e

¹³⁴ Para Diani, como vimos, os movimentos sociais são “redes de interação informal entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações, engajados em um conflito político ou cultural, sobre a base de uma identidade compartilhada” (DIANI, 1992, p. 13, tradução nossa)..

¹³⁵ Tatagiba também faz a seguinte ressalva: “com essa expressão [protestos à direita] *não* estou afirmando que os participantes dos protestos sejam de direita ou conservadores, ou seja, que se reconheçam mutuamente como pertencentes a esse campo. Partir desse pressuposto seria ignorar as várias pesquisas de opinião realizadas com os participantes durante os protestos, as quais mostram uma grande heterogeneidade e ambiguidade no que se refere ao seu alinhamento no espectro político ou sua adesão a valores” (TATAGIBA, 2017, p. 77-78).

moradores”¹³⁶ e estudantes, que juntos somam mais de 60% dos participantes. Antipetistas (grupo em que predominam pessoas de classe média e a classe média alta¹³⁷ e que corresponde aos patriotas apresentados por Alonso) são apenas 6,2%. Há semelhanças também quanto às insatisfações/motivações dos protestos: “governo e sistema político” (25,2%), “salário e condições de trabalho” (17,6%) e “condições de vida nas cidades” (16,5%) correspondem a quase 2/3 das reivindicações nos protestos do período analisado (TATAGIBA; GALVÃO, 2019).

Não obstante essa diferença entre as duas abordagens, elas são complementares e chegam a conclusões semelhantes, em particular ao sustentar que o impeachment de Dilma Rousseff foi fruto de mobilizações impulsionadas majoritariamente, mas não exclusivamente, pelas classes médias. Além disso, compartilham a constatação de que a insatisfação com a política tradicional acomuna, embora por motivos diferentes, pessoas de todo o espectro político (fato também apontado por Bringel, Pleyers, Gohn e Avritzer): à direita, denuncia-se a corrupção e o excesso de intervenção estatal na política econômica neodesenvolvimentista do PT; à esquerda, critica-se o esgotamento da política petista de conciliação de classes, que levou a concessões inaceitáveis do ponto de vista de movimentos sociais que sempre constituíram uma substancial base de apoio ao partido.

A revisão bibliográfica empreendida até aqui nos permitiu identificar todo o potencial heurístico da literatura especializada e de conjuntura acerca das manifestações de junho de 2013 e seus desdobramentos, bem como algumas perplexidades despertadas por ela. Quanto às análises de conjuntura, ficaram patentes, em alguns momentos, os limites analíticos impostos por uma certa desqualificação *a priori* de determinados atores e movimentos. Na literatura especializada, por outro lado, realizou-se um consistente mapeamento dos novos personagens que entraram em cena – para usar a expressão de Eder Sader (1988) – e abriram-se, desse modo, importantes pistas de pesquisa a serem ulteriormente desenvolvidas.

¹³⁶ Estão nessa categoria “grupos vinculados a associações de moradores, organizações de sem-terra e sem-teto (como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, MST, e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, MTST), movimentos comunitários por melhoria nos serviços públicos e frentes que articulam diferentes movimentos” (TATAGIBA, GALVÃO, 2019, p. 79-80).

¹³⁷ Aqui a classificação se restringe a critérios econômicos.

Como sugere Tatagiba (2019, p. 78), “pouco ainda sabemos sobre os componentes cognitivos, emocionais e morais que motivaram o engajamento dos participantes nas mobilizações”, lacuna que só pode ser suprida, prossegue a autora, através de abordagens multidisciplinares que contemplem entrevistas em profundidade e etnografia política, a fim de ir além das aparências e compreender os movimentos sociais contemporâneos em suas contradições e complexidades. Essa será a missão dos próximos capítulos.

6

A experiência da polarização: MPL e MBL

São Paulo, 17 de junho de 2013: milhares de manifestantes ocupam a Ponte Estaiada Octávio Frias de Oliveira, cartão postal da capital paulista. As manifestações iniciadas onze dias antes começam a se difundir por todo o país, atraindo a participação de um público muito mais amplo que os madrugadores¹³⁸ do Movimento Passe Livre. “A gente atravessou a pé uma ponte que custou 1.2 bilhão de reais e é voltada só para carros, o símbolo da cidade dos negócios, então foi um supermomento de quebra da normalidade”, rememora Priscila¹³⁹, 24, militante do Passe Livre, em entrevista concedida a este pesquisador.

Inicialmente hostil aos protestos, a imprensa passa a retratar os atos com simpatia, sensibilizada pelos excessos da repressão policial nos dias precedentes. Bordões como “não é só pelos 20 centavos” e “o gigante acordou” espalham-se pelas redes sociais digitais, enquanto as ruas são tomadas pelo verde-amarelo de bandeiras nacionais carregadas por manifestantes quase tão múltiplos quanto as pautas emergentes, que vão da luta contra a corrupção à reivindicação por saúde e educação “padrão FIFA”.

São Paulo, 15 de novembro de 2019: a poucos metros da ponte ocupada seis anos e cinco meses antes em nome do aprofundamento e efetivação de direitos de cidadania, o imponente *World Trade Center* de São Paulo abriga o 5º Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre. André Marinho, jovem celebridade do programa Pânico no Rádio, dá início ao evento com ares de superprodução. Videoclipe, luzes coloridas, música eletrizante, muitas piadas e imitações divertem uma plateia de aproximadamente mil adeptos¹⁴⁰ provenientes de todo o Brasil.

Filho de Paulo Marinho – personagem fundamental na campanha presidencial de Jair Bolsonaro que posteriormente acabou se voltando contra o

¹³⁸ Tradução da expressão “*early risers*”, utilizada por Tarrow (2011) para designar os atores que desempenham papel preponderante no desencadeamento de um ciclo de protestos, estimulando outros a aderirem à ação coletiva contenciosa.

¹³⁹ Nome fictício, assim como o de todos os demais entrevistados, com exceção do vereador paulistano Fernando Holiday, que preferiu que sua identidade fosse revelada.

¹⁴⁰ Número estimado por mim com base na ocupação das cerca de 950 cadeiras disponíveis no espaço. Em alguns momentos do evento, praticamente todas elas estiveram ocupadas.

presidente¹⁴¹ – o jovem humorista aproveita aquela manhã de 15 de novembro para fazer um apelo ao “republicanismo” dos presentes. Conclamando a plateia a ajudar a salvar o Brasil de um “sectarismo histórico”, ele chama ao palco os coordenadores do chamado “MBL 3.0”. Renan Santos, cofundador do movimento, explica em seu discurso de abertura: é hora de fazer um *mea-culpa* e ajustar o tom:

O que é o MBL 3.0? Nós como movimento fizemos um *mea-culpa* e dissemos: nós ajudamos a criar esse espetáculo que incentiva gente, como, por exemplo, Daniel Silveira, a quebrar a placa da Mariele e ser eleito deputado federal baseado nisso; nós temos culpa no cartório, porque na nossa luta, que era uma luta assimétrica contra a esquerda, nós transformamos política em espetáculo e um monte de vagabundo veio a reboque pra fazer a mesma coisa e se eleger sem responsabilidade nenhuma no processo. O quê? O MBL assume? É, fizemos essa *mea-culpa*, sim. E ela foi necessária. Porque a gente tem que expor que há algo muito doente na política. Porque técnicas que a gente desenvolveu passaram a ser usadas como fim em si mesmo, ou seja, a gente usava uma técnica de espetacularizar a política, fazer memes e tal, pra pressionar político. De repente um malandro descobre que se ele fizer só isso, sem entregar resultado, ele pode se eleger, ele pode ganhar dinheiro. E aí você transforma isso num fim em si mesmo. A forma pela forma. Então a gente precisa denunciar isso, porque o objetivo do MBL é reconstruir política (Renan Santos, MBL, 5º Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre, novembro 2019).

O discurso de Santos seria inimaginável em 2014, quando o MBL começou a ganhar projeção nacional ao se tornar um dos principais líderes das manifestações pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), logo após sua reeleição no acirrado segundo turno disputado contra Aécio Neves (PSDB).

6.1

A origem do Movimento Brasil Livre (MBL)

Como o próprio Renan Santos revela em livro sobre a história do MBL (KATAGUIRI; SANTOS, 2019), a polarização com a esquerda e, em particular, com o PT, somada à ridicularização de adversários através da “zoeira” nerd/adolescente¹⁴², era a estratégia da *startup* fundada no início de 2014 na

¹⁴¹ Cf. UOL (2020). Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/17/quem-e-paulo-marinho-ex-aliado-dos-bolsonaros-que-quer-ser-prefeito-do-rio.htm> > Acesso em: 04 ago 2020.

¹⁴² A estratégia foi influenciada pela obra “Acredite, estou mentando”, do relações públicas norte-americano Ryan Holiday, apresentado à turma por Pedro D’Eyrot após sua turnê internacional com a banda Bonde do Rolê.

capital paulista, reunindo, além dele, seu irmão Alexandre, que trouxe consigo Frederico Rauh e Gabriel Calamari, com quem estava montando uma produtora de vídeos, e o músico Pedro D'Eyrot, com seu parceiro de banda Rodrigo Gorky.

“Não tínhamos a menor ideia de como poderíamos bancar a atividade da startup – se assim podemos dizer – ali instalada” (KATAGUIRI, SANTOS, 2019, p. 73), afirma Santos, que trazia para a iniciativa um ímpeto de militância renovado. Após anos de distanciamento do ativismo político, com o qual se decepcionara durante a faculdade de Direito na USP, ele havia participado ativamente das manifestações de junho de 2013, mas não em nome do passe livre: seu foco era a luta contra a PEC 37, da qual se tornara um dos principais líderes.

Ali conhecera Marcelo Faria, que havia criado a página Povo Brasileiro no Facebook e viria a fundar, em 2014, o Instituto Liberal de São Paulo (IL-SP). “Sua rede social oferecia uma primeira experiência de crítica política viralizante sob a lente do pensamento liberal. Aprendíamos à época como evangelizar o público revoltado com o petismo por meio da sagrada palavra do livre mercado” (KATAGUIRI, SANTOS, 2019, p. 44). A partir dessa experiência de militância virtual, surgiu o movimento Renova Vinhedo, em que Santos assumiu a dianteira de um grupo de funcionários públicos, pequenos empresários e advogados insatisfeitos com a classe política local.

Adotando como estratégia uma postura combativa aos partidos de esquerda da cidade, em particular o PSOL, que se destacava como oposição na Câmara municipal, o movimento rapidamente ganhou projeção, sobretudo devido à atuação nas redes sociais digitais e passou a ser replicado em cidades vizinhas como Valinhos, Itatiba e Jundiaí.

Através de Rubens Nunes, advogado e parceiro de Santos na fundação do Renova Vinhedo, a *startup* paulistana obteve a primeira oportunidade de trabalho: produzir a campanha do candidato a deputado estadual Paulo Batista (PRP-SP).

Se tivéssemos um *case* de sucesso, poderíamos angariar novos clientes e criar uma fórmula. Paulo Batista, para ele, era investimento; para Alexandre, uma forma de pagar o aluguel; para Rubens, um cliente; para mim, um desafio. Era a chance de colocar todas as potencialidades de nosso escritório à prova – da criticidade de videomaker de Alexandre ao tino marqueteiro de Pedro D'Eyrot. Marcelo e eu cuidaríamos da agenda de propostas e da articulação política com o movimento liberal. Tudo soava excitante (KATAGUIRI, SANTOS, 2019, p. 78).

Com poucos recursos financeiros disponíveis, a equipe apostou na realização de videomontagens em que o político de Valinhos-SP era retratado como um super-herói ultraliberal cujo “raio privatizador” destruía comunistas e transformava pobreza em progresso. Ele não foi eleito, mas a campanha viralizou¹⁴³ e chamou a atenção da nova direita brasileira.

Como demonstrou recentemente a cientista política Camila Rocha (2018), desde os primeiros anos da década de 2000 formou-se no Brasil um contra-público¹⁴⁴ de direita que passou a reivindicar e ocupar cada vez mais espaços na esfera pública nacional. Vejamos brevemente algumas das principais etapas da rica e detalhada genealogia empreendida por ela, fundamental para esta apresentação do MBL.

A ideia de que o PT estaria implementando no Brasil uma hegemonia esquerdista totalitária que deveria, portanto, ser combatida, tem em Olavo de Carvalho um de seus porta-vozes mais proeminentes. Ela se consolidou gradativamente, desde a década de 1990, através de seus livros, do blog “*Sapientiam autem non vincit malitia*” (A sabedoria não é vencida pela malícia), criado em 1998, e do site “Mídia Sem Máscara”, lançado em 2002.

O surgimento do Orkut em 2004 também foi, segundo Rocha (2018), um recurso fundamental para que a nova direita superasse o estigma da “direita envergonhada” – porque associada, desde a redemocratização, à ditadura militar – e se apresentasse como alternativa palatável. Embora tenha sido criada quase simultaneamente ao Facebook, a hoje extinta rede social do grupo Google precedeu a rede de Mark Zuckerberg em popularidade no Brasil.

¹⁴³ Termo muito utilizado no universo das redes sociais digitais para designar a rápida e ampla difusão de determinados conteúdos. Não está presente em todos os dicionários de língua portuguesa, mas é possível encontrar na versão online do dicionário Houaiss a seguinte definição: “espalhar-se como um vírus (p.ex., na internet); tornar-se viral”. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br>. Acesso em 04 ago. 2020.

¹⁴⁴ O termo tornou-se conhecido sobretudo por conta do debate entre Habermas e Nancy Fraser, em que ela contrapõe à esfera pública do filósofo alemão, considerada unilateral e excludente, o conceito de contra-públicos subalternos. Com base nessa discussão, outros autores procuraram redefinir o conceito para dar conta de analisar qualquer tipo de conflito emergente a partir do questionamento ao discurso dominante em um determinado contexto, abandonando “a ideia de que o atributo central dos contra-públicos seria a condição subalterna de seus membros” (ROCHA, 2018, p. 19). Baseando-se em Michael Warner e Freya Thimsen, Rocha afirma: “[...] um contra público seria necessariamente imbuído de uma performatividade/poeticidade disruptiva. Seus membros, a despeito de serem subalternos ou não, partilhariam identidades, interesses e discursos tão conflitivos com o horizonte cultural dominante que correriam o risco de enfrentarem reações hostis caso fossem expressos sem reservas em públicos dominantes” (ROCHA, 2018, p. 20). É com base nesse conceito que a autora procura analisar a emergência da nova direita brasileira, processo em que a infraestrutura cibernética desempenha papel fundamental.

Nela se difundiram fóruns e comunidades virtuais que debatiam não só as ideias de Carvalho, mas também de pensadores libertarianos como Ludwig von Mises e F. A. Hayek, da Escola Austríaca. Esses economistas vinham sendo cultivados no país desde a década de 1980, por iniciativa de *think tanks* como o Instituto Liberal, o Instituto de Estudos Empresariais e o Instituto Atlântico¹⁴⁵.

Entre meados da década de 1990 e início dos anos 2000, houve um arrefecimento da atuação desses institutos, relacionado à sensação de missão cumprida gerada pela implementação de políticas neoliberais nos governos FHC. Mas o trabalho de difusão cultural promovido por eles, através de publicações editoriais, concessão de bolsas de estudos e seminários, como o Fórum da Liberdade, realizado anualmente em Porto Alegre (RS) desde 1988, daria seus frutos mais vistosos a partir de 2006.

Naquele ano nasce o Instituto Milenium (IMIL), de perfil liberal, com financiamento de grandes empresas como o Grupo Abril, Organizações Globo, Grupo Ultra, Grupo Gerdau e Grupo Évora. No ano seguinte, surge o Instituto Mises Brasil (IMB), inicialmente apenas uma página na internet com o intuito de expressar o pensamento ultraliberal.

Também em 2007 tenta-se a criação, a partir de uma articulação via Orkut, do primeiro partido ultraliberal brasileiro, o Liber, inspirado no *Libertarian Party* norte-americano. Embora malsucedida, a iniciativa fomentou a criação de uma rede de universitários e profissionais liberais interessados em defender o livre-mercado. Entre eles estava Fábio Ostermann, advogado gaúcho que frequentou seminários promovidos pelo *Cato Institute* e pela *Foundation For Economic Education*, além de participar de um programa de estágio chamado *Koch Summer Fellow Program*, financiado pelos bilionários norte-americanos David e Charles G. Koch, que investem em *think tanks* pró-mercado desde a década de 1970.

A partir dessa experiência e do contato com a organização *Students For Liberty* (SFL), Ostermann ajudou a criar no Brasil, entre 2009 e 2012, o Instituto Ordem Livre (IOL) e a organização Estudantes pela Liberdade (EPL), que passaram a promover palestras com intelectuais liberais em universidades de todo

¹⁴⁵ A obra “O caminho da servidão” de Hayek foi traduzida no país em 1946 e desde então alguns empresários tentaram difundir suas ideias, mas foi sobretudo a partir dos anos 1980 que um trabalho sistemático de difusão cultural passou a ser feito por meio desses institutos (ROCHA, 2018).

o país, com financiamento do Grupo Localiza, além de grupos de estudos e formação de lideranças.

Quando as manifestações de junho explodiram em 2013, boa parte dessa rede também foi às ruas, mas para defender soluções ultraliberais (privatização total, aumento da concorrência) para o problema do transporte público. Foi nessa ocasião que Ostermann teve a ideia, junto com Juliano Torres, primeiro presidente do Liber e principal liderança da Estudantes pela Liberdade, de lançar um movimento dedicado exclusivamente à realização de protestos, manifestações, petições etc.

Nascia assim o Movimento Brasil Livre, originalmente uma página no Facebook que serviria à articulação dos militantes ultraliberais em junho de 2013. Após alcançar cerca de 20 mil seguidores, a página acabou perdendo força, porque Ostermann passou a dedicar-se à campanha do amigo Marcel Van Hattem a deputado estadual no Rio Grande do Sul e Torres priorizou o trabalho na organização Estudantes pela Liberdade.

Abandonado no final de 2013, o perfil na rede social só voltaria a ser utilizado em 2014, quando Ostermann o disponibilizou a Renan Santos, que conhecera por conta da campanha de Paulo Batista. Àquela altura, Kim Kataguirí já havia sido incorporado ao grupo, graças à fama alcançada pela defesa inflamada do liberalismo em vídeos publicados no Youtube. Sua missão seria auxiliar a equipe na produção de vídeos contra Dilma Rousseff a pedido de Xico Graziano, responsável pela campanha online de Aécio Neves, que disputava com ela o segundo turno.

Inconformados com a reeleição da petista não obstante todos os esforços, eles começaram a se mobilizar pelo impeachment. Logo após a confirmação do resultado, Alexandre Santos criou, por meio do perfil de Paulo Batista, o evento “Ou Dilma cai ou São Paulo para”, convocando manifestações para dali a seis dias. Mais de 200 mil pessoas confirmaram presença, mas apenas cerca de 3 mil compareceram (MARTÍN, 2014), entre as quais integrantes do #VemPraRua, que havia apoiado Aécio, e do Revoltados Online, defensor da intervenção militar.

Nesse cenário, em busca de uma identidade que lhes permitisse posicionar-se com clareza – a favor do impeachment, mas contra a intervenção –, o grupo assumiu a denominação Movimento Brasil Livre e passou a utilizar a página criada por Ostermann no ano anterior para realizar novas convocações. A segunda

manifestação, convocada para o dia 15 de novembro, reuniu cerca de 10 mil pessoas e a terceira, no dia 6 de dezembro, 2 mil. Em janeiro de 2015, novamente graças a vídeos anti-esquerda que viralizavam nas redes, Fernando Holiday passa a fazer parte do MBL, tornando-se, ao lado de Kataguirí, uma das faces mais conhecidas do movimento.

Desde então, o MBL se difundiu através de núcleos espalhados por todo o país e tornou-se um dos principais articuladores da campanha pelo impeachment de Dilma Rousseff, em manifestações que levaram milhões às ruas entre 2015 e 2016.

Não foi, portanto, um raio em céu azul, como também não o fora o protagonismo do Movimento Passe Livre nas manifestações de junho de 2013¹⁴⁶.

6.2 As raízes do Movimento Passe Livre (MPL)

Como afirma um de seus fundadores, o Movimento Passe Livre (MPL)

é constituído em sua maior parte por jovens que tem aversão aos meios institucionais, como os partidos políticos e a disputa de espaços de poder do Estado. São, assim, ao mesmo tempo menos suscetíveis à corrupção moral das formas tradicionais do jogo político, mas também muitas vezes não dão a devida importância ao processo histórico [...]. No entanto, atuam politicamente na sociedade e impactam uma nova realidade nos âmbitos dos municípios. Articulam-se em rede, em relações de poder mais horizontais. Dominam novas técnicas, sobretudo associadas à tecnologia, e sua linguagem política é menos engessada, se comparada aos grupos tradicionais de organizações de juventude de esquerda (POMAR, 2014, p. 14-15).

O embrião do movimento autonomista que deixaria perplexa a esquerda tradicional já estava presente na chamada Revolta do Buzu, ocorrida em Salvador (BA), em agosto de 2003. Durante três semanas, milhares de soteropolitanos protestaram contra o aumento de R\$ 1,30 para R\$ 1,50 na tarifa do transporte público. Segundo os organizadores, a mobilização só teve êxito porque o movimento estudantil, aparelhado por grupos partidários, assumiu as negociações com a prefeitura e abriu mão da redução da tarifa, em troca de outras concessões.

¹⁴⁶ Parte das informações a seguir, sobre as origens do Movimento Passe Livre, têm como base MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013; POMAR, 2014. Elas já haviam sido apresentadas por mim na dissertação de mestrado intitulada “Manifestações de junho de 2013 em São Paulo: um olhar a partir dos paradigmas da mobilização de recursos e dos novos movimentos sociais” (FASSA EVANGELISTA, 2015).

Em junho de 2004, foi a vez de Florianópolis (SC) ser palco de manifestações contra um aumento tarifário, dessa vez bem-sucedidas, graças a uma complexa articulação política que culminou em uma ação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SC). Quando, em maio do ano seguinte, o novo prefeito tentou outro reajuste, foram mais quatro semanas de protestos, com forte repressão policial e, mais uma vez, conquista da revogação do aumento, após tensas negociações que envolveram até o arcebispo local.

As vitórias na Bahia e em Santa Catarina estimularam a organização de uma plenária nacional que ficaria marcada como o momento de fundação do Movimento Passe Livre. Realizada em janeiro de 2005, durante o Fórum Social Mundial, ela reuniu jovens trotskistas dissidentes de organizações tradicionais de esquerda, ativistas de movimentos antiglobalização, como os membros do Centro de Mídia Independente (CMI), e grupos de oposição às direções de entidades estudantis, que, no entanto, acabaram abandonando a plenária por não concordarem com seus rumos.

Como revelou uma entrevistada que participou desse momento de fundação, para além de seu simbolismo, o Fórum Social Mundial (FSM) era a ocasião perfeita para a fundação de um movimento desprovido de recursos financeiros. Ônibus gratuitos partiram do país inteiro em direção ao evento, o que facilitou o deslocamento dos militantes autonomistas. Ela também ressaltou a importância da infraestrutura de comunicação digital oferecida pelo CMI. Antecipando a lógica dos blogs e redes sociais digitais, sua página na internet rompia a lógica dos *mass-media*, possibilitava publicações de múltiplos usuários e, dessa forma, servia à divulgação de muitas das manifestações do MPL.

Os princípios assumidos como norteadores do movimento naquela plenária de 2005 foram autonomia, independência em relação a partidos, ONGs, instituições religiosas e financeiras, horizontalidade e apartidarismo (que não significa antipartidarismo). Em 2006, durante o terceiro Encontro Nacional pelo Passe Livre – o primeiro ocorrera em Florianópolis, em 2004, e o segundo em Campinas, em 2005 – o MPL elegeu o federalismo como princípio organizacional, com o objetivo de garantir a autonomia das lutas locais.

Desde então, a mudança mais significativa foi a transição da luta pelo passe livre estudantil para a reivindicação da tarifa zero para toda a população, inspirada no projeto piloto desenvolvido no bairro Cidade Tiradentes, em São

Paulo, durante a gestão de Luiza Erundina (1989-1992). A ideia, desenvolvida pelo então secretário municipal de transportes Lúcio Gregori, era estender a tarifa zero a toda a cidade, através da criação de um Fundo de Transportes que seria financiado pela cobrança progressiva do IPTU, ou seja, os moradores pagariam uma taxa proporcional a sua renda.

Ao longo da primeira década do século XX, quase todas as capitais do país, além de cidades grandes e médias, tiveram manifestações juvenis relacionadas ao transporte, embora nem sempre lideradas pelo MPL. Desde 2010, estudantes do Distrito Federal têm direito ao passe livre. Para os militantes do Passe Livre, portanto, junho de 2013 não foi uma surpresa, mas o ponto culminante de uma luta que também não se encerrou ali.

Para os quadros da política partidária essencialmente focados no trabalho institucional, sobretudo na esquerda, é algo novo e assustador. Isso demonstra certa dissonância entre a tarefa institucional e a pulsação da vida cotidiana nos bairros e no chão da cidade. [...] O MPL não veio do nada. O MPL é um movimento de esquerda que ao longo de sua existência relacionou-se com seus pares, como o Movimento Sem Terra e os movimentos urbanos de moradia. Encontrou apoio em intelectuais e em certa blogosfera progressista, da qual a principal referência é o *tarifazero.org*. Se, em parte, representa ruptura com algumas características institucionalizadas da democracia formal, de outra parte também se constitui como a continuidade das tradições da luta de esquerda, transformadora da sociedade (POMAR, 2014, p. 19).

MBL e MPL expressam, portanto, processos de renovação à direita e à esquerda do espectro político. Eles não podem ser apontados como a causa da polarização extrema atual, mas certamente se relacionam com ela, na medida em que mobilizam-se em torno de pontos de vista divergentes.

6.3

A pesquisa de campo: sociologia da experiência

Como evidenciei nos capítulos anteriores, nesta tese procuro compreender a polarização severa recorrendo ao arcabouço teórico-metodológico da sociologia da experiência de François Dubet. Com ele, tento lançar luz sobre a maneira como os indivíduos vivenciam e interpretam a polarização, segundo as lógicas da integração, da estratégia e da subjetivação. Além disso, discuto com eles os princípios que assumo como constitutivos da normatividade democrática –

liberdade, igualdade e fraternidade – ciente da não exaustividade dessa abordagem e de que outras escolhas teóricas poderiam ter sido feitas.

O cerne da metodologia adotada está justamente no pressuposto de que o diálogo com os entrevistados é fundamental para a validação da análise sociológica, pressuposto esse que emerge na assim chamada intervenção sociológica, a partir da qual desenvolveu-se a sociologia da experiência.

Ainda que não tenha sido possível aplicar a intervenção sociológica ao longo da pesquisa, uma vez que demandaria a realização de entrevistas em grupo para as quais eu não dispunha de tempo e recursos, foi a partir dessa aposta na reflexividade dos atores e na discussão de meus pressupostos teóricos com eles que as 15 entrevistas individuais foram conduzidas e sistematizadas, como se poderá verificar a seguir.

Não retomarei aqui a descrição de todos os procedimentos metodológicos adotados, uma vez que já foram expostos na introdução. Mas vale relembrar os eixos temáticos em torno dos quais elas foram realizadas: informações básicas/biográficas (idade, gênero, profissão etc.); narrativa e interpretação pessoal sobre as próprias ações coletivas e aquelas promovidas por seus adversários, com especial atenção para junho de 2013 e os protestos pelo impeachment de Dilma Rousseff; descrição dos valores e causas que motivam o entrevistado e o movimento do qual faz parte a se mobilizarem; reflexão sobre o atual cenário de polarização; avaliação sobre a contribuição de seus adversários à democracia no Brasil; reflexão sobre a possibilidade de diálogo e convivência democrática com adversários, em particular aqueles que se encontram no lado oposto do espectro político; explicitação da própria compreensão sobre os conceitos de liberdade, igualdade e fraternidade e sua relação (ou não) com o projeto político defendido pelo movimento.

As falas dos entrevistados são apresentadas sempre acompanhadas de seu nome fictício, idade (no momento da entrevista), movimento de que fazem parte e mês/ano de realização da entrevista. No caso daquelas realizadas à distância, há a indicação “videochamada”. Nas presenciais, constam apenas as demais informações. Procurei manter, na transcrição, os traços de oralidade dos depoimentos.

A análise a seguir articula-se em torno das categorias propostas por Dubet em sua sociologia da experiência, quais sejam, subjetivação, integração social e

estratégia, a partir de uma perspectiva comparada, ou seja, através da identificação dos pontos comuns e divergentes nos discursos e narrativas de membros do MPL e do MBL. Começamos com a subjetivação.

6.4 Subjetivação e liberdade

Solicitar que membros de movimentos sociais diferentes discorressem sobre os motivos pelos quais decidiram engajar-se mostrou-se um modo muito simples e eficaz de, por um lado, lançar luz sobre a singularidade de suas experiências individuais e, por outro, identificar pontos em comum que ajudam a desfazer pré-noções quanto a um ou outro movimento. Para Larissa¹⁴⁷ (MPL-SP), 29, “qualquer pessoa que dedica um tempo que não é pra trabalho, que é uma coisa voluntária pra fazer alguma mudança, acho que sente um desconforto muito grande [...] de ver muita gente que não tem nada”. O autonomismo do Passe Livre foi o caminho escolhido por ela para combater o sabor amargo da injustiça testemunhada cotidianamente: “eu vou lá e compro meu pão, vou comer meu pão em casa e penso, caralho, que merda [...], as coisas não têm o mesmo sabor que elas teriam se você ficasse tranquilo, [sabendo que] todo mundo pode ter mais ou menos uma coisinha decente” (Larissa, MPL-SP, 29, videochamada, setembro 2018).

Embora opte por métodos diferentes, João (MBL-RJ), 33, tem propósitos semelhantes. Após oito anos de trabalho como técnico em enfermagem na iniciativa privada, ele conquistou a sonhada vaga como servidor público em um hospital de sua cidade. Lá retomou a militância que havia experimentado em grêmios estudantis na adolescência, ingressando no movimento sindical.

No hospital público peguei o finalzinho do governo Lula e a sequência do governo Dilma. Aí eu comecei a perceber, como vou dizer, o corporativismo público, como funciona. Fui captado pelo sindicato, né? Eu vi o que é a força sindical dentro do serviço público. E ao meu ver não tem muito interesse em que o serviço público funcione. Eu fui bombardeado: não, você tem direitos, você tem isso, você tem aquilo... E eu pensando: pô, eu tenho um bom salário, tenho privilégios, por assim dizer, tenho uma rama de benefícios que [...] eu não tinha na iniciativa privada, né? E eu queria devolver isso pra população. Na minha cabeça o trabalho é pro povo. E os caras, não, é seu direito, é seu direito. E eu fui

¹⁴⁷ Este e todos os nomes utilizados ao longo da tese são fictícios, para garantir o anonimato dos entrevistados, estabelecido no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

entrando naquilo. [...] Até que teve uma greve. Uma grande greve no início do governo Dilma, que pegou todos os hospitais federais. [...] Aí eu fiquei na porta do hospital, alguns atendimentos foram restritos, porque o hospital entrou em greve. Uma senhora chegou pra mim, eu tava com um adesivo, foi nesse momento. Eu tava com um adesivo do sindicato [...] Ela, oi meu filho. Oi, senhora, o que houve? Eu vim pra consulta. Aí eu falei, ah, senhora, estamos em greve. Ela, caramba, eu tô há três meses esperando essa consulta. Aí eu, ah, infelizmente estamos em greve. Aí ela foi embora... Assim, cara, eu até me emociono um pouco lembrando disso, porque eu fiquei pensando: cara, tipo, eu tô aqui, com o salário na conta, os benefícios, não vou ser nem penalizado pelo fato de não estar trabalhando. Eu não tô prejudicando a Dilma. Quem eu tô prejudicando? Tô prejudicando uma pessoa, que mora lá em Campo Grande, demorou dois meses pra marcar uma consulta. E aí eu comecei a ver, pô, eu tô sendo usado. Cara, os caras estão me usando. Usando pra quê? O que o sindicato faz, o que o sindicato não faz? E eu vi que eles não fazem é nada. Só vivem de impor o medo, o medo que você vai perder direito, o medo que você vai ser demitido. E aí você começa a ler, ler, e fala, nossa, acho que eu tô... me deu esse estalo. Foi nesse momento que eu falei, pô, eu acho que a esquerda não é isso que eu penso que é. Essa questão Estado, Estado, Estado não é tudo isso, entendeu? Eu não sou um servidor público, eu tô me servindo do público. Esse o conceito que eu tive, entendeu? Eu falei, pô, cara, sabe, eu deveria ser um funcionário do povo, não me usar do povo. Aí eu fiquei naquela, e aí começou as grandes manifestações de 2013 e aí eu fui pra rua sem saber muito bem o que era. O que era MBL, liberalismo, Friedman, Mises, Thomas Sowell¹⁴⁸, não sabia nada disso, não sabia nem por quê eu estava me manifestando. [...] E ali eu comecei a conhecer o MBL, vendo a proposta, vídeos, eles fizeram uma marcha pra Brasília e eu acompanhei, e aí eu comecei a entender a função do Estado, que o Estado basicamente só serve pra se proteger e se servir da pessoa que gera riqueza. E aí eu comecei a entender, comecei a ler mais liberalismo, Mises, Friedman, e querendo militar pelo MBL. Só que o MBL não tinha uma questão no Rio de Janeiro. Mandeí e-mail, curti a página no Facebook. A ascensão das redes sociais foi uma coisa determinante. O Facebook e o Youtube foram basicamente o que me chamou mais a atenção (João, MBL-RJ, 33, videochamada, agosto 2018).

Além da inconformidade com as injustiças sociais, João compartilha com Larissa (MPL-SP), 29, uma experiência negativa com a esquerda tradicional. No caso dele, isso levou a uma mudança ideológica radical; no caso dela, à adesão a uma esquerda alternativa, de raízes anarquistas, que critica a esquerda tradicional sem negá-la. Esses dois tipos de reação ao desgaste da esquerda tradicional já estavam evidentes em junho de 2013, quando manifestantes rasgavam bandeiras vermelhas e tentavam expulsar ativistas partidários, enquanto membros do Movimento Passe Livre tentavam garantir sua participação nos atos, ainda que divergissem de muitos deles, como relata Larissa:

¹⁴⁸ Milton Friedman (1912-2006), membro da Escola de Chicago, prêmio Nobel de economia em 1976; Ludwig von Mises (1881-1973) líder da Escola Austríaca de economia; Thomas Sowell (1930-), economista doutorado em Chicago, famoso por suas publicações que questionam a efetividade de políticas de ação afirmativa.

A gente fez uma reunião com mais de cem pessoas, uma reunião que foi chamada em menos de 12 horas a gente conseguiu reunir mais de cem pessoas, tinha até gente do PT, gente de rádio comunitária, de movimento social, todo mundo que você imagina, e a gente tava falando, gente, essa coisa aí da progressão de pauta, pô, da galera da direita ir nas manifestações, cara, vamos se diluir nos atos, não vamos fazer um bloco... assim, o lance é que essas outras esquerdas se colocam como alienígenas mesmo. Vão todos juntos, cada um com duas bandeiras na mão, então... Não, cara, você é normal, as pessoas vão olhar pra você e falar, nossa, fulano, legal, gente como a gente. Não. Fizeram tudo ao contrário. Porque aí a gente deu uma coletiva de imprensa no dia seguinte pra falar do aumento que tinha sido barrado e quando eu vou ver tem uma declaração do Rui Falcão que é um asno, que na época era presidente do PT, falando, nós vamos mostrar a onda vermelha... Ele acabou com o PT. Ele acabou com o PT ali. O Haddad tinha começado a acabar e ele terminou. Tá todo mundo puto com você, a prefeitura de São Paulo não baixou a tarifa, a Dilma não fez reforma agrária, o PT não fez reforma agrária, o PT avançou na esquerda, ao mesmo tempo desagradou a direita, tá super instável, tem um movimento social que tá ganhando a simpatia de todo mundo, que é de esquerda, que é anticapitalista, que teoricamente você deveria apoiar, e o que é que você vai fazer? Vai demonizar, falar que é um monte de moleque fascista, playboy que não sabe o que tá fazendo [...]. Meu filho, o PT tinha força na periferia eu usava fralda, sabe? [...] Então, veja, você tem que apoiar um governo que se diz de esquerda, que não te apoiou, não apoiou os movimentos sociais, não apoiou vários, né, apoiou o quê? Apoiou os movimentos sociais que tinham vínculo com o parlamentar, apoiou os movimentos sociais que cederam a sua autonomia em nome de uma burocracia mais forte vinculada ao apoio parlamentar, gerou toda a estrutura pra isso. Quem teve o esquemão de conversa de gabinete, conversa de corredor, de troca de favor, de militância burocrática, esses movimentos foram minimamente contemplados. Os movimentos que tinham críticas, que estavam pro debate político, que faziam trabalho de base, que não sediam a esse esquema, foram esquecidos (Larissa, MPL-SP, 29, videochamada, setembro 2018).

Para Larissa, cujo histórico de militância coincide com o nascimento do MPL no início dos anos 2000, o movimento tem origem justamente nessa insatisfação¹⁴⁹, que explode e ganha outras colorações a partir de junho de 2013.

A gente surge com um cansaço muito grande, e eu acho que a revolta do Buzu foi muito emblemática nesse sentido, porque o que os partidos, as juventudes de partido, que os sindicatos estavam fazendo, as centrais estudantis estavam fazendo, não tinha nada a ver com o cotidiano que era vivido pela galera mais revoltada mesmo, que tava na base, nas escolas e tal.” [...] Na Revolta do Buzu, os caras rodam com isso, né, porque várias entidades se desmobilizam, fazem um

¹⁴⁹ Vale ressaltar, no entanto, que as dissidências dentro da própria esquerda não são uma novidade. Como evidencia Motta (2000, p. 34), nos anos 1920 comunistas e anarquistas travaram forte embate pelo controle do movimento sindical. Apesar disso, prossegue o historiador, nunca deixou de haver cooperação entre a esquerda anti-comunista e os comunistas, uma vez que compartilhavam o projeto de combate à pobreza no país. Exemplo disso é o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que nasce na década de 1940 como organização anticomunista e alia-se ao Partido Comunista Brasileiro na década de 1960.

trabalho de desmobilizar, começo do governo Lula, ninguém pode falar mal do PT, aquela coisa. Beleza. Aí 2004 a revolta da catraca mostrou uma coisa assim: olha, se a gente se organiza enquanto movimento autônomo, os caras não põem a gente no bolso tão fácil, porque foi uma vitória. E foi uma vitória de um movimento social autônomo, horizontal [...]. Imediatamente depois de 2003, 2004, começou a formar um monte de comitê de luta pelo passe livre. Alguns autonomistas, mas isso daí me parece que foi uma orientação de juventude de partido mesmo. Então existia uma deliberação meio nacional do PSTU, da juventude formar comitê de luta pelo passe livre. Aquela coisa bem hipócrita mesmo, né, de chegar, fingir que é um espaço que tá todo mundo decidindo, mas na verdade é uma linha tirada em outro lugar, né? E a gente tinha esse tensionamento, né, dos partidos querendo se apropriar dessa luta, porque tiveram duas revoltas muito grandes, então os partidos, o que eles faziam, eles não tavam a fim de construir a luta, não é que eles não tavam a fim, até tavam, mas eles não tinham essa capacidade. Porque tanto no caso de Salvador, que foi uma coisa espontânea, com todas as aspas que merece usar esse termo espontânea, né, mas espontâneo no sentido de que não foi uma criação das entidades aquela revolta. E em Florianópolis também uma coisa do movimento autônomo, então os partidos não tinham criado aquilo, mas eles queriam pegar esse caldo de mobilização e se apropriar disso. Todos os partidos que você imagina: PCO, POR, tudo quanto é sigla esquisita que você imagina, todo esse povo queria montar comitê de luta pelo passe livre. [...] O que a esquerda tradicional precisa aprender com 2013, e que eu acho que não aprendeu, pelo contrário, só negou, sobretudo o PT, é que as pessoas têm cérebro, as pessoas não gostam de ser massa de manobra. Se você quer ter gente formada politicamente, bons militantes pra mudar um país, ou mudar o mundo, né, porque a gente é internacionalista, mas mudar um país, mudar uma cidade, mudar... é gente que tem que saber se organizar. E se o cara tem o mínimo, o mínimo, de leitura política, de acúmulo, que é o básico que a gente precisa ter pras pessoas transformarem o mundo, se esse cara tem um mínimo de acúmulo, ele não vai aceitar que venha um aparelho engessado de meia dúzia de trotskista que fica saindo na mão numa reunião até tarde, pra dizer o que ele tem que fazer ou não, entendeu? As pessoas não querem ser cooptadas por um programa de partido. Por mais que essa estratégia que eles... eles acham assim, ah, mas a gente tem mais acúmulo, a gente tem mais leitura, a gente fez uma estratégia correta... pode ser até que a estratégia seja correta, mas não tá correto você subjugar contra a vontade pessoas que não querem compor o seu partido político. Então quando a gente tira essa coisa do partido e faz esse tipo de ato popular, com música, com pluralidade de ideias, que tenham também os partidos com suas bandeiras e tal, mas que não seja um ato dos partidos, que os partidos organizem, que os partidos ditem a linha, sabe, eu acho que isso que tinha que ter ficado de lição. Que o povo, sim, quer radicalizar, porque um cara que passa, sei lá, cinco, dez dias com salário atrasado, tem que pagar multa no aluguel, não tem dinheiro pra pagar o cartão de crédito, não tem dinheiro pra ir no mercado, esse cara tá muito revoltado, esse cara quer mais é botar fogo em tudo mesmo, sabe? Eu acho que a galera tá aí, sabe, sobretudo a juventude, que é a mais escoraçada. Então eu acho que 2013 serviu pra provar que, de certa forma, a tese do movimento autônomo sobre o que se deve fazer na rua, sobre estratégia, sobre tática, tava mais correta (Larissa, MPL-SP, 29, videochamada, setembro 2018).

A afirmação de que as pessoas têm cérebro e não querem ser massa de manobra é uma expressão eloquente do processo de subjetivação teorizado por Dubet e constitui, como evidenciam as duas experiências supracitadas, o

fundamento da militância tanto no Movimento Passe Livre, quanto no Movimento Brasil Livre. É, antes de tudo, em nome de sua liberdade e de sua autonomia que os diferentes militantes entrevistados engajam-se, questionam o *status quo* e lutam por ideais com os quais se identificam pessoalmente.

Egídio (MPL-SP), 43, respirou desde criança a militância petista dentro de casa. Na adolescência, foi filiado pelo pai ao Partido dos Trabalhadores (do qual se desligaria alguns anos depois), participou do movimento estudantil e das manifestações pelo impeachment de Fernando Collor. Já nos anos 2000, participou de algumas reuniões de fundação do PSOL em São Paulo e, através de um fórum online que reunia integrantes de diversos movimentos e partidos de esquerda para discutir políticas públicas, conheceu o Movimento Passe Livre.

Eu conhecia muito pouco do movimento autônomo, ou quase nada, e tinha lido algumas coisas sobre Seattle¹⁵⁰, tal, mas não tinha nenhum envolvimento muito grande. As pessoas que eu conhecia eram todas de partido, a organização política que eu conhecia era feita em partidos. E aí fui nessa reunião, tal. Eu perguntava pra ele no MSN¹⁵¹, pô, vocês têm alguma articulação com alguns partidos? Ele: não. Com algum sindicato? Não. Eu fiquei pensando... Com alguma comunidade de bairro? Não. Eu falei: que porra de movimento é esse que não fala com ninguém? Eu fiquei puto, cara. Falei, cara, esses caras tão viajando, né? Aí fui na reunião e não entendi absolutamente nada do que tava acontecendo. Primeiro porque a gente do MPL tinha uma mania, que depois mudou, de tratar horivelmente as pessoas que chegavam na primeira reunião, assim, era terrível. O primeiro contato era muito frio, porque era todo mundo muito novo no MPL, ninguém tinha militado em outras coisas muito tempo, né? E eu achei aquilo absurdo. Quando eu chegava em reuniões de partido, assim, que tinha uma galera que a gente pode considerar da velha guarda e tal, rolava uma apresentação, todo mundo fazia você se sentir à vontade e tal. E lá no MPL não, ninguém tava nem aí. Ninguém falava com você. [...] Aí me botaram numa lista de e-mail que era gigantesca, que chegavam 40 e-mails por dia, com um monte de tese, de congresso e tal. E eu ainda tava militando no PSOL, fazendo discussão eleitoral, tava na campanha do Plínio¹⁵². [...] No final de 2006 teve a primeira grande luta contra o aumento e tal, e aí foi que eu comecei a fazer parte realmente do movimento. Mas demorou mais ou menos um ano pra eu me sentir integrado, um ano pra eu me sentir à vontade pra falar alguma coisa nas reuniões (Egídio, MPL-SP, 43, videochamada, setembro 2018).

¹⁵⁰ Refere-se aos protestos do movimento antiglobalização contra reunião da Organização Mundial do Comércio na cidade norte-americana, em 1999.

¹⁵¹ Precursor de ferramentas como Skype e Whatsapp, o *MSN Messenger* foi um aplicativo de troca de mensagens de texto instantâneas criado pela Microsoft Corporation em 1999.

¹⁵² Plínio de Arruda Sampaio (1930-2014) foi um advogado, promotor de justiça e político paulista. Eleito deputado federal em 1963, teve seu mandato cassado após o golpe militar de 1964. Em 1981 filiou-se ao PT, partido do qual se desligou em 2005, após o escândalo do mensalão, para se tornar um dos fundadores do PSOL.

Egídio também milita por indignação diante das injustiças sociais e tem uma postura crítica em relação à esquerda tradicional.

Pra você ter uma ideia, logo depois de 2013, os partidos de esquerda começaram a organizar as eleições de 2014 já. Uma loucura completa. Os caras não tinham conseguido nem entender o que era 2013, não participaram, porque eu lembro da gente chamando o PSOL e o PSTU pra manifestação, por exemplo, e os caras iam e não tinham ideia do que tava acontecendo. Eles ficaram enchendo o saco meses pra a gente assinar um manifesto. Meu, pra quê um manifesto? [...] Assim, meu, tá bom, a gente assina, mas não é isso que vai fazer a luta crescer ou não. E depois disso, quando a gente foi chamado pra uma atividade do PSOL por exemplo, que ia discutir transporte. Daí foi o MPL, foi o presidente do sindicato dos metroviários, que é do PSTU, e o Lúcio Gregori, da tarifa zero, que foi convidado. E a gente chegou lá, tal, eu tenho um relacionamento muito bom com o Lúcio, a gente ficou conversando. Quando a reunião começou, era uma atividade de campanha da Luciana Genro, cara. Tipo assim, não era uma discussão de transporte, não era nada disso. Era uma reunião com, sei lá, 20, 30 militantes do PSOL, na Câmara dos vereadores, com a Luciana Genro. E aí nesse dia eu fiquei puto, né, falei, cara, vocês não entenderam nada, vocês estão perdendo a maior chance de organizar as pessoas, de criar discussão, né, de fazer as pessoas discutirem política de outra forma, tal, e vocês estão pensando em eleição... E aí, lógico, tomaram fumo, né, a Luciana Genro teve sei lá 1% de voto, nem isso, como não estão tendo agora. Então a esquerda ainda não entendeu que as coisas se reorganizaram, que as coisas mudaram. Essa esquerda partidária tá muito perdida. E ao mesmo tempo, o movimento autônomo ficou muito rancoroso com relação aos partidos. Então tem esse rancor, essa disputa, que faz com que a direita cresça também. [...] Porque o grande erro da esquerda nos últimos tempos, que eu acho, foi que ela achou que o papel dela era na instituição só. Disputar eleição e ter o cargo e ter o mandato e blábláblá. E isso levou a esquerda a um terrível lugar. Sem mandato ela não consegue se movimentar mais. E eu disse é tempo da gente voltar pra trincheira agora, né, já deu, a gente já percebeu que a instituição é um problema, né. Você ficar disputando cargo, contando garrafinha, quem vai ter mais ministério, mais secretaria, é um problema. Porque sem nenhum cargo a gente revogou o aumento que nenhum prefeito deu uma canetada e revogou. Então as pessoas podem fazer isso. Ao mesmo tempo que as pessoas podem fazer isso quando elas estão conscientes, com consciência de classe, organizadas e tal, elas podem fazer o contrário, quando elas são massa de manobra e apoiam um impeachment como a Dilma. Então é parte da gente que é de esquerda, dos movimentos, dos partidos também, não sabem, ou não souberam, se organizar após 2013. A direita soube (Egídio, MPL-SP, 43, videochamada, setembro 2018).

Como se vê, embora crítico da esquerda institucionalizada, Egídio considera legítimas suas pautas, ao mesmo tempo em que reduz as mobilizações de direita a uma espécie de massa de manobra. Foi a partir da multiplicidade de reivindicações das manifestações de junho de 2013 que diversos movimentos sociais de direita começaram a se formar. A experiência do vereador paulistano

Fernando Holiday¹⁵³ (MBL-SP), 22, que tinha apenas 17 anos em 2013, é um exemplo disso.

Eu nunca tive um grande interesse por política ao longo da minha adolescência, que foi quando o Movimento [Brasil Livre] começou a se formar. Então ali nos protestos de 2013 mais especialmente eu começo a formar algum tipo de interesse por política e é ali onde os principais líderes, aqueles que seriam os principais líderes do movimento, começam a surgir de forma esparsa, ainda não se conheciam, mas vão surgir em diferentes pontos do país. Em 2014 eu comecei a gravar alguns vídeos comentando sobre política. E um desses vídeos era comentando inclusive sobre o Movimento Passe Livre, que tentava retornar com as manifestações no final daquele ano. E eu mandei um desses vídeos para páginas ligadas ao MBL [...]. E a partir dali líderes do movimento viram os meus vídeos e falaram: você fala muito bem, etc., por que você não vem para cá montar um canal de Youtube? A ideia era construir um canal, algo inspirado em Porta dos Fundos, Felipe Neto, alguma coisa nesse sentido, só que voltado para a política. E aí a gente começou a gravar alguns vídeos nesse sentido, o movimento, enquanto ativismo político, ficou de forma secundária, até que em fevereiro daquele ano surgiram as primeiras teses de que haveria a possibilidade de ter impeachment da então presidente Dilma Rousseff, e aí vieram as primeiras manifestações. A partir dali é que eu começo esse ativismo político. Até então eu tinha sido um aluno sempre de escola pública, sem muito interesse em política, com notas razoáveis. Quando eu conheci o movimento especialmente em 2014 eu já tinha saído da escola, eu era um recepcionista de um cursinho pré-vestibular, que à época discutia um pouco de política na sala de aula com seus professores, mas era algo completamente anônimo. Então a minha vida começa a se transformar por conta do movimento, principalmente em 2015 (Holiday, MBL-SP, 22, agosto 2018).

Alavancado pelas manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff em 2015 e 2016, que ajudou a convocar, o MBL rapidamente ganhou grande projeção e adesão nas redes sociais digitais.

Eu acho que o grande mérito do movimento, e de outros movimentos da direita que surgiram ao longo desse tempo, foi juntar pessoas que se sentiam solitárias nos seus meios. Ao longo do meu ensino médio, eu discuti muito com meus professores quanto às cotas raciais. Era algo que eu não tinha um conhecimento técnico, teórico, muito grande, mas que me incomodava naturalmente, o fato de ser selecionado ou de ter um processo seletivo diferente por conta da cor da minha pele ou de conseguir um bônus por conta disso etc. Eu não engolia isso, não me descia direito. E aí eu comecei a discutir com os professores e um professor especialmente, eu lembro que era um professor de língua portuguesa, filiado inclusive ao PT, ele tinha um posicionamento divergente do meu, mas ele me incentivou muito a pesquisar argumentos pra fortalecer a minha tese. E ele ia incentivando essa discussão cada vez mais. E pela internet eu fui encontrando autores que concordavam comigo, Thomas Sowell especialmente, no livro “Ação afirmativa pelo mundo”, encontrei colonistas, né, de grandes veículos de

¹⁵³ Por ter se tornado uma pessoa pública, o entrevistado optou por conceder a entrevista sem a exigência do anonimato.

comunicação que concordavam comigo aqui no Brasil, Rodrigo Constantino¹⁵⁴, Reinaldo Azevedo¹⁵⁵, mas ao meu redor não tinha ninguém, né? Os alunos da escola pública infelizmente eram raríssimos os que tentavam sair daquele pequeno universo que era a sala de aula pra pesquisar algo a mais ou levar novas discussões pra dentro da sala. [...] E no Movimento Brasil Livre eu consegui enxergar a união daquilo que eu achava que era a minoria de pessoas com ideais liberais, outros com ideais conservadores, que se entendiam de direita e que tinham posicionamentos muito semelhantes aos meus. Algo que pra mim seria impossível de achar no Brasil, basicamente os vídeos que eu via eram de outros países e tudo o mais, eu consegui encontrar no Movimento Brasil Livre. Então aquilo que eu tinha como ideal acabava de se concretizar ali e foi isso que me fez enviar o vídeo pra eles e, mais do que isso, foi isso que me fez construir de fato grandes amizades e até mesmo uma carreira (Holiday, MBL-SP, 22, agosto 2018).

A fala de Holiday chama atenção para outro aspecto fundamental do processo de subjetivação: a centralidade de questões identitárias nos movimentos sociais pós década de 1960 – muito bem evidenciada pelo paradigma dos novos movimentos sociais – não deve fazer crer que elas se manifestem de maneira unívoca; afrodescendentes, LGBT, mulheres, dentre outras “minorias” experimentam de maneira distinta o peso social de suas identidades e, a partir dessas experiências, interpretadas de maneira autônoma, mobilizam-se (ou não) articulando-se com quem tenham em comum não apenas características adscritas, mas também interpretações da própria singularidade.

As experiências sobre as quais lancei luz até aqui evidenciam que na origem da polarização contemporânea encontra-se um descontentamento compartilhado pelos entrevistados de ambos os movimentos: o distanciamento do sistema político-partidário em relação à base social. No caso do MPL, tal descontentamento manifesta-se, sobretudo, no que se refere à hierarquização e artificialidade das discussões conduzidas por uma elite partidária incapaz de enxergar as verdadeiras demandas sociais sem instrumentalizá-las; no caso do MBL, esse mesmo diagnóstico articula-se à percepção de uma sub-representação dos ideais da direita na esfera pública nacional.

¹⁵⁴ Economista e colunista em diversos veículos da imprensa brasileira, entre os quais a revista *Veja* e os jornais *Valor Econômico* e *O Globo*. Autor dos livros “Privatize Já!” e “Esquerda Caviar”. Membro-fundador do Instituto Millenium e presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Liberal do Rio de Janeiro.

¹⁵⁵ Jornalista declaradamente conservador e crítico feroz do PT, emergiu nos últimos anos como uma das vozes mais críticas às ilegalidades cometidas pela Operação Lava Jato em nome do combate à corrupção, posicionando-se como defensor intransigente do respeito à Constituição.

Tais insatisfações desembocam em projetos políticos completamente diferentes, movidos por valores díspares, como podemos verificar a partir da interpretação dos entrevistados a respeito das manifestações de junho de 2013 e das manifestações pelo impeachment entre 2015 e 2016. Aqui, a dimensão da experiência social que mais vem à tona é a estratégica (DUBET, 1994).

6.5

De junho ao impeachment: estratégia e (des)igualdade

Amanda (MPL-SP), 21, milita oficialmente no Passe Livre desde 2015, mas acompanha o trabalho do movimento desde a adolescência, quando integrantes fizeram uma atividade em sua escola. Em 2013, ela foi às ruas da capital paulista para lutar contra o aumento de 20 centavos no transporte público.

Eu acho que 2013 teve um grande peso na minha geração, acho que eu posso dizer com muita concretude. Conversando com as pessoas de 21, 22, 23 anos, 2013 teve um peso muito grande na nossa formação política, acho que tanto por colocar a manifestação de rua como uma forma de luta, a formação das pessoas como uma forma de luta, mas também o que mais me chamou a atenção no Passe Livre foi o fato de que é um movimento que luta por uma questão básica, né? O transporte é uma questão básica do dia a dia. A gente ouve as pessoas falando de política, até então, né, e a gente sempre ouve um mantra que tá bem mais distante da gente, com palavras que a gente nem entende. O que me chamou a atenção foi o fato de falar de uma questão básica, de uma questão do dia a dia da vida das pessoas. E acho que também pelo fato do transporte ser tão central, assim. Isso revelou pra mim uma coisa que a gente não para pra pensar quando a gente usa, só quando a gente vai pra escola, vai pro trabalho de transporte público, que é isso, de que, se o transporte não é público, nenhum serviço é público. Isso é muito chocante, assim. [...] A gente tinha que olhar pra 2013 com o olhar da vitória, assim. 2013 foi um espetáculo! As pessoas foram às ruas, as pessoas revogaram o aumento. [...] Acho que a pauta do transporte estava na boca das pessoas, a TV falou sobre isso, o jornal falou sobre isso, as pessoas estudam isso. [...] A luta dos estudantes secundaristas em 2015 e 2016 é fruto claro de 2013, parte da luta autônoma, da luta horizontal, das pessoas se auto-organizarem, isso que eu já falei da tarifa zero tá em pauta. Acho que todas as coisas que depois foram, as outras coisas que passaram depois na prefeitura do Haddad, o passe livre estudantil, as faixas exclusivas de ônibus, o debate da mobilidade, acho que tudo isso é fruto de 2013 (Amanda, MPL-SP, 21, videochamada, agosto 2018).

Assim como Amanda, Priscila (MPL-SP), 24, conheceu o MPL na adolescência, quando participava de um grêmio estudantil, esteve nas manifestações de junho de 2013 e passou a integrar o movimento oficialmente em 2016. Também para ela, 2013 foi um momento histórico a ser valorizado, apesar dos desdobramentos posteriores, nem sempre positivos do seu ponto de vista.

Foi uma tomada das ruas de São Paulo, assim, a gente atravessou a pé a Ponte Estaiada que é uma ponte que custou 1.2 bilhões de reais e é uma ponte voltada só para carros, o símbolo da cidade dos negócios, tudo isso, então foi muito um supermomento de quebra mesmo da normalidade, quebra de tudo que tava dado supostamente, né? Apesar disso, se conseguiu construir uma narrativa de que 2013 teria no fim das contas dado errado. Eu não tô aqui diminuindo todas as questões complicadas que existem daquelas manifestações de direita, de extrema direita que apareceram, né? Só que eu acho que acima de tudo a gente não pode deslegitimar a luta porque existiu um aparecimento da direita. Enfim, acho que sempre que existe um avanço de lutas e de pautas de movimentos sociais, pautas identificadas à esquerda, identificadas a um campo mais progressista, vai existir reações. E a gente precisa discutir isso, a gente precisa olhar pra isso. Mas acho que a gente não pode considerar que junho de 2013 no fim das contas deu errado ou no fim das contas foi ruim porque trouxe essas pessoas à rua também. Acho que não. [...] Foi uma grande redistribuição de renda, a queda do aumento da passagem, foi maior do que um ano de bolsa família quando a gente faz as contas. Então acho que isso em si já é um dado fundamental. Além do que trouxe todo um acúmulo político que eu acho que a gente consegue ver em várias manifestações que vieram desde então. E que eu acho que não são, sei lá, responsabilidade ou mérito do Movimento Passe Livre, não acho que é isso, mas acho que ter manifestações desse tamanho e com um caráter que não é assim a manifestação do carro de som, que tem simplesmente uma pessoa lá em cima falando o que é ou o que não é. Manifestações baseadas na força das pessoas que estão ali reunidas, né? Eu acho que isso trouxe muitos avanços em termos de luta pra gente. E é lógico que também trouxe da parte do Estado uma reação duríssima. Então a gente vê desde então uma militarização que com a Copa do Mundo, com esses grandes eventos só se intensificou né? E o que a gente tá enfrentando hoje é um cenário em termos de polícia e de repressão muito pior do que o que a gente tinha antes. Mas é isso, acho que a luta continua. Vai continuar em outros termos. Não acho que junho de 2013 é uma coisa que vai se repetir, porque a história não se repete, a gente tá em outro lugar agora. Mas acho que é uma referência fundamental em termos do que pode ser uma luta por direitos e uma luta baseada numa pauta bastante concreta e que sempre motivou muitas manifestações em muitas cidades do Brasil. Historicamente a gente vê a revolta do Vintém¹⁵⁶, os quebra-quebras dos trens nos anos 70¹⁵⁷, então eu acho que sempre foi uma questão sensível, né? Também tem isso, né? Muitas vezes parece que em junho de 2013 teve um alinhamento dos planetas e tudo de repetente mudou, de repente surgiram manifestações massivas e acho que não é bem por aí né? O transporte é uma questão fundamental especialmente nas grandes cidades. E é uma coisa que é bastante sentida por grande parte da população todos os dias (Priscila, MPL-SP, 24, videochamada, setembro 2018).

Fernando Holiday (MBL-SP) discorda:

¹⁵⁶ Protestos de setores médios da sociedade carioca contra o chamado imposto do vintém, instituído pela Coroa sobre o valor das passagens dos bondes que circulavam pelo Rio de Janeiro. Estimuladas por publicistas e políticos, especialmente republicanos, as manifestações estenderam-se de 28 de dezembro de 1879 a 4 de janeiro de 1880 (JESUS, 2006)

¹⁵⁷ Referência à depredação de trens entre 1974 e 1976 por grande número de usuários revoltados com a superlotação e baixa qualidade do transporte público ferroviário urbano em São Paulo e no Rio de Janeiro. Cf. MOISÉS; MARTINEZ-ALIER (1977).

Em 2013 eu acompanhei os protestos de casa, né, no noticiário, discutia na escola, etc., só que eu não participei por achar que eram manifestações muito difusas. Primeiro porque eram manifestações a princípio contra aumento da passagem. Já naquela época o Passe Livre já não tinha a minha simpatia, porque eu não via como se sustentar um sistema de passe livre no transporte público, enfim, eu já era contra isso. Quando as manifestações, digamos, se massificaram, elas não tinham um objetivo muito claro. Havia pessoas nas manifestações que erguiam cartazes a favor do aborto, enquanto a pessoa do lado erguia contrário ao aborto. Outras apresentavam um cartaz contra uma MP que queria limitar os poderes do Ministério Público, outro pedia mais saúde, outro pedia mais educação, então aquilo ali pra mim já não resultaria em grande coisa, e aquela pauta genérica contra a corrupção... E no meu entorno, que era uma região periférica – eu cresci ali em Carapicuíba, em 2013 ainda morava lá – as manifestações não foram vistas exatamente como um despertar político da população, não. As pessoas pegavam, ah, vamos comprar um monte de cerveja, vamos lá pra manifestação e tal... E aí enchiam ali a avenida em Carapicuíba, Osasco e toda aquela região ali, aí fechavam as ruas e tal, aí pegavam um tambor, um pandeiro, aí virava um samba... então, é, o discurso que a imprensa tentava colocar não correspondia à realidade daquilo que eu estava vivendo. Então não foram manifestações que eu tive vontade de participar (Holiday, MBL-SP, 22, agosto 2018).

Roberto (MBL-SP), 43 anos, também afirma que as manifestações de junho de 2013 não o representavam. Formado em um curso de exatas de uma universidade pública, ele afirma ter se decepcionado com a corrupção testemunhada nos tempos de movimento estudantil, quando chegou a fazer campanha para Lula em 1994. Após 17 anos afastado de qualquer militância, voltou a engajar-se em 2015, quando conheceu o MBL. Imbuído das ideias de autores como Mises e Rothbard¹⁵⁸, que ele lamenta não ter conhecido na universidade por conta da “supressão da pluralidade” por parte de professores majoritariamente de esquerda, Roberto justifica sua ausência nas manifestações de junho de 2013 pelo fato de que “não há almoço grátis”.

[...] Baixar o preço do ônibus significa dar mais subsídio. No final, quem vai pagar? É a própria população mais pobre, que é quem mais paga imposto proporcionalmente. Então é um tipo de pauta que eu acho que não é razoável. O que poderia se pensar, talvez, e aí talvez eles tinham razão na essência, mas não na forma, é como eu faço pra reduzir o peso e melhorar a qualidade do transporte público. O transporte pesa muito na renda das pessoas mais pobres e a qualidade é péssima. [...] Mas achava uma pauta completamente equivocada, ela acabou causando aumento de subsídio e você vai ver a conta, ela é imensa, e é o cidadão que paga. É tipo meia entrada no cinema, não faz sentido. No final o mais pobre que nem vai no cinema financia o estudante rico que paga meia. Todo direito, toda liberdade que você tem implica em consequências, em responsabilidades. Eu

¹⁵⁸ Murray N. Rothbard (1926-1995) foi um economista norte-americano, discípulo de Ludwig von Mises, cujos seminários frequentou, e um dos principais nomes do libertarianismo.

acho que tá melhorando, de lá pra cá melhorou, a gente está mais maduro politicamente, mas as discussões ainda são muito rasas (Roberto, 43, MBL-SP, novembro 2019).

Quando o assunto são as manifestações pelo impeachment a partir de 2015, no entanto, a avaliação dos membros do MBL entrevistados é diferente. Para Holiday,

as manifestações de 2015 foram manifestações aí sim com um objetivo muito claro, que era o impeachment da presidente Dilma Rousseff. [...] Então as manifestações de 2015 nesse sentido foram mais significativas pessoalmente pra mim. [...] Acho que aí há duas questões: há uma questão macro, que é a quebra da narrativa petista, uma quebra de narrativa quase hegemônica. Porque o PT vinha realmente conseguindo dominar as camadas mais pobres com um discurso de que eles nos libertaram etc. etc. Então o impeachment tinha um significado macro nesse sentido porque a meu ver ele abria os olhos dessa população de camada mais pobre. Aí enxergaram que há outras possibilidades, que não foi o PT que os libertou, que havia ali uma série de fatores que causaram aquilo e que também não eram os honestos, os pais da moralidade etc. E aí há um segundo, que acho que esse talvez seja o mais importante, que é o fato de que aquele processo de impeachment tinha a sua característica legal, tinha a sua característica política, mas não foi liderado por grandes figuras políticas. Acho que isso é o fundamental, né, foi um processo cujo início, né, foi completamente popular, na verdade a classe política, tanto governo quanto oposição na época não sabiam o que estava acontecendo, a oposição inclusive demorou a aceitar esse discurso de impeachment. E acho que o fato de ele ter sido, do processo ter seguido como seguiu com movimentos realmente populares, sem a participação de grandes figuras políticas, de ter um embasamento jurídico e político realmente vindo da sociedade, acho que foi muito significativo (Holiday, MBL-SP, 22, agosto 2018).

Roberto (MBL-SP), 43, por sua vez, justifica sua adesão às manifestações pró-impeachment pelas dimensões ética e socioeconômica dos protestos: “Acho que tem dois pilares: primeiro a questão ética, que foi o que me afastou lá atrás. [...] O Brasil é um país extremamente socialista, intervencionista [...]. O Estado é grande demais e atrapalha a população” (Roberto, MBL-SP, 43, novembro 2019).

Para Juliana (MBL-SP), 30, as manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff representam um marco não apenas político, mas pessoal. Após ter despertado para a política com as manifestações de junho de 2013, das quais não participou por ter um bebê recém-nascido à época, iniciou sozinha um processo de formação cidadã que culminou com a adesão ao MBL e a ida às ruas em 2015. Ela narra a experiência com lágrimas nos olhos:

É engraçado falar sobre isso porque não foi só o aspecto político. Mudou toda a

minha vida, a relação com a minha família, com amigos, mudei como pessoa, creio eu que pra melhor, me tornei mais consciente, mais responsável com algumas coisas. Algumas coisas que eu achava que não eram importantes hoje eu já vejo que, sim, tem que brigar, tem que estar presente, tem que estar atento. Então eu acho que esse período foi uma transição de maturidade, pra eu entender como eu posso contribuir para o meu país, independente do lugar em que eu esteja, se eu estou no meu trabalho, no MBL, na rua. Aquelas manifestações me fizeram perceber que não precisa estar lá no plenário falando, não precisa estar num cargo de responsabilidade. Seu papel como indivíduo faz muita diferença na sociedade. E isso através do MBL eu percebi. Até me emociono (Juliana, 30, MBL-SP, novembro 2019).

Os membros do Passe Livre entrevistados, por outro lado, consideram as manifestações pelo impeachment ao mesmo tempo como uma reação da direita e um sintoma da desmobilização e engessamento da esquerda institucionalizada. Nas palavras de Larissa (MPL-SP), 29:

Se o PT tivesse tido um governo mais radicalizado, acho que certamente teria muito mais apoio na rua. Os atos pró-Dilma não estavam tão cheios quanto eu esperava que estivessem. Eu passei [pelos atos] de longe... Mas é isso, você tá fazendo um ato contra o impeachment e vem o Lula falar. Porque o PT não admite que as pessoas de esquerda não sejam lulistas, não sejam petistas, o PT não admite isso. E se o PT admitisse isso e buscasse se colocar como sujeito numa aliança mais ampla e não como dono da aliança ou como a única opção possível, eu acho que teria muito mais apoio (Larissa, MPL-SP, 29, videochamada, setembro 2018).

Isso explica a postura neutra adotada pelo Passe Livre durante o período, como evidencia Priscila (MPL-SP), 24:

[...] Eu lembro que na época começaram a vir várias perguntas, “Ah, e como que o MPL se posiciona sobre o impeachment, sobre o golpe? Vocês não vão nas manifestações contra?” A gente não participou das manifestações como movimento, apesar de ter pessoas que participaram porque a gente entende que a gente é um movimento social e que é um movimento social que pauta o transporte e que por mais que a gente possa se envolver com os movimentos, dar o apoio a movimentos de moradia, dar o apoio e construir juntos outras campanhas e outras coisas, [...] a gente achou que não cabia enquanto Movimento Passe Livre se colocar ali, apesar de ter feito debates sobre isso internamente, apesar de ter discutido. Claramente a gente não é favorável à série de reformas trabalhistas, reforma da previdência, enfim, todos esses cortes de direitos que vieram assim e que foram mais fortemente identificados ao governo Temer, né? A gente é claramente contra isso, mas não querendo colocar que é a mesma coisa, a gente também nunca se alinhou ao PT, por outro lado. E inclusive tem essa questão do vínculo entre 2013 e a retirada, queda da Dilma, tudo isso que as pessoas sempre fazem esse link: “Foram as manifestações de 2013 que tiraram a Dilma, porque vocês colocaram a direita na rua”. [...] Eu acho maluco isso assim, acho muito louco mesmo acharem que a gente tem o poder de tirar o presidente, né? [...] Mas enfim, entendo também que existiu realmente uma queda

da popularidade da Dilma depois das manifestações. Acho que um tanto por conta da demora do próprio PT de revogar o aumento (Priscila, MPL-SP, 24, videochamada, setembro 2018).

MPL e MBL foram protagonistas de momentos diferentes do ciclo de protestos iniciado em 2013 e seus membros o interpretaram de maneira distinta. Como procurei evidenciar, predominam discursos que deixam transparecer a dimensão estratégica da experiência social, seja no que se refere à melhor maneira de destinar recursos escassos (subsidiar a passagem ou não? Intervir ou não na economia?), seja no posicionamento quanto aos principais fatos políticos deflagrados desde junho de 2013.

Membros do MPL se autoproclamam defensores da ampliação de direitos e da redução das desigualdades, luta que compartilham com uma esquerda que, para eles, se perdeu na medida em que se institucionalizou, distanciando-se da população, abrindo, dessa forma, espaço para a emergência de uma direita reacionária. Os membros do MBL, por sua vez, apresentam-se como porta-vozes de ideais conservadores e/ou liberais sufocados pela hegemonia de uma esquerda distanciada do povo e mergulhada na corrupção, da qual, para eles, o MPL não se distingue, por compartilhar dos mesmos métodos e objetivos.

As falas também revelam uma articulação entre as dimensões estratégica e subjetiva da experiência social, na medida em que as distintas trajetórias pessoais estão intimamente relacionadas com as convicções e escolhas dos entrevistados. Todos acreditam agir em prol do país, ou seja, do “bem comum”. As divergências se dão quanto às interpretações da realidade e aos princípios e métodos escolhidos para tentar transformá-la, o que não raro os posiciona em polos opostos, como veremos na próxima seção.

6.6

Nós e eles: integração social e antagonismos

Ao solicitar que os entrevistados discorressem não apenas sobre momentos-chave da política nacional desde 2013, mas também sobre atores e movimentos de cujos princípios e métodos divergem substancialmente (ainda que sobre um pano de fundo comum constituído, como vimos, pelo individualismo

moral e pela concepção de direitos humanos que caracterizam a modernidade), tornou-se possível perceber algumas nuances das atuais dinâmicas de polarização.

Como evidencia Dubet, assim como a identidade individual é um “trabalho” e não um “ser”, a integração social é um processo dinâmico em que indivíduos são condicionados pelo contexto em que estão inseridos, ao mesmo tempo em que, pela sua subjetivação, o condicionam.

Assim, se por um lado a inserção dos atores em movimentos sociais antagônicos os leva a reproduzir certos discursos típicos da guerra ideológica travada nas redes sociais – “a direita é preconceituosa, reacionária, anti-pobre”, “a esquerda é corrupta e autoritária” – por outro, a singularidade de suas experiências produz diferentes posturas quanto a seus adversários, variando entre a indiferença, a desqualificação/negação e o respeito discordante.

Além disso, ao convidar os entrevistados a refletirem sobre a contribuição de seus adversários para a democracia, o que se questiona, no fundo, é seu grau de adesão à tolerância implícita ao projeto político normativo da modernidade, no qual o processo de constituição de solidariedade social e integração se dá, idealmente, no interior de Estados-nação republicanos/democráticos¹⁵⁹, constituídos por meio de um aparato burocrático cuja principal finalidade é proporcionar, pelo exercício legalmente regulado do poder político, condições de existência a todos os indivíduos, sem distinções.

Ao falar do MBL, alguns membros do Passe Livre enfatizam a indignação com o que consideram uma espécie de plágio do nome do movimento “Fico pensando onde é que esse cara esqueceu a dignidade dele, porque não tem nada de autenticidade. [...] A gente vai preso, apanha, e os caras quiseram construir o nome do movimento. [Quando eu soube] fiquei dois dias sem levantar da cama”, afirma Larissa. Para ela, o MBL faz parte de uma onda de movimentos de direita ligada à falta de consciência política:

E aí eu acho que esses movimentos de direita pegam um certo fetiche que existe da luta, tipo, no jeito mais tosco mesmo, tipo Capitão Planeta, vamos salvar o mundo, vamos salvar o Brasil da corrupção, pegam um monte de jargão comum, representam uma classe média escrota, que é uma classe média... a Dilma falou [na reunião com membros do Passe Livre em junho de 2013] uma coisa que eu achei muito interessante: vai convencer essa gente que a gente colocou na classe

¹⁵⁹ Não se ignoram aqui os totalitarismos e ditaduras que emergiram desde o século XX e que continuam à espreita.

média a usar o transporte público. E de fato, quem mandou você colocar as pessoas na classe média sem consciência política? Porque dá nisso. E eu vejo pela minha família. A minha família no governo FHC com muitas dificuldades financeiras, depois dessa gestão do PT os caras estão numa condição de vida muito melhor, e acham que é por mérito pessoal. Existe uma geração que não faz a leitura econômica de que um governo que investiu nisso, que acha que é mérito pessoal. Por quê? Novamente, se investiu muito numa inserção pelo consumo, reduziu IPI, reduziu um monte de coisa, não melhorou a educação significativamente. Melhorou o acesso à universidade? Isso foi ótimo. Mas essa educação pública de fundamental 2 e ensino médio, é isso... A gente tem um país que não tem cultura de ler nada. [...] Só que [o MBL] não tem trabalho. Não é um movimento social. O que eles fazem no dia a dia? Porque eu consigo dizer pra você que ontem teve reunião [do Movimento Passe Livre], que essa semana o pessoal vai articular tal coisa, vai falar com os metroviários, vai falar com não sei quem. Eu consigo te falar uma série de ações que têm a ver com estar no dia a dia da população, que é fazer ações que vão impactar a vida das pessoas, tipo fazer um catraço, panfletar... A gente tem várias ações. Agora eu fico pensando o que eles fazem, porque a impressão que eu tenho é que eles ficam escrevendo aquelas coisas inconsistentes que eles escrevem, e não sei... Eles fazem alguma reunião de formulação política, eles fazem...? Pra mim é um mistério (Larissa, MPL-SP, 29, videochamada, setembro 2018).

Priscila (MPL-SP), 24, enfatiza a diferença entre os projetos políticos defendidos pelos dois movimentos, evidenciando que os repertórios de ação inovadores trazidos pelo Movimento Passe Livre foram apropriados para outras finalidades:

Olha, quando surgiu o MBL eu lembro que a gente deu um pouco de risada, mas risos nervosos, né? Aquela coisa tipo: “Gente, é possível mesmo que eles pegaram a nossa sigla e transformaram um pouquinho?” E pra fazer uma coisa que de fato não tem nada a ver com o que a gente se propõe, com a atuação que a gente propõe. É um grupo que tem financiamento de empresas, que tem vínculos com partidos, que lança candidatos e apoia políticos que a gente tá em enfrentamento direto. [...] Então a gente nesse sentido encontra em campos bastante opostos, a gente e o Movimento Brasil Livre. [...] O que dá para enxergar também é que [...] 2013 também foi uma coisa marcante no sentido de dar visibilidade pra formas de fazer política não tradicionais. Então, querendo ou não o Passe Livre ganhou bastante visibilidade, como um movimento autônomo, apartidário, ainda que não antipartidário, e não vinculado aos grupos mais tradicionais de sindicatos ou que tem mais conhecimento na mídia e tudo. E acho que a frustração com os partidos e com essas formas tradicionais de organização é uma coisa que já permeava as discussões políticas no Brasil e acho que talvez até essa nova forma de grupos de direita se organizarem e se identificarem e se mostrarem em público acho que também tem a ver com isso, tem a ver meio que com essa repaginação porque de fato essas pessoas querem outras coisas (Priscila, MPL-SP, 24, videochamada, setembro 2018).

Membros do MBL, por outro lado, questionam a luta pelo passe livre por considerar seus fundamentos anacrônicos, como afirma João (MBL-RJ), 33:

Eu acho que os dois movimentos acreditam que vão melhorar o Brasil, que vão fazer bem pra nação, entendeu? Só que um tem como método teorias que já estão ultrapassadas, que não deram certo em momento nenhum, eu falo a esquerda, né? [...] Eu escuto muito isso da esquerda: a gente precisa de um modelo nosso de Brasil, a gente precisa criar a nossa... cara eu não vou arriscar 210 milhões de brasileiros num modelo que já se mostrou fracassado em Cuba, Venezuela, é muito clichê o que eu to falando, Coreia do Norte e tal, mas é o que muita gente prega. Você vê PCdoB apoiando Coreia do Norte, você vê PSOL recentemente apoiava, não sei se apoia até hoje, mas apoiou a ditadura de Maduro e tal. [...] E a gente numa questão da liberdade individual, a gente nunca vai acabar. Eles acreditam como método certas coisas que o MBL não vai pregar: violência, força, revolução, falam muito no termo revolução. Se essa revolução chegar, como vai ser? Vai botar gente em campo de concentração, vai metralhar as pessoas? Então eles acreditam que vão criar uma igualdade. Só que essa igualdade não existe. Se você não for pela força e pelo autoritarismo, como você vai conseguir uma igualdade, melhoria de condições? O MBL tem consciência que [...] numa sociedade que os ricos são mais ricos, os pobres são menos pobres, numa sociedade que o rico é menos rico, o pobre é mais pobre. Esse parâmetro que a esquerda acha que vai encontrar, vai encontrar o seguinte: uma sociedade em que todo mundo vai ser igualmente pobre. Entendeu? Deu pra explicar? (João, MBL-RJ, 33, videochamada, agosto 2018).

Antônio (MBL-SP), 33, vai na mesma linha:

O Movimento Passe Livre é muito bom pra engajar pessoas, porque ele vai direto em cima daquilo que afeta o bolso de todo mundo. [...] Quando você vê as concessões de transporte no Rio de Janeiro ou até mesmo em São Paulo, a falta de concorrência, o absurdo que é cobrado pra você se locomover pela cidade, e você vê isso saindo do seu bolso pra ter um péssimo serviço, fica muito latente que o papel do Estado não está sendo bem feito. O problema do Passe Livre é que ele não vai na raiz, ele briga por passagem de graça, mas não existe nada de graça. Tudo vai sair do bolso do pagador de impostos. A crítica que eu tenho ao movimento é essa. A solução tem que ser sustentável (Antônio, 33, MBL-SP, novembro 2019).

Nos discursos selecionados é possível identificar os principais estereótipos e linhas interpretativas – ou frames (SNOW; BENFORD, 1992; TARROW, 1992) – alimentados no processo de integração social dos grupos tanto em relação a um adversário específico (o MPL ou o MBL) quanto em relação à esquerda e à direita. Nas falas a seguir, em que os entrevistados discorrem sobre a contribuição de seus adversários à democracia, constata-se variações no nível de tolerância a essa diversidade ideológica.

Holiday (MBL-SP), 22, considera o MPL muito radical, mas à luz de sua experiência na câmara dos vereadores de São Paulo, acredita que a esquerda tenha um papel importante, embora a considere intolerante:

Na verdade, acho que a esquerda ela é essencial para que nós tenhamos uma democracia saudável, não é? Eu acho que o que faltou ao longo desse tempo na verdade foi a direita. A esquerda sempre esteve presente, muito presente. Mas acho que o que não foi saudável para a nossa democracia foi não ter uma direita correspondente ao tamanho da esquerda e que discutissem e até mesmo dialogassem entre si. Mas eu acho que a qualidade da nossa esquerda, da maioria da esquerda que nós temos hoje ela é muito ruim. É uma esquerda muito radical, pouco aberta ao diálogo, e acho que nesse sentido prejudicial à democracia e prejudicial ao país. Não que nós não tenhamos agora surgindo uma direita também radical, pouco afeita ao diálogo e prejudicial ao país. Mas acho que essa esquerda já está aí há muito tempo e nesse sentido nós precisamos de renovação. Mas ter os dois lados equilibrados é essencial para um país decente (Holiday, MBL-SP, 22, agosto 2018).

Larissa (MPL-SP), 29, também admite, embora reticente, que a direita possa dar alguma contribuição à democracia:

Pelo campo político em que eu estou, claramente a primeira resposta que eu tenho [sobre a contribuição da direita à democracia] é falar não. Porque em última análise ela vai defender a manutenção do sistema capitalista e vai agir pro enfraquecimento dos movimentos populares. [...] Eu acho que esses movimentos de direita que têm surgido são muito pouco afeitos a... porque tem uns setores de direita mais civilizados, eu sei que devem existir. Mas eu acho que não é o caso do Brasil. Porque eu acho que eles estimulam o preconceito, estimulam o ódio. [...] Pelos pressupostos eu acho que dificilmente vai... Existe uma direita menos pior, o que eu acho é que a gente tem que saber discernir os campos da direita e eu acho que esses movimentos de direita que estão explodindo agora não é essa direita... você pega o Fernando Holiday, que é negro, que é gay, ele defende coisas contra a própria comunidade. Porque ele chegou lá, porque ele chegou num lugar. E aí ele acha que todo mundo tem que ter o mesmo grau de... ele não enxerga que ele teve mais dificuldade de chegar do que outros. Eu não consigo entender na verdade (Larissa, MPL-SP, 29, videochamada, setembro 2018).

Egídio (MPL-SP), 43, por sua vez, não vê contribuição alguma:

Eu acho que a contribuição da direita pra democracia é zero. Zero. Porque é uma falsa democracia, uma democracia baseada na força e no Capital não é democracia, isso não é justiça em sociedade nenhuma. Então só é democracia quando eu posso pagar por isso? Isso não é democrático. Então, assim, um político de direita que defende o uso de agrotóxico a torto e direito pra produzir qualquer merda pro povo comer enquanto ele vai comer produto orgânico do sítio dele, isso pra mim é um absurdo, isso não é democrático. Eu tenho uma coisa muito clara pra mim, assim, que eu aprendi com o Plínio de Arruda Sampaio, assim, que era uma pessoa que a gente pode considerar rico. Ele falava: não há acordo com a burguesia, não há nada de democrático em você fazer um acordo

com a burguesia, você vai sair perdendo. Eles não acreditam na democracia, eles não têm essa noção de democracia. Se por um acaso tivesse uma revolução no Brasil, popular, tudo o mais, eu falo tranquilamente, eu não ia querer ninguém deles vivo, ninguém. Porque sem revolução, sob o aspecto da democracia, sob a asa da festa da democracia que são as eleições, eles não me querem vivo, eles estão massacrando o povo pobre na periferia todos os dias. Então eu não tenho nenhum acordo com isso. É uma posição pessoal minha. Não estou dizendo que o MPL é assim ou que qualquer outra coisa que eu tenha participado seja assim. A minha posição pessoal é essa. Não quero nenhum tipo de acordo. E acho que eles não contribuem em nada, em nada” (Egídio, MPL-SP, 43, videochamada, setembro 2018).

Mais adiante, Egídio tenta ponderar o radicalismo dessas afirmações:

Não estou pregando o ódio, nem a morte de ninguém, não é nada disso. Mas estou passando um risco no chão. Eu não quero conviver com essas pessoas. Eu não quero conviver com alguém que realmente acredite que um negro é menos que um branco. E eu não quero conviver com alguém que acha, sei lá, que uma pessoa trans não pode ter um nome que ela escolheu ter. Esse não é o tipo de... eu vou tentar mudar isso. Agora, uma coisa é quando você vê que você pode discutir até um certo nível de convencimento, de convivência social e tudo o mais. Outra coisa é você tentar discutir sob o discurso do ódio, o discurso do ódio cego ali contra uma classe. Aí não tem discussão” (Egídio, MPL-SP, 43, videochamada, setembro 2018).

Amanda (MPL-SP), vai no mesmo sentido:

[...] Conversar sobre política, falar sobre política, é produtivo. O que acontece é que a direita não pauta as questões políticas. O MBL por exemplo é um movimento que eles não são ninguém. Eles vêm de cima, eles não têm história e eles vêm pra proteger um projeto de cidade, um projeto de Estado neoliberal e é isso. [...] O combate que a direita trava não é outro senão esse da maior influência de classe já privilegiada no Estado que já privilegia eles. Acho que é isso. A contribuição negativa que a direita traz no debate político é isso, de manter os interesses de uma classe privilegiada. E quem mantém esses interesses é também uma classe privilegiada. Então é um movimento que não para (Amanda, 21, MPL-SP, videochamada, agosto 2018).

Em linhas gerais, pode-se perceber nas falas de Larissa, Egídio e Amanda, uma descrença, mais ou menos radical, quanto ao papel da direita na democracia, enquanto Holiday, 22, pelo aprendizado proporcionado no exercício de um mandato no legislativo paulistano, reconhece a importância de seus adversários.

Roberto (MBL-SP), 43, por sua vez, considera difícil encontrar boas contribuições vindas da esquerda do espectro político:

Olha, ultimamente, de 1997 pra cá, estou bem frustrado com a esquerda. Apesar de que de certa forma eu ter sido parte daquilo lá, [...] eu tenho poucas referências boas, acho que dá pra contar numa mão as referências boas da esquerda. Por exemplo o Gabeira, que é um cara que eu gosto pra caramba, é um cara que eu não concordo com ele, mas tem consistência, tem um pensamento crítico, eu gosto bastante. É uma das minhas referências, apesar de ser um cara de esquerda. Na esquerda tem um grupo muito grande que tem um viés autoritário. Existe na direita também mas proporcionalmente é muito menor. Quando você fala com gente que tem viés autoritário é difícil dialogar, porque o cara quer só a visão dele de mundo (Roberto, 43, MBL-SP, novembro 2019).

Antônio, 33, companheiro de Roberto no MBL-SP, pensa diferente. Para ele, “a esquerda é importante para apresentar os problemas que cada cidadão vive, assim como a direita é. A questão é como a gente vai sentar e conversar pra ver qual é a melhor solução” (Antônio, 33, MBL-SP, novembro 2019).

Lívia (MBL-SP), 22, compartilha dessa percepção. Ela aderiu ao MBL apenas em 2018, mas seu interesse por política remonta aos tempos de grêmio estudantil do ensino médio. Na universidade pública em que estuda, após participar da Atlética e do Centro Acadêmico, com cujas ideias não se identificou, acabou conhecendo o movimento liberal no qual hoje milita. A diversidade com que convive na universidade a leva a valorizar o papel da esquerda no jogo político democrático:

Tem a esquerda extremista? Claro que tem... mas eu estou falando da esquerda moderada: Tábata Amaral. A Tábata é uma pessoa que eu admiro não só como mulher. Ela se identifica como de esquerda, mas ela é ponderada. Ela analisa o que ela vai votar, sabe? E é assim que tem que ser. A gente não pode apoiar cegamente algo, a gente tem que ponderar e ela pondera com as coisas que ela acredita. Quando eu falo que eu conheci o Freixo e foi uma das pessoas que mais me surpreenderam... ele me surpreendeu! O pessoal do MBL me olha, “credo, Lívia”. Eu participei de um debate dele e do capitão Wagner. Uma pessoa de extrema direita e uma pessoa de esquerda. E eles dialogaram perfeitamente, sem um bater no outro, sem um atacar o outro... É assim que tem que chegar. Eu fui esperando uma coisa totalmente negativa do Freixo e ele se mostrou uma pessoa super aberta ao diálogo. Opinião cada um tem a sua, a gente tem que se respeitar e chegar num ponto que vai gerar melhorias. No final não importa quem está no poder, mas o que vai chegar na população (Lívia, 22, MBL-SP, novembro 2019).

6.7

A polarização severa na experiência social

Na seção anterior ficou evidente que a postura dos entrevistados diante de adversários não se restringe à polarização maniqueísta típica das redes sociais digitais pós-2013. Em algumas falas, o outro de fato aparece como uma negação

do eu, como um entrave para a realização de seus respectivos ideais e projetos políticos. Mas em todas elas há também, em menor ou maior grau, certas nuances, perplexidades, ponderações e até verdadeira abertura, como revelam as palavras de Lívia.

O passo seguinte foi questionar os entrevistados quanto à polarização extrema. Como veremos a seguir, por um lado, ela é vista como resultado natural das grandes diferenças ideológicas que separam os dois movimentos, bem como a esquerda e a direita, questão em que a dimensão estratégica dos discursos volta a emergir; por outro, a inviabilização do diálogo, causada pela radicalização dos discursos polarizados, é vista com certa preocupação, tendo em vista a integração social em sentido lato. Mas também nesse diagnóstico, o adversário aparece como culpado.

Larissa (MPL-SP), 29, por exemplo, acha que a polarização “na verdade é saudável de certa forma, porque a gente precisa aprender a debater, a gente precisa parar de ser um país em que não se discute política. Eu acho que 2013 foi bom por causa disso” (Larissa, MPL-SP, 29, videochamada, setembro 2018). Egídio (MPL-SP), 43, por sua vez, afirma:

É um problema, né? Mas eu acho que é um problema maior quando você não tem a discussão também, quando você não tem o debate, quando você não tem a diferença de opinião. Eu acho que é preciso às vezes você [...] passar um risco no chão, sabe? Daqui pra cá é você, daqui pra lá sou eu, porque a gente não pensa igual. Uma coisa é você ter algumas discordâncias com gente que acredita também na justiça social. Por exemplo, eu posso discordar de alguns métodos do PSOL ou do MTST, eles discordam do MPL e tal, mas você tem ali um aliado, você sabe disso. Ao mesmo tempo que quando você tem uma discussão com um cara, um fascista que acha que um quilombola tem que morrer, que tem que esterilizar a prole e tudo o mais, não tem como não ter uma discussão mais forte com relação a isso, ou como não chegar às vias de fato e tudo mais. Porque não adianta a gente ficar fazendo um discurso também, fora fascismo, contra a direita, blábláblá, e depois, na hora do embate, você fala, não, peraí, vou sentar no colo dele pra mostrar que eu sou uma pessoa boa e que eu não quero o mal de ninguém. Não é assim. Eu acho que às vezes a gente tem que deixar as opiniões bem escancaradas mesmo, bem claras (Egídio, MPL-SP, 43, videochamada, setembro 2018).

A reflexão de Egídio faz lembrar a discussão do capítulo anterior sobre os limites da tolerância, ou seja, até que ponto a tolerância indiscriminada a qualquer tipo de discurso não pode colocar em risco a própria democracia. O desafio é saber distinguir autoritarismo daquilo que é apenas divergência política. Quando

essas divergências democráticas são tratadas como antagonismos irreconciliáveis, tem-se, como visto no capítulo 2, a polarização severa.

Bernardo, 33, que ingressou no MBL-SP apenas em 2018, após alguns anos acompanhando sua atuação via redes sociais, também não vê a polarização como um problema:

É um embate de duas ideias, de duas ideologias, dois posicionamentos. E a opinião muitas vezes você não muda, né? Não é todo mundo que é maleável. Então tem gente que vai morrer achando que o Lula é honesto, por mais que ele vá e tire dinheiro da própria carteira do cara. [...] Então essa polarização não tem muito como fugir. Eu acho que ela é benéfica no sentido de que ela gera realmente uma comoção, gera realmente um gasto de energia, que muita gente se debruce sobre o tema, saia da inércia, então gente que não fazia nada, só votava nulo, ou só votava no mesmo candidato ou nem lembrava em quem votou, está saindo pra rua, lendo livros, se posicionando, debatendo com o cara e tal. Eu acho que a polarização ajuda nisso, quebra a inércia de muita gente e faz com que acabe adquirindo conhecimento, independente do lado, mas pelo menos faz com que você não seja negligente [...], porque não tem outra maneira de a gente resolver as coisas senão pela política (Bernardo, 33, MBL-SP, novembro 2019).

Fernando Holiday (MBL-SP) também não vê a polarização como algo necessariamente ruim, mas afirma ter esperanças de que com o tempo, a radicalização dos discursos atuais diminua.

Ter pessoas que se definam claramente como de esquerda, pessoas que se definam claramente como de direita, pessoas que tenham ideais e ideologias muito claras e que confrontem estas ideias entre si, e nesse sentido até mesmo dividam a nação por conta dos seus ideais e por conta das suas ideologias, eu acho na verdade saudável. Eu acho que isso fortalece a democracia e torna a democracia inclusive muito mais madura pra lidar com esses conflitos de ideais radicais. Acho que pelo Brasil não estar acostumado a este confronto de ideias, isso acaba muitas vezes descambando para um campo pessoal e pelo campo até mesmo obscuro, de ataques um contra os outros, e acho que a internet acaba fortalecendo um pouco disso, porque todo mundo tem voz e quando todo mundo tem voz isso inclui também os malucos, os radicais, etc. Acho que isso é uma consequência das redes sociais¹⁶⁰. E consequência das redes sociais também são as bolhas sociais, pessoas que só se comunicam com pessoas que concordam com elas, e isso alimenta também cada vez mais o radicalismo. Mas eu acredito que não seja nada que o tempo não resolva. Eu acho que um amadurecimento na utilização das redes sociais, um amadurecimento no uso da internet, e isso vindo com a renovação política, isto é, novos políticos que também entendam este mundo da internet, este mundo das redes sociais, vai fazer com que esse público amadureça e vai fazer com que esses conflitos se centrem nos ideais, nas divergências quanto à visão de mundo e não nas divergências pessoais como a gente vê hoje. Por exemplo, acontecem algumas coisas bizarras do tipo, morre

¹⁶⁰ Sobre polarização nas redes sociais, ver Ortellado e Moreto (2018), bem como Jorge Machado e Richard Miskolci (2019).

alguém ligado à direita e aí vem os militantes de esquerda dizer, tinha que morrer mesmo, foi tarde, e não sei o quê. Quer dizer... E o contrário também: morre alguém de esquerda e vão os militantes de direita reclamar... Isso pra mim talvez seja o símbolo do que mais me incomoda. Essa falta de respeito até mesmo na hora da morte por conta de divergências que deveriam perdurar na vida e que, por conta disso, não deveriam se perder o respeito. Acho que esses são os sinais de que a coisa descambou muito. Mas eu tenho esperança de que vai voltar aos trilhos (Holiday, MBL-SP, 22, agosto 2018).

Nesse sentido, o vereador faz um *mea culpa* em nome do MBL, antecipando, em agosto de 2018, o discurso que eu ouviria no Congresso Nacional do movimento em 2019:

Acho que essa direita que tá surgindo agora ela também precisa de certa forma se desarmar, porque durante muito tempo quem era de direita precisou ficar no armário, né, tinha medo de ser associado com a ditadura, tinha medo de falar que era de direita. Então quando saiu, saiu pra quebrar tudo. Então acho que essa direita que saiu, e nisso eu incluo o Movimento Brasil Livre, e até fazendo uma autocrítica, porque é um dos movimentos que sempre está nessa... sempre está alimentando essas picuinhas, sempre está alimentando esse confronto, e raramente alimentando o diálogo entre os diferentes. Não que não esteja, por exemplo, eu, aqui na Câmara, convoquei uma audiência pública e acho que foi a primeira vez que eu vi realmente dois movimentos antagônicos dialogarem de forma civilizada em um ambiente, eu marquei uma audiência sobre o Escola sem Partido¹⁶¹, quando eu era presidente da comissão dos direitos da criança e do adolescente. E aí veio representante a UNE a Carina Vitral¹⁶², a UPES acho que o Catatal¹⁶³, e representando o MBL o Kim¹⁶⁴ e o Arthur do canal Mamãe Falei¹⁶⁵. E a plateia se dividiu literalmente ao meio, chamamos Guarda Municipal, já tava na minha cabeça que ia dar uma encrenca. E realmente, ambos os lados gritando, torcida, vaiando o outro etc. Mas no final todo mundo saiu sem... saímos juntos, o público misturado, sem nenhum agredir o outro, não houve xingamentos em nenhum dos lados, nem de quem estava na mesa, nem de quem estava na plateia, e eram pessoas que discordavam cabalmente, e tinha também até pessoas radicais de ambos os lados ali, mas houve um diálogo sincero. Acho que falta a esses movimentos, especialmente da direita, que é nova neste campo, e até mesmo da esquerda, que não está sabendo lidar muito bem com o crescimento da direita, mas acho que falta um pouco mais de exemplos como esse: de mostrar pro

¹⁶¹ Criado em 2004 por Miguel Nagib, procurador do estado de São Paulo, o Escola Sem Partido é um movimento que tem como objetivo reduzir um suposto viés ideológico de esquerda na educação básica brasileira. O movimento deu origem a diversos projetos de lei, entre os quais o PL 7180/14, que propõe uma alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação para restringir temáticas relacionadas à sexualidade e religião ao âmbito familiar. Apensado a esse projeto, o PL 10.577, por sua vez, visa coibir “atividades culturais que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo gênero ou orientação sexual”.

¹⁶² Carina Vitral foi presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) entre 2015 e 2017, é vice-presidente do Instituto E Se Fosse Você? e pré-candidata (2020) a vereadora em São Paulo pela Bancada Feminista.

¹⁶³ Emerson Catatau foi presidente da União Paulista de Estudantes Secundaristas (UPES).

¹⁶⁴ Kim Kataguirí é deputado federal (DEM-SP) e um dos coordenadores nacionais do MBL.

¹⁶⁵ Arthur Moledo do Val, conhecido como Mamãe Falei por conta de seu canal no youtube, é membro do MBL e deputado estadual pelo (Patriota-SP).

público geral que é possível esses dois lados dialogarem sem se agredirem (Holiday, MBL-SP, 22, agosto 2018).

Manoel (MPL-RJ), 34, foi o único entrevistado do Movimento Passe Livre proveniente do estado do Rio de Janeiro. Após uma longa trajetória de militância em diversas organizações de esquerda, como o Centro de Mídia Independente, e movimentos de luta por moradia e de resistência aos megaeventos esportivos realizados na capital fluminense, ele se aproximou da luta pelo passe livre. O ingresso no MPL se deu apenas em 2015, uma vez que, em junho 2013, o movimento ainda não existia no Rio, tendo-se estruturado a partir das manifestações e não sendo seu estruturador (quem conduziu as lutas na ocasião foi o Fórum de Lutas pelo Transporte Contra o Aumento). Ao falar sobre a polarização, ele menciona sua experiência no cenário eleitoral de 2018:

As pessoas que mais me atacaram, as pessoas com quem eu mais debati [...] [foram] as pessoas que iam votar no Haddad, Ciro e depois Haddad, mais do que os Bolsominion¹⁶⁶. Na realidade com a galera Bolsominion eu nem tive muito problema, porque quando eu pegava ali um transporte e vinha alguém Bolsominion e começava a falar, “porque o PT, corrupção, não sei o quê”, eu falava, “é isso mesmo, eu concordo”. Eu não discordava, eu não tinha nada pra discordar deles. [Quando diziam que] “tem que botar o Bolsonaro, porque é ele que vai resolver”, eu falava: “poxa, você tá dizendo pra mim que é um político que vai resolver os nossos problemas? Você tá dizendo pra mim que vai vir um cara que vai resolver tudo? Cara você tá acreditando em político de novo? [...] Eu fico impressionado com a capacidade que o brasileiro tem de renovar suas esperanças em cada eleição, né? Então você sempre vai ter o salvador. Já foi o salvador acadêmico, já foi o salvador do povo, agora é o salvador militar, né? É isso”. [...] E eu debatia muito com meus amigos que iam votar no Haddad, e falava assim, “olha, quando você vota no Haddad e quando você diz ‘#Ele Não’¹⁶⁷, [...] você tá assumindo um lado na polarização, e é um lado que não é o nosso. Independente de qualquer um dos lados, nenhum dos dois lados é o lado do povo. “Ah, mas o Haddad é antifascista...”. Eu falo assim, cara, quem você vai dizer que é antifascista se foi no governo do PT que mais teve intervenção militar no Rio de Janeiro? Você teve Maré com militar, você teve o Alemão atirando de helicóptero¹⁶⁸, cara você não vai dizer que isso não é fascismo, né? É o mesmo fascismo do Bolsonaro, né? Se o Bolsonaro é fascista, o PT também é. É aquela coisa: tem o mal menos pior. [...] Você tá assumindo o lado do menos mal. Você é um escravo, você tá escravizado, e você vai chegar assim, “não, eu prefiro aquele capataz que me bate de chicote de corda ao invés do chicote de couro,

¹⁶⁶ Termo utilizado pejorativamente para se referir aos apoiadores de Jair Bolsonaro.

¹⁶⁷ Movimento liderado por mulheres em oposição à candidatura de Jair Bolsonaro em 2018.

¹⁶⁸ Refere-se às milhares de pessoas desalojadas para a construção de infraestruturas relacionadas aos dois megaeventos esportivos sediados pelo Brasil, com destaque para o Rio de Janeiro, entre 2014 e 2016: Copa do Mundo e Jogos Olímpicos. Alude também às ações policiais realizadas em favelas cariocas com o objetivo de “pacificar” o espaço durante a realização das competições internacionais. Sobre esse assunto, cf. Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (2012).

né?” Ou então: “eu prefiro o capataz que me chicoteia cinco vezes ao dia do que outro que me chicoteia dez vezes ao dia”. Tudo bem, há uma racionalidade nisso. Só não há racionalidade se você tem a opção de: “ah, não, eu posso fugir, não é, vou lá pro meu quilombo”. [...] Aí você pensar que você tem que escolher um dos lados que a própria direita construiu? Porque a polarização é a técnica da direita, de fazer a gente brigar entre nós. Então quando você tem famílias que estão discutindo, você tem famílias que não estão se unindo pra se fortalecer e resistir contra um governo. Isso foi a mesma técnica feita em 64. Não tem novidade. Isso é a mesma técnica que foi feita na Alemanha nazista, a técnica na Itália pré-Mussolini, pré-Pinochet... Nossa, isso é tão batido historicamente que eu não entendo como é que pessoas tão intelectualizadas hoje em dia e ligadas à academia, historiadores conseguindo cair na mesma repetição. [...] Falta materialidade, falta materialidade no discurso (Manoel, MPL-RJ, 34, videochamada, novembro 2018).

A fala de Manoel traz à tona novamente o desgaste da esquerda tradicional e, em particular, do PT, diante de militantes que se identificam com esse mesmo espectro político. Ao relativizar o fascismo da direita comparando-o com um pretenso fascismo de esquerda, Manoel, mais do que todos os demais entrevistados do Passe Livre, revela a filiação anarquista/autonomista do movimento em que escolheu militar.

Como vimos nas falas analisadas, a polarização é vista, ao mesmo tempo, como um recurso estratégico de posicionamento e debate político, ao mesmo tempo em que sua exacerbação é experimentada como um risco à convivência democrática. Curiosamente, ao fazer essa problematização, alguns entrevistados partem para uma autocrítica, enquanto outros a atribuem apenas à postura inadequada de seus adversários (o que apenas reafirma a lógica da polarização). Ademais, a diversidade de posicionamentos encontrados inclusive no interior de um mesmo movimento reitera a percepção de que integração e estratégia nunca prescindem da subjetivação. Na experiência social, essas dimensões se articulam constantemente, estabelecendo uma dinâmica ininterrupta, por meio da qual as identidades individuais e coletivas são construídas.

6.8

Liberdade, igualdade e fraternidade na experiência social

O ponto de partida desta tese foi a hipótese de que a atual polarização relaciona-se às diferentes interpretações dos movimentos estudados quanto aos conceitos de liberdade e igualdade. Com Baggio (2008) também aventei a possibilidade de que uma interpretação restritiva da solidariedade/fraternidade

estaria na origem da radicalização dos discursos. Como vimos até aqui, as reflexões suscitadas pelas perguntas propostas aos entrevistados pouco têm a ver com tais hipóteses. No entanto, quando solicitei explicitamente que eles refletissem sobre meus pressupostos – adotando, desse modo, ainda que simplificadamente, a estratégia típica da intervenção sociológica, que aposta na reflexividade dos atores como importante recurso para a validação ou descarte de hipóteses – obtive perspectivas bastante enriquecedoras.

De maneira geral, pode-se dizer que liberdade e igualdade aparecem como intrinsecamente relacionadas nos discursos de membros do Passe Livre, ao passo que para o MBL a liberdade aparece como valor supremo e a igualdade como algo inalcançável, sendo possível e desejável estabelecer, única e exclusivamente, igualdade de oportunidades. Quanto à fraternidade, membros de ambos os movimentos atribuíram ao conceito uma valência restritiva, ligada ao afeto por parentes, amigos (de quem se pode inclusive discordar radicalmente) e pelos membros do próprio grupo. Ocasionalmente, também emergiu, em um ou outro discurso, uma compreensão da fraternidade como um princípio universalista.

Para Antônio, “a liberdade tem que estar acima de tudo, [enquanto a] igualdade é uma consequência que tem que ser atingida sem muita intervenção do Estado”, ou seja, deve-se garantir igualdade de oportunidades “para ajudar as pessoas que estão aquém de competir no mercado de trabalho ou socialmente, pra daí sim elas ascenderem e competir de forma meritocrática” (Antônio, 33, MBL-SP, novembro 2019). Roberto (MBL-SP), 43, complementa essa linha argumentativa:

Eu acho que o Estado tem que prover o mínimo. Como? Dando uma educação decente, saúde decente, esgoto, no Brasil metade do esgoto recolhido não é tratado. Eu acho que o Estado tem que dar o mínimo. Só que ele também às vezes tem dificuldade, porque ele abre mineradora, ele abre empresa de gerenciar cemitério, empresa de vender fruta e aí ele não consegue fazer saúde, educação e segurança, que do meu ponto de vista é o tripé do mínimo (Roberto, 43, MBL-SP, novembro 2019).

Os membros do MPL, por outro lado, problematizam essa tese, ao vincular a realização efetiva da liberdade à garantia de igual acesso a uma série de direitos, em particular o direito à mobilidade. Amanda (MPL-SP) afirma:

Eu acho que a questão da liberdade na democracia, a princípio, é muito bonita,

né? Isso de a gente poder ter manifestação, poder reivindicar nossas pautas, enfim, mas acho que na prática não acontece. [...] Quem tem liberdade é quem tem dinheiro pra pagar um apartamento em Pinheiros, quem tem dinheiro pra pagar uma casa na Vila Madalena¹⁶⁹, e que não precisa do transporte público pra se locomover, e que não precisa do serviço público pra sobreviver. Então eu acho que é uma questão de classe (Amanda, MPL-SP, 21, videochamada, agosto 2018).

Egídio (MPL-SP), 43, por sua vez, afirma que a liberdade é, em última instância, “a maior luta política de um grupo de esquerda”, desde que entendida num sentido coletivo:

Não é possível que uma pessoa que os avós, bisavós foram escravos e tal, e hoje em dia não consegue nem trabalhar num shopping... [...] Porque a igualdade passa por uma questão que é igualdade de opções, né? Quando você não tem opção de escolher entre um emprego e outro, entre um prato e outro, entre uma cor e outra, entre um nome e outro. Quando você não tem opção, por motivos econômicos ou por motivos raciais, então é impossível ter qualquer tipo de igualdade. [...]. A tarifa zero muda tudo, né? Porque se as pessoas têm um mesmo direito de circular pela cidade que qualquer outra tem, tendo dinheiro ou não, a organização da cidade fica diferente. Quando você não tem dinheiro pra ir pros lugares, pra qualquer coisa que seja, pra ir na padaria, pra procurar emprego – imagina que pra procurar emprego você tem que ter dinheiro, é uma loucura isso. Se você não tem emprego e não tem dinheiro e não tem oportunidade de procurar emprego, você não sai do lugar. Então eu acho que a tarifa zero que o Passe Livre tanto fala e tanto luta é justamente pra oferecer às pessoas as mesmas possibilidades de circularem pela cidade (Egídio, MPL-SP, 43, videochamada, setembro 2018).

Amanda (MPL-SP), 21, também enfatiza a luta pelo direito à cidade como pressuposto para uma sociedade igualitária, além de chamar a atenção para a questão da horizontalidade. “Defender a horizontalidade é um jeito de defender a igualdade, porque não existe hierarquia no movimento, não tem uma direção centralizada, todos têm o mesmo poder de participação, as mulheres e os pobres têm o mesmo poder de participação”, afirma Amanda. Ela prossegue:

Eu acredito piamente que a questão da tarifa zero é um jeito de promover igualdade e liberdade pras pessoas na cidade. Tenho certeza que construir mais creches também é um jeito de promover a liberdade e a igualdade pras mulheres que precisam trabalhar e que não conseguem trabalhar porque não têm com quem deixar as crianças. Eu acho que ter mais escola, e escolas que, por exemplo, não sejam as escolas sem partido, é um jeito de a gente ter a liberdade de escolha do adolescente na hora de estudar, diferente do que eles dizem. Acho que ter a permanência estudantil também é um jeito de a gente ter igualdade, tanto quanto as cotas (Amanda, MPL-SP, 21, videochamada, agosto 2018).

¹⁶⁹ Bairros de classe-média alta na capital paulista.

Como se vê, há pontos de convergência entre os discursos, em particular no que se refere à garantia de igualdade de acesso a alguns direitos básicos. As principais divergências se dão quanto ao papel e à extensão da atuação do Estado nesse processo, como evidencia também a fala de Fernando Holiday (MBL-SP):

No Brasil nós temos uma cultura muito grande de que o Estado deve nos guiar para o melhor caminho, o Estado deve nos guiar ao sucesso, temos uma cultura muito grande de dependência das grandes figuras políticas. Então eu acho que hoje no Brasil – e isso leva um pouco do nome do movimento, né, Movimento Brasil Livre – hoje no Brasil a liberdade passa essencialmente por nós nos desgrudarmos dessa necessidade do Estado. [...] Eu não acredito na igualdade plena. Eu acho que o objetivo do Estado talvez seja esse: conseguir oportunidades mínimas para que as pessoas [...] consigam a partir daí caminhar com as próprias pernas. Isso passa principalmente por um sistema de educação de qualidade pra ambos. Então eu acho que cabe ao Estado dar essa igualdade no ponto inicial, na primeira infância, no ensino fundamental e no ensino médio. A partir dali dificilmente nós vamos ter uma sociedade igual, até por conta das diferentes capacidades dos indivíduos [...]. Eu acho que a tentativa constante de fazer com que as pessoas sejam todas iguais na verdade vai arrastar a sociedade pra baixo, ao invés de equalizar por cima. Então eu acredito que a igualdade completa é utópica, impossível de se alcançar, mas acho que no ponto de partida acaba sendo um trabalho quase que fundamental do Estado pra que nós não tenhamos injustiças no futuro (Holiday, MBL-SP, 22, agosto 2018).

Larissa (MPL-SP), por sua vez, enfatiza o “autonomismo” que move o Passe Livre:

Acho que liberdade é muito abstrato, porque você sempre vai estar numa comunidade e aí você tem que dosar o que é comum e o que é individual pra você entender qual é a liberdade possível. Mas quando a gente fala de autonomia, das pessoas poderem tomar suas próprias decisões e se organizarem de acordo com os seus anseios, eu acho que isso é liberdade. É a liberdade de você não ter um Estado burocrático que vai condicionar sua vida, o que você vai estudar, a língua que você vai estudar, pensando nas populações indígenas. E pensando na nossa organização política mesmo, porque a coisa mais difícil é a gente respeitar a autonomia do outro, desde a esfera cotidiana, que é tipo, sei lá, meu primo veio me visitar e ele quer ir no jogo do fulano e eu quero fazer tal coisa, então desde uma coisa besta, até uma questão de, quando a gente estava em 2013 no topo de tudo virar e falar, a gente não tá coordenando isso, as pessoas têm a autonomia das suas próprias lutas. Qualquer outro coletivo, sinceramente, poucas pessoas no nosso lugar teriam essa audácia e esse desapego. Porque todo mundo ia querer virar e falar, não, a gente coordena isso, a gente manda nisso [...]. Virar e falar, não, deixa, *let it be*, é um desapego fodido (Larissa, MPL-SP, 29, videochamada, setembro 2018).

Como evidenciam essas falas, a sociedade pensada pelo Passe Livre pressupõe uma forte participação do Estado na garantia de direitos que proporcionem a liberdade e a igualdade almejadas, ao mesmo tempo em que visa

à não-intervenção estatal nas decisões individuais cotidianas. Para os membros do MBL, por outro lado, acima de tudo está o objetivo de diminuir ao mínimo possível a interferência estatal em todos os âmbitos, em particular na economia, como afirma João (MBL-RJ), 33:

Você ter liberdade de escolher sua relação de trabalho, você ter sua liberdade de escolher a sua aposentadoria, você ter sua liberdade de escolher como você quer se relacionar economicamente com outra pessoa, a força do contrato, a liberdade de você e um outro indivíduo decidirem o que é melhor pra vocês dois num senso comum, entendeu? [...] Você precisa ter um mínimo de Estado pra garantir a liberdade individual, [...], pra garantir suas liberdades. Mas não um Estado que se intrometa na sua vida, que se intrometa pesadamente nos seus negócios, um Estado que imponha a forma como você tem que fazer as coisas, porque se você está oferecendo um serviço, é o consumidor, é o cidadão que tem que dizer se aquilo ali é bom ou não. [...] Onde tem mais desigualdade no Brasil? No Estado. Os ricos brasileiros são funcionários do Estado, né? Então o Estado brasileiro é um dos maiores geradores de desigualdade que tem. É uma grande transferência de dinheiro dos mais pobres para os mais ricos, e o Estado está nesse meio. Se você diminuir a ação do Estado sobre o indivíduo, eu acho que a gente vai conseguir uma igualdade melhor, o indivíduo vai começar a alçar novos rumos, porque o próprio Estado acaba freando, gerando mais desigualdades (João, MBL-RJ, 33, videochamada, agosto 2018).

Como se vê, não se trata de divergências irreconciliáveis, mas de distintas concepções de justiça, mais ou menos igualitárias, a depender da perspectiva. A polarização extrema se dá quando tais pontos de vista são absolutizados e essencializados, de modo que se passe a negar a legitimidade dos adversários. Foi para verificar vias de saída dessa situação que busquei trabalhar com o conceito de fraternidade.

Ao propor o conceito de fraternidade para os entrevistados, eu tinha consciência de que provavelmente se trataria de algo artificial para eles, pouco presente, senão totalmente ausente, de seu vocabulário militante e de seu dia a dia. “É engraçado você trazer isso, eu nunca tinha parado pra pensar. [...] Eu não sei pra ser sincera. [...] Não são coisas que a gente discute no movimento, porque a gente tá muito mais nas questões práticas mesmo”, afirmou Amanda (MPL-SP), 21, por exemplo.

Também estava ciente de que, desde Durkheim, a tradição sociológica empregou predominantemente o termo solidariedade para se referir aos laços responsáveis pela integração social. No entanto, diante da crise enfrentada pelo próprio conceito de sociedade – ao menos no seu sentido ligado à ideia de Estado-

nação – no atual contexto de globalização, multiplicidade cultural e antagonismos generalizados, optei por recorrer ao conceito de fraternidade no sentido universalista a ele atribuído explicitamente por François Dubet, entre outros autores já mencionados, para refletir, junto aos atores entrevistados, sobre as possibilidades de superação da polarização.

As entrevistas revelaram, por um lado, a predominância de uma leitura restritiva do conceito de fraternidade por parte dos atores e, por outro, uma aposta desconfiada em sua capacidade de ampliação da tolerância aos adversários.

Para Larissa (MPL-SP), a ideia de fraternidade está ligada aos “irmãos” militantes:

A fraternidade eu acho que uma das coisas que eu sempre falo é: eu formei o meu caráter na militância. Então tudo o que eu sou, aliás, eu como ser humano, não só a questão do caráter, mas as coisas que eu sei, a forma de agir, tudo é a militância. E eu acho que a gente também escolhe isso porque o tipo de fraternidade que a gente tem na luta é o tipo de fraternidade mais especial que existe. Eu gosto de falar assim: tem a família, tem os amigos, tem o seu companheiro ou sua companheira que você escolhe viver, e muito acima disso tem os companheiros de militância. Porque é um cara que é um grau de confiança, mesmo que você discorde politicamente, você seria preso por essa pessoa, você tomaria um tiro por essa pessoa, você confiaria nessa pessoa em situações de extrema sobrevivência e risco de vida, e você tá compartilhando uma coisa que é muito importante[...]. Por tudo o que a gente fala que o mundo precisa mudar, que o mundo do jeito que está posto é muito indigesto, é muito sofrido, é muito doído... [...] Compartilhar essa angústia e esse dever de tentar fazer alguma coisa pra mudar, eu acho que isso cria um vínculo muito forte. Então, em última análise, quando a gente fala que quer construir o socialismo, quer construir uma sociedade anarquista, revolucionária, o que a gente tá falando, pra além da teoria é: a gente quer construir um mundo onde a fraternidade seja importante (Larissa, MPL-SP, 29, videochamada, setembro 2018).

João, do MBL-RJ, também liga a fraternidade à militância:

Você entra pro MBL, você acaba encontrando pessoas que pensam igual a você, você acaba criando um grupo, né? E, princípio básico: em grupo você é mais forte. [...] Você acaba criando um vínculo, você acaba conversando sobre assuntos que a maioria das pessoas não conversam, por exemplo, política, né? A maioria da população não está engajada em política, a maioria da população só quer trabalhar, ter condições de vida e voltar pra casa. Não está preocupada se o programa de assistência social do governo está fazendo o que tem que fazer. Só quer saber disso: ter um emprego, trabalhar e viver. E tem muitas coisas que quando você acaba encontrando no MBL essa fraternidade, a gente começa a criar amizade, criar um vínculo, ver que a gente pensa igual, cria uma similaridade, começa a se ajudar, começa a marcar de fazer alguma coisa, você começa a ver que um amigo teu está tendo algum problema e você faz uma vaquinha pra ajudar. Por exemplo, a gente teve um militante nosso que ficou

desempregado e não estava conseguindo comprar comida, então a gente foi lá fez uma vaquinha cada um e deu a cesta básica pra ele. Essa que eu acho que é a fraternidade. Esse que é o laço que vai crescendo e você acaba virando uma família, né? Sabe, pessoas que são iguais assim a você, um vínculo muito forte. Acho muito legal (João, MBL-RJ, 33, videochamada, agosto 2018).

Egídio (MPL-SP), por outro lado, interpreta o conceito de maneira mais ampla:

A fraternidade talvez seja o mais próximo que a gente pode ter de um sentimento humano mesmo, né? De você poder se colocar no lugar do outro ali, de você poder oferecer ajuda mesmo quando isso não é importante pra você, ou se a gente for colocar nos termos de luta política, por exemplo, de você lutar por alguma coisa que não seja exatamente um ganho pessoal seu. E também de você conseguir ser, de certa forma, numa situação ruim, numa discussão, você conseguir ser fraterno é muito importante. Então eu acho que a fraternidade é o mais próximo que a gente tem de um sentimento ideal humano (Egídio, MPL-SP, 43, videochamada, setembro 2018).

No entanto, na relação com adversários políticos, Egídio considera a prática da fraternidade bastante desafiadora, senão impossível:

Eu tenho amigos de direita com quem eu tenho uma relação fraterna, né? A gente só não discute... Politicamente a gente vai até um nível, como eu te falei. Depois daquela linha a gente não passa mais, porque é impossível. Amigos de infância meus, por exemplo, mas que eles, mais do que tudo, eles respeitam a minha raiva. [...] Mas politicamente falando, com relação a alguém do MBL por exemplo, eu não sei se eu teria vontade de ter uma relação fraterna, porque politicamente ele não vai ser fraterno comigo, entendeu? Então eu acho que depende muito da situação, do momento ali. Tem até aquela cena da Márcia Tiburi, que ela vai num programa de rádio e tá um cara do MBL lá, ela levanta e vai embora. Não, eu não conversei com fascista e tal. E é engraçado que ela escreveu um livro “Como conversar com fascistas”. Então você vê como isso pega, né? Como é difícil, né? A gente tem que lembrar que a gente é humano também, né, que a gente não é um robô que programam a gente e a gente não vai sentir nada e vai ficar tudo bem, né? (Egídio, MPL-SP, 43, videochamada, setembro 2018).

É em seu sentido mais afetivo, portanto, que, para Egídio, 43, a fraternidade pode levar à convivência pacífica entre pessoas de diferentes convicções políticas. Trata-se certamente de um passo a mais na comparação com a fraternidade por semelhança, que emergiu nos discursos anteriores, mas ainda distante de sua valência mais universalista. Esse tipo de leitura mais ampla emerge, por exemplo, na fala de Manoel (MPL-RJ), 34, que emprega uma linguagem mais universalista, mas pondera que “a fraternidade só acontece com liberdade e igualdade”, ou seja, pressupõe justiça social. O militante do passe livre

vai além, e afirma que “a fraternidade pressupõe a alteridade, pressupõe você entender que o outro é diferente” (Manoel, MPL-RJ, 34, videochamada, novembro 2018), o que revela que seu discurso carregado de crítica social não exclui a abertura ao contraditório.

Por fim, vale mencionar Lívia, quando ela afirma que “por mais que esquerda e direita sejam muito divididas, no final almoça todo mundo junto na mesma sala” (Lívia, 22, MBL-SP, novembro 2019), referindo-se à experiência vivida na universidade. Seja no restaurante universitário frequentado por Lívia, seja na câmara dos vereadores em que Holiday atua, seja no ônibus em que Manoel conversa sobre política com bolsonaristas, o encontro face a face, fora das redes sociais digitais, parece amenizar a experiência da polarização.

Além disso, de maneira geral, as entrevistas evidenciam que o engajamento social, de direita ou esquerda, pode ter efeitos pedagógicos relevantes, colocando em xeque a ideia de que os movimentos de esquerda são compostos por revolucionários violentos e os de direita são formados necessariamente por proto-fascistas e reacionários. No próximo capítulo, procuraremos levar adiante essas reflexões, à luz de movimentos sociais franceses.

7

La Manif pour Tous, Nuit Debout e o imponderável na pesquisa

Como vimos na introdução, logo após minha chegada a Bordeaux, em setembro de 2018, eclodiram os protestos dos *Gilets Jaunes* (Coletes Amarelos)¹⁷⁰, o que me levou a realizar uma observação participante dessas manifestações, antes de começar a entrevistar os membros dos movimentos *Nuit Debout* e *La Manif pour Tous*. Debrucemo-nos, a seguir, sobre o contexto em que elas são gestadas.

7.1

Conjuntura francesa contemporânea

Em maio de 2017, o ex-banqueiro liberal e europeísta Emmanuel Macron se tornou o mais jovem presidente da V República francesa, sucedendo o impopular François Hollande (Partido Socialista), de quem fora ministro da Economia. Sua vitória contra Marine Le Pen, líder da Frente Nacional (*Front National*), um partido historicamente identificado com posições xenófobas, foi celebrada como um alento frente à onda de populismo nacionalista que já atingira os Estados Unidos de Donald Trump e o Reino Unido de Boris Johnson e Brexit, para citar apenas dois exemplos (BREMNER, 2018).

“A onda de crescimento do populismo acabou”, afirmou Antonio Tajani (EDER, 2017), presidente do Parlamento Europeu, no dia seguinte à vitória de Macron. No entanto, dois anos depois, as eleições europeias consagraram o partido da família Le Pen (que já havia vencido em 2014). Com 23,34% dos votos, os nacionalistas conquistaram as mesmas 23 cadeiras obtidas pelos macronistas (22,42% dos votos), bem à frente do terceiro colocado, o *Europe Écologie* (13,48%, 8 cadeiras) (MINISTÈRE DE L’INTÉRIEUR, 2019).

Nos últimos anos, Marine Le Pen vinha se distanciando das posturas abertamente racistas de seu pai, Jean-Marie. Em 2015, quando ele repetiu publicamente sua antiga e famigerada afirmação de que as câmaras de gás nazistas haviam sido “um detalhe da história” (BBC, 2017), ela rompeu publicamente com

¹⁷⁰ As primeiras manifestações ocorreram no dia 17 de novembro de 2018, em cidades de todo o território francês.

ele. Denunciado pela filha, o patriarca acabou expulso do partido que ele mesmo fundara em 1968.

Rebatizado como *Rassemblement National* (Reagrupamento Nacional) logo após as eleições de 2017, o partido comandado por Marine tem tentado renovar sua identidade e ampliar seu eleitorado, refutando, por exemplo, o rótulo de extrema-direita com que costuma ser retratado por adversários e imprensa. Ao mesmo tempo que reafirma a defesa da cultura francesa contra um globalismo que explora imigrantes e desemprega nativos, Marine Le Pen procura demonstrar certa abertura em questões como direitos das mulheres e dos homossexuais. Além disso, enfatiza seu passado de defensora pública, ocasião em que afirma ter atendido gratuitamente imigrantes ilegais, não obstante suas convicções políticas.

Por meio dessa estratégia de apresentar “a extrema direita com um rosto humano”, como já observava o filósofo francês Bernard-Henri Lévy (2010), Le Pen conquistou 33,90% dos votos contra Macron em 2017 (MINISTÈRE DE L’INTÉRIEUR, 2017). Foi uma derrota inequívoca, mas com votação bem mais expressiva que a obtida por seu pai em 2002, quando o *Front National* ficou com apenas 17,8% dos votos disputados contra Jacques Chirac (MINISTÈRE DE L’INTÉRIEUR, 2002).

No primeiro turno, porém, a disputa fora muito equilibrada. Macron obtivera 24,01% dos votos, contra 21,3% de Le Pen, 20,01% de François Fillon e 19,58% de Jean-Luc Mélenchon. Menos de 600 mil votos separaram o terceiro e o quarto colocados do segundo turno (e a diferença entre eles foi de menos de 200 mil votos).

Fillon, concorrendo pelos Republicanos (*Les Républicains*, antes chamados *Union pour un mouvement populaire*, UMP), contou com o decisivo apoio do partido-movimento¹⁷¹ *Sens Commun* (LILLA, 2019), fundado em 2013 no embalo do movimento *La Manif pour Tous*. Mélenchon, por sua vez, concorrera pelo *La France Insoumise*, partido-movimento fundado por ele em 2016. Autodefinindo-se como a “esquerda da esquerda”, mas também refutando aqueles

¹⁷¹ Nesse e nos demais casos uso o termo “partido-movimento” com base na autodenominação dessas organizações. Trata-se de partidos registrados na justiça eleitoral francesa, com representantes eleitos em algum nível do Executivo ou Legislativo (municipal, provincial, regional ou federal), mas que se definem, em suas páginas oficiais, como um “movimento social” (caso do *Sens Commun*), “movimento político e cidadão” (caso do *En Marche* de Macron) ou simplesmente “movimento” (caso do *La France Insoumise* de Jean-Luc Mélenchon).

que o classificam como “extrema-esquerda”, Mélenchon conseguiu atrair uma parte dos participantes do movimento *Nuit Débout*. Até então, o político fora um dos principais líderes da Frente de Esquerda (*Front de Gauche*) formada em 2008 por dissidentes do Partido Socialista, entre os quais o Partido de Esquerda (*Parti de Gauche*), fundado por ele naquele mesmo ano, e o Partido Comunista Francês (RODRIGUES, 2017).

Influenciado pelas ideias de Chantall Mouffe e Ernesto Laclau, Mélenchon afirma lutar pela construção de um populismo de esquerda, através de uma revolução cidadã inspirada no Equador, na Bolívia e na Venezuela (MÉLENCHON, 2010), a ser implementada por meio de uma Assembleia Constituinte que dê origem à VI República francesa¹⁷².

A partir de novembro de 2018, muitos dos eleitores de Le Pen e Mélenchon foram às ruas vestindo coletes amarelos ou ao menos declararam apoiar o movimento, lado a lado com uma multiplicidade de outros cidadãos franceses. Com os *Gilets Jaunes*, tinha continuidade “um verdadeiro tsunami na vida política francesa” (ALGAN et al., 2019, p. 3), iniciado numa eleição em que nenhum dos dois partidos mais tradicionais – os Socialistas e os Republicanos – conseguiu chegar ao segundo turno.

Com o seu partido-movimento *La République en Marche*¹⁷³, fundado também em 2016, Macron venceu. Mas um ano e meio depois tornou-se um dos alvos preferenciais de manifestantes identificados com diversas colorações do espectro político.

7.2 Reflexões metodológicas

Era um frio fim de tarde quando me dirigi, no dia 18 de janeiro de 2019, à Praça Pey Berland, coração de Bordeaux, em busca dos “sentinelas” que, segundo o site *La Manif pour Tous Gironde*, se reuniam ali todas as sextas-feiras, às 19h, para protestar pacificamente. Diante do imponente palácio do século XVIII que

¹⁷² Cf. La France Insoumise. Disponível em: <https://avenirencommun.fr/sept-axes-programmatiques/>. Acesso em: 04 ago. 2020.

¹⁷³ Embora se proponha como um ponto de convergência entre esquerda e direita, com uma abordagem social-liberal, o partido costuma ser associado, por seus críticos, ao neoliberalismo. Cf. página oficial. Disponível em: <https://en-marche.fr/le-mouvement>. Acesso em 04 ago. 2020.

hoje abriga a prefeitura municipal¹⁷⁴, avistei uma mulher em pé, com uma pequena vela acesa colocada ao chão logo à sua frente. Alimentada à pilha, a chama resistia sem problemas ao vento e à chuva típicos do inverno *bordelais*.

Às costas daquela jovem senhora, cujos cabelos grisalhos poderiam fazer crer tratar-se de alguém acima de seus cinquenta e poucos anos, via-se a Catedral de *Saint-André*¹⁷⁵, com torres góticas que buscavam tocar o céu. À direita, ouvia-se o burburinho dos movimentados bares de onde habitantes e turistas apreciavam o cartão postal. Alguns metros atrás, soava o sino do VLT passando lentamente, num instigante contraste entre o antigo e o moderno.

Acostumada à rotineira aproximação de transeuntes curiosos com a performance semanal, Amelie¹⁷⁶ não se assustou quando me apresentei timidamente. Balbuciando meu pobre francês, expliquei minha pesquisa, mencionei a comunicação malsucedida com a sede do *La Manif pour Tous* e perguntei se poderíamos agendar uma entrevista para os próximos dias. Ela se colocou à disposição sem titubear, mas disse preferir realizar a entrevista ali mesmo, durante a vigília, afinal um dos objetivos da ação era justamente chamar a atenção para a causa defendida e entrar em diálogo com quem se dispusesse a ouvi-los.

Surpreso, retirei imediatamente meu smartphone do bolso para iniciar a gravação. Àquela altura, eu já havia decorado o roteiro elaborado para as entrevistas (o mesmo utilizado no Brasil, com as necessárias adaptações), de modo que não foi um problema não tê-lo em mãos naquele momento. Assim que começamos a gravação, outros sentinelas começaram a chegar e posicionar suas velas eletrônicas no chão. Fui muito bem recebido pela maioria deles, na medida em que Amelie me apresentava. Robert, porém, me olhava com desconfiança. A um certo ponto, tentou passar seu celular para Amelie. Do outro lado da linha, alguém queria falar com ela, que se recusou a atender, dizendo estar ocupada concedendo-me a entrevista.

Mais tarde compreendi que minha demanda ao perfil do *La Manif pour Tous Gironde* havia sido colocada em discussão, mas ainda não se havia chegado

¹⁷⁴ A construção foi concluída em 1784 para ser a sede episcopal e funcionou com essa finalidade até 1837, quando assumiu a atual finalidade laica.

¹⁷⁵ Consagrada pelo papa Urbano II em 1096 e reconstruída entre os séculos XII e XVI, o templo une o estilo românico de sua nave ao gótico das torres.

¹⁷⁶ Nome fictício, assim como o de todos os demais entrevistados mencionados neste capítulo.

a um consenso. Amelie parecia estar ciente disso, mas me disse que cada um tinha o direito de optar por se expressar ou não, porque aquele era um grupo de pessoas livres. Foi com base nessa independência e boa vontade que consegui entrevistar oito membros do *La Manif pour Tous/Les Sentinelles Bordeaux*. Robert nunca topou. Naquele dia, quando aceitei o convite de Amelie para tomar um vinho quente com o grupo num dos cafés da praça, ele logo se despediu, talvez por não concordar com minha presença. Apesar disso, não deixou de me cumprimentar quando nos encontramos em uma das manifestações dos *Gilets Jaunes*.

Sentar à mesa com aqueles gentis desconhecidos foi importante para a minha pesquisa, porque o conhecimento recíproco, ainda que superficial, garantiu um nível mínimo de confiança para que eu pudesse prosseguir com minha investigação. Informalmente, pude compreender melhor suas motivações e ouvir algumas anedotas interessantes. Josephine, uma simpática senhora de 79 anos, me contou, por exemplo, que certo dia um grupo de jovens feministas foi protestar contra o ato dos *Sentinelles*, batendo panelas. Sua reação foi dançar animadamente no ritmo do batuque, o que acabou quebrando o gelo e proporcionando uma aproximação. Não houve concordância entre elas, mas travou-se um diálogo amistoso.

Aquela foi a primeira e última vez que participei desse momento de confraternização. Nas semanas seguintes, embora sempre tenha sido convidado a me juntar a eles para o tradicional vinho quente, limitei-me a participar das vigílias das 19h, ocasiões em que observei o movimento e realizei novas entrevistas. Do total de oito concedidas por membros do *La Manif pour Tous/Les Sentinelles Bordeaux*, quatro ocorreram dessa forma, enquanto outras quatro foram agendadas. Dessas últimas, duas foram conseguidas através de uma professora/pesquisadora da Universidade de Bordeaux, que me indicou um vereador local que participara da fundação do movimento. Ele, por sua vez, me colocou em contato com outro membro-fundador.

Tanto no caso dos sentinelas quanto no caso dos participantes do *Nuit Debout*, as entrevistas agendadas foram realizadas em cafés/bares ou na sede do Centre Émile Durkheim, que gentilmente disponibilizou um espaço de trabalho durante meu estágio de pesquisa. Em apenas uma ocasião a entrevista foi realizada na casa do entrevistado, que assim preferiu. No total, entre janeiro e fevereiro de 2019, realizei 22 entrevistas, das quais 14 com membros do *Nuit*

Debout (ND) e oito com membros do *La Manif pour Tous/Les Sentinelles* (LMPT/LS). Duas delas, uma de cada movimento, foram descartadas, em decorrência da baixa qualidade da gravação¹⁷⁷.

As entrevistas realizadas na praça Pey Berland foram as mais desafiadoras, porque em condições pouco favoráveis. Vento, chuva, pessoas ao redor foram alguns dos fatores que diminuíram a qualidade da gravação e da interlocução. Nessas circunstâncias, o modo mais viável de registrar a concordância dos entrevistados com o Termo de Consentimento Livre Esclarecido que lhes garantia o anonimato foi a gravação em áudio, uma vez que as condições dificultavam a leitura e assinatura de um documento em papel, além de poder intimidar os participantes, algo que eu queria evitar. Em todos os demais casos, o termo foi assinado normalmente.

Os temas abordados foram os mesmos das entrevistas realizadas no Brasil, com uma exceção inevitável: os *Gilets Jaunes* (Coletes Amarelos). Todos os entrevistados tinham algo a dizer sobre as inesperadas manifestações e geralmente o faziam espontaneamente. Muitos participavam delas semanalmente. Os Coletes Amarelos serão, portanto, a linha condutora a partir da qual procurarei construir este capítulo. Na próxima seção, farei uma breve reconstituição dos acontecimentos através de fontes secundárias e da minha observação participante, intercalando com falas de alguns entrevistados a esse respeito. Eles serão identificados seguindo o mesmo padrão do capítulo anterior. A análise das demais questões feitas aos entrevistados, bem como uma apresentação mais detalhada dos movimentos, será apresentada no capítulo seguinte.

7.3

Os *Gilets Jaunes* (Coletes Amarelos)

As primeiras manifestações dos *Gilets Jaunes* ocorreram no dia 17 de novembro de 2018, quando milhares de pessoas vestindo coletes amarelos¹⁷⁸ bloquearam estradas, pedágios e rotatórias em todo o território francês, motivadas por uma petição que, desde maio daquele ano, solicitava a queda do preço dos

¹⁷⁷ Dentre as 20 entrevistas restantes, outras duas (uma de cada movimento) não serão mencionadas, embora tenham sido transcritas, porque não trazem elementos novos.

¹⁷⁸ Acessório de porte obrigatório em automóveis, segundo a legislação francesa.

combustíveis. Naquele dia, segundo o Ministério do Interior francês, houve mais de 2 mil pontos de bloqueio, com quase 300 mil participantes.

À medida que o movimento se expandia e incluía em seu repertório manifestações semanais nas ruas das principais cidades francesas, alargavam-se também as demandas: à revolta contra imposto interior sobre o consumo de produtos energéticos (TICPE, da sigla em francês), que foi o estopim dos protestos, somaram-se reivindicações ligadas à queda do poder de compra da população, à justiça social e à crise de representatividade democrática, entre outras (COLLECTIF, 2019).

Em Bordeaux, essa multiplicação de pautas era evidente, assim como o modo “personalizado” como eram expressas. É o que procuro demonstrar com a compilação de imagens apresentada a seguir¹⁷⁹. As fotografias, todas feitas por mim, estão organizadas de acordo com sua pertinência aos temas abordados e não cronologicamente.

A figura 1 mostra a concentração dos manifestantes antes de iniciarem a caminhada pelas ruas de Bordeaux, sem definição prévia do percurso. A decisão de contrariar a legislação francesa e não informar as autoridades competentes quanto à data e ao trajeto de suas manifestações constitui um dos indícios da espontaneidade e descentralização organizacional dos *Gilets Jaunes*.

¹⁷⁹ Esta é a única parte da tese em que trabalho com imagens, porque se trata de material produzido por mim, retratando acontecimentos ainda pouco estudados nas ciências sociais brasileiras. Nos demais casos, como as manifestações de junho de 2013, há grande quantidade de fotografias disponíveis. Além disso, meu intuito nunca foi fazer uma comparação sistemática e imagética entre as manifestações de junho de 2013 e os Coletes Amarelos (uma fortuita ocorrência no decurso da pesquisa), embora eventualmente eu estabeleça paralelos entre os dois acontecimentos. O emprego de fotografias para retratar os Coletes Amarelos de Bordeaux tem uma função particular dentro da tese: evidenciar a diversidade de atores presentes nos protestos, entre os quais também estiveram presentes membros dos dois movimentos em foco, *Nuit Debout* e *La Manif pour Tous*.

Figura 1: Manifestantes concentram-se na *Place de la Bourse*, centro de Bordeaux, no dia 02/03/2019.



Fonte: Daniel Fassa Evangelista, 2019

A reação das autoridades foi montar um forte esquema de segurança para impedir a aproximação dos manifestantes de prédios públicos, bem como seu trânsito em áreas nobres da cidade. A tensão marcou rotineiramente o fim das manifestações costumava aumentar diante da barreira retratada abaixo (figura 2), criada para proteger a prefeitura, onde a polícia respondia com bombas de gás lacrimogênio à concentração de manifestantes (figura 3).

Figura 2: Policiamento ostensivo na Praça Pey Berland, na manhã do sábado, 16/02/2019, em preparação para as manifestações do período da tarde.



Fonte: Daniel Fassa Evangelista, 2019.

Figura 3: Manifestantes concentram-se no fim da manifestação do dia 19/01/2019, na entrada da praça Pey Berland, onde se localiza a prefeitura (foto inferior direita, ao fundo) e a catedral de Saint-André (foto à esquerda).



Fonte: Daniel Fassa Evangelista, 2019.

Um dos repertórios de ação mais utilizados pelos *Gilets Jaunes* de Bordeaux foram as inscrições personalizadas nos próprios coletes, como se pode ver na figura 4:

Figura 4: Coletes personalizados com variados escritos foram um repertório típico dos *Gilets Jaunes* de Bordeaux. Fotos realizadas no dia 09/02/2019.



Fonte: Daniel Fassa Evangelista, 2019.

Nas imagens acima, lê-se, partindo da imagem do canto superior esquerdo da montagem, em sentido horário:

1. “Notícias Falsas: estamos numa democracia; Leilões: mídia: vendida”
[prossegue a lista];
2. “Qual ideal? A felicidade, sem ideologia”;
3. “Quando a injustiça é a lei, a rebelião é meu direito; Macron, demissão, novas eleições”;
4. “A ira do povo, França em cólera”;
5. “Urgente: necessidade de social, de democracia, RIC (Referendo de Iniciativa Cidadã)”;

6. “Seria necessária uma associação dos coletes amarelos para tomar nota de todas as vítimas [em referência à violência policial]”;
7. “Remi Freysse¹⁸⁰ e Arnaud Beltrame¹⁸¹, homens de honra, obrigado!”

Outro repertório marcante foi o uso de cartazes individuais, com os temas e reivindicações os mais variados, como se poderá verificar nas figuras 5, 6, 7 e 8:

Figura 5: Cartazes fotografados no dia 02/03/2019 vão da indignação contra o sistema político à reivindicação por acessibilidade aos surdos.



Fonte: Daniel Fassa Evangelista, 2019.

Nos cartazes acima lê-se, partindo da imagem superior esquerda, em sentido horário:

¹⁸⁰ Ambientalista francês morto em 2014 durante um protesto contra a construção de uma barragem.

¹⁸¹ Militar francês morto em 2018 por um terrorista em Trèbes, após assumir o lugar de um refém.

1. “Sou francês e estou de saco cheio! O povo está na rua”;
2. “Justiça fiscal, social e ambiental: não é o povo quem tem que pagar as suas décadas de futilidades”;
3. “Igualdade, acessibilidade para os surdos”;
4. “[cartaz vermelho]: Viver na França custa um braço; reclamar disso custa um olho”¹⁸².

Figura 6: Protestos contra autoridades caminharam lado a lado com mensagens de cunho ético ou religioso nas manifestações do dia 02/03/2019.



Fonte: Daniel Fassa Evangelista, 2019.

¹⁸² Alusão à violência policial que deixou dezenas de feridos, inclusive por bala de borracha nos olhos. Cf. Walid Salem (2019).

As fotos acima trazem as seguintes mensagens (sempre partindo da imagem superior esquerda e seguindo em sentido horário):

1. Há 200 anos, suas cabeças seriam cortadas¹⁸³;
2. “A mediocridade dos *media* nacionais é à imagem dos nossos governantes”;
3. “Não à servidão voluntária¹⁸⁴, não ao poder, sim à responsabilidade individual, sim ao dever”;
4. “Homem de coração ou homem de contas? Questão inspirada pela Revelação de Arès”¹⁸⁵.

As referências à Revolução Francesa também não faltaram, como já foi observado na imagem superior esquerda da figura 6 e como se vê a seguir:

¹⁸³ As figuras retratadas são, à esquerda, o ministro do interior Christophe Castaner, alvo constantes de gritos de guerra durante as manifestações, e à direita o primeiro-ministro Édouard Philippe, ambos nomeados pelo presidente Emmanuel Macron.

¹⁸⁴ Aparentemente uma referência à obra de Etienne de La Boétie ([1576] 1995).

¹⁸⁵ Movimento espiritual fundado em 1974 na cidade girondina de Arès, pelo francês Michel Potay, que afirma ter recebido revelações de Jesus Cristo e do próprio Deus, a partir das quais propõe um caminho espiritual desvinculado de religiões institucionalizadas.

Figura 7: Cartazes fazem referência à Revolução Francesa.



Fonte: Daniel Fassa Evangelista, 2019.

Na foto superior lê-se: “Sem calção¹⁸⁶, 1789; com colete, 2018/2019”.
Abaixo, “~~liberdade, igualdade~~, fraternidade”.

¹⁸⁶ Tradução literal de “culotte”, vestimenta típica da aristocracia, contra a qual os *sans-culottes* lutaram na Revolução Francesa.

Figura 8: Reivindicações de debates públicos verdadeiramente democráticos, de projetos de lei de iniciativa popular e até da saída da França da União Europeia foram vistas em cartazes na manifestação do dia 09/02/2019.



Fonte: Daniel Fassa Evangelista, 2019.

Na montagem acima, o cartaz da imagem superior chama ao acesso do site *Le Vrai Débat* (o verdadeiro debate), criado em contraposição ao *Grand Débat* de Emmanuel Macron, no qual o presidente responde a questões da população em eventos televisionados, realizados alternadamente em auditórios de diversas capitais do país. Na imagem inferior direita, vê-se o verso do cartaz retratado na imagem superior, em que se lê: “Por um verdadeiro RIC é necessário o Frexit”.

O termo Frexit, inspirado no Brexit, é utilizado para reivindicar a saída da França da União Europeia, a exemplo da decisão tomada pelos britânicos. O termo RIC, por sua vez, também aparece no cartaz inferior esquerdo e refere-se a uma das principais reivindicações dos *Gilets Jaunes*: o *Référendum d'initiative citoyenne* (RIC, Referendo de iniciativa cidadã), dispositivo de democracia direta

que possibilitaria aos cidadãos, através de determinado número de assinaturas, votar leis de iniciativa popular, revogar leis votadas no Parlamento, modificar a Constituição e revogar o mandato de um parlamentar eleito. Para alguns manifestantes, as duas medidas estão intrinsecamente ligadas, como evidencia o já mencionado cartaz inferior direito da figura 8.

Essa diversidade de pautas e origens dos manifestantes, reunidos por uma comum indignação contra a deterioração das condições de vida e a inacessibilidade da democracia representativa, se confirmava na medida em que eu realizava as entrevistas em profundidade com membros dos movimentos *Nuit Débout* e *La Manif por Tous*, uma vez que, como afirmei no início do capítulo, a maior parte deles participava ou ao menos apoiava moralmente os coletes amarelos.

É o caso de Fabienne, 47, militante de movimentos pelos direitos de trabalhadores precários que participou da articulação do *Nuit Débout Bordeaux* desde o seu início. Ela vê semelhanças entre os dois movimentos, no sentido de que ambos atraíram pessoas sem experiência de militância prévia, inclusive com ideais mais alinhados à direita do espectro político. No entanto, nos *Gilets Jaunes*, segundo ela, essa diversidade foi maior: “se levamos o contexto em consideração, três anos atrás [...] não se afirmava tão rapidamente ter votado em Le Pen¹⁸⁷” (Fabienne, 47, ND, fevereiro 2019).

O estudante universitário Valentin, 26, também vê certa continuidade entre o *Nuit Débout* e os *Gilets Jaunes*. Tendo participado dos dois movimentos, ele afirma:

O que se passa com os Coletes Amarelos eu não sei se poderia ter ocorrido se não houvesse *Nuit Debout* antes. De certa maneira, o fato de as pessoas dispensarem espontaneamente os órgãos políticos e começarem a enfrentar o Estado, entre aspas, foi, penso eu, um raio de esperança para muitos, até mesmo para as pessoas que não participaram (Valentin, 26, ND, fevereiro 2019).

Assim como Fabienne, ele considera os *Gilets Jaunes* um movimento social mais amplo do ponto de vista ideológico, do qual discorda em alguns pontos e concorda em outros:

¹⁸⁷ Referência a Marine Le Pen, presidente do partido de extrema-direita Frente Nacional e candidata à presidência derrotada por Emmanuel Macron no segundo turno das eleições de 2017.

No começo eu estava cético, achei que era um movimento apenas sobre o combustível. Depois de me aproximar um pouco mais, vi que, bom, era mais o fato da injustiça tributária finalmente, porque iam nos fazer pagar um pouco mais pela gasolina enquanto havia ocorrido um corte de impostos para os mais ricos antes. Eu não concordo com eles em tudo, acho que eles estão mais à direita do espectro político, mas há muito em comum com minhas ideias, também com o que defendíamos no *Nuit Debout*. Os coletes amarelos são certamente mais diversos que o *Nuit Debout*. Eu acho que existem mais tipos de perfis. *Nuit Debout* ainda era formado principalmente por pessoas que estudaram ou estavam estudando [referência ao ensino superior], havia um pouco um “entre si”, um [ambiente] um pouco intelectualizado, enquanto os Coletes Amarelos têm algo de mais popular, de maior, mesmo que seja um pouco mais à direita, é mais amplo (Valentin, 26, ND, fevereiro 2019).

Para Maximilien, aposentado católico que milita nos movimentos *La Manif pour Tous/Les Sentinelles*, o que chama atenção nos *Gilets Jaunes* é a “espontaneidade” do movimento e sua distância dos partidos e organizações tradicionais, sobretudo de esquerda. Para ele, a democracia é uma grande farsa, porque os debates públicos promovidos pelo governo francês a respeito de determinadas políticas públicas (como a Lei Bioética¹⁸⁸) servem apenas para fazer de conta que se leva a opinião pública em consideração, quando na realidade as decisões já foram tomadas de antemão.

Ele menciona o referendo sobre a adesão da França à Constituição Europeia, realizado em 2005, fato mencionado negativamente também por alguns entrevistados do *Nuit Debout*. Não obstante o posicionamento majoritariamente contrário da população (cerca de 54% votaram não), o presidente Jacques Chirac ratificou a decisão tomada no ano anterior, com a assinatura do Tratado de Roma II. Por isso, os *Gilets Jaunes* são, para Maximilien, uma reação às “mentiras” da democracia:

Os Coletes Amarelos são algo incrível, incrível porque é algo espontâneo. A mim dá a impressão de que vem do bom povo, é o bom senso que acorda. Como vivemos em uma sociedade que só faz andar sobre nossas cabeças o tempo todo, [...] posso dizer que o poder suga nosso sangue com impostos, taxas etc. e isso causa miséria. [...] E na hora certa o bom povo diz, mas não, não aguento mais, não posso mais sustentar minha família. [...] Antes de cada eleição, os candidatos dizem que amanhã será melhor do que hoje. Se você votar em mim, prometo que todos serão felizes, saudáveis e alegres. Bem, a cada eleição uma promessa, obviamente nunca mantida, pelo contrário, aumentam os impostos etc. E o bom povo está cansado disso. [...] É incrível porque, obviamente, não é algo organizado. [...] com redes sociais, boca a boca, foi feito assim e saiu. E isso

¹⁸⁸ Revista a cada sete anos, ela possibilitou, a partir de 2018, o acesso de casais homossexuais à Procriação Medicamente Assistida, antes reservada aos heterossexuais.

incomoda o governo. Incomoda-os muito (Maximilien, LMPT/LS, fevereiro 2019).

A análise de Tristan, aposentado e companheiro de militância de Maximilien¹⁸⁹, vai na mesma direção. Ele critica a distância entre governantes e população, revelada na criação de impostos e leis que, para ele, não levam em conta a realidade do cidadão comum e apenas respondem a exigências de tecnocratas preocupados com a economia europeia e não com a vida do povo francês:

Eles sentem que existe uma diferença colossal entre as pessoas que nos dirigem e as pessoas que tentam remar, mas que cada vez mais são taxadas nos carros. [...] Então, os Coletes Amarelos, não sou um deles, mas os apoio emocionalmente [...], porque acho que eles estão absolutamente certos de se revoltar. [...] É sempre essa imposição de mais impostos e mais impostos e, em seguida, as aposentadorias são queimadas pelas taxas da Europa, para manter a competitividade global. Eles não conhecem isso, os camponeses. O que é competitividade global? (Tristan, LMPT/LS, fevereiro 2019).

Bruno, 28, acompanhou com certo distanciamento o movimento Nuit Debout, frequentando suas assembleias gerais, e participou ativamente dos *Gilets Jaunes*. Músico e trabalhador intermitente em canteiros de obras, ele diz se interessar muito por política, considera-se de esquerda, mas não se identifica com nenhum partido. Embora se enquadre no espectro oposto ao de Maximilien e Tristan, ele também enfatiza a revolta da população com a deterioração das condições de vida.

Eu acho que é um movimento muito inesperado. Embora, pelo fato de que a França está se tornando um país cada vez mais liberal, em que as condições de vida das pessoas estão se deteriorando cada vez mais, é de se esperar que as pessoas se revoltem. Mas isso aconteceu muito rapidamente. E depois o modo de funcionamento, o modo de manifestação, há muitas coisas [...] que a esquerda, digamos, institucional, a esquerda que está acostumada a se manifestar, que tem os códigos, ela não entendeu. Gostei muito da espontaneidade, como aconteceu, foi realmente interessante. Eu acho que ele [o movimento dos coletes amarelos] tem a imagem do mundo e da sociedade, ele tem todo mundo, ele está em todo lugar, [...] é um movimento de pessoas na base que eu acho que querem levantar um pouco a cabeça, que querem um pouco mais de dignidade, para recuperar algum poder sobre suas vidas. Discutindo uns com os outros, se agrupando nas rotatórias, nas manifestações todos os sábados, eles entendem que, de fato, esse poder existe para submetê-los e que eles recuperam um pouco desse poder todo

¹⁸⁹ Não registrei a idade desses dois entrevistados, mas ambos estão acima dos 60 anos.

sábado, porque eles discutem, todo mundo troca suas experiências, então é super interessante (Bruno, 28, ND, fevereiro 2019).

A ocupação das *rond-points* (rotatórias) mencionada por Bruno foi outro importante repertório de ação dos Coletes Amarelos que se estendeu por meses. Nelas, grupos de manifestantes montaram acampamentos em que compartilhavam teto e refeições improvisados, revezando-se numa vigília contínua que se iniciou contra o aumento dos impostos sobre combustíveis e adquiriu posteriormente outros contornos.

Como foi possível observar até aqui, os *Gilets Jaunes* caracterizaram-se pela grande diversidade de pautas e pelo caráter personalista de muitas reivindicações, além da organização mais horizontalizada e marcada por certa espontaneidade. A título de comparação, no mesmo período houve em Bordeaux manifestações convocadas por centrais sindicais em dias de greve geral. Participei como observador de uma delas, realizada em uma terça-feira, 5 de fevereiro de 2019.

Desde a concentração na Praça da República, marcada para as 11h30, eram evidentes as diferenças quanto ao repertório de ação empregado (vide figura 9): quatro carros de som, um para cada central sindical organizadora, com suas respectivas palavras de ordem; muitas bandeiras e roupas vermelhas, dos respectivos sindicatos; poucos cartazes individuais, algumas faixas grandes, reunindo diversos grupos presentes.

Alguns Coletes Amarelos participaram, mas eram poucos. A quase ausência das forças policiais ao longo de todo o cortejo evidenciava que o evento fora previamente autorizado pela prefeitura, como determina a legislação. Não havia ruas militarmente bloqueadas e os manifestantes tiveram acesso a locais geralmente proibidos aos *Gilets Jaunes*. A manifestação durou cerca de duas horas no total (contando a concentração na Praça da República) e terminou na Place de la Bourse, quando os manifestantes se dispersaram rapidamente. De maneira geral, o discurso era muito mais consonante que nos *Gilets Jaunes* e versava, evidentemente, sobre as causas sindicais.

Figura 9: Sindicalistas percorrem ruas do centro de Bordeaux, após concentrarem-se na Praça da República, em dia de greve geral (05/02/2020)



Fonte: Daniel Fassa Evangelista, 2019.

Assim como alguns Coletes Amarelos se fizeram presentes no ato sindical, houve também a presença de alguns sindicalistas nas já rotineiras manifestações de sábado à tarde, embora de maneira bastante discreta. Na figura 10, vê-se o líder sindical Philippe Poutou (com os óculos na cabeça), operário na Ford e membro da *Confédération Générale du Travail* (CGT). As demais imagens da montagem retratam participantes portando bandeiras dessa central sindical (foto inferior esquerda) e também da *Fédération Syncale Unitaire* (foto inferior direita).

Figura 10: Na imagem superior, Philip Poutou participa de manifestação dos Coletes Amarelos no dia 26/01/2019. Nas fotos inferiores, participantes portam bandeiras de sindicatos no dia 09/02/2019.



Fonte: Daniel Fassa Evangelista, 2019.

Embora eu não os tenha presenciado, atos de hostilidade contra os sindicalistas não faltaram durante as manifestações dos Coletes Amarelos. Isabelle, 68 anos, pertencente ao movimento *La Manif pour Tous/Les Sentinelles* relatou ter se incomodado com a presença deles. Ela afirma ter sempre votado em partidos de direita, mas hoje considera-se de centro. Para ela, os sindicalistas tentavam se aproveitar indevidamente de um movimento popular e apartidário:

Não queremos sindicatos entre os Coletes Amarelos. Mas havia a CGT que se impunha. Eu os chamei à parte, era o terceiro ou quarto sábado [de manifestações], fiquei com raiva deles. Eu não estava com medo. Eu disse a eles: saiam daqui, fora desse movimento. Eles estavam com seus coletes vermelhos, sua bandeira vermelha. Eu disse a eles: ou vocês saem daqui ou vocês vestem um colete amarelo. Eu os chamei de todos os nomes. Eles estavam se aproveitando dos Coletes Amarelos para tentar refazer uma aura que tinham perdido.

Por fim, vale ressaltar a presença, nas manifestações dos Coletes Amarelos, de três grupos cuja atuação foi particularmente marcante. O primeiro, evidenciado na figura 11, foram os ativistas mascarados¹⁹⁰ que, assim como nas manifestações de junho de 2013 no Brasil, optaram pela depredação do patrimônio público e privado.

Figura 11: A depredação do patrimônio público e privado também fez parte do repertório de alguns dos participantes dos *Gilets Jaunes* em Bordeaux. Imagens realizadas nos dias 26/01/2019 e 09/02/2019.



Fonte: Daniel Fassa Evangelista, 2019.

Fabienne, 47, do *Nuit Debout*, afirma compreender até mesmo essa forma de manifestação:

Não quero quebrar, mas os apoio no sentido de que é a expressão deles. Eles são livres para se expressar. [...] Eles não atacam pequenas empresas. Depois, há

¹⁹⁰ Conhecidos como *casseurs*, algo como “quebradores”, vândalos.

alguns jovens que não entenderam. Mas os verdadeiros “casseurs” [quebradores] atacam os bancos, para denunciar o capitalismo. Porque se estamos todos na merda, estamos à esquerda ou à direita, é porque é o capitalismo que torna a nossa vida uma merda. E os jovens de extrema direita também têm ideias anticapitalistas. Mas não são meus amigos, isso é certo (Fabienne, 47, ND, fevereiro 2019).

Também se destacaram os jovens universitários, que formaram uma fanfarra para animar as manifestações (repertório que também se fez presente no Brasil em 2013), bem como os socorristas voluntários, com suas camisetas brancas, capacetes e mochilas carregadas de equipamentos médicos. Enquanto os membros da fanfarra eram essenciais para manter o ritmo ao longo de todo o percurso, os socorristas atuavam sobretudo em seu período conclusivo, quando os confrontos com a polícia começavam, sempre deixando feridos.

Figura 12: A fanfarra jovem e os socorristas tiveram atuação fundamental nas manifestações dos Coletes Amarelos. Fotos nos dias 19 e 26/01/2019.



Fonte: Daniel Fassa Evangelista, 2019.

O repertório de ações dos *Gilets Jaunes* de Bordeaux incluiu, ainda, a realização de Assembleias Gerais, bem menos numerosas que as manifestações, na Place de la Bourse. Na assembleia de que participei, no dia 23 de fevereiro de 2019, tentou-se formar, com certa dificuldade e desorganização, grupos de trabalho para discutir temas do interesse dos cidadãos participantes. A estratégia lembrou um pouco os debates realizados durante o movimento *Nuit Debout*, mas não tiveram grande participação (como se pode verificar na figura 13) nem desdobramentos práticos além do diálogo democrático.

Figura 13: Assembleia Geral dos *Gilets Jaunes* no dia 23/02/2019, às 17h, na Place de La Bourse. Três horas antes, haviam partido dali milhares de manifestantes para mais um ato semanal.



Fonte: Daniel Fassa Evangelista, 2019.

Há consonância entre a observação participante, as entrevistas até aqui apresentadas e os resultados de uma pesquisa quantitativa realizada durante as

manifestações, por uma equipe de 80 pesquisadores oriundos de diversas universidades francesas, entre as quais o *Centre Émile Durkheim* e o *Sciences Po Bordeaux* (COLLECTIF, 2019).

Embora careça de representatividade estatística, dada a impossibilidade de conhecer a totalidade da população amostral, a enquete realizada pela equipe interdisciplinar e multi-institucional gerou dados relevantes a respeito do perfil dos Coletes Amarelos. Entre 24 de novembro de 2018 e 20 de abril de 2019, foram aplicados 1.333 questionários em cidades como Bordeaux, Paris, Montpellier e Caen, dos quais 755 nas manifestações semanais e 499 nas rotatórias ocupadas.

Em linhas gerais, com base nos questionários realizados¹⁹¹, pode-se afirmar que os *Gilets Jaunes* constituíram um movimento multigeracional das classes baixa e média (renda familiar mensal inferior a 2.900 euros por mês), com grande presença de debutantes (49% até as manifestações de 08/12/2018 e 29% na média) e forte rejeição de organizações políticas convencionais: 75% consideravam que os partidos não deveriam se fazer presentes no movimento e 59% pensavam o mesmo em relação aos sindicatos. Além disso, 35% dos entrevistados afirmaram não ser nem de esquerda nem de direita, 44% disseram ser de esquerda e 15% de direita.

Os pesquisadores afirmam que essa predominância de entrevistados de esquerda pode ser resultado de um viés atribuído por cientistas políticos à forma de aplicação dos questionários: quando face a face (como foi o caso da enquete em questão), os entrevistados tendem a evitar respostas que pareçam indesejáveis aos entrevistadores (geralmente associados à esquerda), enquanto em questionários online eles ficam mais à vontade para se exprimir.

Finalmente, com base em perguntas abertas realizadas no fim dos questionários, os pesquisadores fizeram um levantamento das motivações, reivindicações e expectativas dos entrevistados em relação aos *Gilets Jaunes*. A melhora no poder de compra foi a reivindicação mais citada espontaneamente (41%). Para 57% ela também foi a principal motivação para a adesão ao movimento. Dentre as reivindicações também se destacam o pedido de reformas

¹⁹¹ Para distinções entre os manifestantes dos atos semanais e os das rotatórias, bem como detalhamentos sobre a pesquisa como um todo, ver: COLLECTIF d'enquête sur les Gilets Jaunes (2019).

institucionais (31%), as declarações antigovernamentais (com o mesmo percentual) e as desigualdades e injustiças (26%).

Quanto ao posicionamento de pessoas declaradamente de esquerda ou direita em relação às reivindicações e motivações mencionadas, há semelhanças e diferenças: reivindicações antigovernamentais têm adesão idêntica entre esquerdistas e direitistas (aproximadamente 40%), enquanto o poder de compra é mais reivindicado por direitistas (45%, ante 40% dos esquerdistas).

Quando o foco é a motivação, o poder de compra é mencionado por 70% dos direitistas e 45% dos esquerdistas. As maiores diferenças aparecem no posicionamento quanto às desigualdades e injustiças, tanto nas reivindicações quanto nas motivações (mencionadas nos dois casos por aproximadamente 40% dos esquerdistas e 20% dos direitistas).

Em suma, neste capítulo, através da articulação entre o relato de minha observação participante e os trechos das entrevistas realizadas, procurei demonstrar alguns pontos de convergência entre os membros dos movimentos *Nuit Débout* e *La Manif por Tous/Les Sentinelles*, sem ignorar suas evidentes diferenças.

Os dados da pesquisa mencionada acima parecem confirmar em boa parte aquilo que a observação sugeriu. As semelhanças do movimento dos *Gilets Jaunes* com junho de 2013 parecem permitir supor que, assim como no Brasil, a polarização política na França está relacionada às divergências entre militantes de esquerda e de direita em relação à solução de problemas similares. Será esse o aspecto que procurarei aprofundar no próximo capítulo.

Antes disso, vale ressaltar que as leituras, entrevistas e observações dos movimentos sociais realizadas até aqui têm demonstrado que tanto a leitura habermasiana da sociedade civil (como espaço de deliberação racional com vistas ao bem comum), quanto a de Honneth (que vê os movimentos sociais como resultado da luta pelo reconhecimento) não dão conta de explicar totalmente o que origina e mantém vivos os movimentos sociais.

A ideia de Dubet de que os atores são movidos por distintas lógicas de ação, por outro lado, ajuda a compreender que o que está em jogo é o processo de subjetivação, a historicidade sobre a qual fala Touraine, a reflexividade que caracteriza os indivíduos na modernidade. Uma reflexividade irreduzível, no entanto, a um tipo ou outro de lógica específica.

8

A experiência social nos movimentos *La Manif pour Tous* e *Nuit Debout*

Antes que Macron derrotasse Le Pen nas eleições 2017 para, logo em seguida, se tornar alvo dos Coletes Amarelos, seu antecessor, François Hollande, teve que lidar com dois grandes movimentos sociais – *La Manif pour Tous* (LMPT) e *Nuit Debout* (ND) – relacionados a projetos de lei propostos pelo seu governo.

8.1

O início de *La Manif pour Tous*

O movimento *La Manif pour Tous* (LMPT) emergiu no dia 17 de novembro de 2012, apenas seis meses depois do início do novo governo, reunindo mais de 100 mil pessoas em dezenas de cidades francesas (70 mil apenas em Paris) (LES BARS, 2012). Fruto de uma articulação de associações católicas lideradas pela *Alliance Vita*¹⁹², as manifestações tinham como alvo o projeto de lei Taubira, destinado à legalização do casamento de pessoas homossexuais e da consequente possibilidade de adoção de crianças por esses casais.

Frigide Barjot, uma famosa humorista francesa convertida ao catolicismo, estava entre seus principais porta-vozes, empregando com maestria o potencial mobilizador das redes sociais digitais, muito utilizadas pelos manifestantes. “Nós somos a manifestação dos ‘matrimoniófilos’ e não dos homofóbicos”¹⁹³, afirmou Barjot ao jornal *Le Parisien* em entrevista publicada no dia da primeira manifestação. O ato daquele sábado à tarde era uma tomada de posição em relação a um protesto de mesmo teor marcado para o dia seguinte, comandado pela Civitas, associação católica lefebvrista¹⁹⁴ considerada integrista¹⁹⁵ e homofóbica pelos membros da LMPT.

¹⁹² Associação criada em 1993 por Christine Boutin, com o objetivo de mobilizar, sensibilizar à proteção à vida, ao respeito da dignidade humana e à proteção das crianças, como se lê em seu site oficial. Disponível em: www.alliancevita.org. Acesso em 04 ago. 2020.

¹⁹³ Na frase original o neologismo aparece formulado da seguinte maneira: “Nous c’est la manif des mariageophiles, pas des homophobes”.

¹⁹⁴ Marcel Lefebvre foi um arcebispo francês, crítico das reformas promovidas pelo Concílio Vaticano II e fundador da Fraternidade Sacerdotal São Pio X, que rompeu com a hierarquia católica na década de 1980.

Autodeclarando-se apolítico e apartidário, o movimento também tinha entre seus rostos mais conhecidos Xavier Bongibault, um homossexual e ateu declarado, e Laurence Tcheng, professora, socialista e eleitora de Hollande. Ambos eram contrários à extensão do direito ao casamento para todos. “Apresentam os 3,5 milhões de homossexuais como se pensassem em bloco. É falso. [...] Eu não sou o único a achar que uma criança precisa de um pai e uma mãe”, afirmou Bongibault, à época com 21 anos, em entrevista ao jornal *Le Figaro* (STAINVILLE, 2012). Também foram às ruas membros de organizações evangélicas e muçulmanos, além de não-crentes (LE MONDE, 2013a).

No dia 13 de janeiro de 2013, uma maré de faixas azuis e rosas, associadas a meninos e meninas, novamente tomou conta de Paris, quando cerca de 340 mil pessoas, segundo a polícia, e um milhão, segundo os organizadores, foram às ruas contra a aprovação da Taubira, empregando “dispositivos narrativos e performativos [...] dos mais modernos” (BALAS, TRICOUT, 2019, p. 3).

Era a maior manifestação ligada a uma pauta moral desde 1984 (CUCHET 2018), quando centenas de milhares de pessoas protestaram em diversas cidades francesas. No dia 24 de junho daquele ano, mais de um milhão de pessoas tomariam a região da Bastilha em nome das “escolas livres”. Seu alvo era um projeto de lei proposto por Alain Savary, ministro da educação do governo socialista de François Mitterand, cujo objetivo era unificar e laicizar todo o sistema de educação do país, o que afetaria as escolas católicas.

O projeto acabou retirado e o ministro, demitido. Um desfecho diferente do obtido pelo movimento LMPT, que, não obstante o encaminhamento de uma petição com 700 mil assinaturas (LE MONDE, 2013b) ao Conselho Econômico e Social da República (CESE) e a realização de populosas manifestações nos meses seguintes, viu a lei Taubira aprovada pela assembleia nacional em abril e sancionada em maio de 2013. Desde então, devido a divergências sobre os

¹⁹⁵ O termo *intégrisme* geralmente é utilizado na França para se referir a pessoas e grupos católicos considerados adeptos de um conservadorismo intransigente. “Qu’est-ce que l’intégrisme? Nous voyons le mot apparaître en France dans les années 1910 autour d’une querelle entre catholiques intransigeants. L’intégrisme apparaît comme une différenciation interne de l’intransigeantisme catholique. Tout le XIX^e siècle a été traversé par une opposition entre catholiques libéraux et catholiques intransigeants, c’est-à-dire d’une part ceux qui cherchaient une médiation entre la société nouvelle issue de la Révolution française et l’Église catholique, et d’autre part les catholiques dits intransigeants parce qu’au nom des principes catholiques, ils refusaient toute médiation et estimaient qu’on ne transige pas sur les principes. Il y avait donc conflit et opposition fondamentale” (POULAT, 1985, p. 344)

próximos passos, o movimento passou por transformações, como a saída de Barjot, Bongibault e Tcheng, mas permaneceu ativo, com manifestações anuais relacionadas à pauta bioética, tornando-se “um ator político crucial, cujas demandas não podem mais ser ignoradas” (PATERNOTTE *et al.*, 2015, p. 130).

Esse “maio de 68 conservador” (BRUSTIER, 2014) colocou em cena atores provenientes de movimentos carismáticos, que o cientista político Gaël Brustier prefere denominar “tradismáticos”: eles são profundamente ancorados na tradição católica (ainda que iluminada pela renovação litúrgica e prática pós-Concílio Vaticano II) e, ao mesmo tempo, fortemente atraídos pela ação no mundo, inspirados por uma leitura conservadora do Evangelho. São, portanto, iniciativas de sinal oposto ao do Movimento pelos Direitos Civis nos EUA e da Ação Católica no Brasil, que, como evidenciou Angela Paiva (2010), inspiraram-se em valores cristãos para combater desigualdades sociais.

Experiências como as Jornadas Mundiais da Juventude, que periodicamente inundam de jovens católicos as ruas de países de todo o globo, contribuíram para a formação do repertório de ação utilizado no LMPT:

É do já longo processo de ganho de autonomia pelos fiéis, de seu maior envolvimento na vida da comunidade cristã e na vida da cidade, que nasce a dinâmica de *La Manif pour Tous*. Individualização da prática, emulação entre os jovens crentes, desejo de não apenas constituir uma “comunidade” cristã, mas, ao contrário, de entrar na sociedade, são características específicas do catolicismo pós-Vaticano II¹⁹⁶ (BRUSTIER, 2016a).

Duas das derivações do LMPT são os movimentos *Les Veilleurs* (Os Vigias) e *Les Sentinelles* (Os Sentinelas), que contribuem para prolongar sua ação para além das grandes manifestações. Fundado após um protesto realizado no dia 16 de abril de 2013, o movimento *Les Veilleurs* teve início quando um grupo de jovens, liderados por Axel Nørgaard Rokvam e sua namorada Alix de Prémare (filha de Guillaume de Prémare, primeiro presidente do LMPT), decidiu permanecer em vigília na *Esplanade des Invalides*, em Paris. A iniciativa era uma forma de protestar pacificamente e prestar solidariedade aos manifestantes presos

¹⁹⁶ “C’est de l’autonomisation déjà ancienne des croyants, de leur implication plus grande dans la vie de la communauté des chrétiens et dans la vie de la cité que naît la dynamique de *La Manif pour Tous*. Individualisation de la pratique, émulation entre jeunes croyants, désir de ne pas simplement faire vivre une « communauté » chrétienne, mais au contraire d’aller dans la société, sont des caractéristiques propres au catholicisme post-Vatican II.”

no dia anterior por tentar montar acampamento diante da Assembleia Nacional francesa (LES BARS, 2013; BOISSIEU, 2016; RASCHINI, 2016).

Inspirados nos *Veilleurs*, os *Sentinelles* nascem no dia 24 de junho de 2013, igualmente influenciados pela não-violência de Gandhi. Embora bastante semelhantes, seus repertórios de ação têm algumas diferenças significativas. Os *Veilleurs* permanecem sentados, estudando conjuntamente textos sacros e laicos, tocando e cantando músicas católicas. Eles não hesitam em se apropriar dos escritos do marxista Antonio Gramsci para fundamentar seu combate ao sistema cultural dominante, marcado, segundo eles, pelo egoísmo e pela mercantilização dos corpos e das relações humanas. Os *Sentinelles*, por sua vez, optam por permanecer de pé, em silêncio, durante uma hora, guardando entre si um espaço suficiente para que não possam ser legalmente enquadrados como um grupo de manifestantes a ser debelado pelas autoridades (BOISSIEU, 2016; RASCHINI, 2016).

Nós testemunhamos à nossa maneira a nossa Resistência inabalável face às tentativas de destruir a Família Pai/Mãe/Filho – o fundamento da nossa civilização – pela desnaturalização do casamento, pelo ataque à dignidade humana (eutanásia, mercantilização do corpo com reprodução assistida ou barriga de aluguel, manipulação do embrião humano...) ou pela a doutrinação das crianças por meio da ideologia de gênero desde a primeira infância¹⁹⁷.

O trecho acima, retirado de uma publicação dos Sentinelas no Facebook, evidencia sua filiação ao LMPT, motivo pelo qual, para além das contingências descritas no capítulo anterior, se justifica sua escolha como objeto de estudo.

Embora tenha surpreendido pela dimensão, o LMPT não foi exatamente uma novidade na França. Como demonstrou Danielle Tartakowsky (2014), as direitas se fazem presentes nas ruas francesas desde o fim do século XIX. Quanto aos grupos católicos, Céline Béraud e Philippe Portier (2015) evidenciam que mobilizações católicas foram realizadas 20 anos antes do LMPT, relacionadas a temas como aborto, eutanásia, pesquisas com células tronco, inseminação artificial e o Pacto Civil de Solidariedade (PaCS, na sigla em francês), uma forma

¹⁹⁷ “Nous témoignons à notre façon de notre Résistance inébranlable face aux tentatives de destruction de la Famille Père/Mère/Enfant – socle de notre civilisation – par la dénaturation du Mariage, l’atteinte à la dignité humaine (euthanasie, marchandisation du corps avec la PMA ou la GPA, manipulation de l’embryon humain...) ou encore l’endoctrinement des enfants à l’idéologie du Genre dès la petite enfance.”

”Disponível em: <https://www.facebook.com/events/1430623770536319>. Acesso em: 04 ago. 2020.

de união civil diferente do matrimônio e aberta aos homossexuais, aprovada pelo Congresso francês em 1999.

Não se pode falar, entretanto, de uma posição católica unitária. Assim como ocorre historicamente no Brasil, a Igreja francesa vive hoje tensões entre um “catolicismo de identidade” e “um catolicismo de abertura”, (CUCHET, 2015, p. 97). Embora problemática, essa classificação, assim como a oposição catolicismo progressista/conservador muito usada no século XX, dá nome a um fenômeno real, relacionado a posições diferentes sobre questões morais e socioeconômicas.

Essa diversidade interna, na Igreja e no LMPT também fica evidente nos posicionamentos político-partidários. Desde o seu início, se fez presente no movimento a jovem Marion Maréchal-Le Pen, neta do patriarca da Frente Nacional, Jean-Marie, e sobrinha da atual líder, Marine Le Pen. Quando a primeira manifestação ocorreu, em novembro de 2012, fazia poucos meses que ela se tornara a deputada mais jovem da história da Assembleia Nacional francesa desde a Revolução de 1789. Divergindo da postura da tia e comandante do partido, que é contrária à pauta do LMPT, Maréchal-Le Pen chegou a discursar em uma manifestação, no dia 16 de outubro de 2016.

Em discurso proferido durante a edição de 2018 da Conferência de Ação Política Conservadora (CPAC, da sigla em inglês), realizada anualmente em Washington D.C. nos Estados Unidos, ela procurou costurar seu nacionalismo com a pauta moral do LMPT, afirmando: “sem a nação, sem a família, sem os limites do bem comum, desaparecem a lei natural e a moral coletiva e mantém-se o primado do egoísmo”. Em seguida, completou: “Não queremos esse mundo pulverizado de indivíduos sem gênero, sem pai, sem mãe e sem nação”¹⁹⁸.

Como explica Mark Lilla (2019), Maréchal-Le Pen faz parte de uma nova geração de jovens franceses formados na esteira do LMPT. Esses jovens não se veem reconhecidos nas forças políticas atuais, inclusive no próprio Reagrupamento Nacional, e têm conquistado espaço em publicações como o jornal *Le Figaro* e revistas semanais como *Le Point* e *Valeurs Actuelles*, além de lançar livros, dar entrevistas televisivas e criar novas publicações como *Limite* e *L’Incorrect*.

¹⁹⁸ A partir de 6’ do vídeo no Youtube: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qZ3BS3mWoSQ>. Acesso em 04 ago. 2020.

Após analisar essas publicações e entrevistar alguns de seus jovens autores, Lilla afirma que eles articulam argumentos associados tanto à direita, como a defesa da família e a oposição à islamização da sociedade cristã europeia, quanto à esquerda, como a oposição ao neoliberalismo econômico e a concepção de uma sociedade mais justa. Além disso, a defesa de uma convivência harmônica com o meio ambiente também é pauta constante. Nesse sentido, segundo Lilla, a influência da encíclica *Laudato si'*, publicada pelo papa Francisco em 2015, é evidente.

Igualmente influenciado pelo documento papal é o partido-movimento *Sens Commun* (Sentido Comum), fundado em 2013 por líderes provenientes do LMPT como Arnaud Bouthéon, Faraj Benoit Camurat, Marie-Fatima Hutin, Madeleine de Jessey e Sébastien Pilard. Desde sua criação, o partido passou a ser cortejado tanto pelo Reagrupamento Nacional (antiga Frente Nacional) quanto pelos Republicanos (antigo UMP), que viam nele uma importante via de canalização eleitoral dos participantes do LMPT (CLEUZIQU, 2018).

Com uma proposta conservadora e liberal moderada, o partido dividiu opiniões no LMPT e na direita em geral. Quando declarou apoio à candidatura presidencial de François Fillon (Republicanos), tornou-se alvo constante de adversários conquistados em decorrência dessa escolha, como Maréchal-Le Pen. Enfraquecido por denúncias de corrupção envolvendo sua família, Fillon acabaria, como vimos, em terceiro lugar na disputa presidencial de 2017.

8.2

O movimento de praças *Nuit Debout*

O ano de 2016 começou tenso na França. A série de atentados terroristas sofridos em 2015 – os mais sangrentos tendo ocorrido em janeiro, na redação do Charlie Hebdo, e em novembro, na casa noturna Bataclan e em outros pontos de Paris – haviam colocado o país em estado de urgência, previsto em lei para situações excepcionais. Entre os efeitos colaterais das medidas antiterroristas, que se estenderam até novembro de 2017, estava a prerrogativa ao poder público de limitar a circulação em determinados locais e proibir a realização de

manifestações¹⁹⁹, além de abrir brecha para abusos na sua repressão (ANISTIA INTERNACIONAL, 2017).

Apesar disso, quando a ministra do trabalho do governo Hollande, Myriam El Khomri, anunciou um projeto de reforma trabalhista com o objetivo de flexibilizar as condições de negociação entre empregadores e empregados, teve início um ciclo de protestos que culminou com o movimento *Nuit Debout*.

Apresentado no dia 17 de fevereiro de 2016, o projeto torna-se quase imediatamente alvo da petição “Loi travail: non, merci” criada pela ex-integrante do partido socialista Caroline de Haas, com o apoio da *Confédération Générale du Travail* (CGT). Mais de um milhão de assinaturas são coletadas em duas semanas. Paralelamente, youtubers criam a campanha “*On vaut mieux que ça*” (Valemos mais que isso), que difunde rapidamente vídeos de trabalhadores relatando a precariedade de suas condições de trabalho (KOKOREFF, 2016; JEANPIERRE, 2017).

No dia 9 de março, uma jornada intersindical leva 125 mil pessoas, segundo as autoridades (450 mil, segundo os organizadores), às ruas de cidades como Paris, Lyon, Nantes, Toulouse, Bordeaux, Grenoble e Strasbourg. Não obstante as alterações no projeto propostas pelo primeiro ministro Manuel Valls, numerosas manifestações se repetem nos dias 17 e 24 de março, além de bloqueios e ocupações em universidades e escolas de ensino médio (KOKOREFF, 2016; JEANPIERRE, 2017).

Exigindo a retirada do projeto, a maioria das centrais sindicais francesas convoca uma nova jornada para o dia 31. Naquela quinta-feira fria e chuvosa, 450 mil pessoas, segundo as autoridades (1,2 milhão segundo os organizadores), protestam em 250 cidades francesas (LE MONDE, 2016). Em algumas delas, como Paris, há confrontos entre a polícia e grupos de manifestantes. Enquanto isso, uma grande massa se dirige à Praça da República e ali permanece. Começava o *Nuit Debout* (KOKOREFF, 2016; JEANPIERRE, 2017).

A ideia de ocupar a praça após aquela manifestação havia sido concebida mais de um mês antes, durante um encontro realizado no dia 23 de fevereiro na Bolsa de Trabalho de Paris, grande centro do sindicalismo francês. Organizado

¹⁹⁹ Cf. *Direction de l'information légale et administrative – Vie Publique*. Disponível em: <https://www.vie-publique.fr/questions-reponses/269427-etat-durgence-et-autres-regimes-dexception-article-16-etat-de-siege>. Acesso em 04 ago. 2020.

pelo jornalista François Ruffin e sua equipe do jornal satírico *Fakir*, o evento contou com a presença de membros de diversos movimentos sociais e sindicatos²⁰⁰. Seu objetivo era pensar como realizar uma “convergência de lutas” a fim de fazer frente à “oligarquia”, bem no espírito do documentário anticapitalista “*Merci Patron!*”, de Ruffin, exibido naquela noite e lançado em rede nacional no dia seguinte (SERGE; DUJARDIN, 2016).

Coube ao movimento *Droite au Logement* (Direito à Habitação) solicitar à prefeitura parisiense a autorização para a ocupação, em documento assinado também pela organização altermundialista ATTAC (Associação pela Tributação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos) e o sindicato Sud-PTT (*Solidaires Unitaires Démocratiques*)²⁰¹. Inicialmente, pensou-se em batizar a ocupação de *Nuit Rouge* (Noite Vermelha), mas foi *Nuit Debout* (Noite em pé) o nome escolhido pelos organizadores (BARTHOLIN, 2016), que o consideraram mais adequado ao objetivo de fazer convergir diversas lutas e atrair pessoas não necessariamente identificadas com bandeiras escarlates.

Adotando o repertório de ação dos movimentos de praças como Occupy Wall Street e Indignados (GUICHOUX, 2016), o *Nuit Debout* torna-se cada vez mais diversificado à medida que as noites e semanas em claro se estendem nas praças da República de 225 cidades francesas (VOILLIOT, 2016). Da experiente militante de 65 anos, que por convicção ajuda na organização e limpeza do espaço, aos debutantes jovens e não tão jovens em situação de precariedade (NAHOUM-GRAPPE, 2016), o movimento articula uma multiplicidade de pontos de vista, insatisfações e expectativas, num laboratório a céu aberto em que o exercício da livre expressão democrática torna-se um fim em si mesmo.

Uma pluralidade certamente delimitada pelo campo da esquerda, mas que vai muito além da reforma trabalhista e do sindicalismo. Daí a ênfase na segunda parte do mote “*Contre la Loi Travail et son monde*” (MANIGLIER, 2016, p. 225, grifo nosso). O mundo contestado nas longas assembleias gerais noturnas do *Nuit*

²⁰⁰ Entre as mais de mil pessoas presentes havia membros da CGT Air France, Sephora e Goodyear, da Confédération paysanne (Confederação camponesa), do Coletivo Notre Dame des Landes de Nantes, do Coletivo Les Engrenageurs, da Associação pela Tributação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos (ATTAC) e do sindicato Sud-PTT (Solidaires Unitaires Démocratiques). O economista Frédéric Lordon, que seria presença constante no *Nuit Debout*, não participou desse momento por problemas de saúde (COLLECTIF, 2017, p. 691).

²⁰¹ Também assinaram o pedido o próprio François Ruffin e ativista Leila Chaibi, ex-integrante do Partido de Esquerda (PG).

Debout era o mundo da deturpação da democracia pelo poder oligárquico, da degradação ambiental, do sexismo, do racismo e das políticas de austeridade pós- crise de 2008, com a consequente perpetuação da concentração de renda nas mãos do 1% mais rico (FELICETTI; DELLA PORTA, 2018)

Esses *frames* (SNOW; BENFORD, 1992; TARROW, 1992) se constituíam através das dezenas de comissões temáticas formadas por grupos menores de participantes interessados em aprofundar a discussão de alguma pauta específica – trabalho, discriminações, ecologia, imigração, feminismo, entre outras – ou simplesmente desenvolver oficinas artísticas e culturais. As atividades eram viabilizadas graças às comissões de trabalho, que organizavam questões estruturais como enfermaria, acolhida (“serenidade e segurança”), alimentação, acampamento, logística e comunicação (NAHOUM-GRAPPE, 2016).

Sem a presença dessa “minoría mais ativa” (JEANPIERRE, 2017, p. 488, tradução nossa) a engrenagem do *Nuit Debout* não teria funcionado. Uma minoria forjada ao longo de décadas de militância, composta, dentre outros, por membros do movimento altermundialista e do movimento dos *zadistes*²⁰², bem como por diversos atores e movimentos que emergiram nos protestos contra a reforma da previdência em 1995 e o contestado Contrato de Primeiro Emprego (CPE) em 2006, ambos no governo Jacques Chirac (KOKOREFF, 2016).

Quanto ao perfil geral dos participantes, uma enquete realizada entre 8 e 11 maio de 2016 por um coletivo de pesquisadores, através da aplicação de 511 questionários, revela que eles provinham “das camadas superiores da sociedade francesa” (COLLECTIF, 2017, 679), tinham uma idade média de 36 anos, provinham majoritariamente da Paris “intra-muros” (ante 40% do subúrbio), dois terços eram homens, mais de 70% tinham diploma de ensino superior (taxa muito superior aos 32% da França como um todo) e 41% ocupavam postos de trabalhos superiores (em oposição aos operários). Por outro lado, a taxa de desemprego entre eles (20%) era o dobro da taxa nacional.

Outro dado relevante diz respeito ao campo de atuação profissional dos participantes: 67% deles provinham do mundo da arte, do ensino (sobretudo superior) e dos meios de comunicação, particularmente atingidos pela saturação

²⁰² Em referência às ZADs (*zone à défendre* ou região a defender), ocupações de resistência a projetos de desenvolvimento com forte impacto social, como a construção de um aeroporto na região de Notre-Dame-des-Landes. Cf. Aurélie Delmas (2018)

do mercado de trabalho, com a consequente mobilidade social descendente. Para os pesquisadores, não se tratava, portanto, simplesmente de um movimento de *bobos* (*bourgeois-bohèmes* = burgueses boêmios, termo usado pelos críticos para desqualificá-los), mas de uma pequena expressão de um precariado que só aumentava no contexto de globalização neoliberal, fenômeno escancarado e intensificado pela crise econômica de 2008 (BRUSTIER, 2016b, p. 80; COLLECTIF, 2017).

Não obstante a pressão do movimento *Nuit Debout* e das manifestações sindicais que continuaram ocorrendo entre abril e junho de 2016, a Lei El Khomri é adotada no dia 20 de julho, alguns dias após o término da ocupação parisiense, por meio de um dispositivo constitucional (artigo 49.3) que permite ao primeiro-ministro Manuel Valls se sobrepor à oposição parlamentar ao projeto (JEANPIERRE, 2017).

Desde então, não foram poucos os debates sobre o sucesso ou fracasso do movimento, intimamente relacionados com uma tensão que o permeou desde o início e culminou numa reunião realizada no dia 20 de abril. De um lado Ruffin e os iniciadores do *Nuit Debout* desejavam reaproximar o movimento dos sindicatos que lutavam contra a *Loi Travail* a fim de realizar uma ação conjunta no dia 1º de maio. De outro, diversos ativistas, liderados pelos responsáveis pelo *Media Center* do movimento, que viam nessa proposta uma instrumentalização da lógica horizontal que se havia estabelecido e autonomizado na praça da República (BRUSTIER, 2016b; DEJEAN, 2016).

Há quem tenha argumentado que o movimento de praças francês repetiu o erro de seus congêneres e “apaixonou-se por si mesmo”, como advertira Slavoj Žižek aos ativistas do Occupy Wall Street (WASHINGTON POST, 2011). Para esses críticos, faltou a capacidade de canalizar estrategicamente toda aquela energia para a consolidação de uma nova hegemonia, no sentido proposto por Chantal Mouffe e Ernesto Laclau (MANIGLIER, 2016).

Outros intérpretes argumentaram que o sucesso do *Nuit Debout* não pode ser medido por seus desdobramentos práticos, mas pela vivência de uma experiência política inovadora, por um “agir juntos” de modo efetivamente democrático, baseado em relações que subvertem a lógica do *establishment* e, desse modo, permanecem no horizonte como guia e meta para movimentos sociais

presentes e futuros, irredutíveis ao dualismo pressuposto no conceito de hegemonia (TASSIN, 2017).

8.3

La Manif pour Tous e Nuit Debout em Bordeaux

O *La Manif pour Tous* Bordeaux nasceu inspirado no movimento parisiense, através da articulação entre organizações católicas pró-vida, como a *Oui à la vie* e a já mencionada *Alliance Vita*, à época dirigido por Patrick²⁰³, 42, um dos meus entrevistados. Através dos organizadores de Paris, Patrick conheceu Edouard du Parc, 47, um empreendedor católico local que estava se mobilizando por conta própria para fazer frente à legalização do casamento homossexual. A partir desse encontro, foi possível levantar os recursos financeiros e organizacionais necessários para realizar as manifestações.

A primeira *Manif pour Tous* de Bordeaux ocorreu no dia 8 de dezembro de 2012 e reuniu, segundo as autoridades, entre 7 mil e 10 mil pessoas. Em contraposição a ela, foi realizado, no mesmo dia, o protesto *Manifestons pour l'égalité* (Manifestemos pela igualdade), organizado pela *Lesbian and Gay Pride Bordeaux* (Orgulho Lésbico e Gay), que levou cerca de 3 mil pessoas às ruas. Na ocasião, o coordenador local do *La Manif pour Tous* convocou os participantes a se juntarem à grande manifestação que seria realizada no dia 13 de dezembro em Paris (CASTÉRA, 2012).

Em 2013, o movimento realizou duas manifestações em Bordeaux, uma em fevereiro e outra em dezembro. A partir de então, os atos se reduziram – há registro de um em 2014 e outro em 2016²⁰⁴ – e o movimento passou a atuar em outras frentes, como a promoção de cursos sobre a bioética e a realização de petições. As ações semanais dos *Sentinelles*, embora independentes, se inserem nesse quadro.

O *Nuit Debout Bordeaux*, por sua vez, também seguiu o exemplo de Paris e organizou-se por meio da “convergência de lutas” de diversas organizações e movimentos sociais da capital da Aquitânia, no embalo de manifestações sindicais

²⁰³ Nome fictício, como o de todos os demais entrevistados, com exceção do vereador Edouard du Parc, que preferiu conceder a entrevista sem anonimato.

²⁰⁴ Informações obtidas através de uma pesquisa no histórico de publicações do jornal Sudouest, especializado na cobertura da região de Bordeaux. Disponível em: <https://www.sudouest.fr/>.

contra a lei El Khomri. Ao menos três dos meus entrevistados mencionaram como momento fundamental para a articulação do movimento uma sessão do filme *Merci Patron!*, realizada no início de março, em um cinema antigo do centro histórico da cidade.

Seis dias depois do início do *Nuit Debout* Paris, uma nova reunião foi realizada para definir questões logísticas e operacionais. Àquela altura, o *Nuit Debout Bordeaux* já possuía perfis nas redes sociais Twitter e Facebook, este último contando mais de 700 seguidores (SUDOUEST, 2016a). O local escolhido, assim como em Paris, foi a *Place de la République*, numa área nobre da cidade. Uma entrevistada relatou que havia a ideia de realizar a ocupação no bairro *Saint Michel* – um pequeno grupo de jovens havia tentado iniciar o *Nuit Debout* ali, no dia 31 de março, concomitantemente a Paris – mas os organizadores acabaram desistindo por medo de expor à violência policial a população mais frágil que ali habita.

Em 9 de abril de 2016, um sábado, o *Nuit Debout* começa efetivamente em Bordeaux, reunindo cerca de 2 mil pessoas na praça da República (CASTÉRA; DARSY, 2016). Sem a presença de bandeiras de partidos e sindicatos, os participantes se articulam em atividades como a exibição do filme *Merci Patron!*, a formação de grupos temáticos e a realização de longas assembleias com o emprego de regras que estimulam a livre expressão de todos, de maneira igualitária. A ocupação segue, embora menos numerosa, até segunda-feira, 11 de abril, quando a polícia desmonta a estrutura criada pelos manifestantes. Na quarta, 13, a praça é retomada e assim segue até o dia 20, quando novamente as autoridades evacuam o espaço (CLAVEAU, 2016). No dia primeiro de junho, os últimos resistentes são forçados a deixar o local.

Não obstante as evidentes diferenças ideológicas entre eles, *Nuit Debout* e *La Manif pour Tous* são movimentos estrategicamente criados para combater leis consideradas imorais/injustas e que conquistaram ampla adesão popular a partir da articulação de organizações previamente existentes. Mas, como veremos a seguir, seus desdobramentos foram muito além de sua dimensão estratégica, o que tornou secundárias, inclusive, as derrotas sofridas no campo legislativo. As falas dos entrevistados serão sempre acompanhadas de seus nomes fictícios, da sigla indicativa de seu movimento de origem (LMPT/LS para *La Manift pour Tous/Les*

Sentinelles e ND para *Nuit Debout*), e do mês/ano de realização da entrevista. Como já indicado, todas ocorreram pessoalmente.

8.4

Subjetivação e liberdade entre os militantes franceses

Os membros do movimento *La Manif pour Tous/Les Sentinelles* entrevistados têm em comum o fato de serem católicos e terem um histórico de militância voltado principalmente, senão exclusivamente, à pauta moral/bioética. A participação de alguns deles no movimento dos *Gilets Jaunes* é, como vimos, uma relevante exceção. O que os leva à ação social é sobretudo o sentimento de que sua visão de mundo conservadora é sistematicamente excluída por um sistema político que adota paulatinamente medidas cada vez mais contrárias à natureza humana.

Convidados a explicitar suas motivações, todos eles mencionam o “absurdo” da Lei Taubira, que, não obstante os protestos, acabou legalizando em 2013 o casamento entre pessoas do mesmo sexo e, conseqüentemente, lhes garantiu a prerrogativa de recorrer à adoção para ter filhos. Outra fonte de insatisfação que os leva à ação é a possibilidade de legalização da inseminação artificial sem participação do pai (PMA) e da barriga de aluguel (GPA), em discussão no Congresso francês através do projeto de revisão da lei bioética.

Entre os principais argumentos utilizados por eles estão a defesa da família tradicional como núcleo fundamental da sociedade e, sobretudo, a luta contra a instrumentalização de nascituros (no caso da inseminação e da barriga de aluguel) e de crianças (no caso da adoção). Em algumas falas, assim como em diversas seções do site do *La Manif pour Tous*, busca-se fundamentação na ideia de que tais medidas ferem direitos inalienáveis estabelecidos na Convenção Internacional dos Direitos da Criança²⁰⁵ e, em última instância, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

“Caminhamos rumo à medicalização dos nascimentos. E, depois da medicalização, à mercantilização da vida. É com isso que eu não posso... o humano é a única coisa que não se negocia”, afirma Josephine, militante de 79

²⁰⁵ A Convenção Internacional dos Direitos da Criança, de 1989, em particular seus artigos 7 e 35, são citados em diversas seções do site do *La Manif Pour Tous*.

anos. Para ela, trata-se de uma postura não necessariamente católica: “é antes de tudo um movimento humano, humanista” (Josephine, 79, LMPT/LS, fevereiro 2019).

Isabelle (LMPT/LS), 68 anos, segue na mesma linha:

Com a barriga de aluguel, a criança pode ter até cinco referentes em sua vida. É algo fabricado, não pedimos a opinião da criança, enquanto ela tem o direito a um pai e uma mãe de uma maneira natural, como todo mundo. [...] A criança na minha opinião precisa saber de onde vem. Quando ela quiser saber quem são seu pai e sua mãe, vai se ver diante de um número de proveta? Na minha cabeça não está certo. [...] Não é um animal de estimação (Isabelle, 68, LMPT/LS, fevereiro 2019).

Não raro, os entrevistados também reclamam da sua desqualificação *a priori*, seja pelas ideias que defendem, seja pelo fato de serem católicos. A esse respeito, Patrick, 42, um dos fundadores do movimento em Bordeaux, afirma:

O que me impressiona hoje é que estamos em uma democracia que não é sã, porque há um certo número de pessoas que se consideram os guardiões do templo, e quando alguém expressa uma opinião que não está na tendência... existe uma espécie de policiamento do pensamento. Por exemplo, há pessoas que consideram que os católicos não têm o direito de falar apenas porque são católicos. Isso me incomoda. Na verdade, tenho a impressão de que muitas vezes são pessoas de esquerda, progressistas, que... Chocou-me na época do LMPT, as pessoas do LMPT são muitas vezes taxadas como pessoas violentas, pessoas extremistas, fascistas, o qualificador às vezes era muito forte. E quando olhamos para a contra-demonstração, as manifestações de pessoas que eram a favor do projeto de lei, olhamos para as placas, os banners que foram postados, havia frases que eram de uma violência absoluta, algo como “esses católicos devem morrer”, eram coisas muito violentas. [...] Houve momentos em que fui entrevistado por jornalistas que praticamente me disseram: “você é louco, com vocês o problema é que não podemos discutir com calma, porque vocês exageram, vocês tornam as coisas catastróficas, quando na verdade nada acontecerá se abirmos o casamento para todos”. Eu tinha a impressão de que eles queriam tirar minha liberdade de me expressar. Como eu disse antes, é uma tolerância unidirecional (Patrick, 42, LMPT/LS, fevereiro 2019).

Na experiência de Josephine, Isabelle e Patrick transparece a articulação entre integração, estratégia e subjetividade. O vocabulário empregado revela uma adesão (integração) de fundo, ainda que crítica, ao Estado democrático de direito; os valores defendidos, por sua vez, evidenciam seu pertencimento à esfera do catolicismo, que se desdobra em um projeto de sociedade a ser colocado estrategicamente em disputa com os demais; finalmente, o processo de subjetivação leva-os a defender reflexivamente princípios que consideram

constitutivos de sua própria identidade. A fala a seguir, de Patrick, deixa isso ainda mais claro:

Ser católico na França hoje não é necessariamente fácil [...]. A França é um país muito laico, com um secularismo que não é simplesmente neutro em relação às religiões, mas que quase pode ser agressivo em relação às religiões. Às vezes, temos a impressão de que há um acerto de contas a ser feito com a religião católica, que é historicamente a religião da maioria dos franceses. [...] Hoje temos a impressão de que há uma espécie de reação, como se quisessem se libertar e lutar contra o catolicismo. Quando você é católico e tem um engajamento cidadão isso pode ser considerado algo bastante negativo (Patrick, 42, LMPT/LS, fevereiro 2019).

O anseio dos entrevistados pelo reconhecimento de seu direito de divergir quanto ao projeto de sociedade a ser implementado, sem serem desqualificados pelo seu catolicismo, revela mais uma vez que a normatividade democrática não é interpretada de maneira uniforme pelos diversos atores. É com base nos mesmos princípios que fundamentam a ação de atores e movimentos progressistas que militantes conservadores querem ter garantido seu direito de se fazer ouvir e, mais do que isso, interferir na configuração social cristalizada em leis. É esse o sentido da crítica à “tolerância seletiva” a que aludiu Patrick.

Essa postura crítica em relação ao *status quo* também se manifesta na experiência dos entrevistados do movimento *Nuit Debout*, mas por razões completamente diferentes. Para eles, tão importante quanto a defesa de ideais igualitários é o distanciamento em relação a organizações e partidos tradicionais. Muitos tiveram no movimento de praças francês a primeira experiência de ação coletiva, embora dentre eles também houvesse pessoas com longa trajetória em movimentos sociais de defesa dos direitos de trabalhadores precários e deficientes físicos (Fabienne) e da educação popular (Gustave).

A horizontalidade organizacional do movimento, o emprego de métodos que favoreciam a democratização da palavra, o respeito à diversidade (mais ou menos dentro dos limites ideológicos da esquerda) são elementos apontados por todos os entrevistados como pontos decisivos para sua participação, embora reconheçam que a falta de efetividade prática do *Nuit Debout* está ligada justamente a esses mesmos fatores.

O movimento oferecia esse espaço onde todos poderiam vir sem ser julgados. O fato de o movimento estar repleto de atividades, de haver muitas comissões fazia que qualquer pessoa, no limite, pudesse dizer “eu gostaria de fazer tal coisa” sem

que ninguém precisasse autorizar ou não. Mesmo assim, não foi um movimento apolítico, isso é algo bom, não foi um movimento que, desde o início, disse que aceitaríamos tudo, incluindo ideias da extrema direita, incluindo comportamento sexista e tudo mais. Não, desde o início já havia um desejo de ser um movimento emancipatório e progressivo. Não era necessariamente um movimento de esquerda, porque é super simplista dizer isso. Por exemplo, nas assembleias, [...] víamos que os homens tomavam a palavra o tempo todo, enquanto poucas mulheres falavam. Por isso criamos mecanismos para que as mulheres falassem mais, incluindo mudar a ordem das inscrições para que as mulheres passassem à frente dos homens. Foi realmente inovador. Lá fomos além da conscientização, agimos para que a igualdade realmente acontecesse (Gérard, 40, ND, fevereiro 2019).

O relato acima é de Gérard, 40, que tem formação superior na área de ciências humanas, mas trabalha há anos com tecnologia da informação. Ele faz lembrar a experiência de Larissa, 29, no Movimento Passe Livre, que adota práticas semelhantes. Gérard afirma que, embora as injustiças sociais sempre tenham lhe causado indignação, nunca havia encontrado um caminho que considerasse adequado para combatê-las. Quando o *Nuit Debout* eclodiu, sentiu-se fortemente atraído, quase na obrigação de participar, embora fosse bem mais velho que a maioria dos participantes. Por isso, a partir do segundo dia participou ativamente do movimento, trabalhando sobretudo na comissão de arte.

Embora lamente o caráter essencialmente urbano e intelectualizado do *Nuit Debout*, bem como o fato de o movimento não ter conquistado seu objetivo inicial, a derrubada da *Loi Travail*, Gérard atribui grande valor à experiência de democracia direta proporcionada pelo movimento. A partir dela, afirma, muitas pessoas passaram a engajar-se, como é o seu próprio caso. Desde então, ele filiou-se à *Confédération Nationale du Travail*, um sindicato autodenominado revolucionário e adepto do anarcossindicalismo²⁰⁶, e tem participado de greves e bloqueios econômicos contra grandes empresas (montagem de barricadas nos portões das empresas para impedi-las de escoarem sua produção).

O *Nuit Debout* também foi uma experiência desencadeadora de militância para Marcel, 32, professor do ensino secundário francês e pesquisador na *Sciences Po Bordeaux*:

Antes do *Nuit Debout*, eu não conseguia encontrar nenhum movimento que correspondesse às minhas expectativas, porque... Eu havia pensado em ingressar

206 Como se pode verificar no site oficial. Disponível em: <http://www.cnt-f.org/presentation.html>. Acesso em 02 jun. 2020.

em um partido político, mas tinha muitos problemas com as ideias deles, quaisquer que fossem [...]. No *Nuit Debout*, o que eu mais gostei foi a ausência de competição eleitoral dentro do movimento, a forma de auto-organização, a horizontalidade [...]. Além disso, o fato de ser generalista, “contra a reforma trabalhista e seu mundo”. Esse “e seu mundo” tomou um espaço muito maior do que apenas a *Loi Travail* (Marcel, 32, ND, fevereiro 2019).

De fato, a crítica a todo o sistema do qual a reforma trabalhista implementada por François Hollande é apenas uma expressão foi o que permitiu ao *Nuit Debout* ser efetivamente um espaço de “convergência de lutas”, capaz de atrair não só as diversas organizações de esquerda que lhe deram origem, mas também uma grande quantidade de pessoas sem experiência prévia, ansiosas por participarem politicamente e darem sua contribuição pessoal à transformação de uma realidade por elas considerada injusta.

A insatisfação com o distanciamento entre representantes e representados também figura entre as motivações de entrevistados de ambos os movimentos. Assim como Maximilien, membro do movimento LMPT/LS mencionado no capítulo anterior, Leon (ND), 38, aponta como grande exemplo desse distanciamento a sanção da Constituição Europeia pelo presidente Nicolas Sarkozy em 2008, a despeito do resultado a ela contrário em referendo realizado em 2005. Para ele, o empobrecimento da população francesa está ligado a essa decisão, contra a qual agora se rebelam também os Coletes Amarelos.

Ele justifica sua posição a partir de sua experiência pessoal. Após uma trajetória profissional precoce e efervescente – que incluiu trabalhos nos setores público e privado, bem como a abertura de uma loja de surf que acabou não durando muito tempo – Leon descobriu, em 2016, ser portador de uma doença genética que, de súbito, lhe tirou completamente a visão. Desde então, embora caminhe com desenvoltura pelas ruas de Bordeaux apenas com o auxílio de uma bengala, passou a depender da ajuda da mãe, que, por viver em outra cidade, viaja cerca de mil quilômetros por mês para ajudá-lo a fazer compras e resolver outras questões cotidianas.

“Ela fica descoberta [financeiramente] a partir do dia 15 do mês. É por isso que as pessoas estão na rua neste momento [referindo-se aos Coletes Amarelos]. Eu fico descoberto no dia 10”, afirma Leon, referindo-se à insuficiência da aposentadoria da mãe e de sua pensão por invalidez. “Para mim os Coletes Amarelos são vítimas da mundialização, de uma União Europeia que

não funciona, porque em nome dessa União Europeia há um dumping social e fiscal, ou seja, eles fazem concorrência entre os Estados” (Leon, 38, ND, fevereiro 2019)

Para Leon, a grande diferença entre o *Nuit Debout* e os *Gilets Jaunes* é o fato de que, além de ter uma maior abrangência no espectro político, este reúne não só a população urbana, mas também camponeses, igualmente indignados com as desigualdades. Não obstante sua limitação visual, ele participou semanalmente das manifestações dos Coletes Amarelos e realizou entrevistas para conhecer melhor as motivações dos participantes. As gravações foram gradativamente disponibilizadas no seu canal no Youtube. Ele relata uma das experiências que essa iniciativa lhe proporcionou:

No sábado passado, fiz uma entrevista com uma senhora de 62 anos, aposentada, que trabalhava no banco e que me dizia ter votado em Marine Le Pen. Eu pergunto o porquê. Ela não soube me responder. Ela tinha uma bandeira francesa com um colete amarelo e no colete amarelo escrito Frexit, pela saída da União Europeia. Também encontrei outras pessoas que são soberanistas²⁰⁷ e que votaram em Marine Le Pen. Eu perguntei o porquê e elas disseram “porque estão todos podres”. [...] Muitas vezes na França, a extrema direita está associada a comentários racistas – e com razão, porque eles costumam ter comentários racistas ou antissemitas. [...] Mas as pessoas que votam na extrema direita às vezes não fazem esse discurso. Elas estão mais apegadas ao “todos podres”, porque esse é um discurso que a extrema direita fez com frequência na França [...]. Há pessoas zangadas, gente que não é feliz com a situação, e há pessoas fascistas²⁰⁸. Entre as pessoas que votaram na extrema-direita e que participam dos Coletes Amarelos, tenho a impressão, pelas entrevistas que pude coletar, de que na maioria das vezes as pessoas estão zangadas. Aquela senhora de quem falei há pouco, com sua bandeira francesa, eu lhe perguntei, “o que significa a bandeira francesa para você?”, e ela disse: “é liberdade, igualdade e fraternidade: nós não temos mais liberdade, nós não temos mais igualdade, mas a fraternidade, com os Coletes Amarelos, nós estamos redescobrimo (Leon, 38, ND, fevereiro 2019).

Chama a atenção, no relato de Leon, a clareza com que distingue os “*fachos*” (fascistas), que ele considera minoritários dentre os manifestantes portadores de ideias de direita, e “*fâchés*” (irritados, com raiva, zangados), estado de espírito que ele atribui aos manifestantes de modo geral, por compartilharem da percepção de que, no universo da política representativa, estão todos podres

²⁰⁷ Defensores da soberania nacional francesa, em contraposição à União Europeia.

²⁰⁸ Aqui Leon recorre a um jogo de palavras possível apenas em francês para distinguir as pessoas que votam na extrema-direita porque são de fato fascistas (“*fachos*”) daquelas que votam somente porque estão profundamente irritadas com a situação socioeconômica e política do país (“*fâchés*”). Na expressão completa: “Il y a des fâchés, des gens qui ne sont pas contents, et il y a des fachos”.

(“*tous pourris*”). “Porque no final das contas, a principal demanda que surge diz respeito a todos. E o interessante é que, na medida em que discutem entre si, as ideias se movem”, completa Leon.

No *Nuit Debout*, em contrapartida, se não havia uma aversão tão radical à política tradicional, o anseio por uma democracia direta e “purificada” dos vícios do sistema político-partidário e das organizações sindicais já estava fortemente presente. Para Gustave, 29, participante do movimento com vasta experiência prévia em movimentos de esquerda, sobretudo no campo da educação popular, “os Coletes Amarelos são o *Nuit Debout* do povo do campo e das classes populares”.

Muitas pessoas vêm com um sentimento de raiva, mas não são necessariamente politizadas, um pouco como os Coletes Amarelos hoje. Elas estão encolerizadas com sua situação concreta, com a situação em geral etc. Mas elas não sabiam dizer de maneira estrutural quais as causas da situação etc. E então há muito trabalho, de debate, de pequenos grupos temáticos... Tenho a impressão de que é um trabalho de educação popular e que politiza todas essas pessoas, porque elas se encontram, conversam entre si, trocam experiências, também trazemos contribuições, filmes, intervenções etc., e elas politizam cada vez mais sua raiva (Gustave, 29, ND, janeiro 2019).

Os relatos anteriores confirmam a reflexão de Gustave sobre o caráter pedagógico do movimento *Nuit Debout*, fato também já evidenciado por sociólogas brasileiras (GOHN, 2011; PAIVA, 2013) a respeito dos movimentos sociais. Nesse processo, porém, os conflitos não faltam. Alguns dos entrevistados relataram, por exemplo, que houve certo incômodo geral quando pessoas mais alinhadas à direita tentaram manifestar-se durante as assembleias do *Nuit Debout*. Como explica Marcel:

Havia pouco espaço para pessoas de direita. Houve pessoas de direita que se exprimiram durante as assembleias, algumas conseguiram falar sem problemas, outras tiveram dificuldades, do ponto de vista de reações individuais e não do ponto de vista da organização. Alguns foram expulsos porque defendiam certas ideias que não eram consideradas bem-vindas. As regras estabelecidas pelo movimento de debates, os únicos princípios estabelecidos, foram anti-sexismo, anti-homofobia, antirracismo e anticapitalismo. [...] Então pessoas que não eram militantes e que possivelmente expressavam ideias de direita eram toleradas; as pessoas que vieram fazer propaganda para partidos ou organizações de direita eram muito menos toleradas (Marcel, 32, ND, fevereiro 2019).

8.5

Integração social e antagonismos entre os militantes franceses

Como já foi possível perceber, membros do ND e da LMPT/LS colocam-se em polos opostos do espectro político, ainda que o movimento *Gilets Jaunes* os tenha aproximado, senão ideologicamente, ao menos na medida em que compartilham o apoio ao movimento. Por se mobilizarem em campos completamente distintos da vida social, o discurso sobre as diferenças entre eles está muito mais ligado ao fato de uns serem de direita e outros de esquerda, do que ao pertencimento a este ou aquele movimento. Nesse sentido, as críticas a um e outro polo do espectro político não raro emergiram naturalmente em sua experiência e nos seus discursos, ao passo que o posicionamento quanto aos respectivos movimentos só veio à tona na medida em que houve um estímulo do pesquisador.

Para Edouard du Parc²⁰⁹, 47, um dos principais articuladores do LMPT/LS em Bordeaux, o ND foi um movimento de extrema esquerda composto por pessoas que, na sua opinião, não estavam dispostas a construir nada de positivo. No entanto, à luz de sua experiência como vereador, cargo para o qual foi eleito em 2014, logo após o ápice do LMPT, ele afirma ver “generosidade” em pessoas ligadas a esse campo político, além de ampliar sua análise para os demais:

Existem três ou quatro movimentos na França: a extrema esquerda, como a *France Insoumise*, que expressa uma certa generosidade, mas que considero desconectada da realidade das coisas deste mundo, que têm respostas que não são concretamente admissíveis, porque são irrealistas, mas eles têm um bom sentimento e uma generosidade para acompanhar a sociedade; depois, há os socialistas, que não são necessariamente generosos, mas que são sobretudo ideólogos que desejam construir uma nova sociedade com base não na realidade, mas na ideologia; depois, você tem uma direita clássica, que é mais realista, como os socialistas, mas mais próxima da realidade e mais pragmática; e finalmente você tem uma extrema direita que, na minha opinião, está em um [...] passado que também tem um problema de adaptação à realidade (Edouard du Parc, 47, LMPT/LS, janeiro 2019).

Patrick, por sua vez, reconhece os méritos do método utilizado pelo ND, mas afirma que o movimento é menos democrático do que quer fazer crer:

²⁰⁹ Assim como no caso do brasileiro Fernando Holiday, o vereador francês preferiu conceder a entrevista sem a exigência do anonimato, fato documentado pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Achei interessante o modo como foi criado, vi neles um pouco do espírito dos *Veilleurs*, a ideia de nos reunirmos, de aceitar todos *a priori*. Mas percebemos que eles nem sempre eram tão abertos à controvérsia, lembro-me que houve várias vezes em que... penso em particular em um intelectual, Alain Finkielkraut²¹⁰. Mas o modo de organização eu achei interessante (Patrick, 42, LMPT/LS, fevereiro 2019).

Josephine (LMPT/LS), 79, considera o *Nuit Debout* um movimento inócuo:

Notei que eles conversavam muito, mas o que saiu disso? Não entendi quais eram as motivações deles. Era como maio de 68. Houve muita conversa, ficou muito agitada, mas o que aconteceu? Liberalismo a qualquer custo, o oposto do que eles estavam procurando. Liberalismo a qualquer custo... Eu não gosto de excessos. Eu acho que todos os extremos devem ser banidos (Josephine, 79, LMPT/LS, fevereiro 2019).

Dentre os membros do ND entrevistados, as posições oscilam entre a negação total do LMPT/LS e a compreensão crítica de suas motivações. Para Gérard, o movimento é uma “abominação”:

É um movimento de classe, muito católico, integrista. Não é absolutamente um movimento popular. Eu acho que nenhum movimento deveria dizer como alguém usa o próprio corpo, mesmo que se considere que a pessoa o utiliza mal. É um movimento hiper-perigoso (Gérard, 40, ND, fevereiro 2019).

A fala de Gérard se aproxima muito da de Jacques, 49, que, assim como ele, politizou-se na casa dos 40 anos, teve no ND sua primeira experiência de militância e hoje considera-se de extrema-esquerda:

Para mim, *La Manif pour Tous* não é uma ideia prudente, [...] é muito rigorosa, muito conservadora. Eu tenho muitos problemas com a ideia de um movimento, não sei se você pode chamar de movimento social, um movimento de pessoas, um grupo de pessoas que compartilham uma ou duas ideias, mas é a velha direita reacionária que de tempos em tempos se contorce um pouco. [...] Não podemos aceitar a ideia que emana desse tipo de movimento, é muito antifeminista, conservadora (Jacques, 49, ND, fevereiro 2019).

²¹⁰ Alain Finkielkraut (1949-) é um filósofo francês descendente de judeus poloneses, membro da *Académie Française* e autor de, entre outros livros, *Le Nouveau Désordre Amoureux*, em que critica a ideia de revolução sexual ligada às manifestações de maio de 1968, das quais ele participou. Definido pelo jornal *The New York Times* como “o intelectual que boa parte da esquerda francesa ama odiar”, Finkielkraut é conhecido por sua luta contra o antissemitismo e por suas críticas àquilo que considera falta de respeito dos imigrantes muçulmanos à cultura francesa. Ao tentar assistir a uma assembleia do movimento *Nuit Debout* Paris, no dia 16 de abril de 2016, foi hostilizado por parte dos manifestantes e teve que se retirar. Cf. Adam Nossirer (2016) e Dounia Hadni (2016).

Jacques questiona, como se vê, a própria ideia de que LMPT/LS seja um movimento social, porque, para ele, o que define um movimento social é a luta contra injustiças sociais, como a situação “dos sem teto” ou das “pessoas que não sabem se terão o suficiente para alimentar os filhos”. “É uma vida de medo, é insuportável. Não se pode viver plenamente sem combater uma vida assim. E quando somos muitos a pensar desse modo, nascem verdadeiros movimentos sociais, que são um sopro de ar puro na sociedade” (Jacques, 49, ND, fevereiro 2019).

Outros entrevistados, por outro lado, embora compartilhem dessa visão progressista, consideram legítima a formação de movimentos conservadores, ainda que discordem de suas propostas. É o caso de Valentin, 26, universitário que chegou ao *Nuit Debout* pouco depois de aproximar-se do movimento estudantil.

Honestamente, eu nunca fui absolutamente solidário [com o LMPT]. Pessoalmente, entendo que o casamento entre pessoas do mesmo sexo possa, como dizer, assustar algumas pessoas. Mas isso tomou uma grande proporção como manifestação. Fiquei surpreso ao saber que havia tantas pessoas que eram contra. Depois, mesmo que eu não concorde com eles, acho normal que eles também tenham o direito de expressar suas opiniões e discordâncias (Valentin, 26, ND, janeiro 2019).

Para Bruno, 28, músico, trabalhador intermitente e participante do *Nuit Debout* apresentado no capítulo anterior, é necessário refletir sobre as questões levantadas pelos adeptos de movimentos como o LMPT/LS.

Não sou de extrema direita, mas li muitas coisas da extrema direita e acho que ainda há mal-entendidos sobre muitas questões. Em todo caso, essa extrema direita conservadora e reacionária contra o casamento para todos, tenho a impressão de que ela expressava a vontade de dizer “ainda estamos aqui, nós existimos”. Eu acho que o casamento entre pessoas do mesmo sexo foi o gatilho, mas as pessoas não estavam indo apenas por conta disso, elas também estavam indo contra... existe uma forma de denúncia do liberalismo também na extrema direita. É muito complicada a extrema direita... [...] Tenho a impressão de que pode haver intersecções entre a extrema direita e a extrema esquerda, especialmente no fato de que somos todos engolidos pelo liberalismo. Então a esquerda diz: “precisamos do progressismo, porque se você tirar direitos, prejudicará os mais pobres”; e a extrema direita diz “mas você toca em coisas ancestrais, como na questão da barriga de aluguel”. Acho que esses são assuntos que devem ser realmente debatidos, mesmo à esquerda, porque sabemos muito bem que quando casais, dois homens ou duas mulheres, querem ter um filho que será carregado por outra mulher, geralmente a mulher será mais pobre e isso é

uma pauperização. De fato, é uma mulher que empresta sua barriga a pessoas mais ricas e é um assunto que, por exemplo, não é discutido à esquerda, porque é um assunto que é monopolizado pela extrema-direita. E a esquerda acredita que, se falarmos sobre isso, somos necessariamente pessoas de extrema direita. Você vê, é muito dividido. Eu acho que existem tópicos interessantes em todos os lugares e que é necessário levar tudo isso em conta para poder construir um tecido (Bruno, 28, ND, fevereiro 2019).

A fala de Bruno traz elementos que emergem das três dimensões com as quais estamos trabalhando por meio da sociologia da experiência: integração, estratégia e subjetivação. Em primeiro lugar, a percepção, elaborada a partir de sua experiência subjetiva, de que membros de movimentos de polos opostos compartilham da insatisfação com os desdobramentos do liberalismo econômico. Sua subjetivação reflexiva também o leva a analisar criticamente alguns dos pressupostos progressistas aos quais aderiu, como a interdição implícita do debate sobre determinados temas morais. Abordar esses temas, afirma ele, pode ser inclusive uma decisão estratégica para que movimentos de esquerda se reaproximem da população, retomando um espaço que tem sido ocupado pela direita.

Assim como Bruno, Agathe, 29, também tem procurado se informar sobre linhas de pensamento e movimentos dos quais discorda. Filha de uma diarista e um motorista de ônibus, ela cresceu num bairro popular de Bordeaux, mas diz ter recebido, graças à mãe, uma formação intelectual à qual geralmente somente a burguesia teria acesso. Graduada em história da arte, hoje atua como guia de turismo. Antes do *Nuit Debout*, participou de um partido anticapitalista, mas acabou se decepcionando com a burocracia e hierarquia internas. É à luz de seu contato com movimentos de esquerda que ela analisa o LMPT/LS, fazendo uma autocrítica.

É verdade que existem coisas sobre as quais somos muito fanáticos, que somos tão progressistas que, a certa altura, isso se torna ridículo. [...] Um exemplo é a questão social que surge do *La Manif pour Tous*, como o gênero: o que é uma mulher, o que é um homem, identidade, gênero etc. Um youtuber de esquerda que eu sigo comentava sobre uma mãe que dizia “meu filho decidiu se chamar Billy”, um nome unissex. E há outra mãe que diz “seu filho é um homem binário?” E ela responde: “Eu não sei, porque ele tem apenas seis anos de idade, a psicóloga diz que é *gender fluid*”²¹¹. [...] Existe algo chamado “garfille”²¹². Mas e se não fosse

²¹¹ A expressão, literalmente “gênero fluido”, ou gênero não binário, é utilizada para se referir a indivíduos que não se identificam com uma única identidade de gênero.

um *garfille*, mas uma *garfille*? Para dizer que, a certa altura, isso vai um pouco além da compreensão. Existem tantas combinações possíveis que talvez tenhamos que deixar as crianças serem crianças e não projetar nossos quadros nelas. Elas são pequenas. Uma criança é uma criança. Não há diferenças entre meninas e meninos (Aghate, 29, ND, fevereiro 2019).

Interessante notar que, embora estejam inseridos em um processo de integração social fundamentado na partilha de determinados valores mais associados à esquerda, a reflexividade de pessoas como Valentin, Bruno e Agathe faz com que adotem uma postura autocrítica e tolerante, na medida em que são capazes de problematizar posições típicas do campo em que se encontram e compreender as motivações e valores que levam atores antagônicos à ação. É sobre esse antagonismo que falaremos na próxima seção.

8.6

A polarização severa na experiência social francesa

Assim como no Brasil, o convite a que os entrevistados falassem sobre a possibilidade de dialogar com seus adversários e sobre a contribuição deles à democracia proporcionou boas reflexões. De maneira geral, pode-se dizer que tanto entre os membros do LMPT/LS quanto do ND, há, ao menos na teoria, uma adesão à ideia de que a tolerância à diversidade é condição necessária para que se viva em uma democracia.

Quanto à contribuição dos adversários à democracia e à possibilidade de interlocução pacífica, por outro lado, as posturas são menos incondicionais, uma vez que geralmente se enxerga o outro lado como intolerante e totalitário. A experiência de Patrick relatada acima é um exemplo nesse sentido. Ainda a esse respeito, ele afirma:

O próprio princípio da democracia é dar voz a todos. Portanto, para que haja democracia, todos devem ter o direito à palavra, esquerda e direita. Se não podemos dar voz à esquerda, não podemos falar sobre democracia. Ela certamente tem uma contribuição a dar à democracia, como a direita, a extrema

²¹² Mistura das palavras francesas *garçon* (menino) e *filles* (menina). Em português, menino e menina são substantivos biformes que variam apenas pelo uso das desinências “o” e “a”, além dos artigos masculino ou feminino que os precedem, de modo que se torna impossível criar uma palavra híbrida semelhante à utilizada pela entrevistada para se referir às crianças supostamente “*gender fluid*”. No entanto, se pensarmos nos substantivos utilizados para designar pessoas adultas do sexo masculino e feminino, homem e mulher, um híbrido semelhante ao utilizado seria algo como “homulher” ou “mulhomem”.

direita e a extrema esquerda. [...] Mas é preciso que a esquerda tenha cuidado para ser tolerante com todos e não ter apenas uma tolerância seletiva, não simplesmente tolerar as pessoas que pensam o mesmo que eles (Patrick, 42, LMPT/LS, fevereiro 2019).

Isabelle também reconhece a importância política da esquerda, porque, segundo ela, “desde a queda do muro de Berlim, o capitalismo ficou completamente só e com isso começou a fazer besteiras. Portanto eu penso que continua sendo importante ter um inimigo. Isso faz com que você se controle”. Contudo, sobre a possibilidade de dialogar com esse inimigo, ela faz algumas ponderações:

Depende se ele é socialista ou comunista [entendido como totalitário]. Existem graus. Pode-se conversar com alguns e não com outros [os comunistas]. Mas acho que é necessário ter alguém que nos reenquadre um pouco, alguém que nos desafie em certos pontos. De tempos em tempos, nem sempre estamos certos. [...] A verdadeira democracia é aceitar que o que desejamos não estará em primeiro plano. Isso é a verdadeira democracia (Isabelle, 68, LMPT/LS, fevereiro 2019).

Josephine (LMPT/LS), 79, tem postura semelhante. Para ela, o problema principal são os partidos políticos, considerados em geral “muito decepcionantes”, distantes da realidade das pessoas, motivo pelo qual ela simpatiza com o movimento dos Coletes Amarelos. Sobre pautas, partidos e movimentos de esquerda, ela afirma:

Tenho muita simpatia pelo social. Devemos nos ocupar da sociedade, ajudá-la a sobreviver. O social é muito importante, só que o socialismo não é mais social. Esse é o problema. É fácil de entender. O socialismo dos ministros não se preocupava com os indivíduos na base. Quanto ao comunismo, nem se fale. Eles mataram muitas pessoas e os governantes ficaram ricos às custas do povo. [...] Todos devem ter trabalho e poder viver de seu trabalho, que é o nível mínimo vital (Josephine, 79, LMPT/LS, fevereiro 2019).

Como evidenciam as falas de Isabelle e Josephine, e como veremos novamente mais adiante, sua adesão a um movimento enquadrado à direita do espectro político não implica necessariamente em uma visão de mundo incondicionalmente harmônica com o liberalismo econômico. Há uma clara percepção da necessidade de se pensar o social e lançar mão de mecanismos que ajudem a mitigar as injustiças sociais, missão que os partidos dominantes no sistema político vigente, de maneira geral, lhes parecem incapazes de cumprir.

No polo oposto, Gérard (ND), 40, também critica os partidos, considerados por ele “parte do problema e não da solução”, e afirma ser possível dialogar com pessoas de direita, desde que elas não atuem para suprimir direitos e oprimir determinados grupos (ação que ele atribui a movimentos como o LMPT/LS, por exemplo):

Eu acho que se pode dialogar com pessoas que têm ideias homofóbicas, acho que é necessário até, ou que têm opiniões racistas. Eu faço isso, aliás. Eu tenho amigos que são homofóbicos, tenho um amigo muito próximo que é totalmente a favor da polícia, ele tem ideias racistas, e eu discuto com ele. [...] Mas ele não é alguém que vai fazer campanha por ideias opressivas ou xenófobas. Não posso dialogar com alguém que assumiu a responsabilidade consciente de militar em movimentos que exigem o extermínio de outros grupos (Gérard, 40, ND, fevereiro 2019).

Yves, 28, viveu no *Nuit Debout* sua primeira experiência de militância, motivado pela luta contra a reforma trabalhista de François Hollande. Formado em design gráfico, participou das comissões de arte e comunicação do movimento e, desde então, interessou-se particularmente pelo estudo da relação entre arte e movimentos sociais. Embora se considere de esquerda, afirma preferir não utilizar esse tipo de rótulo, porque pode travar, de antemão, o diálogo.

Esquerda e direita basicamente são direções. Dar esses nomes a grupos políticos já é abstrato. [...] Esquerda, poderíamos dizer que é humanista; direita, liberal. É mais complicado que isso. Se eu tivesse que me identificar, *a priori* estaria à esquerda, é claro. Mas tento não ver todos à direita como oponentes absolutos. Conheço muitas pessoas de direita, até de extrema direita, até racistas. Eu acho que mesmo que eu discorde deles, mesmo que às vezes eu queira combatê-los, evito menosprezá-los. Eu mesmo tive acesso a uma educação política muito tarde [...], depois dos 18 anos, por acaso ou por sorte, não sei. Mas aqui estamos nós, todos fazemos percursos na vida, não temos necessariamente acesso ao mesmo conhecimento, às mesmas experiências o tempo todo, então se alguém para mim é racista ou fascista, não quero ser determinista. Eu acho que existem muitas maneiras de discutir, trabalhar as coisas, convencer, se comunicar com essas pessoas. Não sou ingênuo, alguns têm tal nível de formatação que se torna impossível de discutir, é até perigoso, como por exemplo os neonazistas. [...] Mas eu tento nunca menosprezar. Eu conheci muitas pessoas que estavam em correntes racistas, fascistas e que encontraram outro caminho. Se não desprezamos essas pessoas, podemos tê-las ao nosso lado mais tarde (Yves, 28, ND, fevereiro 2019).

A abertura expressa na fala de Yves tem conotações que se aproximam do conceito de fraternidade no sentido aqui empregado. Mas sua reflexão precede minha pergunta específica sobre essa categoria. Ela emerge quase

espontaneamente, quando o convido a se manifestar sobre o que são esquerda e direita e quais suas contribuições à democracia. Evidentemente, essa questão também trazia implícita a tentativa de compreender o nível de abertura à alteridade (que nesta tese vinculo à fraternidade) por parte dos entrevistados. Mas é significativo que suas colocações se insiram em outro quadro conceitual, porque evidencia que o referencial por mim adotado não é – e eu não esperava que fosse – o único possível para se conceber alternativas à polarização severa.

Flavie, 26, também tem um percurso acadêmico e profissional no campo da arte. Participa de manifestações organizadas por grupos de esquerda desde o ensino médio, hábito que se intensificou durante a faculdade e a pós-graduação. Particularmente interessada em movimentos de reapropriação do espaço urbano pela população, envolveu-se com o ND desde o primeiro momento, encantada pela diversidade de participantes. Embora afirme não concordar e tampouco compreender a pauta de movimentos como o LMPT/LS, ela argumenta que, de maneira geral, esquerda e direita são fundamentais para a democracia francesa:

Debates são complicados para mim, porque tendemos a ter a sensação de que possuímos a verdade e queremos impor ao outro, queremos fazer com que o outro compreenda. Mas o outro tem a mesma abordagem. Então, na verdade, falamos um pouco no vácuo. [...] Para mim, é mais uma questão de equilíbrio. A esquerda nos trará tudo o que está no nível da igualdade, da proteção social efetivamente, o que para mim é necessário, porque a maioria dos franceses está em precariedade e a maioria dos franceses já lutou no passado para ter direitos e seria uma pena recuar nesses direitos em favor da maior riqueza. [...] A direita, por sua vez, também é necessária para o bom funcionamento da democracia, porque não podemos apenas falar a língua do coração, um Estado não para em pé assim. Portanto, a proteção das indústrias e dos empregadores também é necessária. Por outro lado, na extrema direita, entendo o patriotismo, mas não entendo o extremismo. Eu entendo que queiram proteger a identidade nacional [...]. Esses não são meus ideais, não são meus valores, mas eu entendo e reconheço a necessidade deles. Há uma necessidade de equilíbrio real para mim (Flavie, 26, ND, fevereiro 2019).

Ao falar do patriotismo atribuído à direita, Flavie lembra-se de uma experiência vivida no Brasil pouco antes de nossa entrevista. Em visita de estudos ao país, ela acompanhou de longe os primeiros passos do movimento dos Coletes Amarelos. Interpelada pelos brasileiros sobre a “nova Revolução Francesa”, ela afirma ter sentido, pela primeira vez, orgulho de sua nacionalidade.

Eu disse a mim mesma: uau, no outro extremo do mundo somos vistos assim, como um povo que sabe como se levantar e dizer não aos burocratas, quando não

os aguenta mais. Representamos para todos no exterior essa nação de igualdade e direitos humanos que não sinto experimentar quando estou na França. [...] Não devemos colocar a perder essa imagem para o mundo. Sempre tive a sensação de que ter orgulho de ser francês era patriotismo e que isso estava imediatamente ligado aos extremos, à extrema direita. Por isso, durante mais de vinte anos, me proibi de me orgulhar (Flavie, 26, ND, fevereiro 2019).

Evidentemente, os motivos pelos quais Flavie descobriu-se orgulhosa de ser francesa diferem daqueles que movem pessoas de extrema direita. No entanto, essa experiência a fez entendê-las um pouco mais e considerar a hipótese de que elas também possam contribuir positivamente para seu país. Bruno, 28, acredita que essa interlocução é vital para a própria sobrevivência da esquerda:

É necessário. É óbvio que, por exemplo, entre os Coletes Amarelos há pessoas da extrema direita. Sou absolutamente contra qualquer discurso racista e similares, mas é óbvio que, se hoje existem trabalhadores que votam na extrema direita, que ainda votam no Front Nationale, é porque à esquerda não há mais propostas, porque a esquerda é fraca, [...] ela não fala mais com os trabalhadores ou com as classes mais fracas, as pessoas votam na extrema direita, porque a extrema direita agora tem um programa social. [...] E em certas coisas eles não dizem coisas diferentes da esquerda. É muito interessante. Há um verdadeiro trabalho ideológico a ser feito, a ser retomado, para trazer as pessoas de volta [...] (Bruno, 28, ND, fevereiro 2019).

Aghate (ND), 29, concorda, mas identifica alguns obstáculos para que isso aconteça.

Atualmente houve uma mudança ideológica e semântica tão grande que as pessoas não sabem o que é a esquerda e o que é a direita, são categorias que explodiram. Existem tantos governos de esquerda que fizeram coisas de direita... De fato, tudo tem que ser repensado, tudo reconstruído e isso nos obriga a discutir, nos obriga a colocar argumentos na mesa, nos obriga a ouvir os outros. E o problema é que algumas pessoas não estão prontas para conversar com todos. É complicado. Eu venho de um lado mais antifascista, mas não lutamos contra as pessoas, lutamos contra o racismo, contra o sexismo, contra a homofobia etc. Portanto, não somos como eles. Antifascistas e fascistas não são a mesma coisa. Mas, ao mesmo tempo, [...] existe um sectarismo também da parte desse tipo de vanguarda iluminada [refere-se à esquerda] (Aghate, 29, ND, fevereiro 2019).

Nas falas de Bruno e Agathe há, por um lado, uma percepção clara daquilo que os difere em relação aos movimentos e partidos de direita, mas, ao mesmo tempo, o reconhecimento da necessidade de dialogar com pessoas que, muitas vezes pela ausência da esquerda, acabaram aderindo a ideais conservadores e, em alguns casos, autoritários. Há também a consciência de que o progressismo de seu

campo não lhe torna imune a certos sectarismos que, se diferem no conteúdo, não são muito diferentes, na forma, do sectarismo de direita. Foi com o objetivo de compreender melhor os motivos dessas clivagens e refletir sobre a possibilidade de ir além delas que tentei trabalhar com os conceitos de liberdade, igualdade e fraternidade.

8.7

Liberdade, igualdade, fraternidade: o tríptico visto por seus filhos

Se, por um lado, as reflexões sobre o tríptico revolucionário não emergiram naturalmente nas falas dos entrevistados, por outro, não se pode afirmar que sejam categorias completamente artificiais para eles. Liberdade, igualdade e fraternidade estão literalmente inscritos na Constituição e na fachada da maior parte dos prédios públicos franceses, volta e meia figuram no repertório de movimentos sociais – como os *Gilets Jaunes*, em que não lhe faltaram alusões – além de estarem mais ou menos implícitos quando os entrevistados argumentam a respeito de injustiças sociais e das possibilidades de participação e interferência sobre os rumos do país. Propor que eles se posicionassem explicitamente em relação a essas categorias foi uma maneira de dialogar com os atores a respeito dos meus pressupostos, no contexto de uma cultura política diferente da brasileira.

De maneira geral, os entrevistados de ambos os movimentos mostram-se tão desconfiados quanto familiarizados com o tríptico. Independentemente de seu alinhamento político, trata-se, na percepção geral, de princípios muito distantes de serem efetivamente realizados. “Eu acho que seriam ideias muito belas se fossem verdadeiras, se as colocássemos em prática”, afirma Josephine, 79, (LMPT/LS, fevereiro 2019). “Acho que são noções em si muito boas. O único problema é que essas três palavras, da perspectiva da República, têm definições mentirosas”, completa Maximilien, do mesmo movimento (fevereiro 2019).

Yves, 28, do *Nuit Debout*, vai mais ou menos no mesmo sentido: “São símbolos muito virtuais. No papel podem ter um aspecto belo, poético, alguns dirão republicano. Mas no atual momento eles falham em ser republicanos” (Yves, 28, ND, fevereiro 2019). Gérard, também do ND, faz ponderação semelhante: “São ideias fundamentais, eu me reconheço nelas, desde que se concretizem. São ideias muito abstratas” (Gérard, 40, ND, fevereiro 2019).

O conteúdo que dá concretude a essas categorias varia, porém, segundo quem fala. Em linhas gerais, pode-se dizer que os entrevistados do ND atribuem uma valência mais política aos conceitos de liberdade, igualdade e fraternidade, enquanto os membros do LMPT/LS fazem uma leitura de tipo moral. Há, porém, variações dentro dos próprios movimentos.

Para Patrick (LMPT/LS), 42, a liberdade “não pode se exercer se não aceitamos a ideia de que há coisas que são boas e outras que são más”. Na mesma linha, Edouard du Parc, 47, do LMPT/LS, afirma:

Não sei se gosto dessas noções pelas mesmas razões que aqueles que as instalaram na República. A liberdade é uma noção bonita, desde que entendida como não libertária, como negação do fechar-se sobre si mesmo, no sentido de se libertar do egoísmo e do próprio ego, é isso. Então, nesse sentido, sim, eu amo a liberdade. Igualdade é a mesma coisa. Quando a igualdade nivela, quando a igualdade é marxista, há um grande problema, ela acorrenta [...]. A igualdade entre homens e mulheres é interessante, mas na vida real somos mais complementares e devemos respeitar essa complementaridade. A igualdade absoluta deve ser ponderada. Fraternidade é a mesma coisa. A fraternidade é uma noção interessante e [...] acho que, de fato, como cristãos, todos saímos do mesmo pai e somos todos irmãos e irmãs (Edouard du Parc, 47, LMPT/LS janeiro 2019).

Maximilien (MPT/LS), por sua vez, afirma que “a natureza humana é feita de desigualdades”, sendo portanto, ilusório querer equalizar todos as pessoas. Segundo ele, a única forma de não nivelar as pessoas por baixo é manter uma organização social meritocrática. “O verdadeiro sentido da igualdade é a igualdade em dignidade [...], uma criança é tão digna quanto um adulto, uma mulher é tão digna quanto um homem” (Maximilien, LMPT/LS, fevereiro 2019)

Quanto à fraternidade, ele afirma, assim como du Parc, se tratar de um conceito que depende da pressuposição de um pai comum, sendo, portanto, igualmente enganoso no discurso republicano francês, porque proposto de modo laicizado, desvinculado da ideia de Deus, única autoridade moral capaz de regular as relações que nele se originam: “efetivamente nós somos irmãos *vis-à-vis* ao bom Deus que nos criou, nós temos todos o mesmo criador, portanto somos todos irmãos, porque temos um mesmo pai” (Maximilien, LMPT/LS, fevereiro 2019).

Isabelle (LMPT/LS), 68, por outro lado, afirma ter reencontrado a fraternidade com os Coletes Amarelos, uma fraternidade ligada ao patriotismo francês, à comum indignação contra um sistema representativo distante da realidade do povo e à luta comum por “justiça social e fiscal”. Nesse sentido, a

concepção de liberdade e igualdade de Isabelle também difere da de seus companheiros de LMPT/LS, porque está ligada à ideia de direitos básicos a serem garantidos a todos os franceses. “Nós todos pagamos os mesmos impostos, mas não temos acesso aos mesmos serviços. Eu tenho direito ao VLT, ao hospital, enquanto aqueles que estão no campo não têm” (Isabelle, 68, LMPT/LS, fevereiro 2019).

Nota-se, finalmente, que o discurso de Isabelle está fortemente ligado à ideia de que a situação dos franceses deve-se à perda de soberania para a União Europeia, cujos tecnocratas imporiam continuamente políticas de austeridade à população. Por essa razão, ela afirma comemorar o Brexit todo dia 29 de março, por considerar que a França deveria seguir o exemplo e deixar a união econômica e política: “os ingleses são nossos melhores inimigos”, explica.

Essa crítica à tecnocracia ultraliberal europeia e à injustiça dela derivada está presente no discurso de entrevistados do *Nuit Debout*, como Leon, 38, e Bruno, 28, vistos anteriormente, e também de Gustave, para quem “a liberdade sem igualdade não quer dizer nada”, porque se presta à opressão dos mais fracos pelos mais fortes. Ele prossegue:

Penso que a Revolução Francesa, mas também as revoluções políticas desde o início do capitalismo liberal, estabelece a igualdade entre as pessoas na ordem política, mas absolutamente não na ordem econômica. Isso resulta em uma democracia que é incompleta. Existe uma completa incompatibilidade entre democracia e liberalismo econômico, no sentido de que o liberalismo concentra a riqueza em um número muito pequeno de mãos. Será sempre assim. E, portanto, não é democrático, porque isso permite que certas pessoas defendam seus interesses com muita força, tenham muito peso sobre as instituições democráticas, de modo que o voto dos cidadãos comuns não vale grande coisa (Gustave, 29, ND, janeiro 2019).

Gérard, ND, também considera fundamental uma leitura mais radical do tríptico revolucionário:

O que é liberdade? A liberdade de empreender, como diz Macron, a liberdade de explorar as pessoas? É necessário antes de tudo definir essas ideias, é um trabalho político. Tenho uma ideia bastante precisa do que são esses valores para mim e me reconheço nos três, especialmente nos dois primeiros, porque a fraternidade é uma versão um pouco morna, talvez, do que deveria ser uma sociedade. Eu prefiro solidariedade como palavra. De repente, liberdade, igualdade, solidariedade entre oprimidos e explorados são três ideias fundamentais. [...] Como anarquista e sindicalista, a tensão contínua entre liberdade e igualdade está no centro do que é o anarquismo. [...] Eu me reconheço na igualdade real, total. Igualdade real não é dizer às pessoas que elas terão as mesmas oportunidades na

sociedade. Igualdade não é meritocracia para mim. Igualdade é viver nas mesmas condições. Não no sentido stalinista²¹³ das coisas [...], mas todos termos o mesmo padrão de vida (Gérard, 40, ND, fevereiro 2019).

Revela-se, nas falas de Gustave e Gérard, uma interpretação substantiva da igualdade e da liberdade, vistas como intrinsecamente ligadas, bem como uma valorização da solidariedade restrita àqueles que são explorados pelo sistema. Uma solidariedade, portanto, estratégica e antagônica na luta contra os opressores (campo no qual se enquadram todos aqueles que não compartilham dessa chave de leitura). Josephine, LMPT/LS, também lê criticamente a Revolução Francesa, mas de uma outra perspectiva.

A Revolução Francesa, eles se alimentaram de ideias cristãs e depois assassinaram um monte de gente, o que você quer? [...] Eles derramaram sangue. A França teria sido o museu mais bonito do mundo se a revolução não tivesse destruído metade dele. Eu sou um pouco vendéen (da Vendeia). A Vendeia é uma região da França onde eles eram fundamentalmente cristãos e a Revolução Francesa os pegou pela garganta, fez um genocídio nessa região da França, que fica entre a Bretanha e Charente. Minhas avós são da Vendeia. A Revolução tinha que acontecer, porque havia excessos da nobreza. Mas daí a derramar tanto sangue... Isso é extremo. O homem deve ser razoável, mas o homem não é razoável. Falamos muito sobre razão. Mas é uma ideia filosófica. Somos razoáveis? Estamos vivendo sensatamente? Não estamos participando da degradação do clima? O indivíduo e o governante. O governante pior que os indivíduos. É por isso que os políticos, quero demitir todos eles (Josephine, 79, LMPT/LS, fevereiro 2019).

Na reflexão de Josephine, o combate às injustiças passadas e presentes é necessário, mas deve-se realizar sem o recurso à aniquilação de toda forma de alteridade política, fato que, para ela, levou ao derramamento de sangue durante a Revolução e leva hoje à tentativa de supressão de determinadas perspectivas ideológicas. Nesse sentido, a adesão a uma ideia de fraternidade universalista é vista por ela como pressuposto de uma vida em sociedade tolerante. Essa ideia também aparece, por exemplo, na experiência de Marcel:

²¹³ Historicamente, o stalinismo é o período em que o comunismo se consolida na França, conduzido por Josef Stalin. “As características que distinguem a gestão stalinista do poder, são, no que toca à política interna, o culto da personalidade e o emprego do terror. Embora o Stalinismo seja amiúde considerado como a encarnação do poder totalitário, tornado possível graças à presença de uma ideologia dogmática, à capilaridade da propaganda e à onipresença do controle policíaco, nele o papel tradicionalmente atribuído a uma organização burocrática como o partido é desempenhado por um líder ‘carismático’” (PASQUINO, 1998, p. 1221).

São princípios essenciais do ponto de vista simbólico, porque é a divisa francesa, porque estão inscritos na Constituição, porque o tríptico forma uma ideia que vai além da simples defesa de apenas uma ideia. Permite dar a elas uma simbiose e ir além da igualdade de um ponto de vista conceitual apenas de direita ou de esquerda, permite ir além, permite não ficar nessa clivagem besta entre liberdade e igualdade. Acho essa oposição completamente estúpida. Não consigo conceber uma sem a outra. A liberdade ou é para todos ou não é liberdade. Se é para todos, deve ser igual. E igualdade, o que é ser igual se você não tem liberdade? Igualdade é também o reconhecimento de que o outro é livre em suas próprias escolhas; em última análise, é reconhecer a igual dignidade dos outros. E depois a fraternidade, que é frequentemente deixada de lado, mas não é menos essencial dentre nossos princípios. Eu acredito que esse é um princípio humano na realidade, não é apenas um princípio francês. [...] Os Coletes Amarelos, por exemplo, os Coletes Amarelos recuperam um sentimento de fraternidade, ou seja, de troca, de discussão, de reconhecimento dos outros, de compartilhamento (Marcel, 32, ND, fevereiro 2019).

Para Agathe (ND), 29, por outro lado, a fraternidade não é pressuposto, mas resultado da construção de sociedades mais livres e igualitárias.

Percebe-se que o que impede a solidariedade é a maneira pela qual a sociedade nos colocou uns contra os outros, em competição. [...] Eu acho que esse não é um absolutamente um estado de natureza, é uma construção do mundo capitalista. Isso não significa que o homem é um cordeiro, nós somos ambos, às vezes um, às vezes o outro. [...] Mas a fraternidade é algo que deriva da igualdade e da liberdade de fato. Não teremos fraternidade se não tivermos igualdade e liberdade. [...] A Quinta República não garantiu isso (Aghate, 29, ND, fevereiro 2019).

O discurso de Agathe faz lembrar a ideia rousseuniana de que é a sociedade baseada na propriedade privada que gera desigualdades e, conseqüentemente, falta de solidariedade entre os homens, enquanto, para Marcel (ND), 32, a fraternidade aparece como princípio de reconhecimento recíproco. Em ambas as falas, assim como nas demais, apesar das diferentes ênfases e interpretações, liberdade, igualdade e fraternidade (não raro traduzida como solidariedade) figuram como categorias indissociáveis.

Abordar esses conceitos ao longo das entrevistas, assim como os demais temas, proporcionou um panorama das convergências e divergências entre os entrevistados, tanto em relação aos seus “adversários” quanto aos seus companheiros de militância. Embora sejam unânimes na luta contra mudanças nas leis bioéticas francesas, alguns membros do LMPT/LS têm posturas mais igualitaristas e/ou abertas ao contraditório que outros. Entre os entrevistados do ND, é unânime uma postura igualitarista no campo político-econômico e

progressista no campo moral, mas há diferenças quanto ao grau de abertura e/ou tolerância a pautas tipicamente associadas à direita.

Não obstante suas diferenças ideológicas, destaca-se particularmente uma certa unanimidade na crítica à tecnocracia europeia e uma difusa insatisfação com a precarização das condições de vida, associada, para a maioria deles, ao distanciamento entre sistema político e cidadãos. Essas semelhanças materializaram-se, como vimos, nas manifestações dos Coletes Amarelos.

9 Considerações finais

O conflito é inerente às relações humanas, mas o antagonismo absoluto não. Na modernidade, a formação de Estados democráticos de direito foi o método encontrado para sua resolução pacífica, com base em um conjunto de procedimentos e valores fundamentais. Dentre eles, elegi liberdade, igualdade e fraternidade como pressupostos para tentar realizar uma análise sociológica da polarização severa.

Mais que um fato histórico, a tríade celebrizada pela Revolução Francesa se constituiu como uma espécie de mito fundador das democracias ocidentais. A referência aos princípios por ela enunciados, cuja origem lhe precede, foi uma constante na filosofia política ao longo de séculos, das reflexões platônicas e aristotélicas sobre a *polis* grega ao contratualismo de Hobbes, Locke e Rousseau, nos albores da modernidade. Mas, a partir do século XVIII, essas categorias entraram definitivamente no vocabulário de indivíduos e movimentos sociais em luta por direitos fundamentais e na resistência à opressão.

Em torno desses conceitos, foram concebidas diferentes definições de justiça e formas de organização socioeconômica. Não raro elas geraram fortes – quando não sangrentos – embates, seja no interior dos Estados-nação, nas disputas travadas por liberais, socialistas, conservadores e toda a miríade de microideologias de que se constitui o amplo espectro esquerda-direita, seja em âmbito internacional, em que a acirrada polarização da Guerra Fria figura como caso exemplar.

Na sociologia, igualdade e liberdade, uma vez assumidas como ideais normativos, tem sido operacionalizadas de maneira fecunda, em estudos que apontam a distância entre sua instituição enquanto princípios constitucionais e sua efetiva realização no interior de Estados-nação. A fraternidade, por outro lado, ainda que presente nas cartas magnas brasileira e francesa, não permite esse tipo de mensuração, porque diz respeito a atitudes e disposições que não podem ser juridicamente impostas, implicando a livre adesão.

Evidentemente, a questão da integração social, implícita no conceito de fraternidade, também tem sido sociologicamente analisada. O exemplo paradigmático é Émile Durkheim e sua distinção entre a solidariedade mecânica

das sociedades ditas primitivas, que pressupõe similitude, e a solidariedade orgânica das sociedades industriais, que pressupõe diversidade. No entanto, para compreender as condições de possibilidade de relações sociais e políticas que não se deem em termos radicalmente polarizados, pareceu-me oportuno recorrer ao conceito de fraternidade. Em sua acepção universalista, essa categoria implica o reconhecimento do outro como interlocutor indispensável, não como um inimigo a ser eliminado, nem como um adversário a ser hegemonicamente subjugado.

Tal enfoque pode parecer sociologicamente irrelevante em um país que mal conseguiu institucionalizar e/ou consolidar culturalmente relações efetivamente igualitárias. Não faltam exemplos disso na atualidade, como o desembargador que desacata e desrespeita um policial civil que só quer fazê-lo cumprir a lei, válida para todos; ou as persistentes desigualdades sociais, manifestas em particular em nosso racismo estrutural, consequência de séculos de escravidão cujo tardio fim, há menos de 140 anos, não veio acompanhado de acesso igualitário a direitos humanos fundamentais, condenando grandes contingentes populacionais à condição de subcidadania.

Mal conseguimos, portanto, conquistar uma solidariedade social institucionalizada. No entanto, o inevitável desacordo sobre como abordar esses e outros problemas estruturais, quando reveste-se de antagonismo radical, pode inviabilizar suas possíveis soluções, porque abre caminho para autoritarismos que colocam em risco a própria democracia.

Meu objetivo não foi demonstrar a possível relação de causalidade entre polarização severa e tais desdobramentos, tarefa que os mencionados estudos de ciência política já assumiram. Com base na sociologia da experiência, busquei, ao invés, lançar luz sobre convergências e divergências entre movimentos sociais de esquerda e direita, no Brasil e na França, além de discutir com seus membros minha hipótese inicial e meus pressupostos teóricos.

Considerar os movimentos sociais como um incessante “trabalho”, realizado pela articulação das dimensões da integração, da estratégia e da subjetivação que caracterizam a experiência social, possibilitou-me evidenciar que os movimentos sociais não interpretam de maneira unívoca o projeto normativo democrático da modernidade. Sua simples existência atesta as inevitáveis contradições inerentes à implementação desse projeto. Sejam eles de esquerda ou direita, conservadores, socialistas ou liberais, os movimentos sociais

contemporâneos são frutos do aprofundamento do processo de individuação/subjetivação tipicamente moderno.

O militante do MPL condiciona a construção de uma sociedade efetivamente democrática ao livre e igualitário acesso à cidade, bem como à horizontalidade das relações que busca prefigurar; o ativista do MBL aposta na liberalização da economia e na redução da interferência do Estado, cuja atuação deveria se limitar à garantia de condições mínimas para a competição meritocrática; o manifestante do *Nuit Debout* procura se reapropriar da palavra e da política para construir um mundo anticapitalista; e o membro do LMPT/LS deseja que sua visão de mundo conservadora seja contemplada na construção de uma sociedade em que se considera ideologicamente marginalizado.

Trata-se de perspectivas efetivamente muito diferentes, mas que não necessariamente se excluem mutuamente. Se nas disputas narrativas travadas na esfera pública o discurso militante prima por uma assertividade avessa a compromissos – não raro recorrendo à lógica da polarização severa – na interlocução pessoal emergem ponderações, nuances e o reconhecimento de que outros pontos de vista a respeito de questões polêmicas têm sua razão de ser, ainda que não se concorde com eles.

Aqui, mais uma vez, fica evidente que a experiência social é irreduzível a apenas uma de suas dimensões. Pertencer a um determinado movimento social não faz dos atores reprodutores cegos da narrativa proveniente do grupo ao qual decidiram se integrar. Também não torna suas ações resultado do mero cálculo num campo político extremamente disputado. Por meio do processo de subjetivação, os atores dão sentido aos seus pertencimentos, que são múltiplos, e refletem criticamente sobre eles.

Ao longo das entrevistas, convidados a discorrer sobre a possibilidade de diálogo não polarizado com adversários, diversos militantes recorreram a atributos gerais compartilhados, da nacionalidade comum ao pertencimento à espécie humana, para justificar esse tipo de abertura à alteridade. Em alguns casos, essas reflexões foram associadas ao conceito de fraternidade; em outros, vieram à tona sem fazer referência direta a ele, sendo atribuídas à própria natureza da democracia. Vale ressaltar, finalmente, que a compreensão da fraternidade em seu sentido congregacional também foi muito comum nas entrevistas: os vínculos

estabelecidos com os “irmãos” militantes são experimentados como fonte de satisfação pessoal, coesão grupal e estímulo à ação coletiva.

Nesse sentido, a análise do movimento dos Coletes Amarelos foi particularmente enriquecedora, porque, assim como as manifestações de junho de 2013, colocou lado a lado grande diversidade de atores, dentre os quais membros dos dois movimentos franceses estudados. Suas múltiplas demandas acomodaram-se – não sem tensões – sob uma difusa insatisfação com um sistema político cada vez mais distante das necessidades do cidadão, sintetizada no “*ils sont tous pourris*”²¹⁴. Diante de fenômenos complexos como esse, é fundamental distinguir “*fachos*” (fascistas) e “*fâchés*” (irritados, com raiva, zangados), como afirmou brilhantemente um dos entrevistados franceses.

Teria sido interessante realizar uma triangulação das entrevistas em profundidade com o grande volume de publicações disponíveis nas redes sociais digitais de todos os movimentos. Isso não foi feito por falta de tempo, mas essa tarefa permanece no horizonte de pesquisas futuras. Apesar disso, parece-me possível afirmar, no momento, que o tom do discurso nas redes é muito diferente daquele empregado em espaços propícios ao diálogo e à reflexão, como evidenciaram alguns dos depoimentos.

As entrevistas em profundidade foram uma espécie de laboratório. Nelas, embora haja um roteiro e papéis distintos, está sempre presente a abertura ao desconhecido, uma vez que os entrevistados não são convidados a escolher entre opções pré-determinadas, mas a se exprimirem livremente, interpelados, evidentemente, pelo pesquisador.

Essa aposta na reflexividade dos atores foi fundamental para ir além da superfície que a polarização severa não permite ultrapassar. Ao dialogar sobre meus pressupostos com eles, pude perceber que a adesão à normatividade democrática não é monopólio de um grupo, assim como o autoritarismo não se restringe a apenas um lado do espectro político. No interior de cada movimento, há atores mais ou menos abertos à diversidade ideológica. Mas foram raros, dentre os meus entrevistados, os que afirmaram ver no antagonismo radical um caminho a ser trilhado.

²¹⁴ Literalmente, “eles estão todos podres”, expressão que generaliza para toda a classe política uma avaliação extremamente negativa de sua atuação.

Por trás de posições supostamente irreconciliáveis há pontos comuns, a começar pelo anseio de realizar o direito à autodeterminação e à participação no processo de produção da sociedade por ela mesma. Os conflitos a respeito de como realizar essa empreitada são inevitáveis. Mas o individualismo moral que fundamenta esses e os demais direitos humanos pressupõe o pleno reconhecimento de toda forma de alteridade.

Futuras pesquisas nesse campo certamente poderão contribuir para complexificar ainda mais a compreensão do problema em tela, a partir do estudo de outros matizes igualmente importantes. No exercício de artesanato intelectual aqui empreendido, espero simplesmente ter contribuído para uma leitura não polarizada da polarização.

9

Referências bibliográficas

ABRAMOWITZ, Alan I.; SAUNDERS, Kyle L. **Is Polarization a Myth?**. The Journal of Politics, v. 70, n. 2, p. 542-555, abr. 2008.

ABRANCHES, Sergio. **O presidencialismo de coalizão**. Dados. Revista de Ciências Sociais, v. 31, n. 1, p. 5-33, 1988.

_____. **Polarização radicalizada e ruptura eleitoral**. In: Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALGAN Yann; BEASLEY, Elizabeth; COHEN, Daniel; FOUCAULT, Martial; PÉRON, Madeleine. **Qui sont les Gilets jaunes et leurs soutiens?**. Observatoire du Bien-être du CEPREMAP et CEVIPOF, n. 3, fev. 2019.

ALMEIDA, Paul *et al.* *Movimientos sociales en América Latina: perspectivas, tendencias y casos*. Buenos Aires: CLACSO, 2017.

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney (org.). **The Civic Culture Revisited**. Boston: Little, Brown, 1980.

_____. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. Newsbury Park: Sage, 1989.

ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. **June demonstrations in Brazil: repertoires of contention and government's response to protest**. From Contention to Social Change: Rethinking the Consequences of Social Movements and Cycles of Protests, ESA Research Network on Social Movements, Midterm Conference, Universidad Complutense de Madrid, Espanha, 19-20 fev. 2015

ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. **Changing repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests**. Bulletin of Latin American Research. Society for Latin American Studies, John Wiley & Sons Ltd, Oxford, 2016.

ALONSO, Angela. **A política das ruas**. Novos Estudos. CEBRAP, v. Especial, p. 49-58, 2017.

AMARAL, Marina. **A nova roupa da direita**. Agência de Reportagem e Jornalismo Investigativo, Reportagem, 23 jun. 2015. Disponível em: <http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita>. Acesso em 04 ago. 2020.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Union européenne. Des lois orwelliennes de lutte contre le terrorisme démantèlent les droits sous prétexte de les défendre**. Online. 17 fev. 2017.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Rui. **Os dias que abalaram o Brasil**: as rebeliões de junho, julho de 2013. R. Pol. Públ., São Luís, Número Especial, p. 41-47, jul. de 2014.

ARATO, Andrew; COHEN, Jean. **Civil Society and Political Theory**. Massachussets: MIT, 1992.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 2007.

ARTICULAÇÃO Nacional dos Comitês Populares da Copa. **Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil**. 2ª ed. [s/l] 2012.

AVRITZER, Leonardo. **Eleições, radicalização política e revolta social: uma análise do Brasil entre as eleições de 2014 e os painéis de 2015**. In: Fernando Mayorga. (Org.). Elecciones y legitimidad democrática en América Latina. 1ed.: CESU-UMSS/CLACSO/IESE/Plural editores, p. 39-57, 2016b.

_____. **Impasses da Democracia no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1., 2016a.

_____. **Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle-class protest**. Opinião Pública (UNICAMP), v. 23, p. 43-59, 2017a.

_____. **The Rousseff impeachment and the crisis of democracy in Brazil**. Critical Policy Studies, v. 11, p. 352-357, 2017b.

_____. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

BAGGIO, A. M. **A redescoberta da fraternidade na época do “terceiro 1789”** in BAGGIO, A. M. (Org.). “O princípio esquecido”. Vargem Grande Paulista: Editora Cidade Nova, 2008.

BALAS, Marie; TRICOU, Josselin. **Nous, maintenant, on veut poursuivre cette occupation de la rue**: les catholiques attestataires entre contre-culture, mission et défense patrimoniale. Social Compass, 66(1), pp. 62-74, 2019.

BARTHOLIN, Samuel. **Nuit Debout : Ruffin, l'empêcheur de rêver en rond**. Le Point, Politique, 21 abr. 2016. Disponível em: https://www.lepoint.fr/politique/nuit-debout-ruffin-l-empecheur-de-rever-en-rond-21-04-2016-2033960_20.php. Acesso em: 04 ago 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BBC. **Marine Le Pen: Taking France's National Front out of the shadows**. News, Europe, French elections 2017, 07 mai. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-12202197>. Acesso em: 04 ago. 2020.

BERGSON, Henri. **Les deux sources de la morale et de la religion**. Paris: Les Presses Universitaires de France, 1948.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.

_____. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____.; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11. ed. v. 1, Brasília: UnB, 1998.

BOISSIEU, Laurent de. **Qu'est la génération "Manif pour Tous" devenue?**. Le Débat, 2016/4, n. 191, pp. 89-100. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-le-debat-2016-4-page-89.htm>. Acesso em: 04 ago. 2020.

BOLTANSKI, Luc. **On Critique: a sociology of emancipation**. Cambridge: Polity Press, 2011.

BRAGA, Rui. **A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais**. São Paulo: Alameda, 2015.

BRAVO, Gian Mario. **Verbete: Anarquismo**. In: Norberto Bobbio; Nicola Matteucci Gianfranco Pasquino. **Dicionário de Política**. 11. ed, v. 1. Brasília: UnB, 1998.

BREMMER, Ian. **Us vs. them: the failure of globalism**. New York: Portfolio/Penguin, 2018.

BRINGEL, Breno. **Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional**. Ciências Sociais Unisinos, v. 46, n. 1, p. 28-36, jan-abr 2010. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/168. Acesso em: 04 ago. 2020.

_____. **Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013**. In: Insight Inteligência, jul./set., 2013.

_____. **Crisis política y polarización en Brasil: de las protestas de 2013 al golpe de 2016**. In: Breno Bringel; Geoffrey Pleyers. **Protesta e indignación global: Los movimientos sociales en el nuevo orden mundial**. Buenos Aires: CLACSO/Río de Janeiro: FAPERJ, dez. 2017.

_____.; PLEYERS, Geoffrey. **Les mobilisations de 2013 au Brésil: vers une reconfiguration de la contestation**. In: Brésil(s) sciences humaines e sociales, v. 7, p. 7-18, 2015a.

_____. **Junho de 2013? dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil**. Nueva Sociedad, v. 259, p. 4-17, 2015b.

_____. **June 2013, Five Years Later: Polarization, Reconfiguration of Activism, and Challenges for the Brazilian Left.** In: Luis Felipe Miguel; Vladimir Puzone. (Org.). *Marx, Engels, and Marxisms*, 1. ed. New York: Springer International Publishing, p. 237-257, 2019.

BRUSTIER, Gaël. ***La Manif pour Tous, Nuit Debout : la défection de deux groupes sociaux?*** Revue Politique et Parlementaire, n. 1080, 2016a, online. URL: <https://www.revuepolitique.fr/la-manif-pour-tous-nuit-debout-la-defection-de-deux-groupes-sociaux/>.

_____. **Le Mai 68 conservateur.** Paris: Le Cerf, 2014.

_____. ***Nuit Debout, premier mouvement social postmarxiste?*** Le Débat, n. 191, p. 76-88. 2016b. Disponível em: https://www.cairn.info/article.php?ID_ARTICLE=DEBA_191_0076&contenu=citepar. Acesso em: 04 ago. 2020.

BURGOS, Marcelo. **O levante democrático das ruas no Brasil.** Boletim Cedes, jul./set. 2013.

CALHOUN, C. **"New Social Movements" of the Early Nineteenth Century.** Social Science History, v. 17, n. 3, p. 385-427, 1993.

CAMINHAS, Lorena Rúbia Pereira; LELO, Thales Vilela. **Ativismos Antidemocráticos no Brasil Atual.** 42o Encontro Anual da ANPOCS. GT08 – Democracia e desigualdades, 2018.

CARDOSO, Adalberto. **Capitalismo contra a democracia.** Rio de Janeiro: Insight Inteligência, n. 79, out./dez. 2017.

CARDOSO, Gustavo; DI FÁTIMA, Branco. **Movimento em rede e protesto no Brasil: qual gigante acordou.** Dossiê Mídia, Intelectuais e Política, v. 16, n. 2, mai./ago., p. 143-176, 2013.

CAROTHERS, Thomas; O'DONOHUE, Andrew (Org.). **Democracies divided: the global challenge of political polarization.** Washington D.C.: Brookings, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo Caminho.** 3a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CASTELLS, Manuel. **Networks of outrage and hope: social movements in the internet age.** 2. ed. Malden (EUA): Polity Press, 2015.

CASTÉRA, Isabelle; DARSY, Sébastien. ***Nuit Debout à Bordeaux : les manifestants ont rendez-vous ce mercredi.*** Sudouest, A La Une, 11 abr. 2016.

Disponível em: <https://www.sudouest.fr/2016/04/11/le-pari-des-citoyens-noctambules-2327158-2780.php>. Acesso em: 04 ago 2020.

CAVALCANTE, Sávio Machado. **Reprodução social e revolta política da classe média no Brasil recente**. 39o Encontro Anual da ANPOCS. GT 3 – As classes sociais no Brasil contemporâneo, 2015.

_____. **Classe média, meritocracia e corrupção**. Crítica Marxista, n.46, p.103-125, 2018.

CELIKATES, Robin. **O não reconhecimento sistemático e a prática da crítica: Bourdieu, Boltanski e o papel da Teoria Crítica**. Novos Estudos, CEBRAP, n. 93, p. 29-42, jul. 2012.

CHALOU, Jorge. **A eloquência das ruas**. Boletim Cedex, jul./set. 2013.

_____. **Os sentidos da crise: um olhar a partir de junho**. Rio de Janeiro: Insight Inteligência, v. 80, p. 82-93, 2018.

_____. LIMA, Pedro Luiz; PERLATTO, Fernando (Orgs.). **Dossiê: Direitas no Brasil contemporâneo**. Revista Teoria e Cultura, v. 13, n. 2. Juiz de Fora: 2018.

CHAUÍ, Marilena S. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2013a.

_____. **Entrevista: O efeito das manifestações**. In: Caros Amigos, n. 182, São Paulo, n. 182, 2013b.

_____. **Uma nova classe trabalhadora: indagações**. In: Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert (org.). *Classes? Que Classes?*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Fundação Friedrich Ebert, p. 87-103, 2013c.

_____. **As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo**. Teoria e Debate, 27 jun. 2013d.

_____. **A nova classe trabalhadora brasileira e a ascensão do conservadorismo**. In: Ivana Jinkings (org.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

CLAVEAU, Hadrien. **Bordeaux : la Nuit Debout continue jusqu'à dimanche**. Sudouest, À La Une, 04 abr. 2016. Disponível em: <https://www.sudouest.fr/2016/04/14/nuit-debout-acte-2-2330180-2780.php>. Acesso em: 04 ago. 2020.

CLEUZIOU, Yann R. **Sens commun: un combat conservateur entre deux fronts**. Gallimard, Le Débat, v. 199, n. 2, p. 105-114, 2018.

COCCO, GIUSEPPE; CAVA, BRUNO (2013). **Queremos tudo: as jornadas de junho e a constituição selvagem da multidão**. Uninômade Brasil, 25 ago. 2013.

Disponível em: <http://uninomade.net/tenda/queremos-tudo-as-jornadas-de-junho-e-a-constituicao-selvagem-da-multidao>. Acesso em: 04 ago. 2020.

COLLECTIF d'enquête sur les Gilets Jaunes. **Enquêter in situ sur une mobilisation en cours : une étude sur les Gilets jaunes**. Revue Française de Science Politique, v. 69, n. 5-6, dez. 2019. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-francaise-de-science-politique-2019-5-page-869.htm>. Acesso em: 04 ago. 2020.

COLLECTIF d'enquête. **Déclassement sectoriel et rassemblement public: éléments de sociographie de *Nuit Debout* place de la République**. Revue Française de Science Politique, v. 67, n. 4, p. 675-693, 2017. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-francaise-de-science-politique-2017-4-page-675.htm>. Acesso em 04 ago. 2020.

COMIN, Álvaro A. **A crise brasileira em perspectiva internacional**. Novos Estudos, Cebrap, São Paulo, Especial, pp. 59-70, Junho 2017.

CONSTANT, Benjamin. **Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos**. Revista de Filosofia Política, n.2, p. 9-25, 1985.

COSTA, Caio Túlio. **O que é anarquismo**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

COSTA, Sergio. **Estrutura social e crise política no Brasil**. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 61, n. 4, p. 499-533, 2018.

CUCHET, Guillaume. **Conjoncture politique et tendances catholiques contemporaines**. Gallimard, Le Débat, v. 199, n. 2, p. 95-104, 2018.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

DATAFOLHA. **Maior manifestação política da história de SP reúne 500 mil na Paulista**. Opinião Pública, 14 mar. 2016 (online), 2016a. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/03/1749713-maior-manifestacao-politica-da-historia-de-sp-reune-500-mil-na-paulista.shtml>. Acesso em: 04 ago. 2020.

DATAFOLHA. **46% dos que protestaram contra impeachment aprovam gestão Dilma**. Opinião Pública, 21 mar. 2016 (online), 2016b. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/03/1752481-46-dos-que-protestaram-contr-impeachment-aprovam-estao-dilma.shtml>. Acesso em: 04 ago. 2020.

DAVID, Marcel. **Fraternité et revolution française**. Paris: Aubier, 1987.

DEJEAN, Mathieu. **A la Bourse du travail, *Nuit Debout* se cherche une suite dans la douleur**. Les Inrockuptibles, Actualité, 21 abr. 2016.

DELMAS, Aurélie. **Pourquoi dit-on «zadiste» ?**. Libération, 15 jan. 2018.

DIANI, Mario. **The Concept of Social Movement**. In: *The Sociological Review*, vol. 40, n. 1, p. 1-25, 1992.

_____. **Networks and social movements: a research programme**. In: Mario Diani; Doug McAdam (Orgs.). *Social movements and networks. Relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, p. 299-319, 2003.

DIMAGGIO, Paul.; EVANS, John.; BRYSON, Bethany. **Have Americans' social attitudes become more polarized?**. *American Journal of Sociology*, v. 102, n. 3, p. 690-755, nov. 1996.

_____. **Opinion polarization: important contributions, necessary limitations**. *American Journal of Sociology*, v. 106, n. 4, p. 944-59, jan. 2001.

DOMINGUES, José Maurício. **A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil**. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 459-482, 2002.

_____. **Brasil entre o presente e o futuro: conjuntura interna e inserção internacional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.

_____. **Crise da república e possibilidades de futuro**. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 22, n. 6, p. 1747-1758, 2017.

DUBET, François. **Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

_____. **Between a Defence of Society and a Politics of the Subject: The Specificity of Today's Social Movements**. *Current sociology*, v. 52, n. 4, p. 693-716, 2004.

_____. **Injustices: l'expérience des inégalités au travail**. Paris: Seuil, 2006.

_____. **Why Remain Classical?**. *European Journal of Social Theory*, v. 10, n. 2 p. 247-260, 2007.

_____. **Le travail des sociétés**. Paris: Seuil, 2009.

_____. **Por qué preferimos la desigualdade? (aunque digamos lo contrario)**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2015.

_____. **L'expérience sociologique**. Paris: La Découverte, 2017.

_____. **Touraine: le sujet contre le système**. *Lua Nova*, São Paulo, n. 106, p. 15-35, 2019.

_____.; MARTUCCELLI, Danilo. **Dans quelle société vivons nous?**. Paris: Seuil, 1998.

DUMONT, Louis. **Essais sur l'individualisme**: une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne. Paris: Seuil, 1983.

DURKHEIM, Émile. **L'individualisme et les intellectuels**. Revue bleue, v. 10, 1898, p. 7-13. Edição eletrônica: Université du Québec à Chicoutimi, 2010. Disponível em: http://classiques.uqac.ca/classiques/Durkheim_emile/sc_soc_et_action/texte_3_10/individualisme.html. Acesso em: 04 ago. 2020.

DW. **Deputados derrubam PEC 37 e dividem recursos do petróleo entre educação e saúde. Brasil**, 26 jun. 2013. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/deputados-derrubam-pec-37-e-dividem-recursos-do-petr%C3%B3leo-entre-educa%C3%A7%C3%A3o-e-sa%C3%BAde/a-16908555>. Acesso em: 04 ago. 2020.

EDER, Florian. **Tajani: Rise of populism ended in Paris (and Amsterdam and...)**. Politico, 05 ago. 2017. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/tajani-rise-of-populism-ended-in-paris-and-amsterdam-and>. Acesso em: 04 ago. 2020.

EDER, Klaus. **Politics and culture**: on the sociocultural analysis of political participation. In: Axel Honneth; Thomas McCarthy; Claus Offe; Albrecht Wellmer. Cultural-political interventions in the unfinished project of enlightenment. Cambridge: MIT Press, 1992.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

_____. **The society of individuals**. New York: Continuum, 2001.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

FASSA EVANGELISTA, Daniel. **Manifestações de junho de 2013 em São Paulo: um olhar a partir dos paradigmas da mobilização de recursos e dos novos movimentos sociais**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

FAUSTO, Ruy. **Caminhos da esquerda**: elementos para uma reconstrução. 1. ed.. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FELICETTI, Andrea; DELLA PORTA, Donatella. **Between deliberation and contestation**: the convergence of struggles against austerity and its world in the *Nuit Debout* movement. Social Movement Studies, v. 17, n. 6, p. 658-675, 2018.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaios de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FIORINA, Morris P.; ABRAMS, Samuel J. **Political polarization in the american public**. The Annual Review of Political Science, v. 11, p. 563-588, 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Atos criticam governo, mas defendem Dilma e rebatem impeachment**. Poder, 13 mar. 2015b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1602392-atos-criticam-governo-mas-defendem-dilma-e-rebatem-impeachment.shtml?mobile>. Acesso em: 04 ago. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Joaquim Barbosa lidera corrida presidencial entre manifestantes, aponta Datafolha**. Poder, 21 jun. 2013a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1299095-joaquim-barbosa-lidera-corrida-presidencial-entre-os-manifestantes.shtml>. Acesso em: 04 ago. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Manifestação reúne 35 mil na Paulista**. Cotidiano, 22 jun. 2013b. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1299909-manifestacao-reune-35-mil-em-protesto-contr-a-pec-37-na-av-paulista.shtml>. Acesso em: 04 ago. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Protestos contra o governo reúnem quase 1 milhão pelo país**. Poder, 15 mar. 2015a. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603286-protestos-contr-a-o-governo-reune-quase-1-milhao-pelo-pais.shtml>. Acesso em: 04 ago. 2020.

FRASER, Nancy. **Rethinking the public sphere**. In: Nancy Fraser. Justice Interrupts: critical reflections on the “post socialist” condition. New York: Routledge, 1997.

FREEDEN, Michael. **Ideology: a very short introduction**. New York, Oxford University Press, 2003.

_____. **Liberalism: a very short introduction**. New York, Oxford University Press, 2015. E-book.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. Recife: Global, 2003.

G1. **Manifestantes fazem maior protesto nacional contra o governo Dilma**. Política, 13 abr. 2016a. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contr-a-governo-dilma-ocorrem-pelo-pais.html>. Acesso em: 04 ago. 2020.

G1. **Manifestantes fazem maiores atos a favor de Dilma desde o ano passado**. Política, 18 mar. 2016b. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestantes-fazem-ato-em-apoio-ao-governo-dilma-pelo-pais.html>. Acesso em: 04 ago. 2020.

G1. **Veja pesquisa completa sobre manifestantes.** Brasil, 24 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acesso em: 04 ago. 2020

GAUCHET, Marcel. **Droite et gauche en redéfinition.** Le Débat, v. 5, n. 192, p. 35-46, 2016.

_____. **La droite et la gauche.** In: Pierre Nora (org.). *Les Lieux de mémoire*, v. 3, Les France, n. 1, Conflits et partages. Paris: Gallimard, 1992.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

_____. **Política, Sociologia e Teoria Social.** São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

_____. **Beyond left and right: the future of radical politics.** Cambridge: Polity Press, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** Edições Loyola, 1997.

_____. (Org.). **Movimentos Sociais no Início do Século XXI: antigos e novos atores sociais.** 6. ed. Petropolis: Vozes, 2013a.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** Petrópolis: Vozes, 2013b.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros.** 8. ed. São Paulo: Loyola, 2013c.

_____. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo.** Petrópolis: Vozes, 2014a.

_____. **A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais.** Cadernos CRH, Salvador, v. 27, n. 71, p. 431-441, mai./ago. 2014b.

_____. **Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena.** Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-146, jan./abr. 2016.

_____. **Protestos nas Ruas de São Paulo: de Junho de 2013 ao Pós Impeachment de 2016 – correntes e contracorrentes.** In: 41 Encontro da ANPOCS, 2017, Caxambu. Anais (online) do 41 Encontro da ANPOCS. São Paulo: ANPOCS, 2017.

_____. **Jovens na Política na atualidade: uma nova cultura política da participação.** Cadernos CRH, v. 31, p. 117-133, 2018a.

_____. **Marcos referenciais teóricos que têm dado suporte às análises dos movimentos sociais e ações coletivas no Brasil – 1970-2018.** Revista Brasileira de Sociologia, v. 6, n. 14, set./dez. 2018b.

_____. **Teorias sobre participação social:** desafios para a compreensão das desigualdades sociais. Cadernos CRH, Salvador, v. 32, n. 85, p. 63-81, jan./abr. 2019.

GUICHOUX, Arthur. *Nuit Debout et les “mouvements des places” désenchantement et ensauvagement de la démocratie.* Les Temps Modernes, n. 691, p. 30-60, 2016. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-les-temps-modernes-2016-5-page-30.htm>. Acesso em: 04 ago. 2020.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

_____. **Further reflections on the public sphere.** In: Craig Calhoun. Habermas and the public sphere. Cambridge, MIT, 1992.

_____. **A inclusão do outro.** São Paulo, Ed. Loyola, 1996.

HADNI, Dounia. *Nuit Debout: Alain Finkielkraut chassé de la place de la République.* Libération, 17 abr. 2016. Disponível em: https://www.liberation.fr/france/2016/04/17/nuit-debout-alain-finkielkraut-chasse-de-la-place-de-la-republique_1446766. Acesso em: 04 ago. 2020.

HEGEL, G. W. Friedrich. **Introdução À História da Filosofia.** Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Abril, 1974.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** Edição Crítica. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. E-book.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento.** São Paulo: Editora 34, 2003.

HUNTER, James. **Culture Wars: the struggle to define America.** New York: Basic Books, 1991.

JEANPIERRE, Laurent. *Nuit Debout, la diagonale du nous.* Critique, n. 841-842, p. 484-497, 2017. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-critique-2017-6-page-484.htm>. Acesso em: 04 ago. 2020.

JESUS, Ronaldo Pereira de. **A revolta do vintém e a crise na monarquia.** História Social, Campinas, n. 12, p. 73-89, 2006.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.). **Por que gritamos golpe: para entender o impeachment e a crise política no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2016.

JODELET, Denise. **Formes et figures de l'altérité**. In: Margarita Sanchez-Mazas; Laurent Licata (Org.). *L'Autre: regards psychosociaux*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2004.

JUDENSNAIDER, Elena. *et al*, **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. 1. ed., São Paulo: Veneta, 2013.

KAROL, David. **Party Activists, Interest Groups, and Polarization in American Politics**. In: James A. Thurber; Antoine Yoshinaka. *American Gridlock: The Sources, Character, and Impact of Political Polarization*, p. 68–85. New York: Cambridge University Press, 2015.

KATAGUIRI, Kim; SANTOS, Renan. **Como um grupo de desajustados derrubou a presidente**: MBL: a origem. Rio de Janeiro: Record, 2019.

KOKOREFF, Michel. **Nuit Debout sur place. Petite ethnographie micropolitique**. *Les Temps Modernes*, n. 691, p. 157-176, 2016. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-les-temps-modernes-2016-5-page-157.htm>. Acesso em: 04 ago. 2020.

LA BOÉTIE, Etienne. **Discours de la servitude volontaire**. Paris: Edition Mille et Une Nuits, 1995.

LACLAU, Ernesto. **La razón populista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.

_____.; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury. **A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade**. Rio de Janeiro: Elsevier; Brasília: CNI, 2010.

LE MONDE. **Non au mariage gay : les clés d'une mobilisation massive**. 12 jan. 2013a.

LE MONDE. **Les anti-mariage gay déposent 700 000 signatures au Conseil économique et social**. *Société*, 15 fev. 2013b. Disponível em: https://www.lemonde.fr/societe/article/2013/02/15/les-anti-mariage-gay-deposent-700-000-signatures-au-conseil-economique-et-social_1833302_3224.html. Acesso em: 04 ago. 2020.

LE MONDE. **Près de 390 000 personnes ont manifesté contre la loi travail, selon les autorités**. *Politique*, 31 mar. 2016. Disponível em: https://www.lemonde.fr/politique/article/2016/03/31/plusieurs-dizaines-de-milliers-de-personnes-defilent-contre-le-projet-de-loi-travail_4893325_823448.html. Acesso em: 04 ago.2020.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LES BARS, Stéphanie. **Pari réussi pour Frigide Barjot, “attachée de presse de Jésus”**. Le Monde, Société, 19 nov. 2012. Disponível em: https://www.lemonde.fr/societe/article/2012/11/19/pari-reussi-pour-frigide-barjot-attachee-de-presse-de-jesus_1792768_3224.html. Acesso em: 20 ago. 2020.

_____. **Les “veilleurs”, une autre manière d’être cathos?**. Le Monde, Religions, Online, 24 abr. 2013. Disponível em: https://www.lemonde.fr/religions/article/2013/04/24/les-veilleurs-une-autre-maniere-d-etre-cathos_6002468_1653130.html. Acesso em: 04 ago 2020.

LEVINAS, Emmanuel. **Les droits de l’homme et les droits d’autrui**. In: Hors sujet, Paris: Fata Morgana, p. 157-170, 1997.

_____. **Totalité et infini: essai sur l’extériorité**. Paris: LGF/Livre de Poche, 2006.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2018.

LÉVY, Bernard-Henri. **Maintenant, Marine Le Pen**. Le Point, Actualité, Débats, 25 mar. 2010. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20170126114357/http://www.lepoint.fr/actualites-chroniques/2010-03-26/maintenant-marine-le-pen/989/0/438058> Acesso em: 04 ago. 2020.

LÉVY, Pierre. **Ciberdemocracia**. Lisboa, Instituto Piaget, 2002.

LILLA, Mark. **Dois caminhos para a direita francesa: Marion Maréchal e a vanguarda do conservadorismo europeu**. Revista Piauí, Edição 149, fev. 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/dois-caminhos-para-direita-francesa/>. Acesso em: 04 ago. 2020.

LIMA NETO, Fernando C. **Power and culture: the cultural foundations of Brazilian sociology**. Cultural Sociology, p. 1-19, Sage, 2020.

LIMA, Pedro Luiz; SAWAMURA, Mateus Hajime Fiori. **O ovo da serpente? Fundamentos e variações da crítica ao componente conservador das “Jornadas de Junho” de 2013**. Leviathan Cadernos de Pesquisa Política, n. 13, pp. 91-119, 2016.

LIMONGI, Fernando. **Impedindo Dilma**. Novos Estudos, CEBRAP, v. especial, p. 3, 2017.

_____. **O Poder Executivo na constituição de 1988**. In: OLIVEN, Ruben George; RIDENTI, Marcelo; BRANDÃO, Gildo Marçal. (Org.). A Constituição de 1988 na vida brasileira. 1ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, v. 1, p. 23-56, 2008.

_____. **Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório**. Novos Estudos, CEBRAP, n. 76, 2006.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil**: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Petrópolis: Vozes, 1994.

LOPES, Juarez Brandão. **Sociedade industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2008.

LOZADA, M. **Us or them? Social representations and imaginaries of the other in Venezuela**. Papers on Social Representations, v. 23, n. 2, p. 1-21, 2014.

LYNCH, Christian E. C. **O conceito de liberalismo no Brasil (1750-1850)**. Araucária: Revista Iberoamericana de Filosofia, Política e Humanidades, n. 17, p. 212-234, mai. 2007.

MADISON, James; HAMILTON, Alexander; JAY, John. **Os artigos federalistas, 1787-1788**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

MANIGLIER, Patrice. **Nuit Debout: une expérience de pensée**. Les Temps Modernes, n. 691, v. 5, p. 199-259, 2016. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-les-temps-modernes-2016-5-page-199.htm>. Acesso em: 04 ago. 2020.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTÍN, M. Cerca de 3.000 pessoas radicalizam o discurso da direita em São Paulo. El País, Política, 01 nov. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/01/politica/1414876155_114327.html. Acesso em: 04 ago. 2020.

MARTINS, José de Souza. **O artesanato intelectual na sociologia**. Revista Brasileira de Sociologia, v. 1, n. 2, jul./dez 2013.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **As lutas contra a corrupção nas crises políticas brasileiras recentes**. Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 6, n. 2, 2016.

MATTÉI, Bruno. **Envisager la fraternité**. Revue Projet, 2012/5, n. 330, pp. 66-74.

MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. **Resource mobilization and social movements**: a partial theory. American Journal of Sociology, v. 82, n. 6, 1977.

MCCOY, Jennifer; RAHMAN, Tahmina; SOMER, Murat. **Polarization and the global crisis of democracy**: common patterns, dynamics and pernicious consequences for democratic polities. American Behavioral Scientist, v. 62, n. 1, p. 16-42, 2018.

MCCOY, Jennifer; SOMER, Murat. **Toward a theory of pernicious polarization and how it harms democracies**: comparative evidence and possible

remedies. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science – Polarizing politics: a global threat to democracy*, v. 681, jan. 2019.

MEAD, George H. **Mind, self and society: from the standpoint of a social behaviorist**. 18. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1972.

MÉLENCHON, Jean-Luc. **Qu'ils s'en aillent tous! Vite, La Révolution Citoyenne**. Paris: J'ai lu Éditeur, 2010.

MELUCCI, Alberto. **Getting Involved: Identity and Mobilization in Social Movements**. *International Social Movements Research*, v. 1, p. 329-348, 1988.

_____. **The Symbolic Challenge of Contemporary Movements**. *Social Research*, v. 52, p. 789-815, 1985.

_____. **Um objetivo para os movimentos sociais?** *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 17, p. 49-66, 1989.

MIGNOZZETTI, Umberto; SPEKTOR, Matias. **Brazil: when political oligarchies limit polarization but fuel populism**. In: CAROTHERS, Thomas; O'DONOHUE, Andrew (Org.). *Democracies divided: the global challenge of political polarization*. Washington D.C.: Brookings, 2019.

MILLS, Charles Wright. **The Sociological Imagination**. New York: Oxford University Press, 2000.

MINISTÈRE DE L'INTERIEUR. **Résultats de l'élection présidentielle 2002**. 21 abr. 2002. Disponível em: [https://www.interieur.gouv.fr/Elections/Les-resultats/Presidentielles/elecresult__presidentielle_2002/\(path\)/presidentielle_2002/index.html](https://www.interieur.gouv.fr/Elections/Les-resultats/Presidentielles/elecresult__presidentielle_2002/(path)/presidentielle_2002/index.html). Acesso em: 04 ago. 2020.

MINISTÈRE DE L'INTERIEUR. **Résultats de l'élection présidentielle 2017**. 23 abr. 2017. Disponível em: [https://www.interieur.gouv.fr/Elections/Les-resultats/Presidentielles/elecresult__presidentielle-2017/\(path\)/presidentielle-2017/index.html](https://www.interieur.gouv.fr/Elections/Les-resultats/Presidentielles/elecresult__presidentielle-2017/(path)/presidentielle-2017/index.html). Acesso em 04 ago 2020.

MINISTÈRE DE L'INTERIEUR. **Résultats des élections européennes 2019**. 26 mai. 2019. Disponível em: [https://www.interieur.gouv.fr/Elections/Les-resultats/Europeennes/elecresult__europeennes-2019/\(path\)/europeennes-2019/FE.html](https://www.interieur.gouv.fr/Elections/Les-resultats/Europeennes/elecresult__europeennes-2019/(path)/europeennes-2019/FE.html). Acesso em 4 ago 2020.

MOISÉS, José A. **Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, fev. 2008.

_____.; MARTINEZ-ALIER, Verena. **A revolta dos suburbanos ou “Patrão, o trem atrasou”**. In: MOISÉS, José A. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Cedec, 1977.

MOORE, Barrington. **Social origins of dictatorship and democracy: lord and peasant in the making of the modern world.** London: Penguin Books, 1973.

MORI, Letícia. **O que é o artigo 142 da Constituição, que Bolsonaro citou por intervenção das Forças Armadas.** BBC News Brasil, 01 jun. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52857654>. Acesso em: 04 ago. 2020.

MOSELEY, Mason & LAYTON, Matthew. **Prosperity and protest in Brazil: The wave of the future for Latin America?** Americas Barometer Insights, n. 93, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964).** Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2000.

MOUFFE, Chantal. **Por um modelo agonístico de democracia.** Dossiê Democracias e Autoritarismos. Revista de sociologia e política, n. 25, p. 11-23, nov. 2005.

_____. **Quais espaços públicos para práticas de arte crítica?.** Arte & Ensaios: Escola de Belas Artes (UFRJ), n. 27, dez. 2013.

MOUFFE, Chantal. **For a left populism.** New York: Verso, 2018. E-book.

MUSSI, Daniela; CRUZ, André K. V. **Os Populismos De Francisco Weffort.** Revista Brasileira de Ciências Sociais (Online), v. 35, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v35n104/1806-9053-rbcsoc-35-104-e3510409.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2020.

NAHOUM-GRAPPE, Véronique. *Nuit Debout: Place de la République*, 31-47 mars 2016. Esprit, v. 7, p. 142-149, 2016. Disponível em: https://www.cairn-int.info/article-E_ESPRI_1607_0142--nuit-debout.htm. Acesso em: 04 ago. 2020.

NERI, Marcelo. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide.** São Paulo: Saraiva, 2012.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em Movimento: da Abertura Democrática ao governo Dilma.** São Paulo, Companhia das Letras, 2013a.

_____. **Choque de democracia: razões da revolta.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013b.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As ruas e a democracia: ensaios sobre o Brasil contemporâneo.** Brasília: Contraponto, 2013.

NOSSIRER, Adam. **Once Hopeful for Harmony, a Philosopher Voices Discord in France.** The New York Times, The Saturday Profile, 11 mar. 2016. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/03/12/world/europe/once->

hopeful-for-harmony-a-philosopher-voices-discord-in-france.html. Acesso em : 04 ago. 2020.

O'DONNELL, Guillermo. **Teoria democrática e política comparada**. Dados – Revista de Ciências Sociais, v. 42, n. 4, p. 655-690, 1999.

OFFE, Claus. **New Social Movements: challenging the boundaries of institutional politics**. Social Research, v. 52, p. 817-868, 1985.

OLIVEIRA VIANA, Francisco J. **Instituições políticas brasileiras**. Coleção Biblioteca Básica Brasileira. Brasília: Senado Federal, 1999.

_____. **Populações meridionais do Brasil**. Edições do Senado Federal, v. 27. Brasília: Senado Federal, 2005.

OLIVEIRA, Antonio Eduardo Alves de. **A democracia desmantelada no Brasil: a ofensiva contra os direitos democráticos e sociais, o aumento das opressões e a ampliação das desigualdades sociais**. 42o Encontro Anual da Anpocs. GT8 Democracia e desigualdades, 2018.

ORTELLADO, Pablo. **Os protestos de junho entre o processo e o resultado**. In: Elena Judensnaider. *et al*, Vinte centavos: a luta contra o aumento. 1. ed., São Paulo: Veneta, 2013.

_____. **Polarização opõe identidades, não posições sobre políticas, diz estudo**. Folha de São Paulo, Opinião, 8 mai. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-ortellado/2018/05/polarizacao-opoe-identidades-nao-posicoes-sobre-politicas-diz-estudo.shtml>. Acesso em: 04 ago. 2020.

_____.; MORETTO, Márcio. **O que são e como lidar com notícias falsas**. Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 15, n. 27, 2018.

OZOUF, M. **Liberté, égalité, fraternité**. In: Pierre Nora (org.). Lieux de Mémoire, v. 3, p. 4353-4389. Paris: Gallimard, 1997.

PAIVA, Angela R. **Católico, protestante, cidadão**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

_____. **Pedagogia Alternativa nos Movimentos Sociais**. Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, edição dupla, n. 12, p. 29-42, jan./dez. 2013.

_____. **Movimentos sociais e teoria crítica: notas sobre a redemocratização brasileira**. In: Maria Celina D'Araujo (org.). Redemocratização e mudança social no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014.

_____. **Teorias do reconhecimento e sua validade heurística para a análise da cidadania e movimentos sociais no Brasil – o caso do movimento negro**. Política & Sociedade, Florianópolis, v. 17, n. 40, p. 258-285, set./dez. 2018.

PASQUINO, Gianfranco. **Verbete: Stalinismo**. In: Norberto Bobbio, Nicola Matteucci & Gianfranco Pasquino. *Dicionário de Política*. 11. ed. v. 1. Brasília: UnB, 1998.

PATERNOTTE, David; HARK, Sabine; VILLA, Paula-Irene. **Blessing the Crowds: catholic mobilisations against gender in Europe**. (Anti-) Genderismus. Sexualität und Geschlecht als Schauplätze aktueller politischer Auseinandersetzungen, v.1, 2015.

PERALVA, Angelina. **Conflito e movimentos sociais no acionalismo de Alain Touraine**. Lua Nova, São Paulo, v. 106, p. 160-194, 2019.

PERLATTO, Fernando. **As manifestações de junho e as novas agendas para as instituições**, os partidos e as ciências sociais. Boletim CEDES, p. 14 - 17, 05 jul. 2013.

_____. **Esferas públicas subalternas juvenis e o mito do insolidarismo brasileiro**. Boletim CEDES, p. 1-7, 12 mar. 2014.

_____.; SOUSA, Diogo Tourino de. **Leituras de um Brasil em mudança: Cientistas Sociais, Conjuntura Política e a Democracia Brasileira**. Mediações, Londrina, v. 23, n. 2, p. 256-289, mai./ago. 2018.

PERRUSO, Marco Antonio. **As jornadas de(sde) junho de 2013**. 38o Encontro Anual ANPOCS. Colóquio 1: O Brasil nas ruas: movimentos, demandas e conflitos. 1a. Sessão: As manifestações de Junho de 2013 e o horizonte dos movimentos sociais no Brasil.

PERUZZO, Cicilia M. K. **Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou” (?)**. Matrizes, São Paulo, ano 7, n. 2, p. 73-93, jul./dez. 2013.

PLEYERS, Geoffrey. **Alter-Globalization: Becoming Actors in the Global Age**. Cambridge: Polity Press, 2010.

_____. **Movimientos sociales en el siglo XXI: perspectivas y herramientas analíticas**. Buenos Aires: Clacso, 2018.

_____. **Pensar los actores conservadores y capitalistas como movimientos sociales**. Revista de Estudios Sociales [online], n. 67 p. 116-123, jan./mar. 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/revestudsoc/29887>. Acesso em: 04 ago. 2020.

POMAR, Marcelo. **Não foi um raio em céu azul**. In.: JUDENSNAIDER, Elena. et al, *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. 1. ed., São Paulo: Veneta, 2013.

POPPER, Karl. **The open society and its enemies: the spell of Plato**. London: Routledge, 1947.

POULAT, Émile. **La querelle de l'intégrisme en France**. Social Compass, v. 32, n. 4, p. 343-351, 1985.

PRONER, Carol; CITTADINO, Giselle; TENENBAUM, Marcio; RAMOS FILHO, Wilson (org.). **A resistência ao golpe de 2016**. Bauru: Canal 6, 2016.

RAMOS, Marcela. **#Elenão supera #Elesim nas redes**. Atos contra Bolsonaro despertam seis vezes mais curiosidade no Google do que as manifestações a favor do ex-capitão. Revista Piauí, Questões Eleitorais, 01 out. 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/elenao-supera-elesim-nas-redes>. Acesso em 04 ago. 2020.

RASCHINI, Elisa. **Entre espace urbain et espace numérique: la mobilisation immobile des Sentinelles contre le mariage homosexuel**. Revue Mots – Les langages du politique, n. 110, p. 31-47, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/mots/22203>. Acesso em: 04 ago. 2020.

RAWLS, John. **A Theory of Justice**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

RECUERO, R.; ZAGO, G.; BASTOS, M. T. **O Discurso dos #ProtestosBR: análise de conteúdo do Twitter**. Galaxia, São Paulo (online), n. 28, p. 199-216, dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542014217911>. Acesso em: 04 ago. 2020.

REIS, Daniel Aarão. **As armadilhas da memória e a reconstrução democrática**. In: Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

REIS, Elisa. **Elites agrárias, state-building e autoritarismo**. Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 331-348, 1982.

_____. **Desigualdade e solidariedade: uma releitura do “familismo amoral” de Banfield**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 29, n. 10, p. 35-48, 1995.

REZENDE DE CARVALHO, Maria Alice. **Cultura política, capital social e a questão do déficit democrático no Brasil**. In: Luiz Werneck Vianna. (Org.). A Democracia e os Três Poderes no Brasil, 1. ed., p. 297-335. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises: uma gênese da direita brasileira (2006-2018)**. Tese (Doutorado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-19092019-174426/pt-br.php>. Acesso em: 04 ago. 2020.

RODRIGUES, Theófilo C. M. **Partidos-Movimento: as relações entre partidos políticos e sociedade civil no limiar do século XXI**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2017.

ROLNIK, Raquel. **As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações**. In: Ermínia Maricato *et al.* Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

ROUQUIÉ, Alain. **Amérique latine: introduction à l'extrême-occident**. Paris: Seuil, 1987.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social: princípios de direito político**. 19 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

RUEDIGER, M. A.; MARTINS, R.; LUZ, M.; GRASSI, A. **Ação coletiva e polarização na sociedade em rede para uma teoria do conflito no Brasil contemporâneo**. Revista Brasileira de Sociologia, v. 2, n. 4, jul./dez. 2014.

SAAD-FILHO, Alfredo. **Mass Protests under 'Left Neoliberalism': Brazil, June-July 2013**. Critical Sociology, n. 39, p. 657-669, 2013.

SACCOMANI, Edda. **Verbete: Fascismo**. In: Norberto Bobbio; Nicola Matteucci Gianfranco Pasquino. Dicionário de Política. 11. ed, v. 1. Brasília: UnB, 1998.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir. **O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SALEM, Walid. **Plusieurs blessés durant l'acte 9 à Bordeaux, une enquête est ouverte**. Rue 89 Bordeaux, 14 jan. 2001. Disponível em: [https://rue89bordeaux.com/2019/01/plusieurs-blesses-durant-lacte-9-a-bordeaux-enquete-ouverte/#:~:text=Des%20tirs%20de%20flashball%20ont,\(IGPN\)%20a%20%C3%A9t%C3%A9%20saisie](https://rue89bordeaux.com/2019/01/plusieurs-blesses-durant-lacte-9-a-bordeaux-enquete-ouverte/#:~:text=Des%20tirs%20de%20flashball%20ont,(IGPN)%20a%20%C3%A9t%C3%A9%20saisie). Acesso em 04 ago. 2020.

SALES, Teresa. **Trama das desigualdades, drama da pobreza no Brasil**. Tese de Livre Docência. Departamento de Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1992.

_____. **Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 25, jun. 1994.

SANTOS, Eduardo J. **Crise de representação política no Brasil e os protestos de junho de 2013**. In: Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 86-95, mai. 2014.

SANTOS, Fabiano. **Do protesto ao plebiscito: uma avaliação crítica da atual conjuntura brasileira**. Novos Estudos CEBRAP, v. xx, p. 15-25, 2013.

_____.; SZWAKO, José. **Da ruptura à reconstrução democrática no Brasil**. Saúde Debate, Rio de Janeiro, v. 40, p. 114-121, dez. 2016.

_____. TANSCHKEIT, Talita. **Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil**. Colombia Internacional, n. 99, p. 151-186, 2019.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A praxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa**. In: Wanderley Guilherme dos Santos. Ordem burguesa e liberalismo político. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

_____. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

_____. **A Democracia Impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SARTORI, Giovanni. **Parties and Party Systems: a Framework for Analysis**. Essex: ECPR Press, 2005.

SCHMITT, Carl. **The Concept of the Political**. New Brunswick : Rutgers University, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. Bases do autoritarismo brasileiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Publit, 2007.

SERGE, Léo. DUJARDIN, Maryline. **Leur faire peur: gros succès de la soirée lancée par François Ruffin**. Révolution Permanente, 23 fev. 2016. Disponível em: <https://www.revolutionpermanente.fr/Leur-faire-peur-gros-succes-de-la-soiree-lancee-par-Francois-Ruffin>. Acesso em 04 ago. 2020.

SILVA, Josué Pereira da. **O que é crítico na sociologia crítica**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32, n. 93, p. 1-18, fev. 2017.

SINGER, André. **Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas**. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 97, nov. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000300003. Acesso em 04 ago. 2020.

_____. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SNOW, D.; BENFORD, R. **Master Frames and Cycles of Protest**. In: A. Morris, C. M. Mueller. Frontiers in social movement theory, New Haven: Yale Un. Press. 1992.

SOARES, Luiz Eduardo. **O Brasil e seu duplo**. São Paulo: Todavia, 2019.

SOBOTTKA, Emil. **Liberdade, reconhecimento e emancipação – raízes da teoria da justiça de Axel Honneth**. Porto Alegre: Sociologias, n. 33, p. 142-168, mai./ago. 2013.

SORJ, Bernardo. **La politique brésilienne dans une nouvelle ère?**. Socio (online), n. 3, 2014. Disponível em: <http://socio.revues.org/738>. Acesso: 04 ago. 2020.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores**. Belo Horizonte: UFMG, 2009a.

_____. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009b.

_____. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora**. Ed. UFMG, 2010.

_____. **A tolice da inteligência brasileira**. RJ: LeYa, 2015.

_____. **A radiografia do golpe**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

_____. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

SOUZA, Pedro H. G. F. **A history of inequality: top incomes in Brasil, 1926-2015**. Brasília: IPC-IG, 2017.

STAINVILLE, Raphaël. **Les surprénants opposants au mariage gay**. Le Figaro, Société, 21 set. 2012. Disponível em: <https://www.lefigaro.fr/actualite-france/2012/09/21/01016-20120921ARTFIG00568-les-surprenants-opposants-au-mariage-gay.php>. Acesso em: 04 ago. 2020.

SUDOUEST. **Bordeaux : les militants de *Nuit Debout* évacués de la place de la République**. A La Une, 01 jun. 2016b. Disponível em: <https://www.sudouest.fr/2016/06/01/bordeaux-les-militants-de-nuit-debout-evacues-de-la-place-de-la-republique-2383978-2780.php>. Acesso em: 04 ago 2020.

SUDOUEST. **Mouvement “*Nuit Debout*” : et maintenant à Bordeaux**. A La Une, Bordeaux, 05 abr. 2016a. Disponível em: <https://www.sudouest.fr/2016/04/05/mouvement-nuit-debout-et-maintenant-a-bordeaux-2321824-2780.php>. Acesso em: 04 ago. 2020.

SZWAKO, José. **O fascismo contemporâneo brasileiro ou o mundo segundo o conservadorismo**. Revista Escuta, [s.l.], 18 maio 2016. Disponível em: <https://revistaescuta.wordpress.com/2016/05/18/escuta-especial-conjuntura-o-fascismo-contemporaneo-brasileiro-ou-o-mundo-segundo-o-conservadorismo>. Acesso em: 04 ago. 2020.

TARROW, S. **Mentalities, Political Cultures, and Collective Action Frames: Constructing Meanings through Action**. In: Morris, A.; Mueller, C. M. *Frontiers in social movement theory*, New Haven, Yale Un. Press. 1992.

_____. **Power in movement: social movements and contentious politics**. 3^a ed. New York: Cambridge University Press, 2011.

TARTAKOWSKY, Danielle. **Les droites et la rue: histoire d'une ambivalence, de 1880 à nos jours**. Paris: La Découverte, col. Cahiers libres, 2014.

TASSIN, Étienne, **Nuit Debout, un manifeste?**. Les Temps Modernes, n. 695, p. 167-180. 2017.

TATAGIBA, Luciana. **1984, 1992, 2013: sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil**. Política e Sociedade, Florianópolis, v. 13, n. 28, set./dez. 2014.

_____. **Os protestos e a crise brasileira: um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016)**. Sinais Sociais, Sesc, Rio de Janeiro, v.11 n. 33, p.1-212, jan.-abr. 2017.

_____.; GALVÃO, Andreia. **Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)**. Opinião Pública (UNICAMP), v. 25, p. 63-96, 2019.

TAYLOR, Charles. **As fontes do self: a construção da identidade moderna**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

TELLES, Vera. **A “nova questão social brasileira”**: ou como as figuras de nosso atraso viraram símbolo de nossa modernidade. Cadernos CRH, Salvador, n. 30/31, p. 85-110, jan./dez. 1999.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. London: McGraw Hill, 1978.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. Livro 1: Leis e costumes. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **A democracia na América**. Livro 2: Sentimentos e opiniões. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TÖNNIES, Ferdinand. **Community and civil society**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

TOURAINE, Alain. **Sociologie de l'action**. Paris: Seuil, 1965.

_____. **La conscience ouvrière**. Paris: Seuil, 1966.

_____. **The post-industrial society: tomorrow's social history – class, conflicts and culture in the Programmed Society**. New York: Random House: 1971.

_____. **The self-production of society.** Chicago/London: University of Chicago Press, 1977.

_____. **La voix et le regard.** Paris: Seuil, 1978.

_____. **An introduction to the study of social movements.** in *Social Research*, n. 52, p. 749-787, 1985.

_____. **Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos.** Lua Nova, no 17, Junho, pp. 5-18, 1989.

_____. **Critique de la modernité.** Paris: Fayard, 1992.

_____. **Qu'est-ce que la démocratie?.** Paris: Fayard, 1994.

_____. **Pensar outramente.** Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **La fin des sociétés.** Paris: Seuil, 2013.

_____. **Nous, sujets humains.** Paris: Seuil, 2015.

_____. **Défense de la modernité.** Paris: Seuil, 2018.

UOL. **Quem é Paulo Marinho, ex-aliado dos Bolsonaro que quer ser prefeito do Rio.** Notícias, Política, 17 mai. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/17/quem-e-paulo-marinho-ex-aliado-dos-bolsonaros-que-quer-ser-prefeito-do-rio.htm>. Acesso em 04 ago. 2020

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil.** 4. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

VOILLIOT, Christophe. **Vers un nouveau répertoire d'action collective? Quelques remarques sur les mouvements du printemps 2016 en France.** Les Possibles (ATTAC), Dossier Droits, justice et démocratie, n. 10, jun. 2016. Disponível em: <https://france.attac.org/nos-publications/les-possibles/numero-10-ete-2016/dossier-droits-justice-et-democratie/article/vers-un-nouveau-repertoire-d-action-collective-quelques-remarques-sur-les>. Acesso em: 04 ago. 2020.

VRYDAGH, Fanny. **Gagner les corps, les coeurs et les esprits: comprendre l'engagement dans le mouvement brésilien pro-destitution (2014-2016).** Tese (Doutorado em Ciências Sociais e Políticas). Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Université Libre de Bruxelles. Bruxelas, 2020.

WASHINGTON POST. **Slavoj Zizek speaks to 'Occupy Wall Street' as protest movement looks to maintain momentum.** National, 10 out. 2011. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/national/slavoj-zizek-speaks-to->

occupy-wall-street-as-protest-movement-looks-to-maintain-momentum/2011/10/10/gIQAutoTcL_story.html. Acesso em: 04 ago 2020.

WEBER, Max. **A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais.** *In:* Gabriel Cohn. Weber. Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 13. São Paulo: Ática, 1997.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2003.

WINTERS, Matthew; WEITZ-SHAPIRO, Rebecca. **Partisan Protesters and Nonpartisan Protests in Brazil.** *Journal of Politics in Latin America*, v. 6, n. 1, p. 137- 150, 2014.